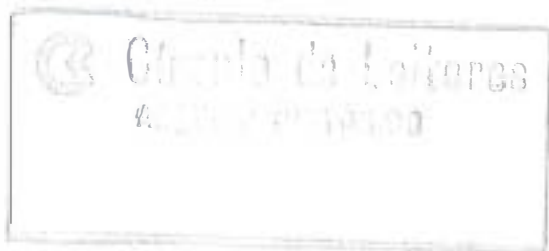


A GERAÇÃO DE 70

OLIVEIRA MARTINS

PORTUGAL CONTEMPORÂNEO I

Quinto volume



CIRCULO DE LEITORES

Capa de Antunes
Impresso e encadernado por Printer Portuguesa
no mês de Dezembro de mil novecentos e oitenta e sete
Número de edição: 2210
Depósito legal número: 17 454/87

À MEMÓRIA QUERIDA
DE
ANSELMO JOSÉ BRAAMCAMP

AO LEITOR

(na terceira edição)

Entre a segunda e a terceira edição deste livro deram-se factos graves que obrigam a certas considerações. Declarou-se a crise financeira com o malogro dos empréstimos de 1890 e 91; e este motivo, a falência dos bancos de especulação e da companhia dos caminhos de ferro, e finalmente a revolução brasileira no fim de 1889, declararam a crise económica. Resultado de ambas, a circulação em crise teve de prescindir do ouro, e voltámos ao curso forçado do papel. E, consequência fatal de tudo isto, a desordem política e a anarquia social progrediram deploravelmente.

Por desgraça, realizaram-se em grande parte as previsões do A. quando há quinze anos escrevia este livro. Antes os seus juízos tivessem provado erróneos e temerários! Antes: porque também não teria o A. sido forçado a intervir pessoalmente na cena política, para onde a força das circunstâncias o arrastou, após aturada campanha que durante anos combateu na Imprensa¹.

Este facto, porém, inibe o A. de acrescentar o *Portugal Contemporâneo* com a crítica dos tempos posteriores ao momento em que primeiro lhe pôs ponto; mas recorrendo a papéis velhos, parece-lhe que a transcrição de um artigo, já posterior aos acontecimentos dos últimos três anos; artigo em que não descortina vício de parcialidade adversa da crítica, esclarecerá o leitor sobre o carácter dos movimentos sociais dos últimos tempos.

¹ A *Província* (Porto); o *Repórter*, o *Nacional*, o *Tempo* (Lisboa), etc. 1885-1891.

Esse artigo é o seguinte¹:

Parece-me ter chegado ao terceiro momento, em que, no decurso de dois séculos e meio, a Nação Portuguesa se encontra perante uma interrogação vital. Há ou não há recursos bastantes, intelectuais, morais, sobretudo económicos, para subsistir como povo autónomo, dentro das estreitas fronteiras portuguesas?

O primeiro desses momentos data de 1640. A Restauração era forçada, para vingar, a subscrever a perda completa dos restos do Império Oriental. Foi necessário o concurso da Europa para assegurar a independência portuguesa, utilizando as inimizades das potências e salariando opiparamente os nossos defensores.

Depois do Padre António Vieira, diplomata e missionário que foi o S. Paulo da monarquia nova, surgiu o marquês de Castelo Melhor, cérebro de estadista, condenado ao sacrifício pela insipidez do tempo. Do longo pleito da guerra o precursor de Pombal imaginou poder alcançar para Portugal a fronteira do Finisterra, anexando a Galiza, e dando assim uma base de amplitude suficiente à metade norte do País, nunca até agora fundida inteiramente com a metade do Sul do Mondego.

Esse plano falhou; como falhara, durante a primeira dinastia, e, na segunda, no tempo de Afonso v. O marquês morreu exilado, vítima de uma conspiração de alcova e de Corte, acabando com ele o triste rei que era o seu instrumento.

Feita a paz com a Espanha, Portugal independente parecia perdido, tanto era a desolação e a miséria deste povo reduzido à condição de ilotas dos espartanos bretões que o tutelavam. Portugal salvara-se das garras de Espanha, para cair nas da Inglaterra.

Do leão passava ao leopardo. A independência era uma ficção, porque a realidade era o protectorado. Forças morais, intelectuais, para assegurarem a autonomia, não havia. O dessangramento produzido pelo delírio católico imbecilizara o povo.

Forças económicas, haveria talvez, reduzindo-se esta terra

¹ PORTUGAL, no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro.

às condições que lhe traçava o tratado de Methwen: uma longa vinha, com pouca gente, pois as culturas arbustivas não suportam população densa.

É fora de dúvida que, a prolongar-se uma tal situação, ou Portugal se teria tornado um outro Gibraltar, mais amplo, ou teria caído sob o domínio da Espanha, na primeira das comoções da Europa.

A obra heróica da dinastia de Avis, que nos dera o Oriente, tinha, porém, em reserva, para o futuro do povo português, outras tábuas de salvação. Perdida a Índia, restava o Brasil; e quando Portugal parecia condenado, descobria-se em Minas o *El-dorado* que séculos antes se buscara com tamanho ardor na terra fantástica do Amazonas. O ouro e os diamantes do Brasil foram como a transfusão de sangue em um organismo anémico. O sol da riqueza voltou a raiar no horizonte português; e com a autonomia económica, restaurou-se, quanto possível, a energia moral e intelectual. D. Luís da Cunha traçou as linhas do seu *testamento político*, e o marquês de Pombal, como executor, denunciou os tratados ingleses, mandou arrancar as vinhas nas terras de pão, expulsou os jesuítas, reformou os estudos, reconstruiu Lisboa, e esmagou a ferro e fogo as resistências teimosas dos inimigos das ideias novas do racionalismo absolutista.

A autonomia portuguesa foi outra vez efectiva, como antes de 1580; mas essa independência dependia dos rendimentos americanos, com que D. João v tornou Portugal uma cena de ópera ao divino, e Pombal o teatro trágico de uma revolução teórica. Por isso, quando em consequência do tumulto napoleónico foi necessário ao rei fugir para o Brasil; quando houve que assinar os tratados de 1810, para a Inglaterra outra vez nos assegurar a independência; quando, por fim, em resultado natural e necessário de tudo isso, houve que reconhecer em 1825 a separação do Império Brasileiro, outra vez dobravam para Portugal os sinos de finados e, pela segunda vez, se inquiria se Portugal, reduzido aos recursos próprios do seu território, tinha ou não recursos para subsistir como Nação independente.

No primeiro quartel deste século, repetia-se a situação do meado do século xvii. O carácter histórico da sociedade portuguesa fez então crise. A reacção vitoriosa desde a morte de D. José e do exílio do marquês de Pombal chocou-se com os

fermentos de ideias novas que invadiam muitos espíritos. Esse choque traduziu-se em um quarto de século (1826-1851) de guerra civil e revoluções mais ou menos fúnebres. Perdidos os réditos do Brasil para salariar uma sociedade que a educação de séculos reduzira às condições de parasitismo cortesão e sobretudo monástico: o espectro da fonte universal acirrava o ânimo das gentes novas, dizendo-lhes que a salvação estava em uma derrocada do velho mundo português; em uma ressurreição de Pombal, aceso em liberalismo.

E tudo se deitou abaixo, porque a fome é má conselheira; destruiu-se em vez de se reedificar.

Pombal pudera compor o cenário de uma sociedade nova porque tinha as minas do Brasil, com que, antes dele, D. João v tinha composto a cena ostentosa da ópera ao divino, traduzindo com fidelidade maior o genuíno sentir da sociedade. Mas agora, os políticos agitavam-se tontamente em um duplo vazio; um o vazio absoluto de riqueza, outro o vazio de autoridade para reger um povo ainda incapaz de se reger a si próprio, representativamente, conforme a doutrina.

Ao lado das ruínas da sociedade velha, derruídas pelos golpes dos legisladores, formavam as ruínas nascidas espontaneamente com o estalar sucessivo das molas sociais. Era o tesouro falido, a bancarrota do papel-moeda, os juros da dívida por pagar, os campos incultos, a propriedade sem valor, a mendicidade universal, e como comentário, ou consequência da agitação febril das revoltas, o comunismo burocrático substituindo o antigo comunismo monástico: o caldo das secretarias, distribuído pelos Governos, como o caldo das portarias o fora outrora pelas comunidades.

A dois séculos de distância, no meado do século xix, havia a mesma desesperança na estabilidade do País, a mesma convicção da insuficiência dos seus recursos para subsistir. Quem raciocinava, concluía que tudo ia acabar; mas, muitos deixavam-se vibrar a compasso do messianismo ingénito na alma portuguesa. Havia uma esperança vaga em um milagre salvador. O sebastianismo tomava outra forma.

E os tempos deram razão aos sebastianistas. Porque no sistema de governo, não previsto por Aristóteles na sua *Política*, implantado em 1851 em Portugal encontrámos um novo pactolo a explorar. Transaccionou-se com todos os vícios históricos da sociedade, dando ao comunismo burocrático uma

expansão tal que, satisfazendo a todos, atrofiasse as sementes de futuras revoluções. Às engrenagens administrativas de que o Estado já dispunha, juntou-se a legião nova dos beneficiados de obras públicas; muitos milhares de funcionários, mais ou menos opiparamente prebendados; muitas centenas de concessionários enriquecidos; trabalho à farta por toda a parte para as populações rurais, e instrumentos de veniaga local para o funcionamento do maquinismo das eleições.

O programa do *fomento*, porém, em um País extenuado e exangue, seria um sonho se a sua apresentação não coincidissem com o período de máxima expansão do capitalismo neste século. Portugal pareceu por largos anos um bom país a explorar e as bolsas europeias, passando a esponja do esquecimento sobre as bancarrotas passadas, abriram os seus cofres. Outras minas se tinham achado, outro Brasil surgiu. E talvez ainda tivesse produzido mais do que o americano! Porque, em 40 anos, o Tesouro português conseguiu obter por empréstimos uma soma aproximada de 90 milhões esterlinos efectivos, em bom ouro.

Se D. João v recamou Portugal de igrejas e palácios e o marquês de Pombal reconstruiu Lisboa, o nosso tempo coallhou o reino de estradas de ferro e de telégrafos, dotando as costas com dois portos: um no Tejo, outro em Leixões. O utilitarismo substituiu-se à religiosidade e à pompa; mas no fundo, para a fisiologia social, era o mesmo: uma sociedade vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho e economia.

Porque enquanto o cenário do *fomento* dava a Portugal a aparência dum país rico, o facto é que a balança económica, principalmente expressa pelos algarismos do comércio externo, acusava um *deficit* sempre crescente e de alcance inverosímil quase. Como se sustentava, pois, o castelo português? De um modo simples: 1.º, suprimindo a escassez do trabalho interno pelos subsídios oficiais, salariando à ociosidade e pagando-a com o produto dos empréstimos; 2.º, saldando anualmente a conta económica da Nação com a exportação de gado humano, exportação que não trazia a Portugal, em média, menos de três milhões esterlinos ao ano, senão mais.

A anormalidade destes meios com que se mantinha o aspecto de uma fortuna enganadora, não era segredo para nin-

guém mediocramente instruído; mas, como a grande maioria da gente dirigente vivia dessa própria anormalidade, muitas opiniões interessadamente equívocas faziam coro com a opinião obscura da maioria não-pensante. O S. Martinho convinha a todos, e os cépticos abordoavam-se ao rifão: Enquanto o pau vai e vem folgam as costas.

Há oito anos, em 1885, quando me decidi a intervir activamente na política portuguesa, publiquei um livro (*Política e economia nacional*), em que expunha o pensamento, agora condensado nestas breves linhas.

Afirmava que o regabofe não podia ir já muito longe. Indicava os meios que, a meu ver, deveriam pôr-se em prática para dar consistência e estabilidade económica a Portugal, para lhe dar consistência e estabilidade moral e intelectual; pois, casa onde não há pão...

Era, sobretudo, necessário atacar de frente os dois problemas fundamentais, o da economia pública do País e o das finanças do Estado, para de tal modo se poder travar a roda dos empréstimos e a das importações excessivas, estabelecendo ao mesmo tempo o equilíbrio na balança económica do País e na balança do seu Tesouro.

As linhas gerais desse programa de 1885 era a colonização do Sul do reino, despovoado e inculto, derivando para aí a emigração agrícola minhota e açoriana; e protecção pautal à indústria fabril, desenvolvendo a produção interna para nos libertar das importações; a instrução técnica ou profissional e o regulamento do trabalho nas suas relações com o capital; o fomento das instituições cooperativas de crédito, de seguros de produção e de consumo; a protecção às pescarias nacionais, explorando convenientemente a riqueza das costas e preparando também o viveiro de mareantes; a restauração da marinha mercante nacional; e finalmente a ordenação do sistema colonial, estreitando os laços económicos com a África Ocidental e entregando as de além do cabo da Boa Esperança ao regime do *self-supporting* pelos meios mais oportunos.

Quanto ao problema das finanças, pensava eu que, no regime da mais estrita economia, pondo ponto ao delírio de obras públicas, cumpria organizar a circulação fiduciária, reconstituindo o Banco de Portugal; reformar os impostos directos, revendo a contribuição predial, instituindo o im-

posto fabril, e transformando os mais em uma contribuição de rendimento progressivo; nacionalizar pelo resgate os caminhos de ferro particulares, convertendo em obrigações ferroviárias a parte de dívida correspondente ao dispêndio efectuado com essas linhas e com as que são propriedade do Estado; afectar o Tesouro dos bens nacionais, a amortização da dívida, repondo esse ramo de serviço em um regime de independência de que a centralização excessiva o fizera sair.

Penso ainda hoje que se, a tempo e com juízo, as linhas gerais de um tal programa se tivesse seguido, Portugal teria evitado as catástrofes que o esmagam. Quis, porém, a sorte que as coisas levassem rumo diverso; mas a prova da exacção dessas ideias está no facto de que, mal, tarde e a más horas, muitas vezes, elas se têm imposto e estão impondo pela força das circunstâncias, não pelo plano deliberado dos estadistas.

Alargou-se, é verdade, a circulação fiduciária; mas alargou-se quando, reconstituído o Banco, veio a crise geral impor o curso forçado, e todo o ouro desapareceu. Reconstituiu-se a Junta do Crédito Público, mas como consequência necessária da bancarrota e não como revigorador do crédito nacional. Legislou-se a protecção pautal, mas teve de vir em um momento em que, pela crise geral, o consumo fraquejava. Fazem-se tentativas de remodelações tributárias, applicando o princípio da progressão; mas fazem-se nas angústias de uma situação que estanca as forças contribuintes. Applicou-se às colónias da África Oriental o princípio da concessão às companhias; mas depois do deplorável conflito inglês e de se ter criado uma inimizade talvez ainda prenhe de consequências graves.

Estas circunstâncias não surpreendem; de espantar seria que um povo educado tão anormalmente para a vida contemporânea, mostrasse força e agudeza bastante para se emendar, sem que as circunstâncias o obrigassem à abstinência e à opção entre o trabalho e o desespero!

Há já três anos que soou para Portugal o quarto de hora de Rabelais. A um tempo, a baixa do câmbio secou a corrente das remessas da emigração no Brasil; e a ruína do crédito estancou a fonte de rendimentos dos empréstimos.

Foi forçoso solver de um golpe os débitos comerciais externos e para isto, e para suprir os *deficits* internos, apesar da falência do Tesouro, dos bancos e de companhias, grande

jubileu que nestes três anos de crise não representa menos de 30 ou 35 mil contos, houve que exportar o ouro circulante e substituí-lo por 50 mil contos de papel-moeda, ou notas inconvertíveis, o que vem a dar a mesma coisa.

Em tão críticas circuntâncias, tem o País, dentro das suas fronteiras, com os seus recursos próprios, meios de manter o equilíbrio orçamental, ainda depois da bancarrota que reduziu as despesas?

Pela terceira vez se formula a mesma pergunta; mas agora com uma consciência mais nítida do caso, porque também as condições em que ele se dá são outra, e os balanços da barca nacional mais grossos. Pareceria quimérico esperar que viesse uma restauração de forças pelo civismo, pela abnegação, qualidades viris com as quais nem os povos, nem os indivíduos caem nunca. Não foi possível conseguir isso quando talvez ainda bastassem medidas preventivas. Não o foi, quando o divórcio entre a sociedade e o poder não era tão declarado. Não o foi, quando ainda a miragem da fortuna por um câmbio de instituições não tinha alastrado como hoje. Não o foi, quando a desorganização administrativa se não tornara, ou tão completa, ou tão patente, nem a anarquia intelectual tão acentuada.

É lícito esperar que o acicate da miséria consiga o que não conseguiu a voz da razão? A fome é má conselheira. Quem dela esperar mais do que exaltações mórbidas, engana-se talvez.

Mais uma vez ainda, a tábua de salvação está no mundo ultramarino e na vida airada e aventureira cuja sorte já salvou Portugal no século xvii e neste. Consolide-se a ordem no Brasil, suba a taxa do câmbio, e os quantiosos valores aí represados voltarão, pelo menos, em parte, a regar as terras portuguesas. Por outro lado também, já hoje a África Ocidental, com seu rápido desenvolvimento económico, entra por muito na ponderação da balança portuguesa. Se não fossem as exportações africanas, já agora estas linhas, que vou traçando com amargura, seriam talvez o eco da anarquia desajamada.

Salvar-nos-á, no século xix, Angola, como nos salvou o Brasil no século xvii? Caber-nos-á essa fortuna a tempo de prevenirmos o esfacelamento pela fome? Virá antes que nos assaltem complicações graves de ordem externa?

Nestas perguntas, parece-me, está hoje resumido o problema português; e pouco viverá quem não lhe assistir ao desenlace.

Abril, 1894.

OLIVEIRA MARTINS

EXPLICAÇÕES

(na segunda edição)

Eu bem afirmava que este livro não satisfaria a ninguém!... Acoimado de miguelismo, condenado como espírito azedo e pessimista, tive a sorte que esperava, e os motivos desta minha expectativa provaram fundados.

Levou-se a mal, como era de supor, que eu procurasse deslindar da teia de lendas absurdas ou risíveis o carácter pessoal de D. Miguel: chama-se a isso uma apologia¹. Nem um facto, nem uma indução legítima, foram, todavia, contestados, o que me leva a não alterar o retrato desse príncipe, simpático para mim na sua infelicidade. E tenho até a vaidade de acreditar na perspicácia deste sentimento, parecendo-me que, se de futuro a História voltar a ocupar-se de D. Miguel, há-de concordar mais comigo do que com os autores do retrato do *monstro*. Esses autores escreviam com a pena molhada no fel amargo do ódio.

Disse-se-me também que eu reduzia a muito pouco o alcance ou o valor da carta de 26; e sem concordar com a crítica, achando todavia útil desenvolver mais certos pontos, retoquei essa parte da obra². Mas quando se alega ser erro o notar eu a exclusão dos morgados do pariato, pois, sendo livre do rei a nomeação dos pares, a Carta ninguém exclui, devo responder que a Carta, com efeito, não os excluía (nem eu jamais o disse), mas excluía-os D. Pedro não os no-

¹ V. *O Port. Contemp. de O. M.*, opúsculo do sr. Rodrigues de Freitas; os folhetins de C.S.B. (iniciais que indicam o nome de uma senhora tão cheia de entusiasmo como de talento) no *Jornal do Comércio*, de Lisboa, 24-5 Junho de 81; o artigo do sr. Teófilo Braga no *Positivismo*; etc.

² Liv. III, v. 3.

meando, e até a própria força das coisas impedindo a entrada de uns milhares de nobres menores na Câmara Alta. Eram em número demasiado.

Outros reparos, a que não aludo para não ser extenso, vão ou não vão atendidos no texto, conforme se me afiguraram fundados ou mal cabidos.

Não me surpreenderam as censuras dos nossos jacobinos mais do que as dos liberais: previa-as igualmente. O meu livro, disseram, é um quadro pitoresco, mas falta-lhe o princípio orgânico, a «linha lógica», porque eu a não soube ou não quis ver na tradição revolucionária de 20, esse movimento «em que pela primeira vez se revelou a classe média de advogados, jurisconsultos e coronéis». — «Pinta com cores verdadeiras, prossegue o meu crítico¹, esta dissolução do regime monárquico parlamentar, mas é injusto lançando à conta do organismo da Nação o que é produzido pelo corpo estranho da realeza e dos políticos vendidos.»

Ora eu, não sendo individualista, nem até politicamente «liberal», não podia achar na tradição de 20 a «linha lógica»; e pensando que as nações têm sempre aquele Governo que querem ou que merecem, não podia tampouco ter na conta de «corpo estranho» a realeza nem os políticos. Ela e eles e o povo e todos parecem-me antes efeitos do que causas. Se pretendi mostrar por quanto entrava nas misérias da nossa História contemporânea a fraqueza dos caracteres, a apatia ou a loucura das populações, o desvairamento dos chefes: patentei, parece-me, quanto esses males sociais provinham, não só dos legados da História, como da influência deprimente e desorganizadora das teorias do naturalismo individualista, herdado da filosofia do séc. XVIII e popularizado pela Revolução Francesa. Sob o nome indefinível de liberalismo, essas doutrinas, nos seus aspectos sucessivos, vieram terminar afinal no materialismo prático, fazendo dos «melhoramentos materiais» o pensamento exclusivo do povo, e do Governo uma agência de caminhos de ferro. Como se nós valéssemos absolutamente mais por andarmos em doze horas, em vez de trinta ou trinta e seis, a distância de Lisboa ao Porto!

Mas o que ofendeu sobretudo liberais e jacobinos foi o tom

¹ O sr. T. Braga, *Positivismo*.

pessimista — ao que dizem — da obra. Eu tinha-a por justiça apenas, e até às vezes caridosa. «Fica-se com a cara a uma banda.» Pois fique-se. Concorde que a atitude é desagradável, mas, na minha missão de crítico, não posso alterar a significação dos factos, sem poder também acreditar que tamanhos males venham apenas da circunstância de haver sobre um estrado de alguns degraus um homem de manto e coroa com as mãos atadas pelos políticos de espadim e farda. Eles governarão o rei, mas quem os escolhe a eles é o povo: se são maus, por que os prefere? Não. A culpa é portanto nossa, de todos nós, que não valemos grande coisa — fique-se embora com a cara a uma banda!

Alegam que o livro é injusto na sua severidade; e entretanto, de todos os articulados duma obra a que houve quem chamasse libelo, nem um só foi destruído; e são os próprios críticos que me mandam juntar ao rol das delapidações liberais as pratas de certas igrejas e a custódia de Belém que a rainha tomou para si, bem como o convento e a cerca do Sobralinho de que se apoderou o duque da Terceira.

Acham, também, que eu *carrego de mais* o quadro da situação presente, que sou uma criatura pessimista, por génio, segundo uns, por falta de «orientação mental» explicam outros. Jamais contestei o facto do enriquecimento recente, antes o pus em toda a evidência; parece-me contudo que se lhe exagera o alcance. Leis como a da abolição dos vínculos e da desamortização por força haviam de criar riqueza; obras públicas como as que se têm feito desde 1851 haviam de a mobilizar. Politicamente, porém, esse facto isolado vale pouco. Pensa alguém que Portugal, fosse qual fosse o destino da sua História contemporânea, teria deixado de progredir em riqueza? Ninguém o pense. Politicamente o que importa, pois, é comparar o progresso realizado com o das outras nações da Europa.

Dada esta explicação, pelo que diz respeito ao progresso crematístico, temos de perguntar agora se os críticos pensam que se resume nele a vitalidade de um povo. Eu não penso. Enriquecer é excelente, mas é apenas um meio: quando se torna um fim, em vez de excelente, é péssimo. Antes pobres com ideias e carácter, do que chatins vulgares e dinheirosos.

Ora eu desafio quem quer que seja a provar-me o nosso progresso intelectual e moral. Eu vejo — não vêm todos? —

uma decadência no carácter e uma desnacionalização na cultura. Dos costumes políticos não falemos. Literariamente a língua perde-se, e mais de um tem alegado como documento os meus próprios livros! Depois da geração de João Pedro Ribeiro, de Ferreira Gordo, de Bonifácio de Andrade, de Amaral, do visconde de Santarém, de Mouzinho, de Brotero, de Pinheiro Ferreira, ainda tivemos um homem, Herculano: um único, para suceder à plêiade numerosa dos académicos do primeiro quartel do século. E se hoje se levanta esporadicamente alguma excepção, o facto é que se cindiu a tradição intelectual, que se perdeu o hábito de pensar, que apenas se escreve, por arte ou por indústria, numa linguagem mascarada, o que vem cozinhado e requeentado de Paris.

Mas quem já ganhou fama de má-língua tem liberdade para dizer tudo: seja esse o meu merecimento! Merecimento, não! Acodem aqueles próprios que reconhecem a verdade das coisas, porque de tal forma murcham-se as esperanças e entibiam-se vontades. Nisso não creio eu. Se a verdade é cáustica, nenhum médico hesitou ainda em aplicar vesicatórios. Hoje, queremos saber, não queremos sonhar. Dizer as coisas como elas são, pode doer, mas o que arde sara. Oxalá que do ardor viesse uma reacção formal, decisiva, que me refutasse de um modo terminante! Oxalá, digo-o do fundo do meu coração, seja forçado a confessar-me iludido!

Por ora não. Há muito, porém, quem assegure que desvario e sonho, que tudo marcha razoável, regular e optimamente. Se assim é, pois, não há razão para temer o meu pessimismo, extravagância inocente e sem alcance. Digam-me que estou doente, quando me sinto robusto e forte, e ver-me-ão rir. Ria-se Portugal do que eu digo, se é capaz...

Alguns me acusaram finalmente por eu não terminar a obra com um formulário para as doenças da pátria, crendo-me acaso com ambições a curandeiro. Não: o género abunda, os récipes fervem.

Daqui oferecem-te, leitor amigo, acabar com os pares; de além que se acabe com o rei. Outro acha melhor que se conclua federativa e progressivamente com a Nação. Outro entende decisivo que embarquemos para ir colonizar a África. Mas os mais numerosos são os que te aconselham a deixares-te ficar quieto na imobilidade plácida da gente séria e feliz.

Eu não apresentei récipe, pelo motivo simples de que o

Portugal Contemporâneo não é um livro de partido, nem de polémica, nem de revolução: é um livro de História, conforme eu entendo que a História se deve escrever, como quem escreve um drama.

Todavia, se me é lícito dizer neste lugar o meu pensamento, aí vai o que está hoje na consciência de mais de um português. Diz-se nas conversas, não sei se até se escreve nos jornais, que um rei medroso e indiscreto é obstáculo principal às reformas, o patrocinador decidido do regime de corrupção em que vivemos; e que uma abdicação, uma ditadura são indispensáveis à salvação do País.

Faça-se, pois, essa derradeira experiência. Aconselhe-se ou exija-se essa abdicação, venha essa ditadura que, no regime actual, ou terá de encontrar no novo soberano uma adesão sincera, ou será estéril como foi a de 1868.

Repita-se o movimento, escolham-se homens sábios e virtuosos a ver se se logra melhor fortuna. Em 68 o apoio decidido da parte sincera e sã da Nação naufragou contra a hostilidade da Coroa e contra a incapacidade dos ditadores. É que estes, educados ainda no radicalismo, pensavam que o seu officio consistia em pregar moral e em decretar reformas radicais.

As necessidades urgentes de Portugal são maiores e mais complexas. Liberdade há suficiente, de mais até: ninguém pensa hoje em dia em atacar esses direitos do indivíduo que andam erradamente nas Constituições, quando o seu verdadeiro lugar seria o código civil; mas urge reformar num sentido prático os sofismas que, sob o nome de «liberdades», corrompem até a medula o corpo desta sociedade. Urge moralizar a administração e extirpar o parasitismo que nos rói. Urge pôr ponto e ordem no desvairado rumo das finanças, no regime iníquo e absurdo do imposto. Urge sustentar na queda, ou amparar na nascença, a navegação e as indústrias para os nossos filhos não serem forçados, à míngua de occupações, a pedir por esmola um emprego. Urge povoar um território meio deserto e plantar gente nas brenhas que por toda a parte mancham o País. Urge acabar com a agiotagem que, alimentando um Tesouro mendigo, nos conduz rápido à ruína. Urge, numa palavra, moralizar uma política desvairada, levantar uma autoridade abatida; e levantá-la não pela força, mas pelo respeito devido ao saber e ao carácter; urge restau-

rar as forças económicas de uma nação adormecida e o vigor moral de um povo atormentado.

Se para isto é necessário que um rei se demita, demita-se o rei. E se para o rei abdicar for mister coagi-lo, faça-se. Resta saber se o egoísmo, a cegueira, o interesse vil, a indolência, a ignorância, a veniaga de que os políticos abusam em particular, e o servilismo que em público distingue a Imprensa: resta saber se não poderão mais do que as ambições nobres de uma minoria de gente ingénua e boa.

Novembro de 1883.

ADVERTÊNCIA

(na primeira edição)

Esta obra provocará decerto no espírito dos leitores impressões que o autor não tem a vaidade de exigir que sejam vivas, mas que certamente serão imprevistas. Mais de um abrirá o livro confiado ou receoso de encontrar nas suas páginas as opiniões que passam por ser revolucionárias, e muitos acabarão chamando reaccionário — até miguelista! — ao que o escreveu. Os radicais hão-de condená-lo como herético, os conservadores repeli-lo como importuno, os ultramontanos fulminá-lo como perverso. Isolado e só, sem contentar a ninguém, sem se inscrever no rol de nenhum partido, sem se filiar em nenhuma das escolas laureadas ou na estrada de o serem, ficará por isso menos verdadeiro? Decerto não. O isolamento é a situação que convém ao escritor, a independência o processo necessário da crítica. Só assim se trabalha por amor da História, obedecendo apenas à razão, como os artistas que apenas obedecem à estética. Ora um livro de História contemporânea, alheio a qualquer das escolas e partidos vivos, é, concedam-me esta vaidade, um caso raro. Dessa raridade provêm as impressões singulares do leitor ao percorrer a obra.

O isolamento do escritor e a impassibilidade da crítica são tanto mais indispensáveis, quanto há que tratar de actos recentes e de pessoas ainda vivas ou quase. É mister desconhecer individualmente a todos e achar-se como perante uma sociedade morta ou estranha, para livremente o pode julgar. Se as opiniões partidárias conturbam o espírito crítico, as considerações pessoais não lhe fazem menos mal. Para o redactor de *memórias* é indispensável ter tomado parte nos acontecimentos e ter visto de perto os personagens. Para o

polemista é também indispensável obedecer a um sistema de doutrinas que o entusiasme, ou pelo menos o dirija. Mas para o crítico tais condições seriam funestas. Mal dele se aqui ou além tivesse ódios ou amores: carregaria as sentenças ou suprimiria as acusações, para obedecer aos impulsos do sentimento. À História que é fria, impassível e como que morta por ser impessoal, substituiria o escritor a vida particular do seu espírito; e em vez da pintura realista de uma sociedade, produziria um quadro subjectivo.

Se um tal processo ainda irrita as pessoas educadas à antiga, quando se trata de histórias velhas, o que não será tratando-se de histórias actuais? Se ainda por simpatia ou ódio se julga de Afonso Henriques ou de D. João iv, o que não será de D. Miguel, de Saldanha, do Imortal-dador, de Rodrigo, etc.? O autor sabe pois que será simultaneamente condenado pelos amigos e pelos inimigos de todos; uns acharão crueldade onde outros acharão favor, uns aplaudirão uma página para clamar contra a seguinte, outros farão ao inverso, e a todos, sem excepção, o livro deixará de satisfazer. Virá isso da mesquinhez dos dotes do autor, mas vem também da natureza da obra que empreendeu. Na obscuridade da sua vida, na paz do seu pensamento, nem a sombra de uma paixão, nem os laivos de nenhum ódio jamais podiam inspirar a quem é estranho à vida política. O exame dos nossos tempos apenas lhe provocou expressões daqueles sentimentos que são compatíveis com a serenidade da crítica: uma ironia sem maldade, uma compaixão sem orgulho, pelas repetidas misérias dos homens: às vezes, uma simpatia e um respeito singulares por certos indivíduos excepcionais. Ironia, compaixão, simpatia, respeito, moderadas emoções com que é lícito acompanhar o estudo sem prejudicar a lucidez da vista, não impedem, contudo, que acima dessas impressões fugitivas se coloque o reconhecimento profundo, inabalável das causas que fazem dos homens os instrumentos do acaso, ou do Destino.

Concebido assim, e melhor ou pior assim executado, o *Portugal Contemporâneo*, sem ser miguelista nem liberal, nem carlista nem setembrista, nem regenerador nem histórico, nem monárquico nem republicano, decerto não satisfaz à opinião de nenhum grupo, ao sistema de nenhuma doutrina; mas por isso mesmo servirá melhor à História, se o autor pôde desem-

penhar-se da tarefa concebida. Essa tarefa é singularmente dura, sujeita a perigos numerosos. Andam vivos os monumentos da História actual; e mais de uma vez, decerto, muitos deles poderão corrigir as afirmações, as opiniões formuladas. Oxalá o façam todos: oxalá possam rasgar uma a uma as páginas tristes que pululam nesta obra! Oxalá com as suas rectificações, forcem o autor a moderar a melancolia dominante no seu livro. Será, contudo, necessário negar com provas e documentos, mostrar e corrigir os erros, pois não basta acusar de pessimista a obra com as vagas afirmações correntes acerca da grandeza das nossas façanhas e da excelência e prosperidade do nosso estado actual! Às pessoas simples agrada sempre mais a opinião dos optimistas, embora eles falem por indolência ou cálculo; e isto é mais uma razão para que este livro seja acolhido com vitupérios e não com elogios. Se nem partidária ou doutrinalmente pode satisfazer, menos ainda agradará ao comum dos leitores uma obra que nem Sancho nem Falstaff inspiraram. Porém, o escritor que ambiciona tornar-se digno deste nome não indaga a direcção das correntes volúveis da opinião para as seguir, pois sabe que, fazendo-o, acabará com elas. Em vez de lhes obedecer, por via de regra, opõe-se-lhes, por esta razão simples de que para apoiar é quase inútil escrever.

Mas de todos os motivos que tornarão este livro antipático e hostil à maneira de pensar de quase toda a gente, não tocámos ainda o mais grave: a negação do liberalismo individualista como fórmula definitiva e adequada à constituição das sociedades. Respirando uma atmosfera diversa, independente da influência de uma doutrina exclusiva, o autor pôde estudar despreocupadamente o velho e o novo regime, por isso que a data de 34 nem significa para ele uma ruína deplorável das instituições eternas, nem o estabelecimento de um sistema de verdade definitiva: apenas a passagem das fórmulas históricas e absolutistas para as fórmulas revolucionárias e individualistas.

Ora o facto é que, meio século depois desses acontecimentos, e apesar das sucessivas provas práticas, ainda não foi possível convencer-mos do carácter abstracto, subjectivo, e por isso incompleto das fórmulas vitoriosas de 34. Ainda o máximo número, conservadores e revolucionários, pisa a tão

estafada via da Liberdade, e apesar de todos lhe terem reduzido a poeira o pavimento, ainda se supõem seguros e firmes. Nem admira: séculos são quase sempre necessários para varrer as nuvens das ilusões. Os conservadores centralizando todos os dias a máquina social, cada vez mais complexa, com os seus exércitos, as suas poderosas marinhas, os caminhos de ferro, as grandes companhias, as dívidas colossais, obedecem à fatalidade de um movimento necessário; mas nem por isso deixam de se dizer discípulos de um individualismo, de uma descentralização, que diariamente contradizem nos actos. Desta inconsciência nascem as fraquezas e uma deplorável falta de consistência doutrinária.

Dão por isso o flanco aos ataques dos revolucionários que, por não governarem, se não podem contradizer. Governem, porém, um instante, e ver-se-á logo uma pavorosa anarquia como em Espanha, ou em Paris em 71; ou ver-se-á, como na França de hoje, uma república só diversa do império, por fora. Condenados à desordem ou à conservação, os revolucionários de hoje expiam as consequências da falta de um critério científico na organização das suas ideias. São ainda a causa arrastada do antigo jacobinismo individualista: ainda vêem na República um ideal, e soluções íntimas em questões de pura forma, absolutamente exteriores: matéria de ocasião, conveniência, oportunidade. A tirania das fórmulas abstractas ainda os subjuga, ainda a ideia da soberania individual os domina; embora já não seja difícil ver como nessas opiniões anacrónicas se infiltra o espírito novo. A contradição levanta-se, por tal forma, violenta e grave: mas quem descobre as contradições íntimas das ideias, senão o número mínimo dos que pensam?

Esta desordem de ideias simultânea em conservadores e revolucionários é geral a toda a Europa latina. Desde que o direito divino acabou, e já se pode considerar isso um facto consumado nos espíritos, embora ainda a necessidade imponha a muitos países as instituições monárquicas; desde que, por outro lado e ao inverso, as fórmulas individualistas, contrariadas pelo desenvolver fatal das sociedades, não podem fixar-se nas instituições, nem ceder ainda o lugar nas inteligências a princípios científicos, força é que os conflitos do pensamento e dos actos apareçam constantemente. De um tal estado de falta de coordenação das acções pelas ideias

provém o espectáculo de uma sociedade confusa, onde a mediocridade e a insensatez vão de braço dado caminhando às cegas numa estrada sempre deprimente dos caracteres.

Talvez em parte alguma da Europa estas consequências do individualismo sejam tão visíveis como em Portugal, por isso mesmo que entre nós a extenuação das forças vivas da sociedade chegou a ponto de destruir inteiramente as antigas instituições e ideias. País nenhum da Europa é, com efeito, neste sentido, mais *liberal*: se até o clero entre nós é progressista! Mas também por isso, acaso em parte alguma se encontrará tanta pobreza de gente, tanta escassez de carácter. As classes conservadoras, cépticas, vivendo numa apatia moral entorpecedora da dignidade e até da inteligência, ficam pardas, banais e mesquinhas. Os revolucionários, sem a boa disposição de inimigos pujantes e sábios, baixam igualmente, apresentando, nas extravagâncias dos seus actos, a desorientação dos seus pensamentos, o vazio dos seus cérebros, e uma virulência que demonstra a ausência de verdadeira força, quando não demonstra igualmente a inferioridade dos caracteres.

Dito isto, não é verdade que os conservadores apodarão o livre de revolucionário, e os revolucionários de conservador? Sobrada razão têm ambos para o fazer, pois para o autor a verdade encontra-se nesta fórmula que é paradoxal ainda: a máxima revolução, na máxima conservação. Consinta o leitor uma breve explicação, para não ficar impressionado por um modo que nos magoaria.

Todo aquele que meditar sobre a História da civilização de qualquer povo achará no amêgo dessa História este facto: a crescente aproximação das condições dos homens, aproximação nos haveres, no saber, na capacidade, nas funções políticas e sociais. À medida que a civilização cresce, diminuem as diferenças entre os membros de uma sociedade: à especialização das funções corresponde uma equivalência de forças. Estas palavras irrefutáveis bastam para nos mostrar que o critério da História é a Igualdade, expressão concreta da civilização.

Variáveis, múltiplos, dependentes do tempo, do lugar, do carácter, são os meios que podem servir na História para permitir ou favorecer o desenvolvimento dessa lei íntima, peculiar à sociedade dos homens. Repúblicas, monarquias, im-

périos, tiranias, demagogias, todos podem servir e têm servido. Dizia-se que todas as estradas levavam a Roma! Assim todos os caminhos, por tortuosos e mal traçados que sejam, conduzem à Igualdade; e desde que haja uma compreensão verdadeira e íntima deste facto, suprimir-se-ão muitas fórmulas e discursos ociosos; ver-se-á que a revolução, no que hoje se nos afigura ainda mais terrível, e para tantos mais insensato, é a expressão de uma lei achada na observação positiva do modo de existir das sociedades.

Mas se tal é o critério íntimo e a suma lei, é mister observar também que, se nenhuma ambições, nenhuma abstracções, são capazes de impedir a marcha progressiva, tampouco nenhuma fórmulas podem transformar da noite para o dia a face das coisas. A sociedade não é, como um teatro, um mecanismo: é, como o mundo, um organismo. Se à razão humana foi dada a consciência dos actos próprios, foi-lhe, porém, negada a força bastante para alterar as leis naturais. Pode reconhecer um destino, sem poder eliminar a distância que a separa dele. Assim o caminheiro vê ao longe a porta da cidade para onde vai, sem poder, embora o deseje, suprimir a estrada que dela o separa. Gradualmente avança, gradualmente a sociedade se desenvolve, aproximando as condições dos homens, distribuindo mais por igual a instrução e a riqueza, influindo na própria organização dos indivíduos até o ponto de fundir muitos dos caracteres físicos numa unidade típica.

Este modo de ver, lealmente revolucionário, evolutivamente conservador; esta opinião apenas nascente, mas por todos os lados confirmada nas doutrinas e nos factos; esta fórmula que dissemos paradoxal, e só o é para quem ainda respira passados ares; esta doutrina, já esboçada por espíritos como Laveleye e Shaffle, Kauffmann, Maine e Bluntschi, e principalmente filiada na filosofia alemã por um lado, e por outro nos progressos maravilhosos das ciências naturais em toda a Europa nestes últimos trinta anos: este modo de ver, concluímos, constitui a síntese das ciências sociais.

A palavra política que a exprime é Democracia: igualdade na distribuição do poder constitucional. Mas se o poder político é a soma ou resultante dos vários poderes sociais, riqueza, inteligência, saber, etc., como será geral o primeiro, enquanto os segundos o não forem? Como terá o povo autori-

dade, se não tiver em si riqueza, nem o saber, nenhuma força, além do braço? Por isso as democracias não têm sido mais do que uma série de revoltas brutais, em que o filósofo descobre, contudo, a expressão rudimentar de um pensamento nascente. Neste ponto surge a doutrina antiga a dizer-nos que a livre concorrência das forças é a fórmula do progresso; mas surge também logo a ciência a mostrar-nos que a luta do forte e do fraco é a vitória necessária do primeiro. E como na sociedade há o critério que sabemos, a consequência da liberdade seria a negação da igualdade. Inspirar com a ciência a democracia, varrendo os restos das abstrações subjectivas do espiritalismo antigo, eis aí, na opinião do autor, o destino fecundo proposto aos publicistas.

Caíam por terra todos os aéreos balões perdidos: radicais, jacobinos, federais, republicanos, individualistas, localistas e *tutti quanti*! Honra a quem melhor souber ensinar a virtude, distribuir a ciência e a riqueza, entre um povo infeliz, digno de melhor sorte. Tratai dele e vê-lo-eis crescer e medrar — até o dia em que dispense a tutela historicamente indispensável de classes privilegiadas, militares ou industriais, aristocráticas ou burguesas. Então a democracia será uma verdade e não uma ficção; a liberdade um facto, não uma fórmula; a sociedade uma harmonia, e não um caos. Mas, ai dos que não tiverem olhos para ver! Porque a marcha dos tempos, o andar das coisas não param; e se em vez de educar, seguirem destruindo; se em vez de proteger explorarem o povo as classes que agora o dirigem, a democracia nem por isso deixará de vir. Mas virá com um brandão incendiário, um grito de guerra, uma foice, um chuço, um machado, vingar-se de quem não soube cumprir o seu dever. Assim faziam na Idade Média os jacques aos senhores nos seus castelos; e por honra do nosso século os novos barões deveriam mostrar pelo menos uma inteligência mais perspicaz, se não podem dar provas de uma virtude maior.

LIVRO PRIMEIRO

(1826-28)

A Carta Constitucional

I

AS ESPERANÇAS JACOBINAS

1. A MORTE DE D. JOÃO VI

S.M. fora a Belém comer uma merenda. Era nos primeiros dias de Março. Quando voltou ao palácio achou-se, à noite, mal — câibras, sintomas de epilepsia — Vieram médicos: o barão do Alvaíazere e o valido cirurgião Aguiar. No dia seguinte (5) o estado do enfermo piorou, e o rei decidiu-se a despir de si o pesado encargo do Governo. A 7, a *Gazeta* publicava o decreto nomeando a Regência, presidida pela infanta D. Isabel Maria cuja bondade merecia as graças particulares do infeliz pai. «Esta minha imperial e real determinação, afirmava o decreto do dia 6, regulará também para o caso em que Deus seja servido chamar-me à sua santa glória, enquanto o legítimo herdeiro e sucessor desta coroa não der as suas providências...» Mas quem era esse legítimo herdeiro? D. Pedro, o brasileiro? D. Miguel, no seu desterro de Viena? Não o dizia o rei moribundo, que toda a vida se achava indeciso, e acabava como tinha existido, sem uma afirmação de vontade, entre flatos, na impotência de uma morte oportuna¹.

Em Lisboa corriam os boatos mais extravagantes. O velho imperador sem império, rei de dois mundos já reduzidos ao que ele chamava o seu *canapé* da Europa, massa humana estendida num leito, era como um valo ou barreira que represava a torrente de ambições e fúrias soltas ou mal contidas em 20, em 23, em 24². O caos de conflitos dinásticos, religiosos, políticos, que a fome universal acirrara ia reaparecer à luz do dia — tão depressa o caixão do imperador-rei termi-

¹ *História de Portugal*, (3.^a ed.) II, pp. 253-5.

² *Ibid.*, I. VII, 3, 4.

nasse a viagem mortuária, do paço, ao carneiro de S. Vicente de Fora.

Logo que a notícia da doença se propagou, e, mais ainda, quando apareceu o decreto do dia 6, correu uma opinião forte. D. João VI tinha sido envenenado. A peçonha fora propinada nas laranjas da merenda de Belém; embora o dessem por vivo, era cadáver quando saiu o decreto. Conservavam-no para enganar, para preparar melhor os ânimos. Mas quem era o autor de tamanhos crimes? A rainha, diziam os constitucionais de então. Os constitucionais, diziam os absolutistas apostólicos. Entretanto a rainha era esbulhada da Regência, e se tramara o feito, saía-se duas vezes mal — por isto, e porque à indecisão do decreto responderam o consenso geral e os regentes proclamando rei o brasileiro.

No dia 10 pela tarde morreu o rei, oficial ou realmente. Houve sentimento e lágrimas, porque na sua moleza insípida era bom; sobretudo porque deixava depois de si um vácuo, uma sombra povoada de medos das inevitáveis catástrofes amontoadas e iminentes. Este susto agravava a maledicência geral. Ninguém já punha em dúvida a causa da morte do rei. Os boatos eram positivas certezas — de que o parecer dos médicos depois da autópsia concluía pelo envenenamento. Em tudo se achavam provas. Os absolutistas afirmavam ceradamente que o cozinheiro Caetano fora convidado pelos constitucionais, e que por se recusar morrera com o veneno destinado para o rei: com efeito, o cozinheiro caiu de repente. Por outro lado, atribuíam-se confissões graves ao barão de Alvaíazere que também morrera logo: e o cirurgião Aguiar, sobre quem recaíam as acusações de ter propinado o veneno dos pedreiros-livres, o cirurgião valido que fora brindado com um posto da diplomacia, morria também, assassinado segundo uns, suicida na opinião dos mais — devorado pelos remorsos do crime praticado contra o seu benfeitor! Muita gente dizia ter lido cartas em que de Lisboa se anunciava a doença, a morte certa do rei, bastantes dias antes da merenda de Belém.

Se D. João VI morreu ou não envenenado, nem se sabe, nem importa. O que vale é o facto da opinião geral sobre o caso; e essa opinião acreditava num crime. Os vômitos e delíquios do imperador-rei, o cortejo de cadáveres com que o seu corpo era metido no túmulo, faziam de um crime o intróito

da história dos longos crimes da sua sucessão. A tragédia portuguesa começava, e o travo de peçonha acirrava os ânimos prontos para um combate inevitável.

A Regência, e todos, tinham, desde o dia 20, reconhecido D. Pedro IV como rei; mas com a certeza de que esse acto era uma pura formalidade, um incidente sem alcance, um preito, apenas, dado à doutrina da hereditariedade e ao direito da primogenitura. Imperador no Brasil, D. Pedro não podia ser rei em Portugal: havia apenas um ano que se assinara o tratado da separação redigida pelo inglês Stuart, e sabia-se que por coisa alguma a Inglaterra consentiria na reunião dos dois Estados. D. Pedro teria de abdicar por força; e em quem, senão no infante D. Miguel? Então, depois do episódio, pensavam Cadaval e os realistas, reunir-se-iam os Três Estados do reino, as Cortes de Lamego — na verdade das quais todos, absolutistas e revolucionários, acreditavam a esse tempo — e resolver-se-iam as questões constitucionais que o tratado de 1825 deixara em aberto. Tudo se faria em boa paz, e os medos gerais provariam infundados.

Ingénua ilusão! Para além das questões formais havia, no fundo, um duelo inevitável. Quem levaria a melhor? O jacobinismo de 20, abafado em 23, mas não extinto? Ou os apostólicos da rainha, a quem D. João VI nunca deixara vencer inteiramente? Quem venceria? A Religião, ou a Maçonaria? O clero, ou os revolucionários? Deus, ou Satanás? A questão dinástica e política era apenas um aspecto da verdadeira questão — a religiosa. E para esta última nem valiam as combinações dos estadistas, nem os comentários dos textos apócrifos de Lamego: só o ferro, o fogo, o canhão, o punhal, a miséria, e um cataclismo final que terminasse pela morte de um dos contendores.

Os jacobinos, ou *vintistas*, valiam muito pouco em 26; a Nação em peso era realista — mas era moderada, estava medrosa, cansada e com fome. Esperava que D. Miguel tivesse aprendido com o mundo, e aderiria ao plano simples da abdição de D. Pedro e do reinado do infante — logo que as Cortes regulassem as questões indecisas. Os jacobinos também pediam Cortes, esperando recomeçar a campanha de 20 abortada, esperando transformar os Três Estados em uma

Constituinte, a exemplo do 89 francês. E, no pólo oposto da série das opiniões partidárias, via-se a figura satânica da rainha, desterrada pelo marido, odiada por uns, adorada por outros, ansiando com a esperança da volta do *seu* Miguel, filho querido, discípulo amado, servo submisso. O velhaco do esposo terminara esbulhando-a da Regência, mas não pudera felizmente impedi-la de herdar a sua metade do tesouro do avarento: 50 milhões de cruzados em dinheiro, mais 4 em ouro em pó e barra, e não se sabe quanto em brilhantes do Brasil. (Sousa Monteiro, *Hist. de Portugal*.) Com esse dinheiro faria mais do que todos: compraria os desembargadores famintos, assoldalaria a plebe de Lisboa, e o exército inteiro, com os seus chefes dedicados, os Silveiras, o Magessi, o Teles Jordão.

2. D. PEDRO, O BRASILEIRO

Lord Stuart, que a Inglaterra pusera por tutor ao lado de D. João VI, tinha regressado ao Rio com os tratados de 1825, definitivamente assinados. O inglês era ao mesmo tempo emissário do seu país e agente plenipotenciário do nosso D. João VI adorava-o, e D. Pedro, no Rio, queria-lhe tanto que o consultava em tudo, e usava com ele as maiores liberdades. A Inglaterra, que por via de Beresford governara Portugal até 1820, teve um fiel procurador dos seus interesses, mantendo-o como acesor dos monarcas portugueses na Europa e na América.

Estava, pois, Stuart no Rio ao lado de D. Pedro, quando aí chegou a notícia da morte de D. João VI: era pelos fins de Abril. Com a notícia iam informes sobre a situação do reino e as decisões tomadas pelo falecido: a constituição da Regência, a hesitação dos partidos, os desejos liberais, as esperanças absolutistas.

D. Pedro contava então trinta anos e nada conhecia de Portugal, de onde saíra aos doze, na memorável noite da fuga perante Junot¹. Fizera-se no Brasil, ladeado por ingleses, conduzido por liberais²; a atmosfera *apostólica* da Península

¹ V. *História de Portugal* (3.^a ed.) II, pp. 230-3.

² V. *O Brasil e as Colón. Port.* (2.^a ed.) I. III, 1.

não chegava além do Atlântico, e é mais do que provável que considerasse caturrices velhas as preocupações religiosas dos portugueses. Caturrices perigosas, de meia dúzia de cabeleiras de outro tempo: decerto, Portugal desejava a LIBERDADE! E D. Pedro, moço aventureiro filho de reis, admirava os feitos românticos dos homens novos. Se a imagem de Napoleão, que tanta gente enlouqueceu, não lhe servia talvez de modelo por ser já antiga, a América tinha em Bolívar outro Napoleão; e D. Pedro considerava-se um Bolívar, com a superioridade incontestável, para ele, de ser do sangue dos reis. O que no espanhol fora uma ascensão, era no moço imperador um acto generoso de magnanimidade espontânea que o enchia de orgulho. Um rei que *dá* a liberdade é incomparavelmente mais, do que um general que a conquista. Via-se nobre, via-se herói. E os que o cercavam, discípulos de Bentham, filhos de países sem tradições católicas nem monárquicas, acreditavam que a suma felicidade dos povos consistia nas fórmulas dessas Constituições que dia-a-dia os novos Estados da América encomendavam ao publicista inglês. Era uma bela ocasião de acentuar a acção reflexa do novo sobre o velho mundo: mandasse-se Bentham de torna-viagem para Lisboa!

A esse tempo andava o Brasil abarbado com a guerra do Sul; e D. Pedro e os seus conselheiros, cônscios do grande serviço, da inestimável dádiva de uma CARTA, não hesitavam um instante em acreditar que Portugal inteiro agradecerá de mãos erguidas, pronto a retribuir esse precioso dom com um auxílio de gente.

Chamou-se o acessor Stuart. «D. Pedro — escrevia este ao seu patrão Canning, para Londres (*Relat. between Gr.-Brit. and Port. Papers*, 30 de Abril) — D. Pedro falou-me em conciliar a amizade dos portugueses dando-lhes uma CARTA; para que, se a guerra do Sul se encaminhasse mal, pudesse obter socorros militares de Portugal, diminuindo o peso que opprime o Brasil.» — Stuart não aplaudiu a ideia. Conhecia melhor Portugal, e sobretudo repugnava-lhe o plano dos socorros: em vez de ligar, convinha cindir definitivamente, sem esperança, os dois Estados da monarquia portuguesa: não prejudicar a obra consumada em 1825. Conhecia Portugal e

a vizinha Espanha, o procurador inglês, e, às declamações liberais dos discípulos de Bentham, Stuart respondia que, se a ideia da simples convocação dos Três Estados, ou Cortes históricas, já excitava a desconfiança da Espanha e da França, o que não faria uma CARTA liberal, benthamista? D. Pedro não pensara nisso, e ficou impressionado. Por dias não se tornou a falar em CARTA vingando a opinião de apelar para as antigas instituições portuguesas.

Mas, contra esta resolução, surgiram argumentos sérios. D. Pedro — toda a sua vida o mostra — queria ser um Washington, sem, contudo, deixar de ser um monarca. A liberdade era um *presente*, e não o reconhecimento de um direito popular. Dar uma CARTA, satisfazia-o; entregar aos Três Estados a decisão da questões pendentes, não só era perder a ocasião de um acto que lhe afagava a vaidade, como era correr o risco das Cortes ganharem consciência própria e desconhecem os direitos da realeza. Apontou a Stuart o exemplo de 89 em França. Decidira não consentir que fosse ninguém, senão ele, a origem da felicidade dos portugueses. A CARTA estava feita (29 de Abril); já nas vésperas confirmara os poderes da Regência; já amnistiara todos os crimes políticos; e, três dias depois, D. Pedro, que de Portugal nada queria senão um motivo de glória vaidosa e um exército, publica a sua abdicação na filha, sob a condição de juramento da CARTA e casamento com o tio D. Miguel. Tudo estava combinado, arranjado, satisfatoriamente, a contento das vaidades de uns, das ambições de outros, dos interesses de todos. O inglês trouxera o tratado: agora levava a CARTA. O Brasil retribuía ao papel português com um segundo papel; e o mercúrio Stuart, de viagens, servia as Cortes brigantinas, servindo os mercadores ingleses que as sugavam.

Receando, porém, as consequências das decisões tomadas, Stuart ainda exigiu de D. Pedro uma condição: a CARTA não seria outorgada sem que previamente os Três Estados, reunidos, a jurassem. Não se reformaria a constituição orgânica do Reino, sem que primeiro houvesse a certeza de que Portugal a aprovava. Obtido isto, embarcou com a pasta dos papéis, boceta de Pandora que, ao abrir-se em Portugal, desencadeou a anarquia — sem que no fundo restasse, como no velho mito, a esperança de um futuro!

3. SALDANHA, O HERÓI

Em Lisboa acreditava-se geralmente na próxima chegada de uma pura e simples abdicação de D. Pedro em D. Miguel; e muitos andavam já afadigados a preparar as festas, contando com o breve regresso do infante. Era com efeito a solução mais simples, mais verosímil — e teria sido talvez o meio de não fazer de D. Miguel um rei de partido, precipitando a Nação em um duelo de morte. A vaidade de D. Pedro, as opiniões liberais dos brasileiros, as recordações de 20, as promessas de 23, sobretudo a deplorável fraqueza de D. João vi, não o consentiram.

Stuart chegou a Lisboa a 2 (Julho) depois de uma longa viagem que protraiu as indecisões, acirrou os ânimos resolutos de ambos os lados, constituiu os corrilhos políticos. Sabia-se que na mala trazia o destino do País; mas um silêncio absoluto, um mistério impenetrável acompanhavam o emissário. No dia 8 foi para as Caldas, onde a pobre infanta regente sofria tanto do reumatismo, como das insuportáveis cabalas que a Regência e o Ministério urdiam na confusão ainda indeterminada dos partidos que se formavam. (*Relations*, etc. Stuart a Canning.)

Antes de Stuart chegar, já por via de França viera a notícia das medidas tomadas no Rio; mas, ou não se lhes conhecia com exactidão o teor, ou se alterava adrede o que se sabia. O facto é que o próprio ministro Barbacena chegara a informar o general Lobo de que se tratava de uma pura e simples abdicação em D. Miguel, sendo isso participado ao exército. Era corrente que havia uma abdicação e uma CARTA, mas nem o escolhido para a Coroa, nem o texto do novo código se conheciam: daí provinham boatos que faziam de D. Pedro um Anti-Cristo demagógico, e da CARTA uma reprodução da ímpia Constituição de 20.

Transpirou por fim a verdade; e os absolutistas, vendo-se codilhados, declamavam furibundos, ou negavam redondamente, afirmando serem puras invenções dos pedreiros-livres as coisas que se diziam, mantendo a versão da abdicação em D. Miguel. Os dias passavam enevoados, indecisos e tristes, como na véspera das trovoadas. Com efeito sentiam-se no ar massas de electricidade política, e de um instante para outro se esperava o fuzilar do primeiro relâmpago.

No Conselho que houvera nas Caldas à chegada de Stuart, a maioria votou contra a publicação da CARTA — uma surpresa! Ninguém a queria, ninguém a pedira. O embaixador da Espanha opunha-se terminantemente. Mas Saldanha, moço ídolo das tropas, já laureado nas guerras dos franceses e nas Américas, e para quem principia agora uma nova história; Saldanha que era o general das armas do Porto, onde as sementes jacobinas ou *vinhistas* germinavam; Saldanha, ambicioso e audaz, sabia da verdade dos papéis do Brasil e decidiu-se a intervir com a sua espada, cortando por meio as indecisões das Caldas. Escreve; e como não tem resposta, nem da infanta, nem do ministro Barbacena, envia Pizarro: Se até o dia 31 a CARTA se não jurar, juro-a eu, faço-a eu jurar pelo exército! (José Liberato, *Memórias*.)

De Lisboa para Chaves, iam uns esquadrões de cavalaria: Saldanha mandou-os reter em Gaia como reforço, e ao Barbacena, ministro da Guerra, escreveu que se lhe não cumprissem os desejos (ou ordens) marcharia com as tropas sobre Lisboa. (V. as cartas em Carnota, *Mem.*) Deste modo, Saldanha começava a desempenhar o seu papel de Cid moderno, liberal, árbitro armado, poder independente — no fim, *condottiere* à italiana. As lembranças desse primeiro acto ensobreciam-no tanto que, ainda em 1860, numa carta pública dirigida a D. Pedro v (11 de Janeiro), afirmava: «Sem esta minha resolução a CARTA ficaria letra morta.»

Ao mesmo tempo que assim intimava as suas ordens ao Governo, dirigia-se em tom bem diverso ao ministro inglês A'Court. O observador reconhece comparando, o grau do nosso abatimento e o papel do inglês entre nós. Saldanha diz assegurarem-lhe que a Rússia e a Espanha intrigam e protestam contra a CARTA, mas que, visto a nossa fiel aliada a aprovar (de outro modo Stuart não teria sido o mensageiro), está pronto a levantar-se à frente das tropas do Norte cuja obediência tem segura. (V. a carta em Carnota, *Mem.*)

Já o Porto andava exaltado, já estalavam os foguetes em girândolas, já havia luminárias e sonetos insípidos, clássicos, recheados de alusões a Bruto e Catão. O salseiro de declamações, os entusiasmos ingênuos de 20, vinham outra vez ao lume de água, e havia uma nova camada de rapazes que adoravam como a um Deus o Fernandes Tomás, patriarca da liberdade!

A intimação brutal de Saldanha pôs ponto às hesitações e às cabalas, aos planos de Stuart e às tenções dos ministros, dando força à infanta e uma negativa formal ao veto da Espanha. A 12 saiu a CARTA na *Gazeta*, marcando-se o dia 31 para o juramento solene. Não houvera remédio senão obedecer à tropa, mas os ministros esperavam que tudo ficasse no *papel*. Com o Porto não podiam; mas em Lisboa sopeavam os entusiasmos, não deixando que em S. Carlos se tocasse o hino — obra de D. Pedro. Tocava-se, porém, de noite pelas ruas, e o nome de Saldanha andava em todas as bocas, adornado com os epítetos lisonjeiros do uso do tempo.

A sua intervenção sabida fora decisiva, e todo o jacobinismo português o exaltava como chefe, ao mesmo tempo que as tropas o adoravam como herói, como forte, como jovem. Depois de exigir a publicação, exigira o juramento da CARTA fixado já para o dia 31. D. Pedro dera-a; mas Saldanha era quem a tornava, de uma promessa, em uma realidade. Dissolveu-se a antiga Regência, ficando a infanta só, regente em nome da rainha D. Maria II — uma criança que havia de vir a casar com o tio, logo que tudo se combinasse. Saiu o antigo, formou-se novo ministério liberal em que entrava Saldanha, mais que ministro, ditador, general, tudo! Era a mola real, a chave, o fecho da abóbada do novo edifício liberal; e em Lisboa, no Porto, em Coimbra, por toda a parte onde formigava um movimento jacobino, Saldanha era aclamado como esperança da Pátria e braço armado da Liberdade.

As festas do juramento no fim de Julho foram brilhantes nas duas cidades: a burguesia letrada e comercial que dispunha de dinheiro era a classe em que o novo regime tinha adeptos. No Porto, onde Saldanha ainda estava, o dia 31 começou por uma salva real de artilharia. Houve o juramento nos paços do Senado, e parada no campo de Santo Ovídio: daí veio Saldanha à frente da tropa, descendo a Rua do Almada toldada de bandeiras, à Sé, ouvir o *Te Deum*. Das janelas afogavam-no num dilúvio de flores. Era saudado com os lenços, aclamado em vivas. Nas ruas, os moços abraçavam-se enternecidos, trocando parabéns. Gravito, que dois anos mais tarde acabou na forca, fizera versos, como todos:

*Já não pesa em nossos pulsos
Esse vil, férreo grilhão
Que d'escravos nos fez livres
— Divinal Constituição;*

*Foi dos céus que dimanou
Tão suave inspiração!
Foi um Deus que nos mandou
Divinal Constituição!*

E assim por diante, uma longa toada onde o gosto e o bom-senso se acham sem dúvida ofendidos, mas onde a fé é viva, o entusiasmo ingênuo e ardente, a ilusão cãndida.

À noite, a cidade appareceu iluminada, e em S. João houve récita de gala. Saldanha, *Campeão da Liberdade*, no camarote real, de pé, apresentou ao público o retrato de D. Pedro, o *dador*. Havia uma *alegria prodigiosa*, diz a *Borboleta*, jornal do tempo. A sala enchia-se com os vivas à Carta, ao *dador*, à rainha, a Saldanha!

*A Lusa herdada glória reverdece,
O lugar de nação Lísia retoma
E ao seu libertador mil hinos tece!*

Na Rua das Flores havia serenatas; e em Gaia os dois Passos tinham organizado festas esplêndidas. Era um tablado à beira do rio com um obelisco adornado de retratos e alegorias da Constituição. Havia um Templo-da-Memória alumiado com milhares de candeias, e de uma tribuna as famílias liberais assistiam às danças das lavradeiras nos seus trajos de gala, carregados de ouro em corações e cruzes de filigrana cobrindo o peito.

*Viva, viva p'ra sempre, ó portuenses!
Pedro, Constituição, Pátria, Saldanha!*

Os Passos, ambos rapazes, ambos ingênuos e bons, entusiastas, eram dois heróis nas festas. O mais moço, Manuel, que na História veremos erguer-se como um tipo de nobreza ingênua e candidez, defendera teses em Coimbra, em 23, condenando a aventura de Vila Franca, tomando para assunto o direito natural:

Coacta servitus legitur naturae contraria;

e comentando a teoria dos juristas com o espírito de um es-tóico:

A morali nunquam sejugenda Politica

Aplaudira calorosamente Saldanha, reservando-se, porém, a íntima liberdade, contra os ditadores e os tiranos. Sob o nome arcaico de Almeno Damæta corria impresso o soneto que fizera:

*Da lisonja o turíbulo odioso
Não posso manejar, não sei, não quero;
Criou-me a liberdade assim austero,
Qual de Bruto discípulo orgulhoso*

*(Da pátria rei) o vulto majestoso
Do grão Tomás nunca incensei (severo)
Quando foi nune ou rei: hoje o venero
Que é pó e está na cam'pa! — Homem famoso!*

*Assente-se nos túmulos verdade;
E sua boca o chamou da Pátria esteio
Pai, fundador da lusa liberdade.*

*Saldanha é tal: mas no porvir não leio.
Julgá-lo só pertence à postr'a idade
E em vida até louvar Calão receio.*

Tinha razão o moço que em detestáveis versos punha os melhores sentimentos, os mais fundados receios. Pobres heróis, tristes ilusões!

Em Lisboa as festas não foram menores, nem menos ruidosas. Na Rua dos Fanqueiros, de três em três, cada frade de pedra tinha um mastro de louro com balões de cores, acesos à noite. Nos topos da rua havia arcos onde, em letras de papel dourado, estava escrito — Constituição — com os retratos de D. Pedro e de D. Maria feitos pelo Sendim: D. Pedro, de guerreiro antigo, armado, a defender a filha. Na Conceição Nova havia um templo onde tocava a banda do 16. No Rossio, no Poço Novo, em S. Paulo, no Cais do Sodré, por toda a parte se viam arcos, obeliscos, templos, e de noite festões de luz e músicas. A festa do Cais do Sodré era feita à custa dos frequentadores do café *grego*, antigo foco do libera-

lismo comerciante¹, pelo Lamas, pelo Cunha Viana, pelos Costas, pelo Travessa, pelo Fernandes. Na Rua de S. Paulo, no armazém de carnes do Moniz, a futura coorte constitucional comentava as festas, entre esperanças e receios. Eram o Rodrigo e Silva Carvalho, Pizarro, Alves do Rio e outros. Ainda moço, já Rodrigo sublinhava com ironia as declarações formais dos miguelistas futuros, como o conde da Ponte que exclamava por toda a parte — «Carta e nada mais, Carta e nada menos!» (*Apont. da vida de um homem obscuro.*)

Mas no comum das pessoas sucedia então o que sempre sucedera e há-de suceder enquanto houver homens: dominar a onda da simplicidade ingénua, das boas esperanças optimistas. Ficava-se comovido, arrasavam-se os olhos de lágrimas benfazejas, quando se via a infanta regente, de caminho para a Sé, ao *Te Deum*, parar em frente de um dos arcos, na Rua Augusta: vinham treze meninas de azul e branco com vinte e cinco (os anos da regente) pombas brancas de fitas azuis nas asas!

Em 3 de Agosto saiu Saldanha do Porto para Lisboa a tomar conta do seu Ministério. Embarcou feito um herói, um salvador. Ninguém duvidava de que o seu braço tão valente na guerra, fosse o mesmo no Conselho. E não foi então, não o foi nunca. Breves meses o demonstraram.

O entusiasmo do juramento da Carta cobria mal um ardor menos aparatoso mas mais forte, menos brilhante mas mais quente: o despeito dos interesses ameaçadores, o escrúpulo das consciências ofendidas pelo maçonismo que era uma abominação, pela *liberdade* que era um atentado contra o lealismo monárquico. A nau constitucional fora lançada ao mar no meio dos foguetes, das salvas, dos vivas. Mas a tripulação? — Saldanha? Fraco piloto, sujeito a ataques de moleza, a vertigens de abandono, sem inteligência firme, nem rectidão, nem consciência lúcida.

«Em nenhum dos países do Meio-dia latino: nem em Nápoles, nem em Portugal, nem na Itália, nem na Espanha, diz

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.) II, pp. 267.

Gervinus, podia vingar um movimento liberal. Os atrevidos projectos dos emigrados espanhóis, a empresa de Galotti, a Carta de D. Pedro, tinham preparada uma sorte comum. Quem podia esquecer as misérias e os erros das revoluções anteriores?»

Entretanto, a Europa liberal cravava os olhos neste canto português do mundo: não seria a Carta de D. Pedro o ponto de partida para uma ressurreição do espírito revolucionário, abafado desde 1815 pela Santa Aliança, cujo Papa de Viena, Metternich, era então onnipotente?

Como pupilo tinha o austríaco a seu lado o infante, penhor da ordem apostólica para a Europa, da Santa Aliança, e símbolo de todas as esperanças para o Portugal histórico. A regência de Isabel Maria era para todos um episódio: o governo de D. Miguel uma certeza. Pela própria Carta cabia ao infante legalmente a Regência, e essa solução parecia inevitável a todos.

Saldanha, porém, de Lisboa, à frente da esquerda liberal ou *vinista*, embora fizesse parte do Governo, ou antes, fosse como um enxerto liberal num gabinete ou adverso ou mole, carteava-se privadamente com D. Pedro, insistindo pela sua vinda à Europa, lisonjeando-o — «a sua presença seria como a aparição de um planeta novo!» Se não viesse, perder-se-ia tudo: o povo, por hábito, por educação, pedia um rei; e os aderentes do infante não se cansavam no empenho de demonstrar que ele era o rei legítimo. «Não temo o infante ausente, escrevia, mas tenho tudo a recear da sua presença, pois muitos dos soldados e oficiais que não hesitariam bater-se com os chefes da rebelião, deixariam de desembainhar as espadas contra o infante.» (V. carta em Carnota, *Mem.*) Se D. Pedro não pudesse vir, que, pelo menos, conservasse a Regência à infanta D. Isabel Maria até a maioridade de D. Maria II.

Nem D. Pedro, nem os liberais moderados, nem as potências, concordavam em semelhante solução. Tudo conspirava em favor de D. Miguel, isto é, da sua nomeação para regente. Pflügel, o legado austríaco, instava com Saldanha para que desistisse da sua teima: fizesse o sacrifício de dizer à infanta que não podia continuar a governar, que devia chamar D. Miguel — a única pessoa capaz de harmonizar a desor-

dem portuguesa. O infante queria-lhe muito, estivesse certo, e ganharia bastante, ele Saldanha, procedendo assim. — Rebelde ao convite, o general comunicou a D. Pedro (Carnota, *Mem.*); mas o imperador, em vez de o ouvir, ouvia os diplomatas unânimes a favor da regência de D. Miguel que se decretou, conforme veremos a seu tempo.

Saldanha via por terra a *sua* obra, as suas ambições! Demitido do Ministério, contando com tropa, pensou ter por si D. Isabel Maria, e propôs-lhe uma dessas aventuras que praziam ao seu espírito aventureiro e fidalgo, quase napoleónico sem ser demagogo, fiel mas incapaz de submissão. Houve em Lisboa as *archotadas* quando Saldanha caiu, e desse tumulto plebeu e republicano ganhou o general a fama de demagogo, sem o ser. Do povo queria só as aclamações, dos soldados o amor, dos reis a adulação. Entre o trono, a tropa e a rua, o seu génio reclamava o lugar de árbitro: não o de usurpador, nem o de tribuno ou cônsul. Os que lhe chamavam D. João VII e os que o acusavam de republicano, enganavam-se ambos. Ele queria um reinado de facto à sombra de um trono antigo, para combinar as suas vaidades ingénuas com os seus sentimentos simpáticos e com as exigências do seu temperamento irrequieto.

Portanto, foi ter com a infanta e disse-lhe que se ela o ajudasse com o seu nome e com a sua autoridade, respondia-lhe, com o nome e com a vida, que havia de conservar a Regência e o Governo constitucional até a maioria da rainha. (Carnota, *Mem.*) A infanta não quis. Era histérica e beata, como Portugal inteiro.

Saldanha emigrou para Londres.

Podia sossegar? Não podia. Podia enfileirar-se ao lado dos hábeis, sob o comando de Palmela, ele que era simples na sua audácia aventureira? Não podia. Em vez de cálculos, ferriam-lhe quimeras na cabeça; em vez de astúcias, heroísmos; em vez de perfídias, abnegações.

Peninsulares, militares, com o sangue do Cid retemperado pela fama de Napoleão, Saldanhas espanhóis havia então em Londres emigrados como o nosso. Estreitaram-se os laços entre todos, e, ao lado da intriga diplomática portuguesa, Londres viu no ano de 27-8 a quimera do iberismo. «Pensai, Se-

nhor — apelava Saldanha para o Brasil — na condição miserável da infeliz Espanha! A França está longe de tranqüila e contente. Nem ela, nem a Espanha têm príncipes guerreiros... Quem pode dizer que fortuna o céu tem reservada para V.M. na Península, se os seus inimigos forçaem a empregar meios conhecidos, embora violentos?» (Carta de 10 de Julho de 27, em Carnota, *Mem.*).

D. Pedro não queria ouvi-lo, mas o general também não esperava ordens. Servia, mandando; era fiel, impondo-se. Tentou partir com Torrijos para a sua fatal aventura, e escapou de morrer por lhe terem negado o passaporte. No princípio de 28 as suas instâncias com D. Pedro são mais vivas, as suas palavras mais positivas. Napoleão dissera que o soberano legítimo que desposasse cordialmente a causa do Povo, daria leis à Europa. Que soberano havia como ele, D. Pedro? Viesse portanto: «É possível que V.M. em vez de reinar sobre 14 milhões de homens como são os espanhóis e os portugueses, e com os quais até poderá sustentar a sua autoridade na América, prefira governar só 3 milhões de gente de várias cores, gente que traz no peito a mais negra ingratidão?» (Carta de 5 de Janeiro, Carnota, *Mem.*)

Convenceu-se D. Pedro? Autorizou-o? Não parece. Entretanto, ele segue, não hesita. Vai partir para Lisboa, «tratar da realização dos bons desejos de todos os portugueses e espanhóis... As dificuldades estão removidas; e se arranjo em Lisboa o dinheiro necessário, em dois ou três meses haverá um movimento em todas as províncias de Espanha para elevar V.M. ao trono desse país». (Carta de 18 de Fevereiro, *ibid.*)

Foi, com efeito, ainda a Lisboa (Maio), mas já lá estava D. Miguel no seio da sua gente; já se bordava o manto que lhe haviam de pôr aos ombros. Convidou os ingleses de Clinton para saírem à rua com ele, mas obteve a mesma resposta da infanta no ano anterior. O famoso triunfo de 26 não podia repetir-se. Não o deixaram desembarcar, e regressou a Inglaterra cabisbaixo. O seu calor, o seu entusiasmo, o seu heroísmo, a sua ambição, estacavam assim perante obstáculos passivos. Ninguém dava a mão ao quimérico herói; em cujo cérebro redemoinhavam proezas e triunfos, em vez de planos e ideias. A sua sinceridade, a sua simplicidade, passavam por perfídias num tempo de pérfidios, e o seu génio bulhento era

um perigo para todos. Pessoa própria de outras idades, via-se sozinho. Os simples temiam nele um Napoleão sob o nome de D. João VII, os moderados receavam o cônsul das *archotadas*; uns viam um usurpador possível, outros um demagogo. De Espanha, Fernando VII não lhe perdoava as alianças com os revolucionários, nem os planos ibéricos; de Viena, Metternich sabia que ele era o braço armado dos *vintistas*.

A ninguém convinha; odiavam-no uns, temiam-no outros. Ainda então se não sabia bem que esse vulto era uma sombra, ondeante, aérea, sem consistência, nem força verdadeira. Ainda se não sabia que esse herói simples, homem de outros tempos, podia ser, nos de agora, um instrumento útil como soldado, embora ficasse pesado pelos regalos e mimos com que era indispensável servir-lhe a vaidade e a bolsa aberta para todos.

II

A SANTA ALIANÇA

1. A GUERRA APOSTÓLICA

Às festas de Lisboa e do Porto, onde, sob a protecção de um Governo simpático, o espírito liberal ou jacobino dos restos da geração de 20 e dos homens novos formados por essa escola dava largas a um entusiasmo inconsistente e bastante arcaico; às girândolas e às salvas, aos vivas e aos abraços das duas cidades, respondia um movimento de protesto enérgico das províncias, isto é, das guarnições. Portugal, como povo, não acordara ainda do torpor de largos anos, dorido das desgraças do calamitoso reinado de D. João VI. Os casos de agora — aclamações constitucionais, sedições absolutistas — são apenas os preliminares da longa futura campanha do duelo final entre a Nação histórica e o espírito novo, *estrangeiro*, mais uma vez imposto, por uma ditadura, a uma Nação aberta ao cosmopolitismo.

Ao mesmo tempo que em Lisboa se jurava a Carta, em Trás-os-Montes e no Minho os soldados aclamavam D. Miguel rei, prendendo Infantaria 24, em Bragança, os oficiais, o bispo, o governador, por não aderirem ao pronunciamento. Ao mesmo tempo, em Vila Viçosa, Cavalaria 2, Infantaria 17 em Estremoz, pronunciavam-se absolutistas (Soriano, *Revelações*) e passando a fronteira com a guarnição de Almeida, que procedeu da mesma forma, iam constituir em Espanha o núcleo de um corpo de invasores, protegido, alimentado, municiado pela nação vizinha, onde o *apostolismo* reinava encostado às espingardas do exército francês do duque de Angoulême. Saldanha, no Ministério da Guerra, redigia proclamações enfáticas, chamando à ordem «os soldados que fizeram tremer as legiões de Buonaparte» (à legitimista); mas o primeiro rebate de Julho continuava a soar pelo Reino, e de

além da raia vinham os convites da legião que ali se organizava.

Villa-Nueva-de-la-Serena, na Estremadura espanhola, era o depósito dos emigrados apostólicos portugueses sob o comando de Abreu, com Magessi, Lobo, Canavarro, Alpoim. Foi aí que, formada em quadrado, a divisão, depois da missa campal, com os oficiais à frente dos pelotões, tendo, em vez de espada, crucifixos nas mãos, jurou manter e defender os direitos legítimos de D. Miguel I, rei absoluto. (M. de Resende, *Eclairciss. hist.*). A exclusão do *brasileiro*, liberal pedreiro-livre, estendia-se à sua geração; e no caso de D. Miguel não ter herdeiros, a Coroa iria parar às mãos da princesa da Beira, Maria Teresa, casada em Espanha, onde residia. Do Escorial, a princesa era o braço direito, lugar-tenente da mãe em Queluz, para proteger a legião que se formava e ia invadir o Reino. Em cartas a Montalegre dizia para Villa-Nueva não ter ambições, não querer nada para si, nem para o seu filho, o infante D. Sebastião. «Meu querido mano Miguel e na sua ausência a rainha minha mãe», eis o Governo conveniente a Portugal; e o amor que professa ao mano e aos heróicos defensores do trono e do altar levam-na a concluir: Viva el-rei D. Miguel absoluto! (ap. Araújo, *Cron. de D. Maria II.*)

Não era só em Espanha que o fervor apostólico ardia: na própria Lisboa o dinheiro de D. João VI, nas mãos da viúva, servia para aliciar a Polícia, o melhor corpo do exército, disciplinado pelo conde de Novion. A sedição (21-2 Agosto) gorou; mas o seu plano era cair sobre a Ajuda, prender a regente e os ministros, aclamar D. Miguel com um Governo interino de Carlota Joaquina.

Ao mesmo tempo que se preparava para a ruptura das hostilidades, espalhavam-se boatos destinados a dar segurança às boas disposições da gente. D. Miguel, em Viena, diziam uns, repelia a Carta; casara ou ia casar com uma princesa de Áustria, reconhecido rei pelas cortes de Viena e S. Petersburgo. Outros faziam-no já em viagem a bordo da *Althea*, de Trieste, com proa a Barcelona: seria sagrado apostolicamente na Espanha antes de vir tomar conta do que era seu — Portugal. A rainha, em Lisboa, utilizava do tesouro de D. João VI comprando todos os destacamentos da guarda do

paço, a ponto de obrigar o Governo a mandar para lá os voluntários do comércio, liberais seguros. (Monteiro, *Hist.*)

Chegaram os princípios de Outubro; pelas províncias representava-se uma cerimónia sem carácter e a que as populações não ligavam a mínima importância — as eleições da Câmara dos Deputados, segundo a Carta Constitucional. O povo ainda apático, limitava-se a observar a campanha que se preparava entre os seus chefes, maçons e apostólicos, liberais e absolutistas. Os últimos, contudo, para impedir a reunião das Câmaras, resolveram começar as operações: Acudiria o povo a dar a mão aos soldados redentores?

Antes que as legiões de Espanha transpusessem a fronteira, convinha que outros pronunciamentos preparassem o terreno em Portugal. Foi o que se fez, no Algarve e em Trás-os-Montes. Em Tavira, Infantaria 14 sublevou-se, mas Saldanha foi lá e abafou o movimento. Em Trás-os-Montes, porém, a sedição apresentava maior gravidade. «Os camponeses vão-se reunindo às tropas», dizia o corregedor de Vila Real ao general do Porto, o Stubbs. E, com efeito, no breve espaço de um mês (Outubro-Novembro) todo o além Tâmega era pelos absolutistas. Exercia aí sobre o povo uma influência mágica o nome dos Silveiras, aureolado pelas defesas de Amarante contra os franceses. O marquês de Chaves, chefe da família, e a marquesa, viva cópia da rainha, eram dois tipos entre heróicos e burlescos, adequados para impressionar um povo forte, bom, mas cretinizado pela educação histórica portuguesa. O marquês era como doido. Viram-no, uma vez, entrar na Régua, correndo as ruas num galope desenfreado, fraternizando com os arreeiros, bebendo com os camponeses nas tabernas, chicoteando os que se demoravam na entrega das rações para a tropa: era um tirano demagogo, o tipo mais bem fadado para impressionar as populações cuja alma heróica e soez, supersticiosa e leal, aparecia individualizada num homem violento e bronco, decidido e doido, místico, vulgar, plebeu apesar do sangue. A marquesa, que em pessoa sublevara Caçadores 7, em Vila Pouca (28 de Out.), era por seu lado, como se disse, uma cópia da rainha viúva. Acompanhava as tropas, sobre um macho, com uma banda a tiracolo, grande chapéu de abas atado com lenço vermelho. Já célebre desde o tempo dos franceses que lhe tinham chamado *panorama da fealdade*, (Kinsey, *Portugal*), era

horrenda, e tomara para si o comando do batalhão ganho por ela à *causa*.

Muita gente escarnecia da loucura do marido, da extravagância da mulher; mas as populações viam, em ambos, os seus chefes naturais, e nas próprias singularidades desses gênios se achavam retratadas. Depois, os sublevados falavam do céu, de Deus, contra Satanás e os ímpios. Era uma guerra-santa. «Cessem os horrores da anarquia, esconda-se a tenebrosa perfídia, acabe neste momento a infame e desoladora Maçonaria... O marquês de Chaves não é um anjo, mas um frágil instrumento com que o Altíssimo quer derrubar o colosso da impiedade.» A legitimidade de D. Miguel era defendida em proclamações onde o tom místico de uma alucinação fanática predominava. Uma dessas, dirigida a Braga, tomava o Senhor-do-Monte como juiz da causa. O marquês era «o novo Gedeão desse povo que em Ourique Deus escolheu para si». — Vinha reunir «em torno do altar as 99 partes da Nação Portuguesa escravizada e envilecida por um punhado de rebeldes, ambiciosos, ingratos, fementidos e ímpios sectários do mais monstruoso ateísmo». (*ap. Araújo, Cron. de D. Maria II.*)

Quem, senão um doido, podia ser o chefe de um movimento positivamente louco? Portugal é uma Judeia, e os romanos batem às portas de Jerusalém. Definir assim, de um modo tão claro, o fundo da questão portuguesa, apelando para a alma das populações, era acordá-las do seu entorpecimento e arrastá-las por fim para o campo da batalha: foi o que se viu em 1826 em Trás-os-Montes, e o que dois anos mais tarde se generalizou a todo o Reino.

Em Dezembro, sobre o Tâmega, em Cavez, encontraram-se os dois exércitos e a batalha ficou indecisa. Angeja, pelo Governo, retirava; enquanto Vila-Flor, mandado ao Guadiana — por onde Magessi entrara, ao mesmo tempo que Chaves e Montalegre tinham entrado por Bragança e Miranda — repelia para além da fronteira essa divisão dos exércitos da Fé. Outro tanto sucedia à que entrara pela Beira; e Vila-Flor, pacificado o Sul, vem para o Minho, consegue limpá-lo das tropas apostólicas que se internam na Galiza, depois das acções da Ponte do Prado e da Ponte da Barca (27 de Fevereiro).

O Governo venceu. Por toda a parte repellidos, os apostóli-

cos estavam submetidos? Não. As retiradas para a Espanha que os acolhia, municiando-os para voltarem, eram episódios de uma campanha, não eram fim de uma guerra. Por outro lado, a fraqueza liberal era tão grande, que já desde Dezembro o ministério constitucional, com Saldanha, tinham sido forçados a abdicar cedendo o mando a um Gabinete onde preponderava o futuro miguelista bispo de Viseu. Todas as festas de Julho ficavam em fumo, e o ruído dos vivas e salvas perdidos ao fim de seis meses, no meio de uma silenciosa dúvida... O Governo venceu; mas esse Governo já era pelos vencidos, não pelos vencedores. A anarquia do Reino reproduzia-se na anarquia dos partidos, e uma confusão total de homens, de interesses, preparava a próxima organização dos exércitos que iam achar-se em campo.

É verdade que as Cortes estavam reunidas; mas eram coisa nenhuma; uma formalidade inútil e incómoda, cuja supressão se considerava indispensável e próxima. Entretanto, a situação não estava ainda bastante madura para uma acção decisivamente hostil à nova ordem de coisas. Restava saber que destinos preparavam as potências a esta pseudo-potência do extremo Ocidente. Entre a Espanha que diariamente, sem reboço, a invadia por meio das divisões portuguesas, e a Inglaterra, para onde olhávamos a ver o que faria de nós, Portugal e o seu Governo eram um corpo inerte, sem acção nem força aparente. Canning, a quem não convinha que entre nós se arraigasse a influência apostólica francesa dominante em Espanha, mandou para cá uma divisão de tropas, com o general Clinton, exigindo da Espanha que inter-nasse e desarmasse as legiões apostólicas.

Foi uma surpresa, ou um *coup de théâtre*, conforme Palmela escrevia para Lisboa, preparado para surpreender e desnor-tear a França, a Áustria e também a Rússia — as nações apostólicas. «Meia hora antes (da mensagem de Jorge IV ao Parlamento) ninguém sabia do caso, salvo o Ministério e eu.»

Clinton veio, e em Março acabou de todo a guerra.

2. METTERNICH E CANNING

É indispensável demorarmo-nos agora a ver que opiniões reinavam nos Gabinetes europeus sobre a crise portuguesa. Nós éramos um pupilo da Inglaterra que nesta época, sob o governo de Canning, se desquitara do concerto da Santa Aliança, pondo por toda a parte em xeque as temeridades apostólicas. Quando o ministro inglês soube da vinda de Stuart e dos papéis que trazia, apressou-se a escrever-lhe para Lisboa que tudo (abdição, amnistia, etc.) era, salvo a CARTA, o que a Nação Portuguesa desejava e esperava (*Relations, etc.*). Ele, Canning, apesar dos riscos preferiria uma convocação dos Três Estados para regular as questões constitucionais: se a CARTA não fosse bem aceite pela Nação, ver-se-iam conflitos sérios. Abstivesse-se, pois, Stuart de intervir com a sua influência. A Inglaterra queria deixar a Portugal a liberdade de opção. Entregasse os papéis, e marchasse logo, logo, para Londres. A A'Court, residente em Lisboa, dizia Canning a mesma coisa (*Ibid.*). Abstinha-se de apreciar a CARTA; nada tinha que ver com o regime interno da Nação; mas via dois pontos feridos pelo novo código e contra esses era mister reclamar: a extinção do juiz conservador dos ingleses, e as repressões postas ao culto protestante na capela de Lisboa. — O povo da capital chamava-lhe a *sinagoga*.

Tal foi a atitude da Inglaterra: um desgosto pela novidade imprevista, uma frieza, quase reprovação, para a nova ordem das coisas estabelecida por D. Pedro; mas ao mesmo tempo uma reserva prudente, uma abstenção calculada. Canning, a quem a Santa Aliança chamava jacobino disfarçado, era o émulo de Metternich na Europa. (*Gervinus, Hist.*) Inglaterra e Áustria disputavam entre si a aliança da França que, ora se inclinava para o lado dos apostólicos austro-russo-prusso-espanhóis, ora para o lado do liberalismo conservador do ministro britânico.

Na Espanha dominavam os puro-apostólicos. Era um Governo de sacristia presidido pelo célebre Fr. Cerilo. Fernando VII apenas tinha de rei o nome, porque o efectivo monarca era D. Carlos, o irmão, indigitado herdeiro da Coroa; ou antes, a princesa sua esposa. Fernando VII via-se abandonado por to-

dos os que em 23 o tinham exaltado e *libertado* da tirania dos liberais, na Vilafrancada de lá. D. Carlos era o chefe do ultramontanismo: um D. Miguel. Além do prestígio que lhe dava a decidida política apostólica, sucedia que dispunha de um grande tesouro acumulado à custa de uma lenta economia, ao próprio tempo que Fernando VII vivia numa penúria extrema. (Walton, *Letter*, etc.) Outro tanto sucedia em Portugal, entre o Governo arruinado e Carlota Joaquina opulenta.

Nem a Espanha, nem a Áustria, reconheceram a regência da infanta, em nome de D. Maria II. Invocando a própria CARTA, que agora lhes servia, alegavam o art. 92 pelo qual a Regência compete ao agnato mais próximo; e esse era D. Miguel, em cuja cabeça se colocavam todas as esperanças de uma rápida supressão do regime constitucional. O Gabinete de Madrid clamava contra os perigos das novas instituições, e insistia para Viena em que se soltasse D. Miguel e se mandasse sem demora para Portugal. Metternich, por seu lado, revolvía céu e terra para destruir a Constituição portuguesa (Gervinus), pomo de discórdia que surgira no plácido concerto da Santa Aliança europeia. Temia mais as Cartas outorgadas pelos soberanos, do que as Constituições nascidas revolucionariamente.

D. Pedro resolvera que D. Miguel fosse para o Rio esperar que a rainha sua futura esposa crescesse; mas o austríaco, em vez disso, enviou Neumann ao Brasil para exigir de D. Pedro modificações radicais na CARTA. (Homayer, *Lebensbilder*.¹) Ao mesmo tempo insistia com Villele para que reforçasse o exército francês da Espanha, a fim de a defender da *peste* por-

¹ Pretendem alguns que neste plano da ida de D. Miguel para o Brasil houve o pensamento de o eliminar, para desse modo se preparar a restauração do reino unido de Portugal e Brasil. Em abono dessa opinião acha-se na *Hist. Crón. de Portugal* (2.^a ed. p. 237), do sr. C. de Melo, transcrito o seguinte trecho de uma carta inédita do conde de Vila Real, em que se fala «das instâncias que de novo se fizeram a... para que a vítima do... caia no laço armado pelo...» E diz-se depois: «Se eu, enquanto estive na casa donde não se quer vento nem casamento (Espanha) pensei que poderia isso fazer-se sem grande inconveniente, uma vez que se dessem suficientes garantias de que se não abusaria da condescendência, agora sou de opinião totalmente contrária. As circunstâncias são totalmente diversas... Certamente, se nessas circunstâncias se consentisse que mudasse de área o sujeito em questão, se concluiria que o objecto era o de tornar as coisas ao estado em que se achavam antes de 1820 pelo que toca a independência.»

tuguesa. Por outro lado missionava frades para irem com um pelotão de jesuítas agitar a opinião de Lisboa, concitar os ódios, aguçar os escrúpulos devotos.

A França, onde Villele governava, era a chave do enigma diplomático, solicitada pela Inglaterra, pela Áustria, em sentidos opostos. A correspondência de Palmela, de Londres, comprova o desacordo das três potências que tutelavam Portugal — Áustria, Inglaterra e França. «De Paris, escreve (15 de Julho), expediu-se um correio a Lisboa aconselhando ao Governo de Portugal a convocação de uma espécie de Junta composta das pessoas mais notáveis e de se apoiar nelas para representar à Corte do Rio de Janeiro e suspender a execução das ordens de S.M.» — ao passo que Canning escrevia a A'Court para declarar que na opinião do Gabinete britânico devia o Governo de Lisboa executar desde logo em toda a sua plenitude as ordens do soberano. — Enquanto ao infante, é certo que não obrará senão segundo o impulso que lhe der o príncipe de Metternich, e este há-de reflectir um tanto antes de se colocar em opposição aberta às visitas da Inglaterra. — «Eu confesso, conclui o marquês, que antes quisera que se não tivesse promulgado uma Constituição completa, mas somente algumas bases, convocando-se as antigas Cortes.»

Tal era a divergência das potências. Entre a Espanha e Áustria, ambas *apostólicas*, uma porém miguelista, a outra empenhada em defender os direitos da neta do imperador, a Inglaterra procurava trazer a França para o seu lado. Canning foi em pessoa a Paris (Setembro) para a conquistar. Villele anuiu; e, de acordo, a Inglaterra e a França exigiam da Áustria e da Espanha moderação. Para Madrid, Canning dera ordem ao residente Lamb de se retirar, caso a Espanha não cessasse de intervir no sentido de destruir a Constituição portuguesa; e a Espanha fingia anuir, mentindo. A Áustria, vendo a decisão da França, começou também a mentir, aparentando adesão à política passiva da Inglaterra. (Gervinus.) Todos pareciam concordes, e todos atraíam o pacto: a Áustria e a Espanha, como se sabe; e a França e a Inglaterra pelos ministros que tinham em Madrid e em Lisboa, Moustier e A'Court, pessoalmente *apostólicos*, e como tais infiéis à política moderada dos seus Gabinetes.

A confusão singular dos partidos portugueses, a maior confusão da política europeia, a situação rara de um País tutelado pela Europa, com dois monarcas sem posse efectiva, um em Viena e outro no Rio, com uma regente, excelente senhora, mas mulher e histérica: tudo concorria para fazer da questão portuguesa um imbróglio de tal ordem que por força viria a dominar sobretudo a única força decidida, afirmativa — a loucura católica da população do Reino.

A anuência aparente das potências à política inglesa, nos fins de Setembro de 1826, levou aos passos decisivos dos primeiros dias de Outubro em Viena, quando D. Miguel jurou a CARTA. Parecia terminada a questão; porque, de um modo ou de outro, D. Pedro modificaria as suas disposições e D. Miguel viria tomar posse da Regência. Todas as potências estavam de acordo neste ponto, e com efeito era a única solução possível. O Governo débil da infanta, debatendo-se contra as influências de partidos irreconciliáveis, indeciso entre Viena e o Rio, entre D. Miguel e D. Pedro, punha o Reino num estado de crise, que era para Canning um perigo real: da influência apostólica, e do domínio da França, já completo em Espanha, passar para além das fronteiras portuguesas. Não era tanto à influência crescente da França, mas sim ao *intermezzo* liberal, que, por seu lado, a Áustria, a Rússia e a Espanha queriam pôr um termo.

Foi então (Novembro) que a invasão das divisões emigradas em Espanha complicou a acção da comédia diplomática. A viva força nacional rompia os cordéis com que a Europa movia este teatro de títeres portugueses. Palmela aflito em Londres, Palmela que era um Canning em miniatura, dirigese, implorante, à Inglaterra. Os rebeldes já não escondiam os seus planos: aclamavam D. Miguel e o absolutismo; o marquês de Chaves enviara o de Abrantes a Viena buscar o infante; a Espanha mentia aos convénios: era uma invasão formal; chegava o momento de invocar os tratados de aliança, o momento de a Inglaterra intervir defendendo as instituições portuguesas.

Nós sabemos que motivos induziram Canning a anuir aos rogos de Palmela. Foram esses que o levaram a resolver a expedição de Clinton. Vieram tropas inglesas — para defen-

der a CARTA? Não. Para bater a influência francesa na Península. Foi isto o que se viu bem claramente quando, mais tarde, essas tropas retiraram no momento em que a Constituição foi abolida. O facto é, porém, que, por fás ou por nefas, a CARTA, ameaçada agora pela primeira vez, era defendida pelas baionetas inglesas que ocuparam S. Julião e o Bugio e foram incorporar-se no exército do Governo.

Pela primeira vez, dizemos, e no decorrer desta história veremos quantas vezes mais o caso se repetiu. Brasileira de nascença, era este o meio de nacionalizar a Carta — com as fardas vermelhas do inglês herege? Não, decerto; e a indispensável intervenção inglesa veio concorrer para aumentar o ódio que o génio católico-histórico dos portugueses de lei consagrava ao *dom* do imperador do Brasil

3. D. MIGUEL EM VIENA

Depois da aventura do Inverno de 26 podia haver ainda a mesma confiança na solução aprovada unanimemente em Outubro? Não era um facto que D. Miguel regente devia dar a vitória decisiva ao partido apostólico, aclamando-se logo rei? Mas, falhando esta solução, que outra restava para o imbróglio português? Nenhuma. A chave do enigma estava na pessoa de D. Miguel, no grau de confiança que poderia merecer, nas eventualidades prováveis da sua decisão — no sentido vermelho como o queriam os apostólicos, ou no sentido constitucional, moderado, e pardo, que a Inglaterra desejava.

Sobre a cabeça de D. Miguel convergiam pois todas as atenções, todas as esperanças contraditórias, opostas; dele dependia a sorte do reino: esse destino tão diverso, conforme os desejos dos partidos europeus. É, portanto, indispensável demorarmos-nos a estudar o estado de espírito do infante em Viena, o seu carácter, e a história dos actos que levaram ao juramento de Outubro, à sua nomeação de regente e por fim à partida para Portugal.

Desde que o Brasil se separava, elegendo imperador o primogénito português, a questão da sucessão da Coroa come-

çara a preocupar a Europa. A Rússia inclinava-se a crer que D. Miguel era o herdeiro natural e nesse sentido sondou a Áustria (Resende, *Eclairc.*); mas a corte de Viena, cujo direito público assentava sobre a legitimidade, não consentiu que se bulisse no direito de D. Pedro dispor de uma Coroa que evidentemente não podia querer para si. Além disso, D. Maria, já nascida, era neta do imperador Francisco, e os interesses de família aliavam-se aos princípios. Atribui-se a D. João VI o plano do casamento da princesa recém-nascida com o tio D. Miguel, plano que a Áustria aplaudiu, e que a Rússia apoiou: os desejos de todos ficariam satisfeitos. (Gervinus, *Hist.*)

Surgiram depois as revoluções portuguesas (20, 23, 24), e D. Miguel pronunciou-se chefe de um partido radicalmente adverso às ideias moderadas reinantes na corte de D. João VI, e às ideias liberais que inspiravam D. Pedro e os brasileiros. Quando, pois, à morte de D. João VI, o imperador adoptou a antiga solução, já prejudicada pelos actos da vida anterior de D. Miguel e pelo seu carácter revelado, houve com razão motivo para pasmar da estupenda ideia do monarca brasileiro cuja inteligência se não mostrava lúcida. Casar D. Maria com D. Miguel, dando em dote uma CARTA liberal à filha, dando-lhe ao mesmo tempo um esposo que era o ídolo da reacção e do absolutismo, o Messias, o arcanjo Miguel nascido para esmagar o dragão revolucionário, o instrumento dócil nas mãos de Carlota Joaquina, e o pupilo de Metternich — era revelar uma ignorância total da natureza humana e das condições especiais da sociedade portuguesa.

Esse acto estava, porém, consignado irrevogavelmente, e os absolutistas, desiludidos da esperança da abdicação simples e directa em D. Miguel, já reconheciam que a solução preferida era para eles equivalente. Por seu lado, os moderados esperavam que D. Miguel tivesse mudado, tivesse aprendido com os anos e com o exemplo da Europa; e sem morrerem de amores pela CARTA, pouco se lhes dava que o príncipe a conservasse ou abolisse: este era o espírito de Canning e dos sectários da política inglesa. Os liberais, finalmente, os vintistas, confessos mações revolucionários, hesitavam em crer que D. Miguel jurasse a CARTA, ao passo que os apostólicos positivamente criam que o não faria.

Quando chegou a Viena a notícia da morte de D. João VII; quando ainda ninguém esperava a surpresa da CARTA que havia de vir do Rio; quando a solução provável, verosímil, era a abdicação directa em D. Miguel, o infante apressou-se a escrever para Lisboa e para o Rio, afirmando a sua sujeição ao Governo da infanta regente e ao direito do irmão imperador e herdeiro. «Bem longe de autorizar directa ou indirectamente quaisquer maquinações sediciosas, dizia para Lisboa, declaro, bem pelo contrário, mui positivamente, etc.» terminando por chamar a D. Pedro «legítimo herdeiro e sucessor, nosso amado irmão e senhor» (6 de Abril). Para o Rio enviava a D. Pedro as suas «invioláveis e fiéis protestações de amor, obediência e acatamento» a S.M. imperial e real, «em quem unicamente contemplo o legítimo soberano» (12 de Maio, V. Araújo, *Cron.*).

Destes documentos a que vieram juntar-se os juramentos posteriores e novas cartas, tiraram muitos a opinião de uma calculada perfídia de D. Miguel, com um pensamento firme de chegar à usurpação da Coroa por uma estrada de mentiras e perjúrios. Um tal plano exige, porém, uma inteligência que não nos parece ter havido na cabeça de D. Miguel. Inclina-mo-nos antes a supor que, antes e depois de 1826, o príncipe foi o instrumento inconsciente dos que o guiavam. Sincero sempre, jurando e perjurando, a sua arraigada crença religiosa punha-lhe em paz a consciência. Bastava a absolvição de um confessor para calar qualquer remorso, para justificar meios mais ou menos dignos, conducentes a fins tão sagrados e eminentes como eram a restauração da suposta ordem divina das coisas em Portugal.

Bronco, violento, brutal, plebeu qual o vimos em 23¹, era o genuíno tipo do filho segundo de casa fidalga: fadista, mari-alva, toureiro, supersticioso, beato, nulo como inteligência; mas com um tom de nobreza, um velho heroísmo ingénito, pervertido pela educação, posto em objectos indignos do sentimento. A história de D. Miguel rei, sanguinário, cruel, mas não infame; a história da sua vida no exílio posterior, digna, pura, sem mancha, autorizam-nos, hoje que os ódios partidários se apagaram, a estudar com justa frieza a pessoa do príncipe.

¹ V. *História de Portugal* (3.^a ed.), II, pp. 256-60.

Era sincero em 26; sincero era também ainda Metternich ao minutar as cartas que o infante assinava em Abril-Maio. Reconhecer a legitimidade de um poder necessariamente efêmero como o de D. Pedro custava-lhe pouco, pois o austríaco não sabia ainda que a CARTA era a condição *sine qua non* da abdicação. D. Miguel ardia por voltar a casa; incitava-o a ambição de reinar? Talvez; e decerto o movia a nostalgia. Dois anos ou mais, andara o vivo rapaz roubado às suas cavalarias queridas, às toiradas, aos passeios de Queluz, às conversas dos picadores, às saloias, ao céu, ao Sol, à luz de Portugal — ele em cujo sangue parece que a Natureza condensara todos os impulsos, todas as qualidades, todos os vícios, todo o encanto, toda a violência bruta da alma portuguesa. Ninguém era mais *nosso* do que D. Miguel, e por isso foi o último dos que o povo compreendeu e amou.

Mentir, porquê? Para quê? Se ainda então (Abril-Maio) a CARTA não surgira como barreira entre o infante e a Nação? É crível que medisse bem as inevitáveis complicações posteriores? Como seria forçado a aceitar o diploma de legítimo herdeiro que mais tarde lhe ofereceram? Não é crível. Metternich em pessoa não o previa. O infante provavelmente pensava que voltaria a Portugal, abraçaria a mãe querida, rodear-se-ia da sua corte plebeia, e, entre procissões e toiradas, viveria uma existência alegre, adorado da sua gente, em boa paz com o Deus dos padres, em harmonia com o irmão do Brasil que lhe mandaria a filha quando a idade o consentisse. O austríaco via em tudo uma alta significação e alcance político. D. Miguel, provavelmente, não atingia considerações dessa esfera.

Abre-se, porém, a boceta de Pandora, cujo portador foi Stuart: a CARTA, o liberalismo, a hidra, o medo, o pedreirismo, eram a condição *sine qua non* da abdicação de D. Pedro IV. O rapaz amua colérico: lembra-se de Santarém, em 23, lembra-se da *Abrilada*; talvez o espectro do marquês de Loulé lhe aparecesse a recordar-lhe essa aventura de *fadista* apostólico. Metternich amuou também, despeitado, como quem topa de repente com uma vala através da estrada franca. Mestre e discípulo, pensativos, pararam, e começou uma história nova.

A princípio, Metternich, segundo vimos, pensou em cortar o mal pela raiz, dando a mão à Espanha, convidando a França para suprimir de uma vez o direito de D. Pedro, para suprimir a CARTA nele enxertada. Era então que enviava a Lisboa os padres de Liguori; era então que por todos os modos patenteava aos Gabinetes europeus os perigos da CARTA, ao mesmo tempo que, sem ferir a agora incómoda religião da legitimidade, insinuava no espírito do seu pupilo a semente da rebelião¹. Um dos padres emissários levou de Lisboa a Viena o manifesto de 11 de Maio, papel apostólico, defendendo já a legitimidade de D. Miguel; e Ulsemanns, mestre que Metternich dera ao infante, comentava-lho favoravelmente. Da biblioteca imperial vinham para o quarto do infante todos os livros que tratavam das questões de sucessão da Coroa portuguesa. D. Miguel convencia-se de que era mais do que um Mestre de Avis, por não ser bastardo; e sua sobrinha uma outra Beatriz.

Era uma criança ainda, essa noiva, e o infante sentia, ao que dizem, uma paixão antiga pela princesa Luísa de Baviera, com quem ainda em vida de D. João VI tinha querido casar. Uma forte convicção da sua legitimidade penetrava-o; e daí começava a julgar-se maior, mais importante, vendo-se, além de legítimo, apoiado pela Espanha, pelo seu Portugal! Acosta, residente espanhol, era em Viena o intérprete da sua Corte, das infantas portuguesas de Castela e do corpo do nosso exército aí internado, de arma ao ombro, espectante. Acosta prometia-lhe, garantia-lhe a Coroa de Portugal e a do Brasil, a restauração do antigo Reino opulento que a impiedade de 20 destruíra. (Magalhães, *Apont. histór. diplom.*)

Canning, como se sabe, cortou os voos às ambições apostólicas, arrastando consigo a França, obrigando a Áustria a fingir-se favorável ao *statu quo* português. Isto preparou os acontecimentos de Outubro. D. Miguel jurou então a CARTA e celebraram-se os esponsais (4 e 29). A decisão do Governo da infanta, forçado por Saldanha (Julho) levava, como vimos, ao juramento da CARTA em Portugal; e isso

¹ A autobiografia de Metternich, publicada depois da 1.^a edição desta obra, e à qual nos referiremos adiante, é um livro onde o autor encobriu muitos lados e muitos episódios da sua política. Estão neste caso as combinações portuguesas.

contrariara não só Metternich, mas também Canning que, não esperando que o reino jurasse, exigiam esse acto prévio para se exigir do infante em Viena o juramento. Era mais um facto consumado, contra o qual Metternich intrigava (Julho-Setembro), mas que a Inglaterra, porém, apesar de lamentar, queria manter. Assim, enquanto as potências, mais ou menos voluntariamente, reconheciam a CARTA, Resende, procurador de D. Pedro, exigia em Viena que D. Miguel jurasse, agora que a condição prévia estava já satisfeita.

Não havia meio de fugir senão à evasiva de reclamar em nome do art. 92 da CARTA a Regência de *jure* para D. Miguel, inutilizando assim a necessidade do juramento. Resende, porém, respondia que a abdicação de D. Pedro era condicional e não absoluta; e que, não jurando D. Miguel, D. Maria II não era rainha. (Resende, *Eclairc.*) A atitude da Inglaterra apoiava esta resposta; não havia remédio senão transigir, fingir, esperar; e foi o que Metternich fez, dispondo o juramento da CARTA por D. Miguel e a celebração dos sponsais do tio e da sobrinha.

Qual era, porém, a atitude, qual a responsabilidade de D. Miguel nestes actos? É dar muito pouco pela habilidade consumada do chanceler austríaco, o supor que ele revelasse ao infante, rapaz bronco e violento, todo o fundo do seu pensamento, as suas esperanças mais reservadas. Decerto, o chanceler contava que, apesar do juramento, e por isso mesmo que D. Miguel era *português*, o partido apostólico o havia de escravizar assim que chegasse ao Reino, e não faltariam padres que o absolvessem. Em toda esta questão dos perjúrios, grave para os constitucionais que já não eram católicos genuínos, é mister fazer intervir a doutrina da absolvição dos pecados, se quisermos apreciar com rectidão os caracteres. Alega-se, que D. Miguel, jurando, pôs em prática a *reserva-mental*, expediente subtil e casuístico inventado pelos jesuítas; diz-se que protestou, ressaltando os direitos eventuais à Coroa, e que esse documento foi suprimido ou escondido na chancelaria de Viena. (V. Saraiva, *Mem. d'une confer.*, Londres, 1847, cit. por Melo, *Hist. Cron.*) «Vi um despacho do príncipe de Metternich, escreve Palmela para Lisboa (15 de Dez.), no qual se diz que o infante lhe levava uma carta e papéis que lhe tinham sido enviados com o fim de o convencer dos seus direitos ao

trono e da nulidade dos juramentos em que fora forçado a fazer».

Como quer que seja, o perjúrio é um facto; sem deixar de o ser também que a educação católica, e mais particularmente jesuíta, podem conciliar o perjúrio com o carácter, e até com a virtude. *Sancta, sanctis*. Se D. Miguel fosse um ambicioso sem consciência, um vilão político, não é verdade que para nada precisava mentir ao juramento de 4 de Outubro, proclamando-se absoluto? Pois não teria poder igual, com ou sem a CARTA? Pois o caminho da realeza efectiva; pois o efectivo poder, reconhecido por toda a Europa, não era seu? A franqueza, a bravura com que se lançou nos braços da doidice apostólica, provam, não a perversidade, mas sim a nobreza rude, bárbara, católica, meridional, do seu carácter. A Inglaterra, que de outra forma o teria defendido, renegou-o por isso. Não precipitemos, porém, a história.

Metternich batido, afastaram-se do infante as esperanças vivas do apostolado a que o chamavam desse reino glorioso entrevisto nas conversas com Acosta, com o mestre Ulsemanns. As sementes lançadas pelo cancelar no coração do infante tinham germinado; e agora, chanceler, imperador, exigiam dele que moderasse as suas ambições, reconhecesse a força das coisas, jurasse e esperasse. O rapaz obedeceu, como sempre tinha obedecido; podiam, porém, matar-lhe no peito a esperança? Não podiam: e quando em Portugal rebentou a guerra civil (Novembro) ele, impaciente quis fugir, correr aonde um dever sagrado o chamava. Acosta incita-o, mostra-lhe as cartas das irmãs que o reclamam. Os Silveiras estão armados; vem de viagem para Génova, Abrantes, para o raptar. É exigir muito da fraca natureza de um rapaz violento, simples, crente e decidido, o querer que ele hesite. Viena é uma prisão: exaltado, positivamente declara a Wellesley que partiria para Portugal, fosse como fosse. (Magalhães, *Apont.*) O imperador austríaco é forçado a admoestá-lo; Metternich a prendê-lo, impedindo que Abrantes desembarque em Génova. A Áustria via-se obrigada a obedecer à política da Inglaterra. (Gervinus.)

Veio, então, a intervenção armada da Inglaterra abafar a revolução apostólica portuguesa (Janeiro de 27). Era um du-

che de frieza conservadora britânica. Não havia mais remédios do que conformar-se com a realidade; todos pregavam juízo, prudência, e D. Miguel, necessariamente, aprendia com as lições várias da política. Esfriou também, resignado, e também é provável, convencido. A realidade do mundo não era compatível com as ambições francas. Caminhar terra-a-terra, prudentemente, era indispensável. Isto lhe dizia Metternich (pensando que nada disto viria a suceder) e isto acreditava D. Miguel, convencido, convertido. A entusiástica esperança que o arrebatara era uma loucura; regressava ao seu procedimento correcto, conservador, prático; aceitava a situação que lhe faziam, disposto a ser um bom rei, defendendo com prudência o trono e o altar das impiedades maçónicas. Estas sucessivas fases de estado do espírito do infante explicam, perante os acontecimentos, os seus actos, muito melhor do que a opinião de uma perfídia consumada, constante, incompatível com os acanhados limites da sua inteligência, com a nobreza da sua vida posterior, e além disso pouco frequente na natureza do homem, onde por via de regra o bem e o mal se encontram sempre lado a lado. A história tem modificado muito a lendária fisionomia do próprio Nero. Fazer de D. Miguel um *monstro*, só é concedido aos que tiveram muito que sofrer com a crueldade do seu Governo; a dor é má conselheira.

É numa das fases mansas do seu espírito irrequieto que o vemos escrever à infanta regente (19 de Outubro) «determinado a manter ilesas as leis do Reino e as instituições legalmente outorgadas por nosso augusto irmão... desejando que erros e culpas passadas sejam entregues a um total esquecimento, e que a concórdia e um perfeito espírito de conciliação suceda às deploráveis agitações...» Ainda então a aventura do marquês de Chaves não tinha vindo acordá-lo; e depois dela, depois da intervenção inglesa, tornando à quieta esperança de um reinado plácido, responde (25 de Fevereiro de 27) congratulando-se com a Câmara dos Pares que o felicitava pelo «venturoso enlace». (V. as cartas em Araújo, *Cron.*) Essas missivas, cujo tom concorda com o das notas oficiais do chanceler austríaco, eram decerto minutadas por ele; e enquanto D. Miguel com sinceridade as assinava, o perspicaz ministro lia na face do infante, onde o abatimento acusava a fraqueza própria dos caracteres violentos e sem

inteligência, quanto os factos haviam de mentir às promessas; como a Inglaterra havia de ser codilhada nas suas esperanças; como a violência do carácter simples de D. Miguel havia de tornar a fazer dele o que fora em 23 — o instrumento de Carlota Joaquina, dos Silveiras, dos *apostólicos* — assim que, ao desembarcar em Portugal, o ar da pátria, as solitações da família, dos amigos, a sedução de um poder messiânico e salvador o arrastassem, seduzindo-o e embriagando-o.

As notícias da guerra civil que em Portugal aclamava D. Miguel tinham chegado ao Rio, donde D. Pedro era forçado a governar um Reino cuja Coroa abdicara sem abdicar. As consequências da singular situação, criada pela dinastia ao País, começam a frutificar; e as viagens de príncipes, pretendentes, herdeiros, regentes, entre Portugal e o Brasil, deviam começar — mas não começaram com a exigida viagem de D. Miguel para o Rio, nos princípios de 27. Os ingénuos conselheiros de D. Pedro, ou ele em pessoa que não era menos ingénuo, esperavam prender assim D. Miguel no Brasil, tirar a cabeça visível aos partidos anti-liberais portugueses. Mas essa cabeça era exclusiva garantia que, não só os portugueses, mas também todas as cortes da Europa, viam para a solução do nosso problema político: e a Áustria e a Rússia, de acordo, recusaram-se a deixar partir o infante que, depois de ter jurado a CARTA, ambas consideravam já Regente de facto, considerando também já D. Pedro sem autoridade sobre Portugal. Preenchidas as condições por ele próprio exigidas, a sua abdicação não podia deixar de considerar-se consumada. (Gervinus.)

D. Miguel não foi; e a partir de então começa uma deplorável hesitação, só excedida pela hesitação, pela fraqueza, do Governo em Lisboa, oscilando entre a ditadura de Saldanha, fôfo ídolo da plebe e da tropa, a moleza senil dos moderados, e as ambições mal sofreadas dos futuros ou dos já declaradamente miguelistas.

Os moderados, indiferentes para com a CARTA, discípulos de Canning, idolatrando, implorando a Inglaterra, tinham já Palmela por chefe; e Palmela em Londres, Resende e Vila Real em Viena, viam que a regência do infante era

indispensável, a sua volta ao Reino inevitável — mas temiam, com motivo, essa solução, e reclamavam garantias. A Áustria era o medo, Metternich o susto dos liberais. «Este gabinete (inglês) não oporá estorvo algum, diz Palmela, à ida imediata do infante a Portugal, antes está disposto a aconselhá-la, contanto que a Áustria lhe dê a segurança positiva de que não se procurará destruir arbitrariamente a CARTA». (C. de 3 de Setembro, *D. e Corr.*) Já a urgência do caso e a anuência da Inglaterra tinham levado Palmela a indicar o modo de conciliar o regresso do infante com a conservação do liberalismo. «Para sair desta perigosa posição, dizia Palmela (*Memor.* 19 de Agosto), há só dois meios, e já agora debalde se procurará prescindir de um ou de outro; ou D. Pedro ou D. Miguel hão-de ir tomar as rédeas do Governo». A volta de D. Pedro à Europa era impossível; só restava obter seguranças e garantias de D. Miguel, para evitar o que de outra forma seria inevitável: «Ele se apresentará mais cedo ou mais tarde sobre as fronteiras de Portugal, reunirá a si toda a soldadesca e o partido apostólico entrará em Lisboa sem que o exército inglês lhe faça oposição e ali estabelecerá e fará reconhecer a sua autoridade.» Não se vê daqui, apesar da *soldadesca*, não se vê que em Portugal era nada o que havia, além do exército e dos apostólicos? Não se vê que *tudo* seria por D. Miguel? Quer-se prova mais da unanimidade da Nação, quando a única esperança estaria no exército de Clinton? Maior prova da frieza liberal da Inglaterra, quando se afirma que esse exército não impediria o estabelecimento de um Governo miguelista?

A Áustria, continuava Palmela, aconselha a D. Miguel que não vá ao Brasil, que desobedeça ao irmão, e assuma a Regência; tem direito a ela assim que complete os 25 anos, e o imperador não o reterá mais em Viena além dessa época. D. Miguel, pois, irá para Portugal. Corno? Eis aí o que é mister resolver para prevenir. E Palmela propunha a solução de nomear D. Miguel regente ou lugar-tenente, não de direito (a CARTA não lho dá), mas sim por livre autoridade de D. Pedro e sob garantia das potências para a defesa da CARTA.

Este plano que Palmela propunha em Agosto, era a solução que D. Pedro tomara já pelo decreto de 3 de Julho, chegado a Londres oito dias depois do *Memorandum* de Palmela, e

a Lisboa nos primeiros dias de Outubro a bordo do brigue *Camões*. Que motivos tinham decidido D. Pedro a adoptar essa solução perigosa?

De Lisboa tinham-lhe descrito como desesperado o estado da infanta regente, pondo-a às portas da morte; que sucederia se ela faltasse? (Resende, *Eclair.*) Por outro lado, D. Pedro, ao tempo, já nada queria de Portugal, e os pedidos dos liberais começavam a enfadá-lo, como continuou a suceder até o momento em que, forçado a abdicar o Brasil, se achou na posição triste em que veio para a Europa. Por outro lado, finalmente, as potências e os partidários da rainha aconselhavam essa solução, não viam outra, nem, com efeito, a havia. Tamanha era a força do entusiasmo *miguelista* em Portugal, que obrigava os próprios inimigos do infante (como Palmela, Resende, Vila Real), a considerarem-no a única tábua de salvação.

Rei legítimo na opinião de uns, regente legal na de muitos, lugar-tenente de D. Pedro por nomeação deste, a volta de D. Miguel a Portugal ia ter lugar sem demora: a força das coisas obrigara à única solução possível. Ardia então D. Miguel no desejo de voltar, como ambicioso ávido do trono? Parece que não. Palmela escrevia assim de Londres: «Admiro que não parece (o infante) ter muita pressa em ir tomar as rédeas do Governo, e talvez deixe com algumas saudades o descanso e as diversões de que actualmente goza.» (C. de 14 de Nov. 27 *ined.* em Melo, *Hist. Cron.*) Os diplomatas portugueses, Palmela, Vila Real e Resende não escondiam, porém, os seus receios. Exigiam que o infante jurasse outra vez a CARTA e o preito de homenagem a D. Pedro; queriam mais garantias; fixavam o itinerário da viagem, para que o infante não passasse por Espanha, fornalha apostólica onde podia voltar a incendiar-se-lhe o espírito; punham veto à amnistia dos 5 000 homens da divisão do marquês de Chaves, internados em Espanha, mas de arma ao ombro, prontos a voltar ao Reino para exterminar a Maçonaria. D. Miguel anui a tudo, manifestando em cartas a D. Pedro, à infanta, ao rei de Inglaterra e ao de Espanha, o seu sincero empenho de manter o *statu quo* constitucional. Só num ponto não cedeu: por forma nenhuma viria a Portugal a bordo de um navio estrangeiro;

não queria ofender assim o patriotismo dos seus, nem de ter de corar de uma vergonha: o seu Governo seria o Governo da Nação, e nunca uma lugar-tenência das potências. O velho espírito português encarnara com efeito na alma do infante, cuja soberania foi a última genuinamente histórica.

Metternich, avisando o residente austríaco em Londres da próxima partida de D. Miguel, exprimia-se nestes termos: «Começou a falar-me com franqueza e sinceridade da linha de conduta que pensava seguir à sua chegada a Lisboa, e confesso que fiquei surpreendido da rectidão de princípios e da sagacidade de vistas que me expôs com calor, precisão e clareza. Não só não duvido de que esteja disposto a manter a CARTA, mas até vejo que reconhece a utilidade e a necessidade de proceder assim.» (*Relations*, etc.)

Necessidade, utilidade, em que sentido? Eis o que o chanceler guardava para si, sem o confessar: no sentido de em breve se reconhecer a urgência da reacção. A Áustria e a Rússia queriam abolir docemente a CARTA pelas mãos de D. Miguel; Canning via no príncipe um meio de afirmar, com doçura também, sem revolucionários que ferissem o fanatismo português. (Gervinus.) Entre estes desejos opostos, um reservado, patente o outro; entre os desejos das potências e esse fanatismo português que era, no fim de tudo, a chave do enigma, estava o infante, de que por certo o chanceler de Viena não fazia um confidente: o infante cuja pessoa devemos reconhecer que era e seria um instrumento das influências dominantes que o cercavam. Em Viena, Resende, antes da partida, declara-lhe formalmente que o terá como inimigo se faltar aos compromissos tomados; e D. Miguel, ofendido no seu brio e na sua dignidade de príncipe, morde os beiços, dissimulando mal uma cólera concentrada. (Resende, *Eclairc.*) Não seria decerto esta atitude de quem de caso pensado tivesse planeado a usurpação, em acordos confidenciais com Metternich.

Este, com efeito, numa nota dirigida ao seu imperador, quando a aclamação de D. Miguel era já um facto, expõe claramente o seu pensamento. Quanto à legitimidade, a Coroa pertence a D. Maria II e são dignos de condeação «os esforços e intrigas do partido de D. Miguel e da rainha viúva, sua mãe, para excluir a neta de V.M. da sucessão do trono de Portugal». Mas, se as potências se declarassem franca e aber-

tamente pelos direitos de D. Maria, dariam «novo ardor ao partido revolucionário português, pois a rainha é nova de mais para reinar e uma Regência não faria senão complicar a situação difícil de Portugal. São pois necessárias combinações que, nem comprometam os direitos de D. Maria, nem ponham as potências em contradição com as suas declarações e procedimento anterior». Essas combinações consistem, para o chanceler austríaco, em dividir em dois o trono, metade a D. Miguel com o título de rei e os poderes de co-regente, metade a D. Maria, cujo reinado efectivo chegaria com a idade núbil. (*Autob. of Pr. Metternich*, ed. ingl. III, 524.)

Tal era o pensamento da Áustria, nem cartista, nem adepto à teoria pura da lugar-tenência — expediente de que se lançara mão para conciliar a posição de D. Miguel com os actos antecedentes de D. Pedro.

O próprio Vila Real dizia ter sido sempre da opinião que por forma nenhuma o infante devia aceitar a nomeação de lugar-tenente, e que só a urgência das circunstâncias obrigou D. Miguel a tomar o partido que tomou, sem renúncia dos seus direitos: ao contrário, fazendo deles reserva expressa. (V. Carta de V. R., em Melo, *Hist. Cron.*)

Partiu por fim o infante, e em Plymouth esperava-o um navio português. Embarcou. E quem correu para ele a abraçá-lo, a aclamá-lo? Foi o Raposo, da *Abrilada*, o companheiro das aventuras de 24; foram recordações, saudades do Sol português ardente de fúria, de fanatismo grosseiro; foi todo o pandemónio de Portugal apostólico, antigo, *português*. A estada em Viena, os nevoeiros do Norte, as falas conhecidas, os cortesãos polidos, apumados, sábios de mais, eram tudo como um sonho de que D. Miguel acordava agora, nos braços do seu Raposo, a bordo de um navio — de um pedaço de pátria. Os portugueses de lá de fora não eram portugueses, eram estrangeiros, perdidos: isto sim, o Raposo! em cuja figura o infante, abraçando-o, via a coorte dos seus: os toureiros e os frades ventripotentes, os picadores de Belém, de bota de cano e chicote em punho. Que é do Veríssimo? Onde pára o Sedvem? Como está o padre Braga? E punha-se a pensar, a recordar-se dos anos atrás, sem compreender as razões das mudanças das coisas, abalado, nas suas decisões, meio convertido à religião portuguesa, incomodado por todas as obrigações ímpias que tomara

durante o sonho do seu exílio... Entretanto a fragata velejava na rota de Lisboa.

4. A VINDA DO MESSIAS

Desde os primeiros dias de Outubro que a *Gazeta* publicara o decreto de D. Pedro. Era já fora de toda a dúvida que D. Miguel ia voltar. Fazer o quê? Enterrar a CARTA? Os moderados não o criam, confiando nas repetidas confissões terminantes de Viena. O infante, é verdade, não renegara os feitos de 23-4, mas era de supor que lá fora aprendesse, que tivesse mudado vendo a Europa. Desconheciam esses quanto é duro e tenaz o temperamento nacional. Muitos príncipes erraram em moços, acrescentavam outros gravemente, nem D. Miguel é uma excepção à regra; mas os anos educam. E o infante, como em geral sucede aos príncipes, era para uns boçal, nulo, bruto; e para outros dotado de talentos: mostrá-los-ia agora! Não se receava tanto da sinceridade das promessas de D. Miguel, como das intrigas urdidas pelos sequezes da rainha-mãe. (Walton, *Letter*.)

Para esta não havia hesitações nem dúvidas. A volta do filho era, afinal, a vitória. Que importavam os juramentos? Sobravam padres para absolver pecados tão santos. Ela e os seus, que eram senão os procuradores do céu? Já não refreavam os ímpetus da esperança que se tornava uma certeza. D. Carlota dava beija-mão em Queluz; D. Miguel era aclamado nas cavaliças do paço de Belém. A corte da infanta, na Ajuda, estava deserta — e muda, com as proclamações insípidas, mortas, que a *Gazeta* publicava; tudo corria a Queluz, à corte da verdadeira rainha, rica e já vitoriosa. Chegava o *homem*, o *menino*, o *anjo*: era um Messias salvador! Voltavam os doirados tempos que tinham precedido a *Abrilada*, exaltados pelo milagre famoso da Senhora da Rocha *aparecida* numa toca de coelhos em Carnaxide. Ninguém duvidava, e a rainha sabia o modo de vencer qualquer escrúpulo, de restabelecer o seu antigo império no ânimo do filho querido. A anarquia torpe e beata da velha Corte ia reinar outra vez. D. Carlota não levava a mal que uma das filhas fugisse do paço para ir cair nos braços do mais guapo moço da Corte, o marquês de Loulé, com quem casara. E a anarquia da Corte

aplaudia a onda já irreprimível da anarquia das ruas, transbordante. (Monteiro, *Hist.*)

Em Braga, em Vila Viçosa, D. Miguel era aclamado rei absoluto, no meio de vivas, e morras aos pedreiros-livres e à CARTA. Em Lisboa havia um delírio de esperanças e cóleras. Já o Miguel-alcaide, à frente do seu bando armado de cacetes, corria as ruas ameaçando e punindo. D. Miguel viria por Espanha, onde D. Fernando VII (ou D. Carlos) lhe daria tropas; entraria com elas, com a divisão do Silveira, pelo Alentejo, numa marcha triunfal. Por toda a parte giravam os retratos do infante em papel, em medalhas, em broches e alfinetes, e havia no paço quem o trouxesse em miniatura já coroadado, na pedra de um anel. (*D. Mig. em Port.* anon.)

O povo escarnecia dos moderados, dos fracos, retratando em cantigas e pasquins a inércia impotente das tropas que deviam salvar a CARTA

*Angeja com estuapor
O Zagalo derrotado
Melo batido e cortado
Com licença o Vila-Flor*

Clinton deu marmelada!

O verdadeiro, heróico exército dos Silveiras, apóstolos do Trono e do Altar, estava ainda em Espanha, donde enviava proclamações eloquentes a excitar a fúria das populações: «A causa do nosso legítimo rei D. Miguel I não sucumbe... Sofrei um pouco mais: também nós sofremos... Obedecemos à Espanha, como amigos: o inimigo é esse inglês que nos explora e nos oprime. — A legitimidade, os direitos inauferíveis de D. Miguel: eis a nossa divisa. Quais são os sacerdotes que hoje choram, entre o vestíbulo e o altar, as contaminações de Jerusalém? Ah! eles vivem e folgam com os inimigos do Deus de Israel! Com a imagem do Redentor na mão esquerda e com a direita empunhando a espada, sede o ante-mural da Religião! Cortai a cabeça aos ímpios Holofernes! Caia por terra o ímpio e infame maçã. — Sacerdotes, a causa é toda vossa. Correi pois às armas! Deus de Afonso Henriques! vingai no sangue impuro dos malvados as afrontas e violências.» (Ap. Araújo, *Cron.*) E assim por diante, invocando os milagres nacionais e bíblicos, Judite com Ester e a matrona de

Aljubarrota; chamando à maçonaria horda de canibais e hotentotes; aplaudindo as cacetadas, as palmatoadas, os açoites, as chibatadas, que por todo o Reino precediam os fuzilamentos e as forças miguelistas: denominando o infante anjo, rei, D. Miguel I; e concluindo por vivas à santa religião, única e verdadeira!

Sabendo-se que nenhum motivo é capaz de lançar os homens na fúria sanguinária de um modo mais cruel do que o motivo religioso, logo se compreende a origem do Terror miguelista. O rei era tanto um apóstolo, como Robespierre o fora — de uma religião diversa. A diferença dos dogmas não faz ao caso; o que importa é a certeza que o homem supõe ter da verdade: daí vem uma intolerância cruel e absoluta, a santificação de todos os crimes, o abandono de toda a moral, o delírio de uma loucura iluminada de revelações tintas no sangue quente das vítimas.

Tal era a situação a que os episódios anteriormente estudados conduziam afinal a Nação. Inúteis os esforços moderados, banidas as esperanças do pensamento novo, desenlaçados por fim os nós da intriga diplomática, das complicações dinásticas, do imbróglio das pessoas e das ambições mesquinhas, a questão portuguesa desenhava-se de um modo nítido no fim do ano de 27. Era a questão da fome, cujas dores tinham azedado a sociedade; era a questão da Fé, cujo ardor incendiava os ânimos. E como as revoluções nunca rebentam sem o estímulo de uma ferroadada de miséria, veio o Banco, suspendendo os pagamentos (9 de Dezembro), pôr fogo ao velho edifício para a queima.

III

O ENFERMO DO OCIDENTE

1. A FOME

É necessário demorarmo-nos um pouco a travar relações mais íntimas com o estado do País, nas vésperas da resolução dessa crise que, nascida com a invasão francesa e com a separação do Brasil, tomou um carácter político com o jacobinismo de 20, e atingiu o seu período agudo depois da morte de D. João vi. As causas acumuladas apareceram então com franqueza, complicadas com a questão dinástica; e se alguma responsabilidade cabe aos homens insuficientes a quem o Governo pertenceu em 26, é necessário reconhecer que a sua hesitação, a sua franqueza, serviam sem dúvida para acirrar os ódios, tornando cada vez mais cruel a solução violenta de uma crise que, timoratos, só pensavam em protrair.

A situação era, porém, incontestavelmente difícil. Não havia unidade no poder, nem podia haver decisão; porque, acima dos ministros e acima da Regência, reinava desde a outra banda do Atlântico, do Brasil, D. Pedro. No melhor das combinações, vinha um decreto imprevisto contradizer, destruir o que se planeava. É verdade que esses planos valiam pouco, valiam nada. Inspirava-os todos o propósito de conciliar o inconciliável: um passado jesuíta com um desejado futuro liberal. E conciliar por que meios? Por meios legais, representativos. Como havia de a Nação, deixada a si própria, *representar* coisa diversa daquilo que era? Tal foi a quimera das CARTAS que por toda a parte caíram, como devia cair a portuguesa, até que uma revolução e uma ditadura vieram impor as reformas constitucionais.

O traço fundamental da sociedade portuguesa em 1826 é a sua extrema penúria; e para sair dessa miséria, os jacobinos de 20 tinham apelado para a liberdade, contra a Nação em

peso que, esperando tudo da religião e da monarquia, aplaudiu a reacção vencedora em 1823-4. Revestir essa reacção de um carácter demagógico-apostólico, respondendo à impiedade com o fanatismo, eis o plano que a bonomia mansa de D. João VI pôde impedir; eis o que, depois da morte do rei, Canning desejava evitar, e com ele os homens prudentes, os hábeis, e uma parte da burguesia portuguesa. Veio então a CARTA acordar os *princípios* esquecidos e opô-los outra vez aos ardentes princípios do sentimento histórico, contra o qual não havia força capaz de medir-se.

Junte-se a isto a provada incapacidade dos moderados, a fraqueza do Governo de uma mulher, regente que desejava ser (e foi) constitucionalmente imparcial e fiel mandatária do irmão ausente, e ver-se-á que tudo concorria para tornar inevitável a vitória decisiva do espírito nacional, personalizado no belo infante idolatrado, guiado pela megera da mãe, com a sua corte de energúmenos. Grotesca, imunda, beata, plebeia, fradesca, brutal, era a sociedade a que D. Pedro dava uma CARTA — a fim de ela, representada nas Cortes, se negar a si própria, dizer que queria o que não queria, que sentia o que não sentia, que amava o que odiava: — a liberdade maçónica! Com razão Canning observara que tudo o que o mercúrio Stuart trazia do Brasil era excelente — salvo a CARTA.

Já tentámos retratar a capital do Reino quando, afogadas as Cortes em 23, ficaram nus à vista os genuínos elementos sociais¹. Esta Nápoles de Espanha não mudara, não podia ter mudado, em três ou quatro anos. As suas ruas eram focos de imundície, decomposta, ou ambulante e viva. Os bandos de frades como hábito gorduroso, de cães roendo os ossos e o lixo amontoado junto às casas, os corpos de animais mortos apodrecendo ao Sol, os rebanhos de mendigos chagados esmolando, tornavam Lisboa, eminentemente própria para «lições peripatéticas de anatomia mórbida». (Kinsey, *Portug.*) De noite corriam em direcção das praias as figuras esguias das pretas com o alto caneco de barro à cabeça, a vaziar no rio as sentinas das casas; e o transeunte, tropeçando nos monturos, com o olhar fito na luz mortíça do lampeão dis-

¹ V. *Hist. de Portugal*, (3.^a ed.) II, pp. 258 e seg.

tante, recebia os duches das janelas: Água vai! De dia, a essas janelas, adornadas de craveiros e manjericos, viam-se as mulheres mal vestidas catando-se ou namorando: psiu! psiu! chamando o aguadeiro, ou a saloia de botas e carapuça, sobre o burro, vendendo as hortaliças. Os gaiatos assobiavam a *Cruel saudade*, modinha célebre do Vidigal, tocada nos sinos das incontáveis igrejas, nas vésperas de festa; as meninas vinham pôr ao ar o macaco, o papagaio inevitável de todas as casas, com a gracinha habitual: Papagaio real, quem passa? E o pássaro respondia as obscenidades ou porcarias deliciosas que faziam vir as lágrimas aos olhos, com riso. Os pretos e pretas pululavam, com a cana e o pincel, na sua praça da Rua do Amparo, ou vendendo tremçoço, fava-rica com azeite de Santarém. Passavam, correndo, aos grupos, à missa, as mulheres como monos, no seu capote negro, escondendo todas as formas, com o lenço de cassa branca espetado como o bico de um pássaro virado para as costas; e parando diante dos numerosos santos, de azulejos pintados, colados nas paredes das casas, com uma candeia suspensa, persignavam-se, murmurando rezas com devoção. O frade surgia por toda a parte: das vielas mal afamadas, das tabernas frequentadas pelos galegos sentados nos barris sarapintados de verde e vermelho: saía o frade com a cabeça rapada e nua, de trajos pardos, por baixo da capa em alguns, como nos trinos, o hábito e escapulário branco com a cruz azul e encarnada. Era meio-dia: tocavam os sinos das igrejas as *Ave-Marias* e todos se descobriram, interrompiam-se as conversas e rezava-se. Quando na rua passava o Viático, os homens paravam, ajoelhavam, batiam nos peitos; as seges estacavam no seu rodar saltitante e rápido; descia o boleeiro, de jaleca e botas altas com esporas colossais de latão, e de joelhos, por entre a gente passavam os *irmãos* nas suas opas vermelhas, segurando o pálio doirado, sob o qual ia o padre, gravemente, com o vaso das partículas, andando ao toque da campainha fúnebre, ao som da melopeia do *Bendito*.

Um curioso traço de Lisboa de então eram as suas ruínas: o rasto do grande terramoto. Ruínas de edifícios caídos, ruínas de obras por acabar: assim era o Reino inteiro, assim o Governo, assim as instituições. Um terramoto universal assolara tudo; e Portugal era um montão de destroços, onde parasitas imundos, como as eras teimosas nos muros derro-

cados, vegetavam com uma tenacidade calada, invencível. A Patriarcal jazia por terra em ruínas; por meio delas levantavam-se os alicerces esboroados do Erário novo, e entre os montões de pedra abandonada matavam-se os porcos para a cidade. S. Francisco ficara por terminar, e sobre as lajes dispersas e já comidas pelo tempo, nos cômodos de entulho, onde viçava a relva, pastavam cabras no meio do lixo imundo que aí vinha de toda a parte vazar-se, no meio das imundícies de toda a espécie, porque as *obras* eram a sentina dos transeuntes do bairro. Ao lado do monturo ficava a capela, com um monturo de pobres piolhosos sentados a esmolar nos degraus, com outro monturo de frades, contratando, à porta, as missas, os enterros, com o monturo final de mortos sob o pavimento da igreja, por cujas fendas saíam exalações pútridas. (Kinsey, *Port.*) Pelo cais, no rio onde enxames de catraios, vermelhos com grandes olhos de peixe aos lados da proa vogavam a remos, a agitação era grande, altos os gritos chamando os curiosos a Belém, à barra. Esperava-se de um momento para outro a chegada do genuíno rei de toda esta sociedade burlesca, agora delirante e desesperada com fome.

As hesitações, as dúvidas, os receios, iam acabar; com o príncipe desejado tornaria a bem-aventurança fradesca e farta das procissões, das cavalgadas, das festas de Igreja, e das toiradas.

Fora os inovadores e estrangeiros! os ímpios e os mações que são ateus! os liberais, frasistas ocos a quem foi lícito, infelizmente, perverter os espíritos simples com teorias, além de más, tolas. Daí viera a perda do Brasil, a miséria universal: «Nem há a quem se peça um real que estão todos, como lá dizem, às Portas da Misericórdia pedindo para as almas». (Jossé Daniel, *Ronda do patriot.*) E de quem é a culpa? Da novidade, do liberalismo, essa peste de fora, estrangeira!

*Vejo a razão dos homens confundida
Só falas empoladas aparecem*

*Portugal! Portugal! bem não te auguro.
Portugal, ao relógio te comparo
Que de tempos a tempos desconcerta.*

(*Ibid.*)

O *Patriotismo*, correndo as ruas e as casas, achava a desordem, a peste por toda a parte; e um vago sentimento do carácter orgânico da crise transparece:

A época é de enigmas que atormentam!

O mais imediato de todos esses enigmas era o Tesouro, cornucópia abundante donde vivia o Portugal que não vivia das esmolas da Coroa e dos conventos. O Tesouro estava inteiramente vazio. Em Março (27) tentara-se um empréstimo de 2000 contos, e nem a quarta parte entrara. Nas tristes, sonolentas câmaras, no princípio de 28, o ministro deu conta do estado das coisas. Devia-se além de 20 402 contos com juros e que custavam ao ano 1851, quase outro tanto (18 698 contos) de atrasados por pagar: um terço (6000) era o papel-moeda; outro (6490) tudo o que se apurara dever-se em Dezembro de 26: o terceiro finalmente (6208) eram letras e contas vencidas, eram as pensões de cinco anos, os juros de padrões em quatro anos, os ordenados, soldos, prés, mais ou menos atrasados de 27. — As contas deste ano de miséria mostravam um alcance (4844 contos) de quase metade da despesa total (9979 contos): o rendimento do Tesouro fora de 5135 contos apenas. E para o ano de 28 a perspectiva não era melhor: orçava-se uma diferença igual à do ano anterior¹.

Podia haver argumento mais eloquente contra a eficiência das coisas novas, embora moderadas? De que valiam a CARTA e as Câmaras e as fórmulas, e as *falas empoladas*, se,

¹ V. o *Relatório e Contas* apresentado pelo ministro, M.A. de Carvalho, na sessão de 1828. O orçamento para este ano é:

RECEITA		DESPESA	
Impostos directos	1 989	Lista civil e Câmaras	629
Alfândegas	5 060	Ministério do Reino	557
Bens nacionais e diversos	157	Ministério da Justiça	248
Pela Junta dos Juros	1 061	Ministério da Fazenda	2 488
Impostos directos	539	Ministério da Guerra	5 710
Impostos indirectos	414	Ministério da Marinha	1 348
Bens nacionais	108	Ministério dos Estrangeiros	436
Receitas das colónias	1 690	Junta dos Juros	943
Receita das diversas		Colónias	1 534
repartições	1 025	Diversas	1 409
Deficit	4 320		
		contos	15 302
contos	15 302		

em verdadeiro resultado, ninguém cobrava um real, e a ruína era já um facto, uma previsão? É facto que os jacobinos, os *vinhistas*, diziam onde estava a solução: acabar com os frades e tomar posse do que eles tinham. Mas essa solução, por ser revolucionária e ímpia, nem convinha aos moderados, nem a Canning que pusera em Portugal os soldados ingleses, não só para impedir que a Espanha apostólica nos invadissem, como também para impedir que fôssemos outra vez cair na *anarquia das revoluções*.

2. OS PARTIDOS

Corria-se, realmente, esse risco, pois apesar das declarações em contrário, todos viam na CARTA um ressurreição disfarçada de 20; e todos viam no irrequieto Saldanha um ambicioso em volta do qual se agrupavam os vencidos de 23, e toda a corte de novos apóstolos das opiniões jacobinas. O Governo da infanta debatera-se contra esta tendência, e só pudera repelir Saldanha e o seu partido entregando-se nas mãos do bispo de Viseu e do partido diametralmente oposto, que esperava um pretexto apenas para acabar de uma vez com a singular extravagância da CARTA.

A má vontade era geral. Na proclamação com que a Regência anunciava o *dom* de D. Pedro, (ap. Araújo, *Cron.*) manifestava-se uma frieza singular, e só se tinha em vista fazer sentir que entre a CARTA e a CONSTITUIÇÃO de 20 havia um abismo — toda a diferença que vai da revolução à legalidade, da soberania nacional aos direitos majestáticos. Era inútil, porém: ninguém se iludia; o texto da CARTA não permitia dúvidas: era a revolução de cima para baixo! Não tendo sido possível evitá-la, tratava-se, portanto, de a tornar anódina e nula. Nas eleições empregavam-se todos os meios para afastar os *vinhistas*; ao mesmo tempo que se convidava o antigo procônsul Beresford para tornar a Portugal, a opor no exército a sua preponderância à crescente influência de Saldanha. O ministro Trigo, autor dos regulamentos parlamentares e eleitorais, tinha a peito embaraçar tudo e impunha aos deputados um rótulo monárquico: o laço azul-encarnado. A Imprensa vergava sob o peso da Censura. E, por outro lado, as resistências abertas, decididas, não encon-

travam castigo. O marquês de Lavradio não quis jurar a CARTA, mas nem por isso deixou de continuar a ser o que era: titular, veador do paço, e alferes. Montalegre, um dos generais da Divisão apostólica internada em Espanha, continuava a receber as rendas da sua comenda. Borges Carneiro, deputado, dizia na Câmara, durante o mês de Fevereiro de 27 quando a guerra civil ardia, que era uma inaudita ignomínia o que se passava, e indecorosa a convivência, a moderação de que se usava com os rebeldes. — Que outra coisa podia ser, quando, na recomposição do Gabinete (Dezembro, 26) pela saída de Saldanha, todos os elementos reaccionários, com o bispo de Viseu à frente, entravam no Ministério? «É preciso amalgamar de novo a família portuguesa», dizia na Câmara o conde da Taipa; e em vez disso a cisão inevitável acentuava-se cada vez mais, pela força das coisas, pela deplorável fraqueza dos homens. Em Abril, os emigrados de Espanha rejeitavam a amnistia que o Governo, em cujo seio havia os dois partidos, lhe enviara.

Foi nesse mês que se deu nova mudança em sentido liberal. Saldanha voltou ao Governo. Porquê? Nem vale a pena saber: porque o poder andava aos tombos, à mercê das intrigas e dos conflitos do acaso. Saldanha entrou num dia (28) e no seguinte pronunciou-se a guarnição de Elvas. Assim como havia dois partidos, jacobino e apostólico, assim havia dois exércitos, o de Saldanha e o dos Silveiras. Saldanha entrou em Abril, o bispo de Viseu tornou a entrar em Junho (8). A anarquia do Gabinete representava bem, *constitucionalmente*, a anarquia das classes directores, dos homens *graves e respeitáveis*. Era um caos de intrigas, e a pobre infanta chorava os males da sua vida. A excelente senhora pedia a todos moderação e paz, e da sua parte fazia o que era possível. Em Dezembro mandara as suas jóias ao Banco, para ver se evitava a suspensão dos pagamentos. Colocada entre os dois irmãos, mais ou menos já declarados chefes dos dois partidos inconciliáveis, a infanta, bondosa e recta, buscava debalde a paz no caminho de uma legalidade impraticável. A CARTA era apenas o pretexto para os trinados com que as cantoras em S. Carlos executavam o hino (outro *dom* de D. Pedro e sua composição) perante a plateia, onde melancólica

e triste a sociedade portuguesa sentia os espinhos dos ódios e divisões cruas que já roíam as famílias. (Kinsey, *Port.*) Contra Saldanha no Ministério, movia-se Palmela em Londres, eficazmente servido pelo residente de Lisboa, A'Court, *tory* conhecido. A rivalidade dos dois futuros duques, a antipatia, os ódios, a intriga que acompanharam a história da ditadura liberal, subordinando-se aos caprichos da vaidade dos que, ambos, queriam dirigir o movimento, começam agora. *Clinton dera marmelada*, dizia o povo nos seus pasquins; isto é, a política inglesa, sem se decidir pela CARTA com medo da revolução, nem pela FÉ com medo do fanatismo, era mais um nó inútil na confusão portuguesa; e A'Court, hereje para os apostólicos, *inglês* para os patriotas, era o *coveiro* da CARTA para os liberais. Renegado por todos, as suas tropas de nada serviam.

E sem a intervenção da gente de fora era provavelmente impossível manter a ordem. Formigavam como enxames as revoltas; desertavam para Espanha regimentos em massa; havia uma insubordinação geral do exército e guerrilhas por todos os campos. Motins sucessivos aclamavam D. Miguel. As populações agitavam-se prenunciando a explosão próxima. Todos os dias o Governo repetia as ordens contra os tumultos — prova de que ninguém se importava com elas. No seio da anarquia e da fraqueza do Governo, nasciam as instituições espontâneas, e uma política demagógica devassando por toda a parte, punindo os suspeitos de maçonismo. Em Lisboa não saía à rua uma banda tocando o hino constitucional, que não fosse apupada, apedrejada, obrigada a calar. Havia uma espionagem universal insinuando-se no seio de todas as famílias: abriam-se as cartas, apreendiam-se as malas do correio; e depois iam os esbirros, de vara ou palmatória, pelas casas, castigar ao vivo os remissos, ou culpados. E com isto o Governo — oh santa simplicidade! — ordenava aos bispos que ordenassem aos padres que explicassem dos púlpitos a Constituição e suas belezas! (ap. Araújo, *Cron.*). Os ingleses (Kinsey, *Port.*) explicavam Portugal pela Turquia, achando uma singular, *striking*, semelhança: «pouco ou nada se pode esperar de qualquer tentativa para introduzir a civilização entre os turcos».

Com efeito, a educação de três séculos tinha feito de Portugal um povo fanático, violento, apático, intrigante, vil e fra-

co, à maneira dos povos do Oriente. A comparação, talvez humorística, é rigorosamente verdadeira. A uma demagogia iluminada, ou apostólica, de um catolicismo semelhante às loucuras religiosas orientais; às classes directoras compostas de aventureiros sem nobreza e de parasitas beatos e idiotas; a uma burguesia nula, a uma aristocracia senil, a um clero tornado em casta proprietária, e a uma plebe miserável, cretinizada, fanática, mendiga: junte-se a violência tenaz e a fúria surda do temperamento português, tão semelhante ao turco, e deve reconhecer-se que a comparação é lúcida.

Por um outro dos sucessivos *tombos* do Governo, Saldanha, renegado pelos moderados e odiado pelos absolutistas, foi expulso do Governo em Julho (23). Apenas restava à sua inquietada ambição de soldado aventureiro apelar para o campo. Só lhe restava opor, à demagogia da fé, a demagogia da impiedade; erguer, perante a revolução reaccionária, a revolução jacobina; dar a mão aos *puros-vintistas*, à soberania nacional e à República. Fê-lo, ou quase, com a sua temeridade constante; e negou-o com a sua também constante fraqueza. Fofó, balofó, sem consistência, nem ideias, era já e foi sempre uma criatura singular que só a educação, a estirpe, explicam. Fidalgo e católico, mas filho segundo e pobre, prendia-se ao Portugal histórico, passando contudo da vida antiga, para uma existência nova e diversa aprendida no campo. As marchas e batalhas saciaram-lhe o ardor, que de outra forma se vazaria nas toiradas e cavalarias tradicionais dos filhos segundos que preferiam o *século* ao claustro. Pobre e perdulário, a anarquia que alimenta os audazes convinha-lhe; e nas guerras por essa Europa, pela América distante, aprendera o vocabulário das ideias novas — mas só o vocabulário. No sangue era um absolutista de raça, com o génio de um antigo barão da Idade Média. Vaidoso, turbulento, cioso de mandar, sem plano, sem política, era no século XIX um bailio de ópera, constelado de comendas, emplumado, cheio de galões doirados. Tinha com isto uma bravura incontestável e os dotes de um *condottiere*, qualidades apreciáveis, adoráveis, para o peninsular descendente de bandidos. Tinha a mais uma presença nobre, simpática, um encanto sedutor no aspecto e era naturalmente lhano, franco, dadivoso. Com todos estes

dotes, se tivesse uma ponta de génio, teria sido um Napoleão português, um general-rei. Mas por dentro era estopa que ardia ao sopro da ambição banal, para cair logo, apagada, na pasta de um moleza vulgar. Sentia as necessidades de um dinheiro que as plebes não têm, mas de que os reis dispõem; sentia um certo nojo pelos rotos das ruas que o aclamavam; e no momento em que só faltava chegar ao altar e apoderar-se do óleo sagrado da vitória, acordava um velho escrúpulo católico: pressentia um sacrilégio para além das palavras sonoras, e fugia, renegava; escondia-se, atraía-o.

Retocando agora o seu retrato, não carecemos repetir como emigrou para Londres — sonhar com o iberismo.

Nas *Archotadas* de Julho (24-7) com que Lisboa respondeu à expulsão de Saldanha do Governo, viu-se a fraqueza do herói; e no decurso da nossa história veremos suceder sempre o mesmo, à maneira que tivermos de ir acompanhando os momentos da vida desse homem sem dúvida eminente na história do liberalismo português. O Porto respondeu a Lisboa (28-30). Eram bandos perdidos da plebe das cidades aclamando a República! o nosso primeiro cônsul electivo! (Araújo, *Cron.*) Esse primeiro cônsul escondeu-se, fugiu, e lavou as mãos como Pilatos. Desta inconsistência de proceder, vinha-lhe o ser afinal renegado por todos. Vila Flor, fiel à moderação, general de Palmela que era a cabeça e o chefe, caiu com as tropas sobre a turba, gritando: Soldados! Carreguem esta canalha! — E carregaram e acutilaram os aclamadores do Napoleão de barro. (Sines, *Biogr. de Barreto Feio.*)

As *Archotadas* vieram dividir a pequena família liberal em duas fracções que já de longe se divisavam: palmelistas e saldanhistas, ou liberais moderados e monárquicos, e democratas mais ou menos radicais. Saldanha saíra do Ministério porque a infanta, entregue aos primeiros, fugira para as Caldas, a fim de não assinar a nomeação dos militares seus com que Saldanha queria *fazer* o seu exército. E desta cisão formal dos liberais tiravam os absolutistas, com razão, argumentos, e, com astúcia, armas em favor próprio. Durante os tumultos, mais de um clérigo, de hábito arregaçado, bengala em punho, perorava, excitando a plebe, fomentando a desordem com que se havia de condenar o sistema. (*Apont. da vida*, etc.)

E as Câmaras? E a *representação* nacional — que se queria que *representasse* contra si própria, e destruísse a Nação donde saía? As Câmaras eram o que podiam ser: coisa nenhuma — um emplasto constitucional. A sessão de 27 (Janeiro-Março) nada fizera; a de 28 abria-se em Janeiro à espera de D. Miguel, já regente, já em Inglaterra e de viagem para casa. Borges Carneiro previa o futuro contando com as perseguições e com a queda iminente da CARTA, *pis-aller* que o velho jacobino de 20 aceitara, conforme dizia abertamente na tribuna. Já nos processos das *Archotadas* se vira o prólogo das devassas futuras; já o porta-voz José Agostinho anunciava o Juízo Final próximo, denunciando as vítimas antes que os juízes o fizessem, antes que as testemunhas as crimassem. A morte da CARTA navegava com efeito de Plymouth para Lisboa nos abraços que, a bordo, o Raposo e D. Miguel trocavam, lembrando os casos antigos, as aventuras da *Abrilada*, horrorizados com a audácia presente dos pedreiros-livres liberais! As lições repetidas preparavam o ânimo do príncipe; mas os de Espanha, depois de lerem os seus protestos de Viena, hesitavam, chegando a duvidar, e, nas proclamações que mandavam para Lisboa, punham agora: «Viva D. Miguel !... *se o merecer*».

Havia de merecê-lo; as dúvidas não tinham fundamento. Se ainda houvesse alguns escrúpulos, a mãe saberia vencê-los. Condenada estava a CARTA, e sobretudo por ímpia; mas como as guerras religiosas têm invariavelmente no fundo um sistema de causas sociais, é mister que as estudemos antes de assistirmos à supressão do *dom* do brasileiro.

3. AS CLASSES

Triste é dizê-lo, mas o facto é um sintoma grave e característico. Salvo o esboço apaixonado e rápido de Herculano (*Mouzinho da Silveira*), não há em português uma página digna de crédito para estudar este lado da nossa História contemporânea. É ao lord Porchester e ao seu *Ensaio*, lúcido, imparcial (*Last days of the portuguese constit.*) que devemos um quadro da situação das classes, da complicação dos interesses, do sistema de elementos sociais que condenavam à morte a CARTA de D. Pedro.

As duas classes em que a aristocracia portuguesa estava constituída de facto — a grande e a pequena nobreza — encaravam com olhos bem diversos a inovação. Em ambas, em todos, primava o receio de verem repetir-se os casos de 1821, e o País lançado nos azares de uma revolução; porque, apesar das insistências com que o Governo negava a identidade dos dois códigos, havia lucidez suficiente para ver que a CARTA vinha inspirada pelos mesmos princípios liberais de 1820, e só diferia da CONSTITUIÇÃO na origem de onde nascera. Mas D. Pedro, redigindo a CARTA considerava a aristocracia um *poder* do Estado, e a existência de uma Câmara de Pares tornava politicamente diversa a nova estrutura das instituições representativas da Nação. Os grandes do Reino eram assim privilegiados com direitos especiais; mas a Grandeza, na sua máxima parte, além de ser movida por motivos religiosos, perdera havia muito a inteligência política; era um bando de cortesãos que vivia à mercê das *graças* da Coroa. Ausentes das suas grandes propriedades rurais, que definhavam exploradas pelos rendeiros e feitores, os nobres vergavam sob o peso de encargos hipotecários, e a usura acabava de extinguir o resto da hombridade que poderia restar-lhes no meio de uma Corte servil. Por isto a influência real dos nobres sobre as populações era mais aparente do que real; provinha mais do prestígio ligado aos grandes nomes históricos, do que de uma intervenção protectora ou directora que exercessem sobre os campos. Não eram pois o elemento social mais poderoso; e se, em geral, o receio de verem diminuída a sua influência na Corte, o receio ainda maior de virem a perder o usufruto das suas comendas e outras fontes de rendimento provenientes de direitos senhoriais históricos, os levava a inclinar para a reacção, é facto que entre eles se contavam alguns a quem a instituição do pariato parecia uma garantia suficiente, e que, por isso, não desadoravam a CARTA. A opposição, porém, dos inimigos dela nesta classe não era o seu maior perigo, porque a força dessa alta aristocracia era mais aparente do que real.

Ao lado da *grandeza* nacional havia a pequena nobreza. Além dos duques, marqueses, condes, incluídos com raras excepções na Câmara dos Pares, ficavam os viscondes, os

barões, os morgados, a quem a CARTA apenas dava o direito de elegíveis para a Câmara dos Deputados. Todas as causas da dissidência se repetiam para com eles, sem haver em seu favor a mitigação do novo direito legislativo patrício. E eram eles, ao contrário dos grandes do Reino, uma das molas reais da vida social portuguesa. Viviam nos campos, lavravam as propriedades, estavam em contacto íntimo com as populações, cuja vida e sentimentos partilhavam, dirigindo-as. A sua hostilidade à CARTA era fundada e gravíssima. Além de ameaçados de perderem parte da sua riqueza, como os grandes; além de feridos na sua consciência religiosa e monárquica, a nova ordem de coisas feria-lhes o orgulho e atacava-lhes a influência. Por um lado, estabelecia contra eles e a favor da alta nobreza uma linha divisória que os humilhava; por outro lado, colocava-os na dura necessidade de concorrer com a burguesia letrada, com os proprietários plebeus, em igualdade de circunstâncias, na disputa dos votos populares, se quisessem manter no novo regime a influência de que gozavam no antigo. Desertaram pois em massa, protestando contra a CARTA; e este facto por si só bastava para a condenar à morte. O Parlamento, composto numa Câmara de cortesãos, na outra de homens em quem não residia a influência real sobre as populações, estava condenado à inércia e à impotência em que de facto vivia.

Muitas destas causas de ruína eram decerto inevitáveis e inerentes à própria natureza do regime novo; mas a causa mais geral que levava a grande e a pequena nobreza a hostilizá-lo não fora atendida, nem resolvida pela CARTA — e podia tê-lo sido. Essa causa era a questão dos bens da Coroa, comendas e direitos senhoriais, que Mouzinho veio a abolir, e sobre a qual a CARTA nem uma palavra proferia. Abolir a natureza *feudal* dos bens da Coroa; tornar propriedades comuns os benefícios usufruídos vitaliciamente pela nobreza, e revogáveis por direito; garantir assim juridicamente a permanência da detenção desses bens que formavam o melhor de muitas riquezas fidalgas, teria sido ligar à CARTA, por um vínculo de interesse positivo, a aristocracia inteira que desde logo veria no novo código o título legítimo de uma propriedade até então usufruto apenas e mercê revogável. Esta garantia permitiria aos nobres o conformarem-se com a abolição de muitos serviços feudais, abolição urgente e que

tornaria popular a CARTA, permitindo também efectuar uma distribuição mais equitativa dos bens da Coroa. Havia três casas nobres, uma das quais fruía o rendimento de 33, outra de 31, outra de 25 comendas. — Em vez disto, a mudez da CARTA, acerca desta questão vital para uma classe inteira, fazia com que toda a nobreza receasse com fundamento uma espoliação decretada pelos deputados não nobres; fazia com que os nobres não pares renegassem o novo regime, e os pares conservassem uma frieza e um desdém permanentes para com a segunda Câmara. Daí nascia em grande parte a esterilidade das Cortes, porque das muitas leis votadas pelos deputados, raras obtiveram a sanção dos pares.

Em tal estado, os elementos da crise avultavam todos os dias; e cada vez mais se tornava inevitável a solução violenta que a exaltação religiosa reclamava, e que a ausência de tino dos políticos não sabia acalmar actuando sobre os elementos económicos. O rebentar da crise veio achar as Câmaras reunidas (sessão de Janeiro-Março de 28), mas sem um corpo de leis constitucionais. As autoridades civis não podiam ser punidas pelas infracções dos foros individuais, por não haver castigo para tais delitos. A própria lei eleitoral andava incompleta, indeterminada, e por isso impunemente ferida. A CARTA era, de facto, menos um código de Governo, do que uma exposição de certas instituições pelas quais a Nação havia de vir a ser regida. Era uma exposição de princípios, um catecismo, o esqueleto de um corpo a que faltava a musculatura. Era o esboço de um desenho (Porchester) ou mapa-mundo onde havia a pôr os nomes das cidades e rios. A incapacidade estadista de D. Pedro e dos seus conselheiros brasileiros, as preocupações teóricas, doutrinárias abstractas, dos discípulos do frio e seco Bentham, a hostilidade declarada dos interesses feridos e sobretudo o escrúpulo religioso do espírito católico português, concorriam eficazmente para condenar o *dom* de D. Pedro.

O órgão predominante dessa honestidade íntima dos espíritos, era naturalmente o clero.

A revolução de 20, que tinha declarado a guerra religiosa, descarregara golpes violentos sobre esse inimigo abertamente denunciado. Reduzi-lo pela fome tinha sido o plano

seguido pelos jacobinos. É verdade que, depois da reacção de 23, os impostos espoliadores tinham sido abolidos e restaurados os direitos senhoriais extintos pelas Cortes; mas a esses impostos tinham sucedido contribuições onerosas, e os direitos feudais rendiam apenas metade, porque o povo costumara-se a deixar de os pagar. Não era, porém, já a considerável redução das rendas o que o clero regular temia: era uma expropriação total — pensamento das Cortes de 20, mal encoberto sob a forma de impostos. Os frades tinham pago durante a invasão francesa, sem se queixarem, impostos mais pesados do que nunca; mas, desde 20, as imposições tinham um carácter de guerra declarada, contra a qual, naturalmente, se defendiam. Em 1821 não eram só espoliados: eram atacados na origem dos seus direitos como proprietários, eram vilipendiados como instituição, difamados como caracteres. Vergavam sob o peso de um imposto progressivo que atingia dez por cento das rendas de até mil cruzados, trinta nas de até três mil, cinquenta nas de cinco mil, e metade, por fim, nas de dez mil e superiores. Juntando a isto os confiscos e outras medidas, avaliava-se em metade do total o valor da propriedade conventual efectivamente expropriada em 1821 (Porchester); e na mente das Cortes havia o propósito decidido da expropriação completa.

Melhorada a sorte dos frades pela reacção de 23, restaurada a sua influência, reabilitados os seus direitos e defendida a sua reputação por um poder favorável, os frades temiam agora, na CARTA e no seu espírito, a restauração da crise de 1821. E temiam com fundamento: nem era mister grande saber, nem perspicácia, para reconhecer que o novo regime lhes era constitucionalmente hostil. A CARTA não se limitava a excluí-los da Câmara: negava-lhes o direito de voto, a eles, a corporação mais numerosa, mais influente de todo o Reino; e apesar disso ainda se afirmava o propósito de *representar* genuinamente a Nação, e proceder conservadora e não revolucionariamente; ainda se teimava em dizer que CARTA e CONSTITUIÇÃO eram coisas diversas, quando o espírito gerador era o mesmo de ambas, e só diferentes as origens e certas formas constituicionais. As declarações encobriam mal a verdade. A CARTA era uma bandeira de guerra, um programa revolucionário, que na sua miopia os fracos estadistas pretendiam e esperavam que os lesados aplaudis-

sem, defendessem, aceitassem sem resistência. Ao facto de uma guerra não declarada, respondeu o clero com uma formal declaração hostil.

Suprimir abertamente as Ordens religiosas, nem 1820 o pudera fazer — quanto mais o regime tímido da CARTA, conciliador nos desejos, legal, conservador! Seria mister que todas as indecisões de agora se resumissem num duelo decidido e mortal, para que a extinção dos conventos se tornasse possível. Agora ainda o não era; nem era conveniente para a economia da Nação, encaradas as suas questões de um modo frio, crítico, político, e não teórico, ou apaixonado. A supressão dos conventos ricos, dizia Porchester, seria gravemente prejudicial aos interesses do País nas suas condições actuais; esses conventos possuem capital, cultivam e fomentam propriedades que são admiravelmente bem regidas e se destacam nos campos, como oásis no meio da desolação geral. Os frades constituem uma rica burguesia e dão trabalho às populações de lavradores. Portugal, conclui o «lord» careceria adquirir hábitos bem diversos dos que tem, antes que a política pudesse aconselhar a supressão dos conventos proprietários e agricultores. — Outro tanto não sucedia, porém, com as Ordens mendicantes que deveriam ser extintas, salvando os direitos actuais: são um enxame de parasitas sem rendimento, e vivem de uma multidão de doações ou esmolas, obtidas, na maior parte, das classes trabalhadoras sobre cuja produção lançam um pesado imposto.

Essas Ordens mendicantes, porém, essa plebe da fradaria, eram o núcleo consistente e o exército da religião. Eram elas quem vivia em contacto íntimo com o povo, fraternizando com ele em toda a parte, inspirando, traduzindo, o seu fanatismo católico, a sua religião bárbara, a sua superstição grosseira, os seus gostos depravados. Inúteis, sob o aspecto económico, eram mais do que úteis, eram indispensáveis à vida moral do povo; e assim, ao passo que seria fácil ao político, mas prejudicial para a economia nacional, a supressão das Ordens proprietárias; a das Ordens mendicantes, urgente para a economia, era impraticável. Não havia na sociedade força a que o estadista pudesse apoiar-se, para varrer do corpo social imundo esse enxame de parasitas.

O clero secular não era tão unânime, como o regular, na sua hostilidade a uma CARTA que lhe não aparecia declara-

damente adversa, nem lhe cerrava as portas da representação nacional. Enquanto, porém, os altos dignatários da Igreja partilhavam em geral os sentimentos hostis das classes directoras, a arraia-miúda de abades, párocos, reitores e curas, servos da gleba eclesiástica, esperava em grande parte melhorar de sorte com o novo regime. Tanto isto assim era, que, em 28, nas prisões de Lamego, diz-se ter chegado a haver trezentos sacerdotes. Com efeito, a opulência dos príncipes da Igreja provinha da nudez miserável em que viviam os pastores de almas, *apresentados* pelos primeiros e reconduzidos ao salário mínimo indispensável para não morrer à fome. Eram os servos dos conventos e dos prelados, os quais embolsavam o produto de dízimos criados para subsidiar o culto, e já, desde há muito, aplicados para engordar os *senhores* da Igreja. (Herculano, *Mouzinho*.)

Viram, porém, esses servos eclesiásticos que as vagas esperanças postas na CARTA, apesar de ela ser muda a seu respeito, se dissipavam; que as Câmaras nada faziam, e tudo continuava como dantes. Por outro lado, compreendiam que a Imprensa livre, os debates, a publicidade do novo regime, trariam consigo uma diminuição da influência exclusiva até então exercida pelo confessional e pelo púlpito sobre o espírito das populações. Viam que essa nova influência as guiaria numa direcção diametralmente oposta à antiga, e que isso, esfriando o ardor crente, diminuiria o rendimento das *missas*, empobrecendo-os ainda mais. Viam, por fim (porque, ao lado ou acima dos motivos egoístas, as classes movem-se por motivos ideais), que a CARTA era uma revolução, e a revolução uma impiedade; sentiam crescer o ardor do povo assoprado pelo impulso dos frades; como que tinham remorsos da sua tibieza; e este conjunto de causas lançou-os de braços abertos no partido da reacção.

Por tal forma se tornou unânime a hostilidade do clero à CARTA.

Quase unânime era também a da magistratura, no seio da qual a reacção miguelista encontrou os seus mais decididos parciais. A divisão de poderes, princípio fundamental da CARTA, cerceava-lhe a influência e os réditos; além de que, geralmente velhos, os altos magistrados não tinham já

força nem vontade para ir aprender uma jurisprudência nova.

Além disso ainda, um cancro antigo roía a magistratura portuguesa: era a corrupção universal, exercida por *peitas* mais ou menos rebuçadas. Os juízes-de-fora, primeiro de grau da hierarquia judiciária, moviam-se por presentes e empenhos, chegando a receber dinheiro em espécie (Porchester); e à medida que se subia na escala da graduação, assim se tornava mais subtil a veniaga, sem na essência mudar o carácter das coisas. As *salvas de prata* entravam na classe dos emolumentos recebidos sem rubor, tanto era o hábito entranhado dessa velha simonia. Vinha de longe a penúria dos desembargadores, a quem a basófia nacional obrigava a uma vida aparatosa, de *representação*. E perante a ruína actual do Tesouro, não tinha, não podia ter este mal o único remédio eficaz: elevar os salários dos magistrados.

Ao lado do desembargador é necessário colocar o capitão-mor, entre os que mais decididamente punham a peito destruir o esboço do novo regime, e restaurar o antigo na sua pureza. A organização militar portuguesa era quase idêntica à actual alemã. Todos os homens, entre os 16 e 60 anos, não alistados nos exércitos ou nas milícias, constituíam a *ordenança*: o que os alemães dizem *landsturm*. A totalidade da população rural formava assim parte dessa terceira linha, viveiro onde se recrutavam o exército e as milícias. Em princípio, o recrutamento devia ser feito à sorte, mas o Governo podia dar ao capitão-mor, chefe local da *ordenança*, o direito de escolher os soldados. Esta faculdade, geralmente concedida, tornava os capitães-mores, verdadeiros caciques. A profissão dava tamanho poder, tanta utilidade que, apesar de gratuita, era ardentemente requestada. À influência do capitão-mor só a do padre levava vantagem. Os ricos obtinham isenção do serviço à custa de *presentes*; o exército era recrutado entre os proletários. A honra das mulheres pagava frequentemente a redenção dos filhos, dos noivos ou dos maridos; e o capitão-mor, com o recrutamento na mão, com outros poderes que a confusão deplorável das instituições lhe confiava, era um pequeno rei em cada terra. É da natureza humana o abusar da autoridade absoluta; e assim, por um capitão-mor protector e pai, havia um cento de tiranetes.

O povo português odiava o serviço militar, já por mal

pago, já pela falta de pensões e socorros, já porque a força das coisas, fazendo sempre do Reino o teatro das guerras em que o nosso soldado entrava, não lhe proporcionava as ocasiões de enceleirar, saqueando terras estranhas. Deste concurso de circunstâncias se vê qual seria o poder do capitão-mor; e a razão pela qual essa força enérgica actuava em sentido contrário à CARTA é óbvia. Não é o menos, nem era menor do que a dos capitães-mores, a aversão que por ela tinham os burgueses ricos, aristocracia mercantil criada à sombra dos contratos e monopólios com que enriqueciam, engordando os desembargadores e ministros. O tabaco, o sabão, os vinhos do Douro, eram pedras angulares do edifício absolutista, que em Coimbra, na Univesidade, tinha os doutores da lei.

Por sobre tudo isto lembremo-nos das recentes recordações da anarquia de 1820; lembremo-nos das duras consequências, universalmente sentidas, da separação do Brasil¹; notemos que a revolução jacobina era, para o comum, responsável por essa separação; e que para todos a CARTA trazia uma dupla nódoa de origem — no princípio ímpio e jacobino que a inspirava, e na mão perversa que a escrevera: a mão de D. Pedro, que o povo representava traidor ao pai e à Nação, ladrão da Coroa brasileira.

Era possível reunir um conjunto maior de circunstâncias adversas ao novo regime? Não era. E a favor dele quem se via? Ninguém: assim é mister confessá-lo, porque não valem por uma Nação uma dúzia de próceres despeitados e outra dúzia de demagogos estóicos, talvez outra dúzia de boas pessoas ingénuas. Só a força ulterior das coisas, o crescer da decomposição interna, os movimentos políticos da Europa e uma série de acasos imprevisos puderam tornar esse grupo numa oposição que, apesar de dilacerada por divergências íntimas, melhor ou pior, se uniu no campo de batalha e conseguiu vencer, quando a corrente das ideias *liberais* se tornou predominante no século — para durar o que a ele faltava durar ainda!

¹ V. *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (2.^a ed.) III, 1.

IV

FUIT HOMO MISSUS A DEO

1. O REI CHEGOU!

Podemos agora, já suficientemente instruídos sobre o estado dos ânimos e dos diferentes elementos sociais, assistir ao desembarque do príncipe que viajava de Plymouth demandando o Tejo. Portugal inteiro esperava dele a redenção; uns acreditando na sinceridade das suas confissões e promessas de Viena; outros confiando em que os quatro anos escassos do exílio não teriam sido capazes de perverter a pureza apostólica do que fora o braço armado dos defensores do Trono e do Altar em 23 e em 24.

Era para todos um Messias — um milagre de Deus o salvara em Londres de um desabamento do túnel do Tamisa, quando o fora visitar! Vinha sagrado e ungido.

Os liberais contavam que procederia com a mãe, como D. João vi fizera, prendendo-a, punindo-a e aos Silveiras, e a todos os rebeldes; mas nestes era viva a fé em que o infante não juraria mais a CARTA, e anularia os esponsais de Viena, declarando-se então coacto, e aclamando-se, agora livre, rei absoluto. Tão segura tinha esta opinião, que a rainha mudava-se de Queluz para a Ajuda, instalando-se no seio da Corte onde readquiriria o seu lugar.

Foi em 22 de Fevereiro (1828) que D. Miguel desembarcou. O rio era um lençol de barcos e bandeiras, uma floresta de mastros, com velas brancas, como bandos de gaivotas voando nas vésperas de temporal. Havia um entusiasmo decidido, uma aclamação espontânea, um furor desenfreado. Repetiam-se os vivas ao rei absoluto, aos Silveiras, à rainha — sem reboço, na cara dos moderados liberais, corridos da sua fraqueza, cônscios da trista figura que faziam.

Esperava-se que o infante desembarcasse no Terreiro do

Paço, e o Senado da Câmara tinha preparado grinaldas e bandeiras; mas o povo todo já corria a Belém, porque se soubera que D. Miguel desembarcaria aí subindo pela Calçada direito ao Paço, à Ajuda. A *Pérola*, que o trouxera, deitara ferro em frente de Belém, e estava já a bordo a rainha e as infantas e os ministros, e Clinton o general das tropas inglesas aquarteladas em S. Julião e no Bugio. O desembarque, o trajecto até o Paço foi um triunfo: um trovão de vivas, um desespero de gritos, um dilúvio de flores, bandeiras, colchas, foguetes em girândolas! Gritavam as bocas abertas entre as faces arroxeadas pelo calor, pela fadiga; e as mulas do coche real trotavam nédias subindo a Calçada, entre as alas dos archeiros vestidos de vermelho, com alabardas. Não era um entusiasmo cândido, abraços ingénuos, sorrisos e faces satisfeitas, como quando a burguesia aclamara a Constituição, dois anos antes, em Lisboa e no Porto: era um entusiasmo ardente, insultante, ameaçador. Não havia pombas brancas e laços azuis: havia a cor vermelha da força e do sangue, havia a plebe rugindo uma vitória, o princípio de uma desforra. Era o clamor de uma guerra, não a falaz embriaguez de uma ilusão. As mulas, trotando, subiram e D. Miguel entrou no Paço...

Sucedia então ao infante o que a tantos sucedera antes, o que há-de vir a suceder a tantos, sempre, enquanto houver homens. Disseram-lhe: És o messias, o salvador, o redentor, MIGUEL, és o arcanjo cuja lança esmaga a hidra! Assim, guardadas as proporções, Alexandre começou a desconfiar e acabou por crer na sua divindade, desde que em Persépolis lho disseram. Disseram-lho também, a D. Miguel, e ele, envolvido na nuvem inebriante do triunfo, restaurado à sua terra, às suas antigas afeições, violento e simples, servo ingénuo das impressões, incapaz de as dirigir por um raciocínio frio; ele, o infante, aclamado e ungido por um clamor de vozes, alucinado, como a fera cega pela capa vermelha do toureiro, estacou, tremeu e converteu-se — decidido a investir com fúria, baixando a cabeça, cerrando os olhos, rugindo uma ameaça longa...

Vieram logo os Pares cumprimentá-lo, falando-lhe com as vozes mansas, *moderadas*, da CARTA e do Governo, das garantias e dos interesses, na linguagem nova criada pelo dicionário constitucional; e o infante, mudo, de pé, ouvia-os,

brincando com os sinetes do relógio que lhe absorviam toda a atenção. Em que pensava? O marquês de Valença dizia depois que, provavelmente, nos meios de os mandar à fava (*Apont. da vida*, etc.); mas é mais provável que o infante recordasse então as lições recebidas em Viena do mestre Ulsemans, sobre a legitimidade dos seus direitos e os inauferíveis dos monarcas. Era rei.

À noite, enquanto mãe e filho, no Paço, apagavam saudades e trocavam esperanças, varrendo os escrúpulos, a cidade coruscante de luzes abandonava-se a um delírio de alegria plebeia. Chegara o tirano: os demagogos exultavam, as beatas davam graças a N. S., os frades oravam, e a canalha pelas ruas tripudiava solta. Havia *chás* em casa dos desembargadores, lustres acesos em todas as igrejas; mas os quartéis, senão hostis, indiferentes, não se moviam. Havia, porém, nas ruas, a tropa livre, voluntária, dos bandos armados de cacete: era o do Teles, alferes das milícias, o do Grondona, bilheteiro de S. Carlos, o do Senhor dos Paços de Argel, e o do José Veríssimo, e muitos, muitos mais. (*Apont.* etc.) Cacete em punho, cabeça erguida, os bandos seguiam cantando o *Rei chegou* — *Ça-ira* do miguelismo, com variantes livres, pulhas, obscenas, em que D. Pedro era vilipendiado e D. Maria apodada com epítetos infamantes:

*D. Miguel chegando à barra
Deu um grito e um ai,
Perguntando a sua mãe
Pelo seu augusto pai.*

*Os malhados já estão presos
Com sentinela à vista
A dizerem uns para os outros:
Oh! quem fora realista!*

*Quando o rei chegou à barra,
À barra de Lisboa,
Logo os malhados disseram:
Esta obra não vai boa!*

*O rei chegou, o rei chegou!
E em Belém desembarcou;
Na barraca não entrou
E o papel não assinou!*

E o outro acudia:

C'o papel o c... limpou!

Vinham então gritos: «Viva D. Miguel 1, rei absoluto! Viva! — Morra o *senhor* D. Pedro mais a p... que o pariu! Morra!» E assim, venerando e condenando D. Pedro, e chamando meretriz à mãe de D. Miguel, a plebe seguia em ondas, ameaçadora, contente, capaz de todas as loucuras, por estar tomada de uma quente embriaguez colectiva:

*Venha cá senhor malhado
Meta a mão nesta gaveta:
Diga — Viva D. Miguel!
Senão quebro-lhe a corneta.*

*O Rei chegou, o rei chegou!
E em Belém desembarcou...*

Os *malhados* escondiam-se, fugiam, assustados, murmurando entre dentes um fim de copla:

*E aos coices começou,
Porque palha não achou!*

— Veio *tenente*, fazemo-lo *capitão*... Viva D. Miguel 1, absoluto! Viva!

*Encontrei ontem o Saldanha
Pela Calçada da Ajuda
Com cangalhas no costado:
— Merca alface repolhuda!
O rei chegou, o rei chegou!*

E assim por diante, arrastando pela lama das ruas, atrás dos seus cacetes, com a voz rouca e avinhada, todos os cúmplices e réus da impiedade constitucional.

Do Brasil viera a CARTA; do Brasil veio também essa marsehesa miguelista, ao som da qual a despedaçaram. Era uma cantiga dos negros, triste melopeia entoada nos cais pelos infelizes que esperavam melhor sorte com a vinda de D. João VI.

Rei chegou.. rei chegou...
Lá no cais desembarcou:
Já a surra se acabou...

Em Portugal a *surra* ia principiar agora.

2. COMO A CONSTITUIÇÃO MORREU

Apesar das afirmações dos energúmenos, D. Miguel não via ainda bem propícia a hora de dar o passo decisivo. A tropa não se movia, e Lamb, que a Inglaterra, mandara a acompanhá-lo, não o deixava, espiando-o, precipitar a acção já agora decerto planeada, da restauração do absolutismo. Chegara havia quatro dias, e era indispensável jurar a CARTA. Porque não? Os fins justificam os meios; e o génio simples do infante não era capaz de resistir às explicações subtis e teológicas, ainda quando pessoalmente não fosse levado por um movimento espontâneo a caminhar no sentido em que todos os impeliam. No dia 26 jurou a CARTA perante as Câmaras reunidas em sessão. A infanta entregou-lhe a Regência com um discurso; ele recebeu-a com outro. Dizia-se (e era verdade) que do primeiro, redigido por Cândido José Xavier, Vila Real riscara estas frases: «conduzido (D. Miguel) por uma nobre e leal obediência aos decretos de el-rei» — e «profunda sabedoria do senhor D. Pedro IV nosso irmão e rei». (V. Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*; onde vem o texto dos dois discursos.) Era evidente para todos que se representava uma comédia, a que entretanto D. Miguel se não prestava de bom grado. (Porchester.) Apresentou-se carregado, e o seu rosto formoso não tinha a expressão habitual jocunda. (V. o retrato de Queluz.) Necessariamente lhe acudiam remorsos, escrúpulos, apesar das ressalvas da mãe e dos padres. Ou, se foi verdade o que se disse, ao seu carácter nobre repugnavam os sórdidos expedientes a que tinha sido necessário recorrer. Com efeito, corriam versões unânimes no sentido de negar, ou de tirar o valor ao juramento — prova de quanto o acto era já uma fórmula vã para a opinião de todos. Uns afirmavam que o duque de Cadaval encobrira o infante à vista da Câmara, e que ele não jurara, fingira apenas (Porchester); outros diziam

que em vez dos Evangelhos, estava sobre a mesa o *Poema dos Burros* de José Agostinho, ricamente encadernado *ad hoc*. (Silva Maia, *Mem. histor.*). Os miguelistas riam abertamente da *peça* pregada aos malhados; e o barbeiro do infante, seu confidente, mais tarde feito conde de Queluz, ao ensaboar-lhe na manhã seguinte a cara, ter-lhe-ia dito respeitosa-mente: «Ninguém melhor que V.M. sabe fingir.» (*Ibid.*)

Todos já o tratavam como rei, e ele deixava.

Ainda que o não deixasse, porém, já não poderia fazer parar a onda que o arrastava aclamando-o; e esses gritos soavam-lhe aos ouvidos como o clamor unânime da Nação. Eram-no? Eram. Toda a Nação, mais ou menos ardentemente, desejava ver terminado o *intermezzo* da CARTA, e no trono, em vez de um papel, um homem; mas era só uma parte mínima a que via ligado a este facto a necessidade de um Governo terrível, apostólico, à maneira do que pregavam e pediam os energúmenos do séquito da rainha. Nas revoluções, porém, dominam sempre as minorias extremas; a fatalidade arrasta e, com a dureza das condições, cresce o furor dos que se defendem. Esta circunstância, as influências palacianas dirigidas pela rainha, a disposição dos espíritos e a falta de inteligência pessoal em D. Miguel: eis o conjunto de causas que deram ao seu governo o carácter de um *Terror*, como o de Robespierre.

Agora, no princípio, já resolvido a tomar para si a Coroa e a abolir a CARTA, D. Miguel não podia prescindir das aclamações dessa plebe desvairada, principal instrumento de que dispunha no meio de uma Lisboa onde a guarnição era quase hostil, onde sobretudo o inglês com as suas tropas se receava que impedisse a consumação do plano. Por isso os energúmenos andavam bem olhados, bem pagos; e quando mais tarde se quisesse dar de mão a esse instrumento já prejudicial, ver-se-ia o impossível, e o Governo seria forçado a seguir, em vez de dominar, a violência ardente do furor popular. Já no ano anterior, Saldanha, escrevendo a D. Pedro para o dissuadir de nomear regente o irmão, dizia ao monarca do Rio: «Ainda quando S.A. o infante D. Miguel viesse com a firme resolução de aguentar as instituições que V.M. na sua sabedoria nos deu, a duração delas seria de poucos dias: ninguém

acreditaria em tal propósito.» (C. de 15 de Junho de 27, em Carnota, *Mem.*) Tendo em si personalizado um partido, D. Miguel, ainda quando o quisesse, não podia ser outro senão aquele que o partido fizera. Todos os dias, desde a Ajuda até Xabregas, desde as portas do Paço até aos confins da cidade, os bandos caceteiros corriam ameaçando; e pelas ruas ouviam-se os gritos: Fecha! Fecha! Cerrava-se tudo; e nem as tropas intervinham, nem a autoridade prendia. «Deixem desabafar o povo!» Impunemente se aclamava D. Miguel rei; e tanta era a decisão do Governo que já não deu publicidade ao decreto em que D. Pedro declarava definitiva a sua abdicação, nomeando o irmão regente em nome da sobrinha e noiva (3 de Março). Na Ajuda, às portas do palácio, o general Caula e os condes de Vila Real e da Cunha, com o príncipe de Schwarzenberg, foram apedrejados por serem liberais. Logo à chegada do infante tinham começado as emigrações: Vila Flor, Lumiares, Stubbs, fugidos — Saldanha escondido para fugir. O Ministério nomeado em 26 de Fevereiro não deixava dúvidas sobre o carácter dos planos: era Cadaval, rapaz de 24 anos, Nuno Álvares do novo Mestre de Avis; era o decrepito conde de Basto, idiota erudito manchado com a denúncia da sedição de Gomes Freire (1817) e conhecido pelo seu ódio aos liberais; era o Rio de Mendonça na Justiça; o conde da Lousã; e o de Vila Real, que em 23 andara na divisão do marquês de Chaves, mas já suspeito agora, e que em breve abandonaria a causa. Feito o Ministério, restava organizar o pessoal, substituindo por toda a parte os liberais e os tíbios por homens de feição. Na Intendência da polícia da capital, Barata, que «tinha cabelos no coração», tomou o lugar do grave, ténue, Saint-Pierre português, Basto, autor da insípida *Virgem da Polónia* e das *Meditações*. Nos comandos militares punha-se gente de confiança, enquanto não chegavam os *puros*, emigrados ainda em Espanha. Engrossavam-se os corpos de polícia de Lisboa e Porto, que eram tropas de confiança; e preparado assim o terreno, o Governo enviou ordens secretas para que as populações acalmassem D. Miguel: não houvesse receios, as providências estavam tomadas.

O primeiro acto formal foi a dissolução das Câmaras (14 de Março) por modo que importava a abolição da CARTA. Ao

mesmo tempo que se dava por findo o mandato, nomeava-se uma Junta para a redacção da nova lei eleitoral, encarregando-se do trabalho os declarados inimigos do novo regime — o bispo de Viseu, Santarém, Saraiva, Barata, etc. As pobres Câmaras morreram sem um grito: os pares quase aplaudiam, os deputados sumiam-se ou submetiam-se. (Monteiro, *Hist.*)

Já então os planos absolutistas tinham tomado consistência e corria como certo um programa. D. Miguel não hesitava mais. No dia do *Te Deum* de Santo António da Sé, durante o caminho, a própria guarda de cavalaria da polícia que o escoltava acompanhou o povo nos vivas absolutistas: e o príncipe sorria agradecido. Mas fora da polícia, não havia confiança nos demais corpos da guarnição que se não moviam. O exército apostólico estava em Espanha, e pensava-se em levar D. Miguel a Vila Viçosa, sobre a fronteira, onde viria aclamá-lo a divisão do Magessi, com a qual regressaria já rei a Lisboa. Lamb, sabendo do plano, proibiu. (Monteiro, *Hist.*)

Lamb viera de Inglaterra com D. Miguel e trazia no bolso 50 000 libras — a quarta parte do empréstimo Rothschild, contraído por auxílio do Gabinete inglês, para a instalação do Governo — com ordem de Dudley (sucessor de Canning) para as não dar se D. Miguel abandonasse o caminho da prudência, entregando-se aos apostólicos. Era isso o que Lamb via suceder; e por isso recusava o dinheiro, que nunca entregou, voltando mais tarde com ele para Inglaterra. «À chegada de D. Miguel, escrevia para Londres (Lamb a Dudley; 22, Março, *Relations*, etc.), todos os partidos estavam dispostos a recebê-lo de braços abertos; e alguns dias depois, ainda todos se achavam contentes com a recepção do príncipe. Tudo era então fácil, mas agora já se não pode voltar atrás. O mais irreparável mal da subsequente conduta de D. Miguel foi a destruição total da confiança nele depositada. Acordam as lembranças de outro tempo (1823-4), e diz-se que se não deveria esperar outro resultado. Por outro lado, nenhum partido importante, *of any consequence*, dá valor algum à CARTA. Os que temem D. Miguel preferem D. Pedro, e parte do exército é deste parecer. A população pede sobretudo tranquilidade e tem medo de toda e qualquer revolução: por isso andam muitos sobressaltados com o procedimento de D. Miguel.» Por seu lado Palmela escrevia de

Londres, ao mesmo tempo, para o Ministério de Lisboa: «Chegou o conde da Taipa: vê-se que principiaram as perseguições e as emigrações. As apólices baixaram aqui 9 a 10 por cento; as tendências do Governo de Lisboa são desagradáveis a Wellington, pois não é este caminho que a questão portuguesa poderá resolver-se.»

Mas o povo que, em vez de implorar a protecção inglesa pedida pelos moderados, considerava um insulto a permanência das jaquetas vermelhas de Clinton herege em Lisboa, bateu palmas de alegria quando viu cerradas as Câmaras. Varreram-se todos os medos dos morgados e dos frades, dos contratadores, dos desembargadores, dos capitães-mores: a CARTA estava de facto abolida, e D. Miguel ia ser aclamado em Trás-os-Montes. A agitação, a perturbação, lavravam por todo o Reino; e os periódicos e os púlpitos já troavam com francas apoteoses do Messias, com fulminantes condenações do Anti-Cristo brasileiro e seus sequazes, os pedreiros-livres. (Lamb a Dudley, *Relations*, etc.) Corriam proclamações incendiárias pedindo a continuação, a conclusão da empresa: «Morrão todos os ingleses que roubam Portugal! Morra o embaixador (Lamb) protector dos pedreiros-livres! Viva D. Miguel ! Viva o Silveira que há-de vir cortar as orelhas aos maçons e ao exército inglês, se ele não fugir antes! Viva a imperatriz D. Carlota Joaquina!» Havia iluminações e músicas, e num convento de bentos armaram os frades um arco iluminado, por três noites, ao fim das quais se fez um auto-de-fé em que os constitucionais apareceram em effigie, e um Judas — a CARTA — foi levado ao Campo de Sant'Ana e enterrado *vivo*. Em Setúbal viu-se um milagre: eram dois anjos entre as nuvens, sustentando a Coroa imperial com a legenda: Viva D. Miguel I rei de Portugal! (Monteiro, *Hist.*)

O grande obstáculo à consumação do acto eram, ou supunha-se serem, as tropas de Clinton, a quem os miguelistas acusavam de herege e defensor dos pedreiros-livres; e a quem estes acusavam de inércia e cumplicidade com o Governo, cujos actos a sua presença autorizava. Saldanha, escondido, apelou para o general inglês. A CARTA que ele viera sustentar, devia ser por ele restaurada; cooperasse, e ele, Saldanha, arrastaria consigo os regimentos fiéis à Constituição. (Mon-

teiro, *Hist.*) Clinton recusou, e a CARTA foi uma vez menos imposta pelo estrangeiro. Recusando, porém, que fazia cá? A que estava? Com efeito a coisa nenhuma; e foi isso o que a Inglaterra reconheceu, dando-lhe ordens para retirar. Em 2 de Abril a divisão inglesa embarcou.

É verdade que gorava o empréstimo Rothschild e que as 50 000 libras de Lamb tornavam para Inglaterra; mas, ao menos, a afronta da ocupação estrangeira terminara; e agora, sós e livres em casa, ficávamos entregues a nós mesmos para fazermos o que quiséssemos. Evidente, confessado estava o que queria. Urgia o tempo, e para preparar os ânimos corriam ondas de panfletos políticos, jurídicos, negando os direitos de D. Pedro e contestando, assim, pela base, a legalidade do novo regime. Em 21 (Abril) a *Trombeta final* (os jornais usavam de nomes apocalípticos) publicava um artigo: *A legitimidade de D. Miguel*, e no mesmo dia saía o primeiro dos folhetos que atacavam todos os actos desde 26: *Dom Miguel e os seus direitos*. Tornava-se indispensável dar à revolução um carácter de legitimidade, e a opinião favorável a D. Miguel era geralmente sincera e ainda hoje defendível para os juristas. Nós que o não somos, abster-nos-emos de entrar nessa obscura selva de debates judiciários: a legitimidade de D. Miguel está para nós na unanimidade com que era aclamado. É a legitimidade do Mestre de Avis.

3. SIC ITUR AD ASTRA!

Tudo estava preparado. Contava-se com o dia 25, o dos anos de Carlota Joaquina, para efectuar a aclamação formal em Lisboa por toda a guarnição. «Há dias (Lamb a Dudley, *Relations*) os oficiais do 8 de Caçadores quiseram induzir os soldados a tomar parte numa iluminação e festa em que o infante seria aclamado, mas não o conseguiram. Anteontem (24) o 16 saiu do quartel à passagem de D. Miguel e aclamou-o rei. À noite as ruas estavam desertas, os camarotes do teatro cheios, mas a plateia vazia: por duas vezes houve aclamações unânimes a D. Miguel rei, e aos Silveiras, à voz de um oficial fardado.» Como se vê, a guarnição hesitava, não estava decidida; parte do exército era constitucional e o melhor da coorte apostólica ainda não voltara de Espanha. As

tropas não podiam decerto impedir, mas também não se podia contar com elas só, para o acto projectado. Apelou-se pois para o Senado e para o povo, com o apoio do corpo de polícia, que junto a outros regimentos fez a aclamação no Terreiro do Paço. Daí foi uma turba em gritos buscar ao Passeio, onde morava, o presidente do Senado, Manuel Cipriano, que desceu. (*Apont. da vida*, etc.) Das janelas do palácio, no Terreiro do Paço, os vereadores desfraldaram o estandarte gritando à antiga — Real! Real! por D. Miguel I, rei de Portugal! — E o calor inconsciente da tradição, o vago sentimento da história exaltava os ânimos da multidão que respondia com vivas estrepitosos. (*D. Miguel em Port.*)

Pela cidade havia, porém, medo dos caceteiros furibundos, a quem o João Paulo Cordeiro, contratador do tabaco, distribuía cobres, fadigoso, incansável, dizendo a todos: «Deixai desabafar o povo!» (*Apont.* etc.) As lojas fechavam, os timoratos recolhiam-se; e o tropel, de cacete em punho, com as folhas em branco, em busca de assinaturas para o auto lavrado pelo Senado, seguia aproveitando tudo, cantando:

*Fora malhado!
Chucha judeu!
Acabou-se a guerra:
D. Miguel é rei!*

Tudo assinava, tudo assinou. O entusiasmo e o medo, a estupidez e a inocência, a venalidade e o ódio, aclamavam D. Miguel. Assinavam homens e mulheres, frades e galegos, mendigos e prostitutas; assinavam as mães pelos filhos que traziam ao colo (*Monteiro, Hist.*), e que os energúmenos baptizavam com laços realistas que lhes pregavam no peito. Era a nova geração, nascida num ar puro; a antiga estava manchada de maçonismo! As salas do Senado, patentes, invadidas pela turba, retumbavam com os vivas; e as folhas juntavam-se às folhas, coalhadas de milhares de assinaturas. Que melhor prenda de anos se podia dar à imperatriz viúva pela festa dos seus anos? De todo o reino vieram dons iguais: por toda a parte o dia 26 foi o da aclamação anárquica de D. Miguel.

Era decerto um grande passo andado, mas o do dia 3 de Maio foi talvez mais grave ainda. A nobreza respondeu ao

povo. Os pares, nomeados por D. Pedro, reuniram-se em casa do duque de Lafões assinando um pedido para que D. Miguel convocasse as Cortes históricas dos Três Estados do Reino, a fim de decidirem a questão da legitimidade. Quando se punha em dúvida o direito de D. Pedro, como podia considerar-se a CARTA, dada por ele, constituição portuguesa? Ora por toda a parte surgiam essas dúvidas, ou antes e melhor, as afirmações positivas da ilegalidade da sucessão de D. Pedro. Fora um erro jurídico, urgente a reparar. Assim o dizia abertamente a própria *Gazeta*.

E que faziam os liberais, perante esta revolução que, já vencedora, ia sagrar-se com os foros da legalidade, apelando para as instituições históricas? Os pobres liberais, corridos, agarravam-se às saias da infanta D. Isabel Maria (Araújo, *Cron.*), pedindo uma sedição militar que a restaurasse na Regência. Os pobres liberais, poucos e fracos, sem eco nas populações, sem influência nas classes poderosas, eram um grupo impotente com os olhos voltados para o Brasil onde estava D. Pedro, já talvez aborrecido deles e de tudo, já talvez arrependido da série de erros e imprudências cometidas. Por tudo isto, as potências, sem reconhecerem a legitimidade do trono miguelista, para se não contradizerem, reconheciam, porém, a razão de ser da usurpação. (Magalhães, *Apont. hist. dipl.*) A própria infanta, implorada, recusou-se a aderir às esperanças liberais, publicando a sua declaração de miguelismo (20 de Abril), espontânea segundo uns, extorquida segundo outros.

No mesmo dia em que a nobreza o pediu, nesse mesmo dia decretou a convocação dos Três Estados do Reino. Dissolveram-se depois os batalhões nacionais e do comércio, em Lisboa, criando-se o voluntariado realista. A usurpação era um triunfo. Não havia resistências, porque o sangrento episódio dos estudantes de Coimbra que tinham assassinado os lentes (18 de Março), não procedera de causas políticas: fora uma vingança de rapazes bravios sobre lentes pouco misericordiosos. Agora, porém, o caso mudava com a sedição de Aveiro e do Porto (16 de Maio), com a de Coimbra (22), com a do Algarve (25), com a de Almeida (28). Não era o povo que se levantava pela CARTA: eram os antigos regimentos,

das Divisões com que Vila Flor e Saldanha tinham batido os apostólicos em 26-7. De todos esses pronunciamentos militares só o do Porto logrou vingar, e no seu lugar próprio estudaremos a história da Junta. Agora basta lembrar o susto que estas sedições esporádicas fizeram nascer em todos. Começou a sentir-se, já depois da vitória, que a usurpação não havia de caminhar sem uma dura guerra; e isto deu importância decisiva nos conselhos às opiniões exaltadas. Os pronunciamentos foram como bandarilhas de fogo, cravadas no cachaço do toiro. Rugiu, investindo, colérico e sanhudo.

A miséria era tão grande que se invocam os empréstimos como actos de dedicação patriótica. Do empréstimo de Maio de 27 só 1000 contos se tinham preenchido; agora (5 de Maio), para se obter alguma coisa, recebia-se metade das subscrições em títulos atrasados e da outra metade só um terço à vista, o resto a prazos em letras. Um mês depois, não se tendo obtido nada, anunciava-se outro empréstimo sobre os rendimentos da Alfândega e da Casa da Índia. Também falhou. Recorreu-se então (22 de Junho) ao sistema dos *donativos*, em dinheiro, em géneros de toda a espécie. O Estado pedia esmola, como convinha a uma tirania plebeia; e a prova disto é que essa tirania se aguentou, arruinado tudo, sem receitas ordinárias num Reino em guerra, sem que de fora lhe dessem (pode dizer-se) dinheiro como deram aos liberais; a prova é que todos acudiram a depositar a sua esmola no mealheiro do tesouro. Alfândega, erário, tudo estava seco, e os papéis públicos começaram logo (Maio) a perder valor. O papel-moeda tinha um desconto de 15 a 25 por cento. *Dívida* ninguém a queria, e o rebate dos soldos do Montepio e dos reformados ia de 12 a 60 por cento. (Maia, *Memor. hist.*)

Enquanto o exército diante do inimigo combatia em Coimbra, reuniam-se em Lisboa, na Ajuda, os Três Estados do Reino (23 de Junho), e consolidava-se o trono erguido, chamando para em volta dele os seus estrénuos defensores — essa legião apostólica sempre fiel. Com ela, com os voluntários, o exército readquiria o carácter de solidez indispensável; e o rei, aclamado pela Nação, cada dia se tornava mais o chefe de um povo armado para uma guerra de extermínio. Na sessão solene de 23, na Ajuda, José Acúrcio, energúmeno sábio já conhecido da *Abrilada*, comentava assim, no meio dos ecos dos vivas estrondeando fora, o movimento de fúria

que avassalava os ânimos: «De todas as partes se ouve um clamor geral contra os rebeldes (do Porto): formam-se batalhões de voluntários, pedem-se armas, e os povos se levantam em massa e fazem uma montaria geral, não só contra os rebeldes armados, mas contra todos aqueles que suspeitam de aderentes aos princípios da seita.» José Acúrcio, procurador de Lisboa, falava em resposta ao bispo de Viseu que fizera a proposta de aclamação de D. Miguel. O desembargador terminava pomposamente: «A mão do Onnipotente conduziu V. A. Real desde as margens do Danúbio às do Tejo para salvar o seu povo que suspirava pelo Libertador, como outrora o de Israel no cativeiro de Babilónia!» e seguia lembrando como, cinco anos havia, o infante esmagara a hidra em Santarém; mas o Monstro ficara com vida; e as cavernas do Porto vomitavam as lavas do filosofismo moderno... Terminou assim — *Generose princeps, sic itur ad astra!* (ap. Araújo, *Cron.*)

«Concluída esta leitura, diz a *Gazeta*, com geral aplauso, desceu S. M. do trono e tocando os menestrelis as charamelas, voltou ao seu quarto e deu beija-mão.» Depois os Três Estados reuniram separadamente, o do clero em Santo António da Sé, o da nobreza em S. Roque, o do povo em S. Francisco, para fingir que discutiam a proposta do bispo de Viseu. Já no fim do mês D. Miguel assumia o título de rei; e a 7 de Julho jurava perante os Três Estados reunidos, dissolvendo-se as Cortes a 15. A 11 fora a aclamação oficial com as festas do costume; e José Agostinho, o poeta laureado do partido compunha a *Viagem estática*

*No meio do clarão vejo no trono
Cercado de esplendor Miguel Primeiro!*

A infeliz gente do Porto já estava expulsa para além da fronteira, e a paz restaurada em todo o Reino.

Os embaixadores estrangeiros, com excepção do Núncio, do da Espanha, e dos Estados Unidos que fazia o contrário do que a Inglaterra fizesse, abateram as armas das legações e pediram os seus passaportes. Era uma declaração de guerra? Não: era uma fórmula diplomática. As potências não podiam reconhecer D. Miguel; mas aplaudiam, aprovavam, a

eliminação da CARTA. Houvesse juízo, prudência, e a Inglaterra viria a aderir oficialmente, e após ela todos. Metternich, de Viena, ordenava a Bombelles que aderisse em tudo ao inglês e o seguisse: «Se Lamb sair de Lisboa, saia também.» (*Autobiogr. cit.*) A Inglaterra conquistara, como vimos, o lugar de árbitro na questão portuguesa; e essa arbitragem tinha como plano apoiar o Governo miguelista, impondo-lhe, porém, o respeito às fórmulas legitimistas. Para facilitar as coisas, Wellington mandou ao Rio insistir com D. Pedro que mantivesse a combinação do casamento, mas o pai não quis. (Magalhães, *Apont.*)

Vencedor no Reino, apoiado pela Europa, aclamado pelo povo, D. Miguel era pela legitimidade *dlo facto*, e talvez do direito, rei. Pareciam terminadas as questões, e era agora que elas iam começar. A emigração de quase três mil homens punha fora do Reino uma semente de guerra que frutificaria. A harmonia aparente era o sintoma de uma crise próxima, em que as duas fracções portuguesas, uma doida de febre, a outra podre de intriga ou alucinada por ilusões, haviam de achar-se frente a frente, sem força para vencerem, entregues às soluções do acaso e às ordens da política da Europa. Enquanto a vitória era em Portugal assinalada por um terror purista semelhante ao que descarnara a Península no tempo dos judeus⁽¹⁾, o Portugal emigrado, roído de invejas, dilacerado de ódios, punha a nu perante o mundo a miséria extrema a que os infortúnios da História nos tinham conduzido. Eram vãos os protestos lavrados contra a legitimidade de D. Miguel. Que importava que na eleição dos procuradores às Cortes tivesse havido irregularidade e violências, mentiras, burlas? O exemplo das Cortes constitucionais posteriores tira toda a autoridade à acusação, hoje; e então, tirava todo o peso às dissertações a maneira ignóbil por que a gente liberal se comportara no Porto, enquanto em Lisboa se aclamava o *usurpador*. O facto é que o historiador encontra nas assinaturas do auto da aclamação todos os nomes portugueses; e que na emigração vê apenas uma dúzia de nomes, se tanto, seguidos por três milhares de soldados anónimos. O carácter nacionalmente legítimo da *usurpação* é incontestável;

¹ *V. Hist. da Civil. Iber.* (2.^a ed.), l. IV, 6.

o carácter jurídico é discutível; quanto a crimes, o terror anárquico de 34-8 pagou com uma dezena de assassinatos liberais cada assassinato miguelista; e quanto ao deplorável desbragamento das invectivas, a essa literatura tão violenta quanto indecente, corria em resposta a José Agostinho e à sua escola, a *Biografia do chamado infante D. Miguel* (Lisboa, Junho), onde o usurpador era pintado como filho adulterino, bêbedo em permanência, vomitando pelo paço, atirando ao alvo de pretos no Brasil, analfabeto, assassino; e da rainha mãe dizia-se aí, não sem razão, ser uma Messalina mais infame ainda, e mais impúdica do que a romana.

LIVRO SEGUNDO

(1828-32)

O reinado de D. Miguel

I

A SEDIÇÃO DO NORTE

1. A JUNTA DO PORTO

O regimento 6, que acabava de chegar ao Porto, deu certas esperanças aos liberais do Norte. Com efeito, no dia 16 (Maio) essa tropa proclamou, no quartel de Santo Ovídio, D. Pedro IV, D. Maria II, e a CARTA — trindade soberana ainda mais difícil de conceber do que a outra. O coronel, aflito, pedia que não prosseguissem em tal imprudência! — Como os soldados, porém, não quisessem ouvi-lo, sumiu-se, meteu-se em casa. Mas a mulher, que era mais homem do que ele, envergonhou-o, obrigando-o a sair, a pronunciar-se. O pobre coronel foi. Da guarnição do Porto só parte aderiu, e o povo mantinha-se indiferente. (Monteiro, *História*.) Formara-se um conselho militar, logo que as tropas do Governo tinham evacuado a cidade já em poder dos sublevados. Que queriam estes?

Bem pouco. *Libertar* D. Miguel que diziam coacto, demitir o Governo, restaurar a CARTA.

Mas a ficção de libertar os reis, triste eufemismo de que tanto haviam sofrido Fernando VII e D. João VI, sucessivamente *libertados* pelos partidos opostos, era já cediça, anacrónica; e ninguém acreditava que D. Miguel estivesse coacto. Ao grito do Porto, respondiam Aveiro, Almeida, e no dia 22, Coimbra onde os estudantes moços, entre eles José Estêvão, com a cabeça cheia de Roma e de Revolução Francesa, juraram de espadas nuas, sobre um in-8.º de Pradt, morrer ou vencer. (Soriano, *Revelações*.) A adesão de fora reagiu sobre o Porto; os liberais juntaram-se à tropa, desfraldaram a bandeira francamente anti-miguelista, e constituíram uma JUNTA. Chegava de Coimbra o batalhão académico, e no meio de esperanças suaves reapareciam os sentimentos estoi-

camente ingênuos repassados de um naturalismo bucólico. Os teatros davam a *Filha da Natureza*, precedida a peça pelo elogio histórico — *A virtude e a fidelidade*. (M. de Carvalho, *Hist. Contemp.*) O liberalismo minhoto aliava bem ao temperamento lírico da raça as fórmulas da escola donde saíra a festa do Ente Supremo, executada em França. Era uma república à feição de Saint-Pierre e Rousseau, comentadas por Bentham; e Passos Manuel foi o homem em quem essa fisionomia da revolução portuguesa encarnou.

Passos era ainda pouco ou nada. Poetava mal; mas de braço dado ao irmão apresentava-se em toda a parte com a sua bela face alumiada de esperanças cândidas. Os dois temperamentos portugueses que o Mondego divide em famílias, do Norte e do Sul, apareciam mais uma vez, depois de muitas, armados e hostis, agora que a invasão de novas ideias religiosas e políticas atacava a antiga unidade nacional. Absolutismo, liberalismo, via-se bem serem a expressão do génio das populações, embora no próprio Minho fosse vivíssimo o amor ao velho Deus, o ódio à Maçonaria; assim também sucedia, para além das fronteiras, no norte carlista, mas *fueirista*, liberal por índole política. Considere-se agora quanto o transmontano difere do minhoto, como parece um ramo da família meridional portuguesa¹, e achar-se-á o motivo do seu decidido absolutismo. Frente a frente, armados para uma guerra que ia durar seis anos, o minhoto liberal contra o estremenho e o alentejano absolutista — qual venceria? Quem sempre venceu em Portugal: quem dá unidade e coesão à nossa família nacional composta de retalhos das raças históricas da Espanha. Venceu o tenaz e astuto beirão, do sangue dos lusitanos, já desde Viriato e Sertório mestres em manhas e ardis de guerra; venceu essa índole que foi a da ditadura de D. Pedro (Xavier, Carvalho, Aguiar) e teve afinal como tipo o beirão Rodrigo (de Condeixa), cuja rivalidade com outro beirão, Costa Cabral (de Fornos de Algodres), substituiu o duelo precedente de Palmela contra Saldanha.

Venceu por anos o clássico banditismo lusitano que fez dos Brandões heróis, e de cada guerreiro um rei a quem obedeciam os homens de Lisboa.

¹ *V. História de Portugal* (3.^a ed.). I, pp. 32-46.

Tudo isto vem, porém, distante ainda, e são longínquas, vagas, estas insinuações que a concordância singular dos actos históricos e do génio das populações leva a notar. Com efeito, o ingénuo espírito revolucionário do Minho, o absolutismo ardente do Sul, ficaram ambos vencidos mais tarde. Agora, contudo, ainda no ardor da luta, não surgia o terceiro elemento, e a afirmação do Porto era uma ressurreição pura do espírito solto em 26, ao aclamar a CARTA.

Assim como, porém, as esperanças eram ilusórias, apesar de simpaticamente ingénuas, assim também eram poucos e fracos os que as partilhavam. À JUNTA não faltava dinheiro, mas faltava um chefe. Sem se declarar republicana, era evidente que carecia de um norte, de um programa. Monarquia, de quem? De D. Pedro que abdicara e estava no Brasil? De D. Maria II, criança e também ausente? Regência, de quem? Da infanta não podia ser, pois que ela aderira à usurpação, por força ou por vontade. Fora esta própria ausência de outra solução possível que tornara D. Miguel indispensável. Seria Regência a própria JUNTA? Oh riso! Era um agregado de bons homens capazes de formarem o Senado de uma cidade, incapazes de governarem um Reino em crise. O presidente era o caduco general de Braga, Hipólito, bom velho pacífico, inimigo de revoluções, que ali se achava sem saber porquê. Ferreri, vice-presidente, não tinha carácter, só presunção, só vaidade e egoísmo. Gama Lobo era uma pessoa hipocondríaca, misantropo e pessimista, que se metias nas coisas por espírito de oposição azeda, a tudo, a todos. Havia mais cinco desembargadores (Sampaio, Castelo Branco, Sarmiento, Lopes, Magalhães), que não mentiam à tradição, com os seus vícios de letrados abelhudos, pretensiosos, inchados de frases e secos de fórmulas, argutos que consumiam o tempo a discutir o modo próprio de se tratarem, de se corresponderem. Havia mais dois negociantes, Kopke, Vanzeller), de extracção estrangeira, homens nulos, medos em pé, tremendo de tudo como varas-verdes: criaturas que só serviam para pôr ao lado da JUNTA a bolsa dos comerciantes. A tudo isto juntava-se um exército com um general múmia: Refoios. (Maia, *Mem.*)

Entretanto, porém, a sedição lavrava; e no meado de Junho os voluntários da JUNTA matinhavam sob o seu Governo todo o norte litoral do Mondego até o Douro e a máxima

parte do Minho, com Penafiel na fronteira de Trás-os-Montes, Viseu, Lamego, Foz Côa, Gouveia, Fundão e Almeida, nas encostas da serra da Estrela, e Tomar, já na Estremadura. Tinham aderido cinco regimentos de cavalaria, oito de infantaria, outros tantos de caçadores e um de artilharia: metade do exército português. Por D. Miguel ficara a outra metade. (Araújo, *Cron.*) Os receios deste acerca da fidelidade das tropas provavam fundados. (Eschwege, *D. Miguel, usurpator des port. thron.*). A JUNTA exultava com frases empoladas, lembrando Martim de Freitas que levava as chaves do castelo ao túmulo de D. Sancho. Depois de ter acusado a reacção, «a velocidade dos relâmpago, dizia, não iguala a rapidez dos passos retrógrados, que desde o seu primeiro desenvolvimento pressagiam o funesto acontecimento que despertou a lealdade portuguesa» (*Manifesto*). Pelo estilo se conhecem os homens.

Em Lisboa houve terror e fúria ao saber-se dos casos do Porto. No Paço encheram-se as malas para fugir para Espanha, e os navios de guerra estavam de peças corridas, os artilheiros de morrões acesos, prontos a bombardear a *Baixa*. Foi necessário que, em Conselho, os ministros infundissem coragem nessa gente violenta e fraca. (Maia, *Mem.*) Pelas ruas os caceteiros rugiam, espancando. O medo criava inimigos em toda a parte e sentia-se uma necessidade de extermínio. As cadeias encheram-se; e como não cabia lá mais gente, atulharam-se de presos, no rio, os pontões *S. Sebastião* e *13 de Maio*. (Monteiro, *Hist.*)

O pânico foi, todavia, breve. A esquadra saiu a bloquear o Douro. Póvoas partiu na vanguarda (26 de Maio) do exército do Norte, que D. Miguel em pessoa iria comandar. Carlota Joaquina, conta-se, dissera ao general, à despedida: «Corte-me, corte-me cabeças! A revolução francesa cortou quarenta mil e nem por isso a população diminuiu.» Ao pânico sucedera um furor e um entusiasmo decidido. Contaram-se as forças: havia uma esquadra, havia metade do exército, havia a Divisão apostólica que se mandou vir de Espanha mais tarde (23 de Junho); havia, sobretudo, o amor das populações e a força de um Governo ainda rodeado de esperanças, ainda não poluído de crimes, ainda no ímpeto os primeiros

actos. Mobilizaram-se as milícias, alistaram-se os voluntários e criaram-se os urbanos, batalhões da gente que não podia ir à guerra santa e ficava defendendo a cidade. O dinheiro que faltava ao Tesouro para armar e fardar as novas tropas deram-no elas, deram-no os ricos, as corporações: Cadaval e os fidalgos, a Intendência, o Contrato, e o Senado de Lisboa. Em poucos dias tinham-se alistado e equipado 10 000 homens. (Monteiro, *Hist.*)

Nos princípios de Junho (2) estavam Refoios em Condeixa, Póvoas em Leiria. Refoios, já de si caquético, era general em nome apenas, porque a JUNTA, inspirada pelo balofo Ferreri, imitava a *Convenção*, pondo delegados seus no exército, para dirigirem, espiarem, os actos do general. Esses delegados redigiam proclamações que Refoios, com a velha mão trémula, assinava. E essas proclamações, em vez de acirrarem o ardor dos soldados, abatiam-no, porque o exército, em vez de marchar, ficava parado à espera dos *bons* generais que vinham de Londres a caminho do Porto, e à espera de que a metade miguelista das tropas portuguesas se entregasse. (Maia, *Mem.*) Esperança vã! Ilusão singular, na insistência com que durou até 1833.

Póvoas avançava com prudência, e na sua retaguarda ia-se constituindo o grosso do exército. A 24 (Junho) as vanguardas inimigas chocaram-se na Cruz-de-Morouços, junto a Condeixa. Foi um reconhecimento e ambos os contendores reclamam para si a vitória. O facto é que a delegação da JUNTA fugiu às carreiras e só parou, esbaforida, em Grijó; o facto é que o seu exército retirou em boa ordem a defender-se atrás do Vouga. Póvoas continuou a avançar a 28, dando-se uma batalha cujo êxito é também disputado. A JUNTA continua a dizer que vence, mas o seu exército continuou a retirar. Fortificou-se então em Oliveira de Azemeis, e Povóas foi-lhe nas pegadas. Com a retirada breve, desde o Mondego até o Douro, toda a Beira Litoral voltou a reconhecer, sem ruído, o Governo de Lisboa. Almeida rendia-se; e do fogo-de-palha liberal restava apenas o Porto, onde a JUNTA redigia papéis, mais o exército, a cuja frente Refoios, caquético, dormitava.

Nisto entrara (26) no Douro o *Belfast* com o partido: Saldanha, Palmela, Terceira (que ainda não tinha este nome), Sá, Stubbs, Xavier, Azeredo, Rendufe, S. Paio, Taipa, Ca-

lhariz, Pizarro, Ficalho, Saavedra, Barreto Feio e os mais, ao todo vinte e nove personagens — tal era o número dos dissidentes expatriados.

2. PALMELA

Estavam em Londres, por parte do Brasil, Resende e Itabaiana, por parte de Portugal, Palmela, quando no Reino D. Miguel tomou para si a Coroa. Todos três protestaram diplomaticamente perante as potências contra o modo por que o infante mentia aos compromissos e juramentos de Viena. Os brasileiros sabiam, porém, quanto o diplomata português tinha a pessoa de D. Pedro em pouco, e em muito, em tudo, o estabelecimento de um regime moderado, sob a protecção da Inglaterra. «Agora (Março de 28) o que importa ver, escrevia ele para Lisboa a um amigo, é como o homem que está do outro lado do Atlântico engolirá a pílula que lhe querem fazer tragar e que as suas loucuras em parte prepararam.» (V. a carta em Melo, *Hist. Cron.*) Hábil, perspicaz e céptico, Palmela não sentia a dedicação leal dos outros pelo imperador brasileiro e punha com razão as coisas acima das pessoas. Côncio da incontestável superioridade da sua inteligência subtil e fina, relativamente a toda a gente portuguesa que o rodeava, Palmela não queria deixar a ninguém a direcção da campanha encetada em Londres: dessa campanha que, no seu entender, havia de ser vencida pela diplomacia, não pelas armas, nem pelas revoluções populares que odiava aristocraticamente. Fumador eterno e indolente, eram antipáticas ao seu espírito requintado as revoltas militares ou plebeias. A sua fórmula política resumia-se no fim de 1827 nas seguintes palavras: «Casar o príncipe que por todos os motivos está destinado a governar-nos, com a CARTA, da qual me contento que conservemos somente o uso de convocar anualmente duas Câmaras e de lhes apresentar as contas públicas.» (14 de Nov., *Corr.*) Estrangeiro pela estirpe e mais ainda pela educação, não era capaz de sentir o calor da fúria portuguesa. Para as suas opiniões *correctas*, eram tanto loucuras as dos apostólicos, como as dos jacobinos. Homem frio e fino, tão ilustrado como céptico, desdenhava da Nação que servia: «Olhe que em Por-

tugal não há nem sombra de patriotismo, nada que se assemelhe a sentimento nacional. O que há é muita intriga e uma completa indiferença sobre os meios de satisfazer a ambição mais sórdida e baixa. Hipocrisia (pois nem verdadeiro fanatismo existe entre nós) e crassa ignorância nos governados. Falta-me o ânimo para falar dos governantes. Olhe que tudo isto que eu lhe digo é pura verdade, sem exageração.» (Carta inéd. 25 Abril de 1828, em Melo, *Hist. Cron.*).

Ele não era vintista jacobino, nem miguelista apostólico; não era propriamente português, mas sim um *inglês* da escola de Canning, liberal-parlamentar, moderado, temperado, equilibrista. Homem pequenino, pálido, nariz adunco, feições italianas, não tinha grandeza, nem autoridade, nem encanto no aspecto. Mas o seu olhar vivíssimo e um sorriso de ironia singular traduziam a perspicácia da sua inteligência. (Lichnowsky, *Record*.) Falava, nos seus discursos, abundante e rapidamente com excessiva energia e gestos pronunciados de mais. Era por temperamento, e foi por política, o pólo oposto do teatral Saldanha, de quem o homenzinho ria, considerando a facilidade com que o virava, fazendo-o instrumento manso da sua vontade.

Saldanha, por seu lado, detestava-o e desprezava-o, com um instinto seguro. Quando ainda a usurpação se não consumara, mas quando já a acção inteira da intriga política girava em torno do infante, Saldanha expunha deste modo as suas opiniões a D. Pedro: «O marquês (de Palmela) e a maioria dos da sua classe têm vivido na persuasão de que o infante subirá ao trono de Portugal, e isto fez-se-lhes certeza desde que se convenceram da impossibilidade de V. M. vir a Portugal. Pondo, pois, de parte a fidelidade, a honra e o bem-estar da Nação, e considerando só os seus interesses pessoais, têm procurado apenas captar a afeição do infante.» (Carta de 5 de Jan. de 28, em Carnota, *Mem.*) Assim se julgavam uns aos outros, os chefes da empresa comum.

Entre os dois ditadores do liberalismo havia uma igual oposição na figura, no temperamento, nas opiniões. As de Saldanha era indefinidas: brilhantes rótulos que exprimiam jacobinamente um carácter formado com elementos antigos. As de Palmela eram certas, precisas, práticas, bem estudadas, nada quiméricas. Por estes motivos, na história pos-

terior, Saldanha venceu Palmela, mas para mandar com as doutrinas palmelistas, liberais, representativas.

Essa nova ideia de um sistema de ponderação de instituições enraizadas na tradição; essa ideia que era a generalização da História a toda a Europa; esse programa que dava uma nova forma ao liberalismo, condenando os jacobinos e o seu racionalismo clássico, Robespierre e o seu *terror*, a *Convenção* e a sua ditadura, Rousseau e os direitos do homem abstracto: essa nova teoria obtinha a noção de uma liberdade individual positiva da filosofia prática da Inglaterra; a do equilíbrio das instituições, das doutrinas de Montesquieu; e a da tradição histórica, do romantismo que então lavrava por toda a Europa.

Um tal corpo de ideias, um tal plano de instituições, nem saía da História pátria, nem era adequado ao nosso temperamento que compreendia D. Miguel, podia compreender Saldanha, mas não entendia Palmela. Era um estrangeirismo: mas isso não percebia o diplomata pela própria razão de ser *estrangeiro*. Nascera em Turim em Maio de 1781: tinha agora quarenta e sete anos, e a inteligência formada, incapaz de mudanças. Fora educado no seio da sociedade opulenta e culta da Europa diplomática. Convivera e aprendera com Schlegel, com Sismondi, com Barante, com Constant, no retiro de Coppet, onde Staël-Corina dizem que via nele o seu romântico Osvaldo; aí representara a *Zaira* de Voltaire, a *Fedra* de Racine. Moço viera para o Reino e fora querido de D. João vi, a quem dirigira na moderação, sendo-lhe braço direito em 23, quando foi mister abolir a Constituição de 20, sem cair nas mãos dos ultras acantonados com D. Miguel em Santarém. (Lopes Mendonça, *Not. hist.*)

Tal educação, tais precedentes, reunidos às necessidades requintadas, dissipadoras, principescas, do seu génio, tornavam-no ainda mais o oposto de Saldanha — português de sangue, educado no campo, sóbrio como um soldado, dissipador também mas por ignorância do preço do dinheiro, por dadivoso e perdulário, não por sibarita, como Palmela.

Este primeiro episódio do duelo português ia pôr em presença os dois rivais.

3. A BELFASTADA

Conheciam-se todos três, Palmela, Saldanha e o futuro Terceira (agora ainda Vila Flor), da Corte de D. João VI, a quem tinham feito a *Vilafrancada*; reunidos se achavam em Londres no exílio, e vinham juntos a bordo do *Belfast*, para o Porto, com propósitos diversos e singulares. Terceira que veio a ser o braço direito, sempre leal, sincero, bravo e simples, do constitucionalismo, era ainda um personagem secundário.

Resende e Itabaiana tinham em suas mãos, em Londres, o dinheiro que o Brasil devia a Portugal pelo tratado de 1825; e, como é natural, negaram-se a entregá-lo ao Governo de D. Miguel. Ao saberem da sedição do Porto, viram oportuno o momento de disporem desses fundos em prol da causa do imperador seu amo. Foram-se ter com Saldanha oferecendo-lhe dinheiro, convidando-o a ir colocar-se à testa do exército fiel; mas sob condição de guardar reserva, e nada confiar a Palmela de quem os dois brasileiros não estavam seguros. Saldanha concordou em tudo, incluindo o segredo, e foi dali direito denunciar a combinação ao émulo. Porquê? Para quê? Eis o que se não sabe. Provavelmente por uma das muitas e inconsequentes fraquezas da sua débil perspicácia. Pensaria Saldanha arrancar o marquês às influências de Beresford e de Wellington?

Palmela, por isso mesmo que o movimento do Porto lhe sorria, não podia recusar-se. Não podia recusar-se, a não querer passar por traidor; e como hábil, viu propício o momento de intervir, para abafar o movimento importuno, reduzindo a nada o rival que vinha, assim, entregar-se-lhe nas mãos. Se da parte de Saldanha houvera cálculo, Palmela devia rir consigo, ironicamente, da ingenuidade do simples: com teu amo não jogues as peras... Cândido José Xavier, sócia do diplomata, afirmava que «Saldanha à frente da canalha era mais perigoso do que D. Miguel à frente dos Silveiras» (J. Liberato, *Anais*); e mais tarde, depois de conseguido o desejado fim de abafar a revolta, o *Emigrado Português* em Plymouth (14 de Dez. de 28), órgão de Palmela, escrevia: «Os povos devem obedecer ao direito público consagrado em Troppau e Laybach. O trono é quem manda... A JUNTA acabou como devia acabar.» Assim o diziam Wellington e Beresford, de quem

Palmela era o fiel servidor; e todos esperavam ainda que D. Miguel se convertesse à razão, que o casamento de D. Maria II se efectuasse e que o problema português se resolvesse — com ou sem CARTA, era indiferente...

Naturalmente, pois, os ingleses aconselharam Palmela a que fosse, para impedir que Saldanha tomasse a direcção da empresa, para impor um desenlace rápido a esse incidente intempestivo. Tocou-se a capítulo e reuniu-se a *mestrança* liberal, quase toda por Palmela: Xavier, Taipa, Vila Flor, etc. Debateu-se muito, e os brasileiros desesperavam com a demora. Estava decidida a partida; mas era necessário dinheiro, e bastante, porque o diplomata não sabia fazer as coisas de outro modo. Os brasileiros deram dez mil libras: tanto custou essa viagem do *Belfast*? Não, custou muito mais. Custou uma nódoa irreparável, uma vergonha miserável! Com o dinheiro fretou-se o vapor, compraram-se víveres e carruagens para os fidalgos senhores que recebiam às duzentas e trezentas libras para ajuda de custo, salvo o nobre Stubbs que nada quis para si. (Maia, *Mem.*) Entre Palmela e Saldanha representava-se a fábula da serpente e do rato: o primeiro tinha nas falas mansas e no sorriso torcido por querer ser meigo e franco, a atracção que se atribui ao olhar do réptil: «É popular, dizia, lisonjeando a vaidade ao companheiro, não se afaste de mim, não me contrarie, estamos de acordo e conseguiremos o que desejamos todos. Mas não queira preponderar, que as potências, sabem-no, ou supõem-no republicano, e isso prejudica-nos... etc.» (Resp. de Sald. ao *Mem. da Junta*, em Londres.) Saldanha atraído, seduzido, entregou-se, assinando um papel em que se obrigava a reconhecer a autoridade da JUNTA, no Porto, e os generais que ela nomeasse. (Soriano, *Revel.*)

Embarcaram, largaram, e o vapor começou a rodar para o Douro. Palmela, fumando, debruçado sobre o mar na borda do navio, enovelava os seus planos, à medida que se enovelava a água batida pelas rodas do *Belfast*, onde bons cozinheiros preparavam guisados para os exigentes patriotas. (Maia, *Mem.*)

Em que momento chegaram ao Porto já nós sabemos. Re-foios, com um grande medo da cavalaria miguelista (Soria-

no, *Revel.*), retirava para Azeméis. Os fidalgos desembarcaram; e a JUNTA, o Porto, cheios de esperanças, aclamaram-nos e entregaram-se-lhes. Houve repiques, bandeiras, foguetes e colchas nas janelas, segundo o estilo. Palmela, fumando, pensava, lembrando-se das exigências de Wellington, de Beresford. Meteu na JUNTA Xavier e todas as suas criaturas, para a garrotar quando quisesse: e para que Saldanha o não fosse, fez-se a si general em chefe do exército. Comandava no campo e no conselho; mas como o necessário era fazer nada, deixava-se ficar inerte no Porto (Maia, *Mem.*), e deixava a JUNTA perder o tempo a discutir o modo de organizar o Ministério na capital. (*Resp. de Saldanha.*) Mandou Taipa a Azeméis saber como estavam as coisas, e o esbaforido, espirituoso conde voltou a dizer que tudo estava perdido, mostrando um terror verdadeiro ou simulado. Palmela tirou então o charuto e deu o caso por acabado: nada havia a fazer senão entregar-se o exército; e eles, a JUNTA, os fidalgos, voltarem sossegadamente para Inglaterra no *Belfast*, que estava à espera, de caldeiras acesas. Ninguém protestou no conselho contra a comédia indigna, contra o miserável abandono de doze mil soldados *comprometidos*, para os quais nem se discutia uma capitulação, deixando-os abandonados à mercê do inimigo. Os generais e fidalgos faziam o contrário de César: chegar, ver e fugir. «Os acontecimentos do Porto são de tal natureza que unicamente se devia cuidar em os sepultar no eterno esquecimento», escreve de Paris (11 Dez. 29) o emigrado Abrantes a Silva Carvalho, em Londres, acrescentando que Palmela «francamente disse que ele cometera um erro político em ir ao Porto». (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo.*)

Saldanha embarcou também e também fugiu; também a JUNTA, que se dissolvia (3 de Julho). Palmela, calado, fumava. Saldanha estava irremediavelmente perdido e condenado, qualquer que seja, das duas versões, a preferida. A JUNTA, ou melhor, Palmela, no *Memorandum* que mais tarde dirigiu de Londres a D. Pedro, afirma que, ao dissolver-se, entregara a Saldanha o mando supremo. Se isto é verdade, o diplomata matava de um golpe dois coelhos — a revolução, e o rival que deixava nas mãos de D. Miguel, isto é, da força. Saldanha, na sua resposta a esse *Memorandum* (Paris, 13 Nov. 29), nega; dizendo que tal não houve, que só

depois em Londres se forjou essa decisão para o perder, acusando-o de abandonar o exército à sua miseranda sorte; que se obrigara a obedecer; que fora ao campo, e em conselho apresentara ao exército a decisão da JUNTA — entregarem-se; que o exército não anuíra, e por isso ele, general, retirara, embarcara; que temendo uma sedição contra a JUNTA e contra Palmela que seria fuzilado, veio a bordo onde já estavam todos; que Palmela o não deixou voltar a terra, e o vapor partiu, e Saldanha também partiu... Se a verdade é esta, Palmela, menos cru, obtinha o mesmo resultado, porque o rival ficava para sempre com a mancha de uma fraqueza bem parecida com uma traição.

Como quer que seja, o *Belfast*, na madrugada de 4, rodava, com oito dias de demora no Douro, na sua viagem para Londres. Fervia a água nas caldeiras do vapor, os acepipes na cozinha, e o vinho do Porto nos estômagos dos marinheiros que, bêbedos (Maia, *Mem.*), levavam o navio aos tombos, à imagem da *causa* também aos tombos, guiada pelos seus pilotos. Assim o *Belfast* foi dar consigo nuns recifes do Finisterra e abriu água; e também ao arribar à Corunha, onde o governador o mandou sair logo, Palmela viu que o seu barco fazia água. O exército não se rendera; e com as misérias do seu êxodo redimia a ignomínia dos chefes que o tinham abandonado. Entrara já na Galiza; e esses milhares de emigrados, essas tropas que, nos planos do diplomata, deviam ter-se rendido a D. Miguel, iam ser um elemento importuno e imprevisto nos seus cálculos. Estava contrariado: a sua face irônica exprimia o despeito. (J. Liberato, *Anais*.)

Largaram da Corunha com água aberta, o *Belfast* e o marquês, e seguiram rodando, coxeando, arrastando com a asa ferida, por esses mares fora. À guarnição do vapor, bêbeda, rebentou-lhe depois uma caldeira — do mesmo modo que à *causa* rebentara, declaradamente, o apostema dos ódios entre Palmela e Saldanha, da divisão dos partidos irreconciliáveis que viriam a encher a história liberal de vergonhas, patentemente expostas perante a Europa.

Rodando, coxeando, chegou por fim o *Belfast* a Plymouth depois de catorze dias de atribulada viagem. Palmela via agora que apenas conseguira metade dos seus desejos. Desacreditara Saldanha, mas não conseguira afogar a sedição. Terminara, sim, a guerra; mas que havia de fazer de três mil

emigrados? Oportunamente se verá o que fez. Por agora basta dizer que também Wellington não devia ficar contente com o resultado da missão. Palmela que, servindo-o, pensava servir a liberdade moderada, começou por seu lado a perceber que os *tories* apoiavam, aliados à Santa Aliança, D. Miguel apostólico; e que a Inglaterra do herói de Waterloo já não era a Inglaterra de Canning. Triste sorte a dos hábeis!

O episódio da JUNTA acabara. «O direito, o qual à descendente e jesuítica legitimidade bastava, era já por D. Miguel — ó ridícula subversão dos princípios! Faltava o facto da absoluta e não da disputada posse: deu-lho a Junta do Porto e os seus generais. Como? Fugindo. — Depois de vencidos? Não; depois de vitoriosos.» (Garrett, *Port. na balança da Europa*.)

4. A RETIRADA PARA A GALIZA

Acabara o episódio da JUNTA, mas não as suas consequências. Uma, a das forças, virá mais tarde; a outra, a do êxodo do exército, tem aqui o seu lugar natural.

Logo na manhã do dia 3 soube o Porto do embarque dos personagens: cada qual tratou de se salvar do Póvoas e dos miguelistas que vinham próximos. O exército descia então, calada e tristemente, de Grijó e da Bandeira, para o Norte do Douro, concentrando-se no Campo de Santo Ovídio. Abandonado à sua miseranda sorte, apenas o grave, o bom do brigadeiro Pizarro restava para comandar, com o nobre Sá (depois da Bandeira), em quem vivia o brio português — e por isso recusara o seu lugar no *Belfast*, preferindo a sorte ignorada dos companheiros de armas. Havia em Santo Ovídio de 5 a 6000 homens de tropa e quase outro tanto de gente que fugia da cidade: pais que abandonavam os filhos, filhos os pais caducos, maridos as mulheres debulhadas em lágrimas. (Soriano, *Revel.*; Maia, *Mem.*). Partiram, sem ordem, nem forma, como uma tribo emigrante. Era um amontoado de gente a pé, a cavalo, fardada, paisana, armada, inerme; iam as estradas cheias de bagagens e os soldados com molhos de trigo ceifado (era Julho) às costas, para dormirem quando fosse possível. (Soriano, *Revel.*) Ouviam os sinais e toques do Póvoas que entrava no Porto, e provavelmente não se deteria

em uma cidade abandonada, avançaria a atacá-los. Para onde iam? Para a Galiza, mas como Colombo foi para *oeste*, sem rota, nem governo, ao acaso. Tinham Braga e o Minho miguelistas e as guerrilhas pelas frente.

Póvoas entrou no Porto, sem executar as ordens de Carlota Joaquina. Ninguém matou. O honrado e bom general detestava a guerra civil, e não queria abrir entre os partidos uma vala de cadáveres e sangue. A sua moderação honra a sua humanidade. Por isso não perseguiu os fugitivos, deixando-se ficar a assistir à aclamação de D. Miguel.

Arrastando-se, os emigrantes chegaram a Santo Tirso, sobre o Ave. Pararam: contaram-se as tropas: 6000 homens, 400 cavalos, 20 peças de artilharia (Soriano, *Cerco*). Já alguns tinham desertado. Era de noite, no dia 3. Bernardo de Sá (Sá da Bandeira) ordenou o acampamento, organizou a retirada, guardando para si a retaguarda, mais perigosa, dando a frente ao brigadeiro Pizarro. Essa noite foi terrível. Em Guimarães havia uma divisão miguelista, guerrilhas em Braga, e Póvoas estava no Porto; iam ser infalivelmente metidos entre os três fogos, obrigados a render-se. E demais não havia confiança na firmeza das tropas, e era difícil invocar exemplos quando o dos chefes fora a fuga. De madrugada já se sabia dela: — o Saldanha! Todos! Até o Schwalbach! E o Silva Pereira!... o Corja! — Sá da Bandeira chorava de tristeza e raiva. Caçadores 6 e parte de infantaria 21 voltaram-se, desertando. Se se demorassem, fugia tudo. Era urgente marchar para salvar a honra, ao menos. Arrastando-se, partiram, de asa feria — como o *Belfast*, lá ao longe, no mar...

Seguiram em direcção à ponte do Prado, junto a Braga, a galgar o Cávado. Sá da Bandeira, a cavalo, na retaguarda, escutava: avançaria o Póvoas? Mas nada se ouviu; e todo o seu desespero era impedir, raivoso, as deserções. Havia um calor sufocante. Os soldados ficavam para trás, aos grupos, em dezenas, a rapinar pelos campos e vilares dispersos, nessa região do Minho onde não há palmo de terra sem casas. Subiam, desciam a Falperra, de ladroagem célebre, agora coroadas de guerrilhas que zumbiam e atiravam de longe, impunemente. O desertor andava com elas.

Assim chegaram a Braga, onde o coronel Raimundo pre-

parava a resistência. (Maia, *Mem.*) Tiveram duas horas de fogo, entrando na cidade. Os frades tinham atirado dos conventos, fazendo das janelas seteiras, em pagad o que a cidade foi saqueada e houve mortandades pelas ruas. (Maia, *Mem.*) A passagem do Cávado estava conquistada; dali, internandose pelo Gerês onde nascem os rios do Norte, não havia mais obstáculos até à fronteira. Mas era necessário partir, seguir, sem perder tempo. Pois não viria o Póvoas, a marchas forçadas, do Porto?

Os soldados, porém, recusavam-se; não queriam prosseguir, preferiam entregar-se a D. Miguel, deitavam fora as armas e as mochilas, desesperados, sem entusiasmo nem já esperança por uma aventura de perdição. Sá da Bandeira era o depositário da honra nacional; e a sua nobreza, a sua coragem intemerata, a sua aberta decisão, conseguiram congrega a tropa: «Preferem uma vergonha? Vão, desertem, corram de joelhos pedir perdão ao usurpador!» — Ao que os soldados, com o instinto colectivo da verdade, objectavam que fugiam sem combater. E Bernardo de Sá, a cavalo, um Baiardo!, com os olhos arrasados de água, respondia-lhes: «Também eu tenho vergonha disso, rapazes!» (Soriano, *Cerco.*)

Largaram no dia 5, seguindo o curso do rio Homem, a internar-se nas montanhas do Gerês. Veredas ínvias, só trilhadas pelo pastor com as suas cabras, não davam passagem à artilharia. A triste firmeza de Sá da Bandeira na retaguarda conseguira dominar por um momento o desespero das tropas, mas já não podia agora contê-las. Fraquejavam, diziam mal ao seu destino; e dois regimentos, menos sofreadores, pararam, aclamando D. Miguel. Se Póvoas apparecesse, é evidente que a legião debandaria; e a humanidade do general foi então causa de bem graves males desumanos. Dois regimentos aclamaram D. Miguel e houve por isso fogo: um verdadeiro combate. Pizarro e o estado-maior na vanguarda, ouvindo os tiros, jugando-se colhidos pelo inimigo, largaram fugindo ao galope desfilado dos seus cavalos, saltando barreiras e precipícios, coleando despenhadeiros, em demanda da fronteira — a salvação. (Soriano, *Cerco.*)

Pararam em Lóbios, já na Galiza, onde foi reunir-se-lhes o roto farrapo do exército da JUNTA. Era no dia 6; o *Belfast* rodava à toa e a marinhagem bêbeda atirava com ele para as

pedras do Finisterra. Tudo fazia água na barca da Constituição...

Lóbios, onde acamparam, é um deserto, ladeado por aldeias de galegos famintos, quase selvagens; uma gente avara, imunda, miserável. Havia nessas altas chapadas das serras um frio vivo, apesar de ser Verão, e um temporal de chuva desfeito. As faces escorriam lágrimas, os andrajos esfarrapados escorriam água, dos salseiros que penetravam até os ossos. Além do frio, além da chuva, mordida a fome: a broa de milho valia a três tostões o arrátel. (Soriano, *Cerco*.) E a bordo do *Belfast* havia os vinhos preciosos e os acepipes dos cozinheiros delicados, ajustados em Londres: de um lado estava o champanhe, do outro os soluços dos infelizes abandonados... Os soldados vinham lavados em lágrimas dizer adeus aos seus chefes: não podiam aturar mais, voltavam a Portugal, conformados com a sua sorte. Ai! Os oficiais também desertavam; e um regimento, por os não ter, elegeu para o comando o soldado mais velho. Um dos comissários, mandado a comprar mantimentos, fugiu com o dinheiro: sete contos. (Soriano, *Revel*.) E muitos queriam que o general dividisse por todos a caixa militar, que tinha cento e trinta contos. Pizarro, conhecendo-os, não anuiu por saber que, dividido o dinheiro, com as algibeiras cheias, debandariam todos para casa. (Maia, *Mem*.)

Os aldeões galegos depenavam-nos; e comandando as milícias de cretinos, apareceu um quixote castelhano, ou galego com rompantes de andaluz, a fustigar os infelizes com chicotadas de insultos, com instâncias insolentes para voltarem para trás, entregar-se à religião e a D. Miguel. De 6000 que eram ao partir do Porto, um terço ficara pelo caminho; e dos 4000 que passaram a fronteira, conseguiram as misérias do acampamento de Lóbidos fazer regressar ao Reino 1600, emigrando por fim dois milhares e meio. (Soriano, *Cerco*.)

Apeados, desarmados, vexados, rotos, imundos, famintos, os restos do exército da JUNTA foram em condutas ou pelotões enviados para o Ferrol e para a Corunha. Aí Palmela soube de tudo, sossegado no *Belfast*, e atirou o charuto, contrariado, ao mar...

O honrado Pizarro, com o dinheiro que tinha, era a última providência dos infelizes que a Espanha repelia de si; e de

toda a Europa, eles apenas viam na Inglaterra, onde Palmela estava com os milhões da dívida brasileira, um asilo possível para a sua lastimosa sorte. Fretaram-se barcos, e foram na sua imundície miserável, em turmas, acamados como sardinha em pilha, no fundo dos porões infectos, desembarcar em Plymouth. À distinção aristocrática dos próceres fazia nojo um tão miserável espectáculo: deram-lhes esmola sem lhes apertar a mão; e enquanto viviam *bem* em Londres, amontoaram-nos no barracão célebre de Plymouth. Lá iremos, mais logo, acompanhá-los.

Agora, terminado o episódio da JUNTA, é dever nosso perguntar, com a mão na consciência: era ou não era, D. Miguel, aclamado na Ajuda, rei *legítimo* de Portugal?

II

O TERROR

1. O REI ENFERMO

A sedição do Norte não fora vencida, mas desmanchara-se em pó e lágrimas, numa impotência vergonhosa e triste ainda mais expressiva para a afirmação vitoriosa do Governo da capital. D. Miguel era sem contestação rei, de facto reconhecido pela Europa, aceite pelo Reino inteiro, adorado como um ídolo em Lisboa. O seu génio podia expandir-se à larga; e neste canto da Europa, em 1828, via-se um exemplar de governos arcaicos: um tirano querido, aclamado por uma demagogia fanática de religião, de realza. D. Miguel e o seu franco plebeísmo eram a genuína expressão do Portugal velho que, de crises em crises sucessivas, atingia agora a última. O rei passava a cavalo, a galope, com a vara entalada na sela, moço e radiante, e a gente das ruas parava a adorá-lo com um ar de júbilo ingénuo nos rostos; os mendigos de uma cidade mendicante avançavam ajoelhando e o príncipe abria a bolsa, dava-lhes dinheiro; as mulheres rezavam, pedindo a Deus a conservação de um rei tão belo, tão bom, tão amigo do povo! Corriam pequenos catecismos, orações em que Portugal, repetindo Jerusalém, era motivo de salmos e antífonas ardentes, invocando-se a Virgem Puríssima Nossa Senhora, para que protegesse o augusto e amado rei, defendendo-o de todos os seus inimigos, livrando o reino do pestilento e infernal contágio da seita maçónica... etc. (*Cânticos e louvores sagrados*, etc.) Sempre que aparecia em público, D. Miguel era vitoriado, levado em triunfo, entre bênçãos e aclamações delirantes. De uma vez, passando na Carreira dos Cavalos, caminho de Queluz, achou-se rodeado, sem poder avançar. Eram oficiais do exército, eram voluntários realistas, eram paisanos: homens, mulheres, gente de todas as idades e clas-

ses, que puxando a carruagem, o levou em triunfo, entre vivas espontâneos e ardentes, até Val de Pereiro. (*D. Miguel em Port.*) Ninguém dirigia, ninguém ordenava essas festas sem programa que brotavam como expressão viva do entusiasmo popular. Respirava-se o ardor de uma cruzada: D. Miguel era um Pedro-Eremita! Criava-se uma cavalaria nova e sagrada, para opôr à seita maçónica: era a ordem de S. Miguel da Ala de que o rei tinha o grão-mestrado, para defender a Santa religião católica, apostólica, romana, e restaurar a legitimidade portuguesa. Em vez do triângulo simbólico tinha por símbolo as cinco chagas em cruz como na bandeira nacional. (M. Carvalho, *Hist. Contemp.*) Se D. Miguel aparecia de noite nos teatros, ele era o espectáculo, não a cena; e os dias festivos do reinado viam surgir torrentes de versos inspirados pelo apostolismo, mas não melhores do que os versos naturalistas, liberais. Os poetas laureados eram o Curvo Semedo, o Granate, Costa e Silva, José Daniel o Bocage da plebe, Bacelar, Pedro Lopes que assinava: oficial da secretaria dos estrangeiros. (V. as folhas soltas, poesias de anos, etc., avulso.) Nessas composições gongóricas, entumescidas e depravadas no gosto, D. Miguel era alcunhado de glorioso, invicto, excelso, adorável, anjo, herói, etc.

*Pois el-rei Dom Miguel, primeiro, em tudo,
É um nome do céu que veio à terra!*

*...Dom Miguel por lei da divindade,
O herói libertador da Europa inteira!*

A inteligência portuguesa não dava para mais: de um lado salmos apocalípticos, literatura fradesca, recheada de alusões bíblicas e textos dos SS. Padres; do outro um classicismo arcaico, feito de alusões greco-romanas e alegorias pseudo-antigas. Antes o *Rei chegou!* na redondilha popular, antes o desbragado estilo de José Agostinho, de S. Boaventura, onde o crítico sente o palpitante vivo da alma colectiva e a explosão da brutalidade cega do génio português, sempre plebeu na fúria.

No dia 9 de Novembro (28) D. Miguel guiava a sua carruagem, galopando de Queluz para Caxias. Vinham com ele as

irmãs. De repente, uma sub-roda da estrada avariada faz saltar o carro que vacila e tomba. As infantas, despedidas para o lado, caíram, contusas. D. Miguel, enleado nas rédeas, ficou entre as rodas; as mulas assustadas fugiram, e as rodas passaram por cima do ídolo e partiram-lhe uma perna pela coxa. Foi levado em braços, gemendo: a sua vida estava em perigo.

Nada há mais frágil do que os ídolos. A idolatria é em si uma doença. Qualquer acidente a revela, e foi isto o que sucedeu com a enfermidade do rei. Os que o adoravam iludiam-se, porque adoravam, não a pessoa, mas os sentimentos de um calor mórbido, que as necessidades do espírito humano obrigavam a personalizar em um homem. O entusiasmo miguelista era a expressão de uma febre, e a sua força aparente semelhante à dos epiléticos, desenvolvendo num momento energia incríveis para cair logo no abatimento apático.

Mas a idolatria miguelista era apenas o primeiro estado da epilepsia portuguesa; e logo se viu isso, quando o rei caiu enfermo: agravou-se a enfermidade social.

O furor começou contra as mulas que foram justiçadas, e contra os liberais a quem, pretendem, se ficasse dando o nome de *malhados*, da cor dessas bestas imoladas. (Monteiro, *Hist.*). As arruaças plebeias exacerbaram-se: *desabafava o povo* com os cacetes, vendo em tudo indícios de liberalismo. O desgraçado a quem algum se lembrava de pôr subtilmente nas costas um M, a giz, voltava a casa espancado, senão morto. Ter uma flor na casaca, o anel em certo dedo, dois botões do colete desabotoados, eram indício de malhadice, causa certa de espancamento. Ninguém se atrevia a vestir uma casaca azul, e eram denunciados os mercadores que usavam nos seus livros papel dessa cor. As capas à espanhola estavam condenadas. (*Apont. da vida*, etc.) Muita pobre gente inofensiva, perseguida, fugia para bordo dos navios ingleses, emigrando, com gáudio dos que ficavam para lhes sequestrar os bens. Outros divertiam-se com o touro popular, entretenendo-se em denúncias burlescas: papéis incendiários! — era uma fãbrica de mechas. (*Ibid.*)

D. Miguel gemia no leito, e já cá por fora o davam por morto. O problema da sucessão excitava todas as loucuras. Não havia herdeiro. Indicavam-se Carlota Joaquina, Isabel Maria, ou o infante D. Sebastião, espanhol. Os exaltados

chegavam a considerar providencial o acidente, por acharem D. Miguel tíbio, bom de mais, para com a «corja» de pedreiros-livres que o rodeava. A fúria crescia: nem o restabelecimento do rei que deu beija-mão, vinte dias depois da queda, baixou a temperatura apostólica.

A onda galopava, e a fatalidade das revoluções via-se nesta revolução reaccionária. Os seus homens vergavam, quebravam-se cedendo o passo aos que falavam mais alto ao medo geral com palavras de cólera furibunda. Só o terror sem piedade, a expurgação completa salvariam a pátria ameaçada. Por quem? Pelos de fora? Pelos adversários emigrados? Não: pouco ou nada eram ainda para temer. O grande susto era o espectáculo da miséria universal, e a invasão constante, invencível, das ideias novas, estrangeiras e ímpias, que tanto mais se infiltravam, quanto mais cruel e incómodo era o furor que as perseguia. Apesar dos sequestros e confiscos dos bens dos emigrados, apesar da caixa aberta para os *dons voluntários*, frequente eufemismo com que se denominavam positivas extorsões; apesar dos mealheiros colocados nas igrejas pedindo esmola para as urgências do Estado (Soriano, *Revel.*), o Tesouro não se enchia, o Banco deixava de pagar as suas notas, e era necessário emitir dois mil contos de papel-moeda (Setembro de 29) quando os vencimentos dos empregados por pagar se rebatiam pela quinta ou sexta parte. (Monteiro, *Hist.*)

Mais grave que a fome era, porém, a invasão subtil, omnímoda, das ideias e costumes estrangeiros que lavravam apesar do Terror; e os energúmenos não viam contra os males outro remédio, senão o recrudescimento das perseguições expurgadoras. «A rapariga da mais fina raça de *besta* (malhada) não queria o frade para mestre de piano — diz Fr. Fortunato, mais tarde, em 1831, na sua furiosa *Hipiátrica* — e a mãe prometia mardar-lhe ensinar o hino (de D. Pedro) e um bom sortimento de *lunduns* filarmónicos e constitucionais. O rapaz não queria ir para a escola dos Nérís, que o moem com doutrinas e ladainhas: quer ir para a escola de Jeremias Benthán. O pai concorda, e deseja que ele seja um bom *preopinante*. O fedelho repele a cartilha do padre Inácio e o avô promete-lhe a cartilha do padre Volney.» Isto vinha assim

desde 20; e ia-se à Assembleia portuguesa, dos negociantes liberais de Lisboa, em vez de se ir à Igreja, «preferindo-se isso a ouvir um frade tonto ralhar contra os pecados».

Este exame da origem dos males actuais leva o frade a exclamar: «Ah! Lisboa, Lisboa! Quando me lembra o crescido número de mações e ímpios que profanam o teu vasto recinto, ocorre-me logo a fábula de Augias...» (*Mastigóforo*.) Era o que D. Miguel não fazia, ou não fazia assaz, na opinião dos energúmenos: as estrebarias continuavam sujas. E diziam-no frente a frente com a máxima liberdade. Em um sermão pregado por fr. João — o outro Boaventura, que depois se passou para D. Pedro — na presença do rei, o orador exclamava: «Senhor! Em nome daquele Deus ali presente, em nome da religião, peço a V. M. que dê cabo dessa vil canalha liberal, porque são ímpios e pedreiros. E saiba V. M. que há três meios de dar cabo deles: enforcá-los, deixá-los morrer à fome nas prisões, e dar-lhes veneno — veneno, senhor!» Houve um murmúrio de horror, na Corte, na igreja; mas o frade, sem medo, continuou: «Eu vejo pedreiros-livres em toda a parte. V. M. está cercado deles e lhe estão falando!» (*Oração de acção de graças*, etc.). Com efeito, o valido Pires falava então baixo com D. Miguel. Tremeu; ia morrendo de susto.

A força das coisas condenava a moderação, dando o poder aos exaltados. A história de D. Miguel repetia a da República Francesa — ao avesso. A amnistia era a condição exigida pela França e pela Inglaterra ao reconhecimento do rei. Wellington debatia-se, querendo o impossível: o antigo casamento, mas sem CARTA. Strangford estava ao lado de D. Pedro, no Rio, instando em vão com ele para que cedesse; e D. Maria II era tratada como rainha em Inglaterra, ao mesmo tempo que a expedição de Saldanha à Terceira recebia em cheio os tiros de Walpole (Janeiro de 29). Impedir a vitória do liberalismo, mantendo a combinação dinástica e exigindo moderação do Governo português, era, o que as potências queriam. Se D. Miguel e D. Pedro tivessem ou pudessem ter anuído, não haveria guerra, nem CARTA.

Mas D. Pedro, e mais ainda os seus, já conheciam bem a fatalidade que arrastava D. Miguel, e como, instrumento nas mãos da mãe, bandeira e não chefe de um partido, era forçado a progredir, sob pena de ser deposto. O mesmo aconte-

cia aos estadistas que não seguiam, ou não obedeciam ao furor apostólico dos demagogos. E o frio inglês sem capacidade para compreender o carácter e a violência da epilepsia portuguesa, pretendendo um impossível, tornava nula a sua influência, deixava Portugal entregue a um destino que vinha marcado desde o princípio do século: o ataque de fúria do antigo génio nacional agonizante. Era a expressão última da força de uma nação enlouquecida por uma educação de três séculos, contra a Natureza.

O conde de Basto, furibundo e idiota como os seus sequeazes, mas órgão legítimo, *puro*, do partido, subiu ao poder, como enfermeiro — não do rei cuja perna se colara, mas do Reino que se fracturava por toda a parte nos ímpetos e saltos de um possesso, adorando num ídolo, sem vontade nem força de homem, o seu próprio desvario. «Expulsar a pedreira de todos os empregos» eis o programa de Governo proposto por Fr. Fortunato (*Mastigóforo*, 1829), a uma nação de empregados públicos. Mas esse remédio era apenas provisório, outro o decisivo: «Os pedreiros aspiram, mais que tudo, a honras e dinheiro, quebrada esta mola dizem facilmente um adeus eterno à maçonaria.» Talvez este remédio dispensasse a continuada aplicação do último e verdadeiro que era A FORÇA!

2. AS FORÇAS

Entre arroubos de sentimentalismo bucólico e humanitário e acessos de uma fúria africana tem vivido a sociedade portuguesa. Com o ardor apostólico viu-se reaparecer a segunda, na primeira metade deste século, depois da crueldade contra os judeus, depois da história mais recente do marquês de Pombal. Dizem os que têm entrado em batalhas que o sangue embriaga; e sabem os que têm estudado revoluções que os patíbulo acirram. O terror e a crueldade fazem perder o amor da vida: em França, durante Robespierre, morria-se quase alegremente, indiferentemente, na guilhotina.

Cá, não se chegou a tanto, até porque as execuções foram pouco numerosas: todos os justicados de 28 a 34 não excederam 115, entrando nessa conta assassinos e desertores

arcabuzados¹. Mais cruéis, mais bárbaras, mais incômodas eram as perseguições incessantes, a falta absoluta de garantias, o regime das prisões, atulhadas de infelizes. Das cadeias e da emigração erguia-se um clamor de desespero, um desejo de liberdade, que não curavam já de saber que doutrinas políticas melhor serviriam à Pátria, mas somente de viver em paz no seio dela. Uma grande crueldade em perseguir, e uma hesitação, um medo, um receio em matar — embora isto pareça paradoxal, não o é — eis aí, dentre as consequências da simultânea violência e fraqueza miguelista, uma das que mais concorreram para a perdição do absolutismo.

¹ Estatística das execuções miguelistas (ap. Seco, *Memórias*):

- 1828 — 20 de Junho. 9 estudantes de Coimbra, e em Lisboa; enforcados pelo assassinato dos lentes.
- 1829 — 6 Março. 5 militares, em Lisboa, id. pela conspiração Moreira. (Mais 6 réus degradados).
- 7 Maio. 10 réus da sedição do Porto, id. no Porto. (Mais 4 réus degradados).
- 9 Outubro. 2 réus na mesma sedição, idem.
- 21 Novembro. 1 soldado desertor e homicida, enforcado.
- 1830 — 4 Março. 1 soldado desertor e homicida, enforcado.
- 6 Março. 6 réus de roubo e desacato da igreja da Graça no Funchal, id.
- 4 Maio. 1 réu de roubo e homicídio, id. no Porto.
- 9 Julho. 1 mais dos estudantes de Coimbra, enforcado em Lisboa. (Escaparam-se os dois restantes, de 12).
- 13 Novembro. 1 homicida, enforcado.
- 1831 — 14 Março. 7 réus da rebelião de 7 de Fevereiro, garrotados em Lisboa.
- 19 Setembro. 18 soldados do 4 (sedição de 21 de Agosto) fuzilados em Lisboa.
- 24 Setembro, 21 id. id.
- 22 Novembro. 1 padre enforcado no Porto.
- 1832 — 20 Agosto. 2 réus de aliciação de soldados para o Porto, garrotados em Lisboa.
- 23 Agosto a 25 Outubro. 17 soldados fuzilados em Viseu, por deserção para o Porto.
- 1833 — 21 Março. 8 soldados fuzilados em Viseu, por desertação para o Porto.
- 22 Maio. 1 réu de aliciação de soldados para o Porto, garrotado.
- 17 Junho. 1 idem, idem arcabuzado.
- 10 Julho. 1 idem, idem garrotado.
- 22 Julho. 1 idem, idem idem.

Depois do caso dos lentes (18 de Março de 28) introdução sangrenta de uma tragédia, veio a sedição do Norte (16 de Maio) autorizar os que já reclamavam o Terror. Esse caso dos lentes, porém, horrendo sintoma da barbárie dos costumes portugueses, só por nímia parcialidade pode considerar-se um crime político. Tinham em Coimbra os estudantes uma sociedade secreta dentre a qual foram eleitos os doze que deviam consumir a vingança bárbara de castigos ou tiranias escolares. Vinham, de Coimbra a Lisboa, três lentes, com o deão e um cônego do cabido, dar os parabéns a D. Miguel pelo seu regresso. Era de manhã, das 7 para as 8 horas, no sítio do Cartaxinho junto a Condeixa; os doze, mascarados com lenços, a pé, armados de trabucos, ordenaram alto à comitiva que apeou. Separaram-nos, trucidando-os a tiro e a punhaladas. Do alto de um cômodo próximo, uma mulher, presenciando a façanha, começou a correr gritando por socorro. Como era terça-feira havia povo pelos caminhos, para o mercado de Condeixa. Acudiu gente, cercaram os assassinos, prenderam nove, fugindo três. Regulavam todos entre 19 e 24 anos. Dos fugitivos, dois escaparam, vindo um a morrer tísico em 44, depois de ter combatido no exército liberal, e outro a arrastar uma vida miserável pelo Algarve. O terceiro, refugiado em Espanha, foi depois colhido e justificado. (M. Carvalho. *Hist. Cont.*)

Os nove presos no acto, em flagrante, pelo povo, foram levados à Figueira e daí a Lisboa. Três meses depois do crime morriam enforcados no Cais do Tojo; sendo as mãos e a cabeça de três deles cortadas e pregadas nos ângulos da forca, até consumpção natural, conforme dizia a sentença. (Seco, *Mem.*)

Este primeiro episódio da tragédia é sintomático. Se o crime não podia dizer-se político, é fora de dúvida que, mais ou menos definidamente, a política entrara no assassinato e acentuava a crueldade da sentença. O ódio teológico afirmava-se pela primeira vez no Governo; e por parte dos criminosos, o seu acto preparava as desforras de banditismo feroz, os morticínios dos presos liberais de Vila Viçosa e de Estremoz, e o vasto sistema de extermínio impunemente praticado contra os vencidos pelas guerrilhas de facínoras que, depois de terminada a guerra, assolaram por seis ou oito anos o Reino inteiro. Essa ferocidade anárquica, o assassinato impune, a

vingança e o roubo, como na Itália meridional, ou na Grécia, era a consequência final do movimento de decomposição lenta a que a sociedade portuguesa obedecia desde largos anos.

Por outro lado, a cor do sangue e os estertores da força exacerbaram a fúria apostólica, dispondo-a a responder com a alva e a corda aos temerários ataques dos seus incorrigíveis inimigos.

À moderação de Póvoas no Porto respondeu o Governo criando os tribunais especiais por todo o Reino: inquisição política para descobrir e julgar os crimes de apostasia ou de tibieza na religião ardente do absolutismo apostólico. Para o Norte foi uma Alçada bem escolhida, de magistrados que não mentiriam, como o general mentira, aos desejos sangüinários da rainha e dos seus sequazes.

Enquanto no Porto a Alçada dispunha as coisas para a tragédia de 7 de Maio (1829), em Lisboa, o episódio de uma sedição abortada veio acirrar ainda mais a exaltação dos energúmenos. Palmela, de volta a Londres com os três mil emigrados às costas, vendo-se burlado pelos amigos *tories* a quem tão bem servira no Porto, dispondo do dinheiro do Brasil e corrigido pela proclamação francamente revolucionária de D. Pedro (25 de Julho de 28) reconheceu a impossibilidade de fazer coisa alguma com D. Miguel, a quem os *tories* decididamente protegiam. O próprio que sufocara a JUNTA, era quem seis meses depois apelava para uma sedição em Lisboa. D. Miguel jazia então doente no leito, e os absolutistas andavam desnorteados na iminência de uma crise. O momento era asado, mas tudo o mais adverso. A conjuração foi uma farsa triste e ridícula, apenas tomada a sério pelos juizes ferozes que enforcaram alguns desgraçados.

Em Lisboa, que era o foco do miguelismo, não havia já um soldado de que se pudesse esperar. O exército fora expurgado: tinham regressado os apostólicos de Espanha, tinham emigrado os regimentos liberais, e além da Linha, havia a coorte fiel e decidida dos Voluntários, já organizados em todo o Reino. Palmela gastou vinte e cinco mil libras com intrigantes e com a brigada de Marinha (Maia, *Mem.*), o corpo mais plebeu, menos militar de Lisboa, formado com o

refugio do recrutamento do exército, e cujos soldados, vestidos à francesa — calça branca, talabarte com espada, casaca azul aberta com bandas vermelhas e grande barretina com um penacho vermelho colossal (*Sketches of port. life*, anon. V. as gravuras) — eram os queridos das tabernas, nas vielas da reputação má, arruaceiros e bêbados. Tal era a tropa com que Palmela se dispunha a sublevar Lisboa. Como chefes, que foram sugando o diplomata enquanto a comédia durou, havia um rapazote estrangeiro sem mérito nem crédito, havia fidalgos, havia a bordo de uma fragata francesa no Tejo o antigo Ferreira Borges, perdido e desacreditado para todos os partidos. (Maia, *Mem.*) Fora o procurador da Companhia dos vinhos nas Cortes de 20; e, depois, retirado em Londres, redigira o *Popular* e o *Correio Interceptado*, onde à morte de D. João vi defendera a legitimidade de D. Miguel, desdizendo-se mais tarde em Paris nas *Duas palavras* a favor de D. Maria II. Ferreira Borges planeava repetir no dia 9 de Janeiro um 1.º de Dezembro, e o caso era tão sério que ninguém o ignorava em Lisboa, todos riam, e os garotos da capital comentavam. (Maia, *Mem.*)

Não riram porém os juizes ferozes que, para se vingarem em alguém, escolheram entre os réus uma criança de 19 anos. (Chaby, V. *Excertos histór.*, notas.) Os intrigantes, vendo o ar trágico da farsa, escaparam com o dinheiro sacado a Palmela (Maia, *Mem.*), com medo de João Paulo Cordeiro que positivamente prometia «fazer em azeite os malhados todos e alumiar-se com ele». (*Apont. da vida*, etc.) Foi a 6 de Março que os cinco infelizes condenados à força (Moreira, Braga, Perestrelo, Chaby, Scarnichia) padeceram no Cais do Sodré. Houve festa nesse dia nas casas donde se via a função: visitas, doces, copinhos de licor; e as damas que adoravam a rainha, vestidas de azul e vermelho, debruçavam-se das janelas, de óculo, como num teatro, para ver a morte dos desgraçados balouçando-se na força (*Apont.*, etc.). Com os réus de morte vieram mais seis, degredados a assistir à execução: um era o filho do brigadeiro Moreira, da Marinha, que observou a cabeça do pai espetada no patíbulo. Além dos enforcados, além dos degredados, houve outros mortos: a viúva do brigadeiro, de aflição, e o pai da infeliz criança executada que se suicidou...

Palmela reconheceu então que o único destino da gente

que o incomodava em Inglaterra era expedi-la para o Brasil — se D. Pedro e os brasileiros os quisessem lá.

A força pede forcas — tradução revolucionária do fatigado adágio latino. Dois meses depois da tragédia de Lisboa veio a do Porto, remate das obras meritórias da Alçada¹, no dia 7 de Maio.

A terrível sentença condenava dez dos réus a morrerem no patíbulo, devendo (com mais razão) partilhar a mesma sorte os contumazes, fugidos para Londres no *Belfast*. Era um longo rol de mortes, comentadas com requintes fúnebres. As cabeças dos justicados seriam decepadas, e distribuídas pelo Norte, onde a sedição lavrara, como resposta ao insulto: duas à Praça Nova, nos patíbulos, três a Aveiro, duas à Feira, mais uma à Foz, outra à Praça da Cordoaria, no Porto, e a última a Coimbra, onde ficou espetada em um pinheiro na praça de Sansão. (M. Carvalho, *Hist. Contemp.*) As cabeças dos contumazes deveriam ser pregadas em postes ao longo da praia, entre Leça e a Foz, viradas par o mar — quando as colhessem às mãos. Carlota Joaquina começava a regozijar-se. Os frades e a plebe tinham trucidado em Vila Viçosa uma leva de 70 presos que ia de Lisboa para Elvas (Monteiro, *Hist.*): era um processo ainda mais sumário do que o dos tribunais mistos!

Com os condenados à força havia no Oratório outros, com a pena já comutada em degredo como Pestana, ou em prisão perpétua como Bandeira, o Bocage minhoto em quem brotava a *vis* poética popular. Por um requinte de crueldade deixavam-nos agonizar no Oratório, para só depois lhe dizerem que, forros da morte, deviam assistir de alva e cõrda à morte dos companheiros... Eles no Oratório rezavam, choravam; e o minhoto *liberal*, com a velha religião abalada, ouvia cantar dentro de si o antigo génio *céltico*, vago, de uma natureza mística.

¹ Desse tribunal resultou o pronunciamento de 8247 pessoas, das quais 12 foram enforcadas (6 de Maio e 9 de Outubro), 48 morreram nas cadeias, 244 foram degredadas, 32 estavam na cadeia em 9 de Julho de 32 à chegada do exército de D. Pedro (V. Seco, *Mem.*).

*Quando sobre a negra escada
Vires meu corpo tremer,
Dá desconto à Natureza
Adeus, Márcia, eu vou morrer!*

Na manhã do dia 7, pelas dez horas, saíram processionalmente da Relação para a Praça Nova onde havia duas forcas armadas: eram demasiado para uma só. Tropas abriam o préstito; depois a irmandade da Misericórdia com o seu painel erguido; em seguida padres e frades, salmeando latim fúnebre num cantochão rouco; logo a tumba, pintada de negro com os emblemas mortuários herdados do paganismo: a ampulheta, a foice, a caveira; depois um alto crucifixo erguido, com a figura voltada para os réus que vinham ladeados de frades, arrastando-se vivos ou agonizantes, nas suas alvas longas, de capuz caído sobre as costas, com a corda que os afogaria passada à cintura, ligada num molho sobre as espáduas, e um pequeno crucifixo nas mãos atadas...

Adeus, Márcia, eu vou morrer!

Tropas encerravam o cortejo, e depois delas o povo cantando em coro — Miserere! Miserere!

No dia 7 a plebe cantava também, em salvas estrepitosas — Via D. Miguel i! E das janelas dos Congregados e dos Loios respondiam, acenando lenços, os frades e toda a gente que as atulhava, debruçada para assistir à função. (Monteiro, *Hist.*) Mas pelas ruas as lojas tinham-se fechado, as calçadas viam-se desertas, e a solidão, o silêncio da cidade diziam também — Miserere! Miserere!

Na Praça Nova havia duas forcas. Esses patíbulos eram uma construção simples: dois madeiros a prumo, enterrados solidamente no chão, e uma trave horizontal ligando-os nos topos. Da trave do chão, uma escada larga, onde coubessem os dois carrascos, o paciente, e o frade. Em roda dos patíbulos estavam os condenados, nas suas alvas, com a cabeça e os pés nus, e dois ou três frades confessando-os, absolvendo-os em nome do céu próximo, dependente de um nó corrido na garganta. E os frades sabiam, viam, claramente, sem a mínima, dúvida, o que estava para além desse nó: glórias inefáveis, eternas! — mas desmaiariam, como abatidos, quase mortos, desmaiavam os condenados...

Adeus, Márcia, eu vou morrer!

se os condenassem, a eles, à eterna glória...

De um lado ficavam os meirinhos e escrivães, de capas e batinas negras, calção, meia e sapato afivelado, «para pôr sua fé no feito» como diz a Ordenação, de outro os clérigos, em coro, num tom de rufar de trovões distantes, salmeavam: *De profundis clamavi ad te... De profundis...* Os carrascos, nos degraus das escadas, esperavam; e em quadrado as tropas, enfileiradas, de arma ao ombro, formavam um cordão unido, monstro dentado de baionetas, de cujas escamas de aço o Sol, indiferente à loucura humana, tirava faíscas. Dizia-se um nome, e o carrasco apoderava-se de um homem, seguido por um frade rezando-lhe ao ouvido...

*Este corpo que abraçaste
Que já fôí o teu prazer,
Vai tornar-se em pó, em terra,
Adeus, Márcia, eu vou morrer!*

Subiam as escadas; a meia altura, o carrasco tapava a cabeça ao desgraçado vestindo-lhe o capuz branco, pendente nas costas, atava-lhe os dois pés... Rápido! breve! passava-lhe o nó na garganta, enrolada a corda na trave da forca, e sobre o vulto branco, sem forma viva, nem vida talvez, erguia a perna, montava nas saliências já moles dos ombros, com o pé afastava-se da escada... A figura singular do humúnculo a cavalo num fardo branco, baloiçava-se no ar, sem ruído, placidamente. Não era mister que os tambores rufassem, porque os clérigos rufavam o seu cantochão — *De profundis clamavi ad te, Domine...* e a plebe na rua e as senhoras nas janelas soltavam aclamações: Viva D. Miguel ! Viva a Santa Religião!

Enforcar um homem gastava meia hora, e como eram dez, em duas forcas, o serviço acabou pela uma.

Quando os juízes mandavam que os corpos fossem queimados, ao lado das forcas havia a fogueira. Era uma pilha de tojo e barris de alcatrão, e sobre ela uma plataforma de tábuas, onde os carrascos iam depor os vultos brancos enforcados. Lançava-se fogo, e a labareda subia; de começo nada incitava a curiosidade, mas assim que a chama rebentava os laços dos pés e dos pulsos, começava-se a ver erguerem-se as

pernas, os braços — dir-se-ia para o céu, pedindo perdão, ou vingança! A plataforma lambida de chamas era uma seara de membros humanos que a labareda movia, como a aragem faz pelos campos aos rebentos das árvores ainda tenros. Pareciam vivos, os mortos... E depois de tudo consumido, e apagada a fogueira, o carrasco ia cumprir a fórmula jurídica, tomando um punhado de cinzas, dispersando-o ao vento, ou lançando-o no mar. (*Sketches*, etc.)

No Porto não houve queima. A sentença, mandando apodrecer os cadáveres nas suas covas, dava-lhes um destino semelhante ao dos vivos que os personagens mandavam apodrecer sobre as palhas imundas e piolhosas do barracão de Plymouth. Era o que restava da JUNTA; era o rasto dessa viagem do *Belfast*, singular, aventureira...

A força trabalhava na Praça Nova. Descera o primeiro, subira o segundo, o terceiro, do mesmo modo até dez...

Adeus, Márcia, eu vou morrer!

E o poeta que, na sua alva branca, descalço, com a corda à cinta e o crucifixo nas mãos, assistia às mortes sucessivas, tinha diante de si um montão de vultos brancos, fardos rolados no chão. Se

*...vires meu corpo tremer
dá desconto à Natureza!*

O carrasco sacara do bolso a navalha e curvado ia tirando de cada fardo uma cabeça congestionada e ainda quente. Estavam em linha, nas suas várias fisionomias, esperando o destino marcado na sentença; e os troncos decepados eram metidos em caixões, empilhados na tumba negra com emblemas pagãos. À uma hora acabara tudo; e sobre a trave, em cada uma das forcas, via-se uma cabeça cortada — para exemplo. Outra estava num mastro na Cordoaria, outra na Foz. As restantes tinham sido distribuídas, como já se disse.

Faltavam as dos personagens para bordarem a praia até Leça.

Mais tarde, em 9 de Outubro, ainda o Porto viu a execução de mais dois dos réus da JUNTA. A cabeça de um deles

foi mandada erguer num poste diante das janelas da mãe desolada. (Seco, *Mem.*) Eram canibais? Não eram. Eram somente apóstolos como o tinham sido, mas de uma religião diversa, Robespierre e Fouquier Tinville. Os absolutistas que não ardiam nesse fogo revolucionário, lamentavam, choravam, protestavam contra a sorte do Reino entregue às mãos de um bando de desvairados. E, apesar de vencidos, tanto fizeram, que alcançaram moderar a fúria, sem conseguir amansar os loucos. A força descansou, até que a guerra veio tornar a acalmá-la. Mas o Terror, ou por cobarde ou reprimido, não podendo cavalgar sobre os ombros dos condenados, tornara-se em um sistema pérfido e ignóbil de perseguições que enchiam as cadeias e engrossavam a expatriação. Perdido o siso, essa gente, aplaudindo os que fugiam deixando os bens para confiscos e sequestros, deixando *pura e limpa* a atmosfera apostólica: essa gente não via que a população do exílio e das cadeias era a nova nação inimiga, irreconciliável, que todos os dias crescia¹ ganhando força, e a segurança de uma vitória final inevitável. Se a crueldade horroriza, a pequenez vil com que os presos eram martirizados repugna. Amontoando-os nas masmorras, e picando-os a toda a hora com insultos, maus tratos e tentações, os tiranos esperavam dobrar, *educar* esses ânimos rebeldes, essas almas pervertidas pelo maçonismo. Quem ensinara tão diverso método? O educador moderno, o jesuíta, com o *Directório* de Al-maviva nas mãos². D. Miguel, ou quem em seu nome governava, chamara-o para missionar e converter os perdidos. Fr. Fortunato pusera a sua pena ao serviço deles (*O Defensor dos Jesuítas*). Tinham chegado a Lisboa (13 de Agosto, 29), e depois do cérebro da Torre, o Teles Jordão, preparar com inauditas violências e torpezas o ânimo dos prisioneiros, foram vê-los, convidando-os, piedosa, cuidadosamente, a renegar, arrependidos, os seus erros (1832, Lopes, *Hist. do cat.*).

¹ O *Courier* calculava assim em Julho de 31:

Nas prisões do Reino.....	26 270	pessoas
Deportados em África	1 600	»
Enforcados	37	»
Contumazes	5 000	»
Emigrados	13 700	»

² *História de Portugal* (3.^a ed.) II, pp. 83 e seg.

3. AS CADEIAS

O Limoeiro era em Lisboa a sala de espera de S. Julião, cujas casamatas e segredos regorgitavam de habitantes. Durante o Terror miguelista via-se o que se vira na França e por toda a parte, em condições idênticas. A natureza humana é sempre uma. A denúncia torna-se um ofício e uma necessidade: vive-se dela, para satisfazer ódios, para eliminar inimigos, rivais, credores incômodos; e pratica-se para afastar suspeitas de traição, de tibieza. Uma vez organizada e admitida, uma sociedade divide-se em denunciantes e denunciados: vale mais ser dos primeiros, e só é permitido ser uma coisa ou outra. Os magistrados, ainda quando queiram ser justos, não podem: se repelem os denunciantes, são logo denunciados por túbios, ou por traidores. Pactuar com o dolo, com a injustiça, é uma necessidade para os fracos, e desses é a maioria dos homens. O Terror cria, pois, uma atmosfera mórbida que todos respiram, círculo vicioso de que apenas saem os que têm força bastante para preferirem a morte, ou fortuna para alcançarem um exílio salvador.

À sombra do Terror, bafejados pelo ar viciado, prosperam e engordam sempre muitos, com o trabalho simples de afectar uma fúria superior à do vizinho. Esse pequeno esforço dá mais do que a segurança: dá a impunidade para o roubar. Ao lado dos energúmenos, aparecem os que fingem sê-lo, e constitui-se uma ditadura clamorosa de doidos e patifes. A história de D. Miguel mostra que o primeiro elemento predominou no Governo e no povo, o que é uma honra para o carácter português. Os que têm estudado a Revolução Francesa acham lá predominantemente o segundo.

Mas seria impossível que no meio de um tão grande desvairamento, não houvesse quem lucrasse com ele; e esse lado torpe do Terror viu-se nas cadeias que eram o tumor purulento do Governo. No Limoeiro, os carcereiros espremiavam o preso, vendendo-lho caro as graças da prisão. Para aumentar o valor do serviço, agravavam a mísera condição dos infelizes, lançando as mulheres arrebatadas às famílias para o seio das enxovias atulhadas de meretrizes e ladras: um monturo de impudicícia torpe, obscena. Os homens eram amontoados, empurrados a pau para a sociedade dos assassinos, nessas salas imundas, habitação de misérias infernais. Davam-

-lhes sovas de cacete miguelista, e por dia um quarto de pão e caldo, onde flutuava, raro, alguma erva. Sócios na cadeia, o assassino, o ladrão, o pedreiro-livre, sofriam a fome em comum. Viam-se de rastos, esfarrapados e nus, com a cinta apenas coberta por um farrapo sujo, com a pele áspera, escamosa, da imundície, da fome e da lepra, com a face esquelética, os cabelos pegados de suor e terra habitados de bichos; viam-se roendo ossos como cães, ou devorando as cascas podres das frutas. De noite dormiam em pilhas.

A cadeia era um mercado: vendiam-se, trocavam-se lá dentro os roubos feitos na cidade, e os carcereiros, os escrivães, os juizes e até desembargadores, aproveitavam desse modo de comprar *barato* numerosas prendas para as famílias. O *constitucional*, que nada roubara, nada tinha para vender: merecia, por isso e por outros motivos, maior rigor do que os ladrões. Mas, se não tinha que vender, por via de regra tinha que dar. Pertencia quase exclusivamente à classe média, e ainda que não fosse rico, por força deixara em casa alguma prata, um relógio, os brincos das filhas — sobretudo a amizade dos parentes que viriam a socorrê-lo! Por isso eram duros para com ele. Esse processo fazia logo aparecer dinheiro, com que se comprava a brandura dos carcereiros. Eles dispunham dos *quartos*, que alugavam por bom preço, conforme as posses do preso. E o negócio de sugar o malhado era uma obra meritória para a *causa*, e para o bolso próprio. Toda a gente do Limoeiro engordava e aplaudia o sistema: fizeram-se fortunas de 80 e 100 mil cruzados. (Lopes, *Hist. do cat.*)

Mas o Limoeiro era para os presos políticos uma estação provisória. O seu armazém estava na barra do Tejo, em S. Julião, confiado à guarda de um cérebro fiel, honrado e bruto, entusiasticamente cruel. O Teles Jordão era o tipo do demagogo fardado. Ardiam-lhe no peito todas as cóleras plebeias contra os malhados. Era alto, corpulento, empertigado, como quem aprendera a disciplina de Beresford. Sentara praça de soldado, fizera a guerra da Península, chegando a brigadeiro por distinção e bravura. Amancebava-se com a lavadeira de um tambor, a Mariana da Faia, e, apesar de elevado ao generalato e à confiança do rei, ficara o mesmo:

soldadão analfabeto, mais bruto do que perverso. Era mau como um cão-de-fila. Corria os presos a pontapés, desprezando-os sinceramente, sem o esconder, confessando-o em invectivas chulas e obscenas. Tinha uma grande opinião de si próprio e da sua missão. Costumava dizer que nem todos os liberais do mundo faziam tanto como um dedo seu, e via os destinos da Europa dependentes daquele antro povoado de infelizes, confiados à sua guarda. Toda a basófia portuguesa antiga, toda a brutalidade soez, toda a ignorância bronca dos costumes nacionais, parecia terem vindo reunir-se, para fazerem dele o custódio duma Nação debatendo-se em violentas agonias de morte. Despachou assim um requerimento que pedia humanidade: «Neste Reino e nos mais civilizados não se põem em prática as leis da natureza, mas sim de El-Rei N. S.» Escrevia deste modo: infolmação, mixilanea, seuxão (se usam), oCorrer, e sobretudo, sempre, *indefrido*, a todos os pedidos dos encarcerados. (Lopes, *ibid.* é a fonte de todo este trabalho.)

Empertigado e cruel, era tão beato como ignorante. Obrigava os presos a rezar o Terço às noites, em voz alta, nas casamatas e segredos; e então ouvia-se zumbir dos alvéolos desse favo de miseráveis um sussurro de vozes, confundindo-se com o marulhar das ondas que batiam nas muralhas da Torre. Mas a sua devoção era tão fiel que, se suspeitasse que Deus fosse pelos malhados, renegaria Deus e o Céu, para se entregar ao diabo. Havia na Torre uma capela da Conceição, com azulejos azuis e brancos e imagens da Virgem vestidas das mesmas cores: mandou vesti-las de cores fiéis, arrancando os azulejos; mandou pintar tudo a vermelho cor do sangue, e azul-ferrete, quase negro como o Terror. Queria um Céu bem miguelista; mas o seu ardor fiel nem a D. Miguel perdoava, quando o via túbio inclinado à moderação: «Se mudar, faremos outro!» em 28, de Espanha, ele próprio e Silveira e Magessi diziam, nos seus papéis apostólicos — Viva D. Miguel rei, *se o merecer!* E observando os presos do alto da sua gola militar, com o pescoço hirto, erguido, quando às noites visitava as casamatas e segredos, dizia-lhes com segurança desdenhosa: «Malhados e patifes, é o que vós todos são!»

Nessas visitas ia o cérebro acompanhado pelo seu estado-maior, canzoada miúda com os dentes agudos apontados,

ladrando em falsete, vis, perversos, abjectos. Era o Maia, capitão da tropa; eram o Caleça, o Timóteo, o Reis, o Barata Feio, cantor da Patriarcal, réus de morte ou roubo, depravados sevandijas que compravam a impunidade entrando nas prisões, espiando os infelizes. Era por fim o Cacada, compadre do brigadeiro, e que engordava fornecendo as comidas aos presos. Não esqueça, porém, um — o *menino*, filho do soldado e da lavadeira do tambor, e no qual toda a imundície das roupas do regimento ficara no sangue. Era um lebreuzinho de raça atravessada, pouco pelo e erriçado, ladrar miúdo e breve, rir frio e escarnicador. Divertia-se com os presos que o pai lhe concedia para brinquedo. Usava um cacete pequenino, e dava bofetadas com a mãozinha na cara de muitos velhos. Gabava-se de lhe doer o braço das cacetadas que distribuía, divertindo-se. Era cheia de gracinhas, a criança! Tinha só catorze anos, mas cantava a primor o *Rei chegou*, com estribilhos seus: mata-malhados! Era lugar-tenente do pai que o mandava fazer-lhe as vezes, inspecionar as prisões, onde agonizavam e morriam Borges Carneiro e Breyner, o marquês de Nisa, e o moderado Subserra, tão querido de D. João vi.

O Maia, capitão, cheio de graçola nacional, como os soldados que o imitavam, tinha invenções picarescas. Por coisa nenhuma trocaria esse posto da Torre, de uma alegria inaudita! Pedia-lhe um preso água, e ele rindo respondia: «beba m... sô malhado!». O *menino*, não podendo conter-se, desmanchava-se em riso. Quando chegavam as tijelas de comida, da estalagem do Cacada, o Maia, empertigado, remexia-as com a ponta da bengala, fazia de tudo uma salada imunda, partia os ovos, baldeava o vinho com o azeite, estendia as coisas sobre o esterco das lajes «para temperar a comida dos malhados». O Cacada levava a moeda por cabeça e por semana. Ele e o *menino* divertiam-se muito com uma *troça*. Era chamar fora alguns presos, dizer-lhes que iam à força, e depois de um pedaço os verem desmaiados, desancá-los a cacete, metê-los a pontapés, de rastos sobre a lama dos corredores, para dentro dos cárceres. O *menino* gostava sobretudo de lhes arrancar as barbas, obrigando-os a dar vivas a D. Miguel. Com o cacete vinham murros, bofetadas, entremeados de — patife! brejeiro! Arre! seu filho da p... lá para dentro! — Borges Carneiro era *Bodes Carneiro*.

Barbeavam-se os presos por um luxo de asseio, e essa operação divertia muito o Maia e o *menino*. O barbeiro de navalha em punho esperava, e o capitão com a bengala riscava na cara do preso por onde havia de rapar: «corta o pescoço a esse pedreiro!» O *menino*: «leva-lhe um pedaço de nariz que tem grande!» O Maia: «Cortava-lhe o beijo para o comermos com feijão. — Vá fora o pescoço para tirar trabalho ao carrasco...»

Os soldados, brutalmente, riam, com as bocas escancaradas e sons guturais; o menino quebrava-se, com as mãos na cintura, e gostava muito de ir urinar nas panelas de comida dos presos...

Quem meditou um pouco sobre o carácter da educação histórica portuguesa, reconhece logo que a Nação devia acabar assim, que estes homens são verdadeiros tipos, e que esta história abjecta e a história loucamente apostólica são o sumário inevitável, a necessária conclusão de uma obra secular. Sabia, aprovava o Governo tudo isto? Não, decerto; e tanto que Teles Jordão e o Maia foram substituídos por criaturas humanas. Porém, nas revoluções, raros homens têm vontade: o mais deles são instrumentos passivos de uma fatalidade que sobe como as inundações. *Crescit eundo*. Isso acontecia em Lisboa, à maneira que os perigos cresciam e que aparecera com a revolução de 30 uma hostilidade declarada da Europa. Irreconciliável com todas as revoluções sinceras, a apostólica portuguesa, em vez de amansar, enfurecia com os ataques, com o atrevimento dos malhados que se organizavam armados pela França e pela Inglaterra para vir tomar o javardo no seu fojo ocidental!.

Teles Jordão voltou à Torre, voltou o Maia, voltou o *menino*. Os miseráveis encarcerados levavam uma existência de dores cruciantes, e o infortúnio desenvolvia neles as faculdades infantis, instintivas, selvagens, próprias das cadeias. Brincavam, bordavam, divertiam-se com entretenimentos chineses, nas casamatas onde viviam à luz do dia. Mas nos lôbregos segredos, respirando um ar quente, húmido e pútrido, esmagando com os pés nus um lodo infecto sarjado de fios de água do mar que se infiltrava pelos muros, com a roupa bolorenta, molhada e podre, com a atmosfera negra

povoada dos miasmas dos barriis só vazados uma vez por dia, espessa do fumo da candeia mortíça; nos segredos, os encarcerados tinham inventado um telégrafo de toques subitís nos muros e uma linguagem nova, em que as palavras eram notas de assobio. Correspondiam-se também em cifra, trocando papéis à custa de propinas dadas aos carcereiros: D. Maria II era a Tia Mariana, D. Pedro o Jacinto, a Inglaterra Alberto, etc.

Desta forma sabiam mais ou menos o que ia por fora. Carlota Joaquina morrera (Janeiro de 30); Carlos x caíra em França (Fevereiro); a Europa virava; D. Pedro viera com a rainha; os Açores estavam ganhos; preparava-se uma expedição para libertar o Reino, etc. — factos cuja influência estudaremos oportunamente.

O conflito com a França, a entrada de Roussin, a captura da esquadra miguelista (11 de Julho de 31) encheram os presos de esperanças, e os carcereiros de medo, de fúrias. Havia na tropa que os guardava sérios desejos de uma revolta, para autorizar a conclusão da tragédia com uma chacina. Repetiam-se episódios sangrentos, como o que succedeu com o Torga. Fora varado, e, com o lombo em farrapos, metido na sua masmorra. As feridas torciam-no com sede e por um dia inteiro pediu água sem lha darem. Quando na manhã seguinte foram vê-lo e abriram, acharam-no hidrófobo, numa raiva. Atirou-se à porta e despedaçou-a, investindo armado com uma acha contra os carcereiros que fugiam. Rugia vivas a D. Pedro, a D. Maria II.

Acudiram todos e o Teles Jordão em pessoa. O Torga do vão da porta defendia o seu baluarte — a abóbada. Já soldados tinham ido por fora e pela estreita clarabóia do tecto faziam fogo. Uma bala varou-lhe uma perna e um dos officiais atreveu-se a investir com ele. O ferido abate-o com uma arrochada, tirando das mãos do agressor a espingarda que levava. Pelos pés, de fora, agachando-se, os soldados puxaram de rastos o official caído. Ninguém ousava investir com o doido. O sangue escorria-lhe pela perna e pelas costas, a baba pelos cantos da boca, as lágrimas de raiva pelos olhos. Teles Jordão, não vendo outro meio de o amansar, mandou vir o pai, que também estava preso e deitou-lho. O Torga parou, apiedado: — «Ah! meu pai, deixe-me morrer, matando este canalha!» Teles Jordão assegurava que nenhum

mal se lhe faria e, ele observando o pai, domado, entregou-se. Então os soldados, e o Maia, e o *menino*, e todos, caíram sobre pai e filho, deixando-os ambos deitados numa poça do próprio sangue, a gemer na escuridão da abóbada.

Dos lados, de toda a parte saíam gemidos, ais, uivos, exclamações de lástima e dor; e o bater dos cacetes, o gargalhar dos guardas misturavam-se num coro semelhante ao das ondas, quando raivosas estalavam espadanando contra as muralhas da Torre. De manhã, um dia ao abrirem a casa-mata n.º 10, onde estava o Caldeira, acharam-no enforcado. Na véspera levava uma sova e bofetadas do *menino*. Gemeu, ferido, aflito até que, perdendo a esperança, rasgou em tiras o lençol, prendeu-o ao gancho do tecto, pôs-se em pé sobre o barril da imundície, lançou-se deixou-se cair e morreu: ia alta a noite... Tinha a cara roxa da congestão, e o *menino*, vendo-o, deu um pulo, batendo as mãos: «Cá está morto!» acrescentando com ironia que morrera de morte própria e honrosa, enforcando-se por suas mãos, o pedaço de maroto! — Os vizinhos batiam em vão no muro a chamá-lo para lhe dar notícias: D. Pedro desembarcara no Porto! Mas o infeliz ia a caminho da praia, onde o enterraram como cão que era.

D. Pedro desembarcara, estava no Porto; e Teles Jordão, passeando nos terraços, olhando para o mar, pensativo, tinha confidências: «Ora aí está: bem dizia eu que aquela cidade devia ser arrasada. Lá os têm! Deixaram-nos meter o c... dentro: agora aturem-nos... Se não foi traição, parece-o.» E recolhia-se cabisbaixo, recordando os nomes dos *traidores* que cercavam D. Miguel e o perderiam. Bem o dissera... ele bem o dissera...

Irritados com a alegria dos presos, os carcereiros negavam a verdade da notícia; e o padre Albuquerque, ex-bernardo, expulso do convento, acompanhava os chaveiros, bradando aos postigos dos cárceres: «Pedreiros-livres, filhos da p.., cornos do diabo! já se acabou tudo: agora pagarão caro o que têm feito. Lá se foi a sua Maria do zabumba e o imperador dos macacos!... Morram, seus malhados!»

Mas na prisão do revelim, o Borja Amora, doido, estava no meio dos duzentos companheiros de enxovia, amarrado ao catre, gritando desabridamente: «Povos, levantai-vos! A causa é vossa! Venha a marcha da República... *réo, catapléo... réo, catapléo...*»

Assim rufavam os tambores, do Mindelo para o Porto, numa marcha a que nós assistiremos. Teles Jordão deixou a Torre pelo exército; e os presos viram melhores dias até chegar o último — quando o duque da Terceira entrou em Lisboa. Tudo isso vem longe ainda. Há muito que contar. Deixámos os emigrados em Plymouth, e a história do Reino passa-se dentro dele e fora: não há só os portugueses de cá, pois é mister não esquecer esses milhares de homens expatriados que estão aprendendo coisas e ideias, com que virão, quando voltarem, criar uma Pátria nova. Ao som do tambor os veremos embarcar, e entrar no Porto, e combater essa guerra curiosa por tantos títulos. Agora cumpre-nos ouvir o rufar do tambor de Palmela, Cândido José Xavier, sobre as costas dos *canalhas* de Plymouth... réo, catapléo... para o Brasil!

III

PORTUGAL NOVO

1. OS EMIGRADOS

Quando, no princípio de 1828, D. Pedro julgou terminada a questão portuguesa pela nomeação de D. Miguel seu lugar-tenente, mandou, sob a guarda de Barbacena, a filha para a Europa, a esperar idade em Viena, para vir a Lisboa casar-se com o tio. O navio que os conduzia tocou em Gibraltar (2 de Setembro) e aí se soube dos casos ocorridos meses antes: como D. Miguel se aclamara rei, como o Porto se levantara e fora vencido. O tutor da rainha, ao facto das intrigas dos Gabinetes da Europa, tomou sobre si o mudar o destino da viagem; e em vez de se dirigir à Itália, caminho de Viena, foi a Inglaterra, pensando com razão que só aí talvez encontraria um asilo seguro para a sua régia pupila. A rainha, emigrada pois também, e fugitiva, chegou a Falmouth (24 de Setembro) quase ao mesmo tempo que os farrapos do exército da JUNTA. A Nação nova, com o seu novo soberano, estavam reunidos em Inglaterra, onde a Corte recebia como rainha D. Maria II, e o Governo as suas tropas como bandidos.

Breves palavras explicam esta atitude singular. Já Canning (como vimos) era adversário ao estabelecimento da CARTA e a qualquer combinação que pudesse confundir as duas casas reinantes de Portugal e do Brasil, deixando uma porta aberta para qualquer futura reunião dos dois Estados. Manter a separação do Portugal americano e do europeu era um pensamento fixo da política inglesa, comum a *whigs* e *tories*, por exprimir uma conveniência mercantil que da mesma forma pugnava pela independência das colónias separadas da Espanha. Além deste motivo, causa de uma frieza constitucional da Inglaterra para com as intervenções de

D. Pedro na questão portuguesa, Palmerston, remoçador do velho partido *whig*, denunciava no Parlamento um outro. Cônsua da superioridade que lhe davam as instituições parlamentares, a Inglaterra *tory* não queria que elas se arraigassem nos países continentais. (Gervinus, *Hist.*) O futuro árbitro dos destinos da Inglaterra, e do mundo quase, acusava os conservadores de sacrificarem a Europa ao egoísmo patriótico.

Que o motivo fosse um só, que fossem ambos, o facto é que a política de Canning, liberal, e dos *tories* que lhe sucederam no mando, era a mesma na essência, variando apenas na forma. O jacobino mascarado, como lhe chamava Metternich, considerava uma vergonha a usurpação tramada pela Áustria (Stapleton, *Canning and his times*), e nós vimos como se esforçou contrariando-a; mas a força das nossas coisas nacionais pudera mais do que as combinações diplomáticas, segundo o previra o chanceler de Viena.

Dudley, sucessor de Canning, não pensara decerto autorizar a usurpação quando recebeu D. Miguel em Inglaterra e lhe deu um empréstimo; e tanto assim é, que Lamb foi o portador do dinheiro para o entregar, sob condição, não o entregando por ver que a consideração *moderada* se não cumpria.

Esta atitude da Inglaterra, favorável a D. Miguel, mas exigente, mudou com a entrada de Aberdeen (Maio de 28), cuja opinião era a da Rússia: que a nomeação de D. Miguel regente importava a abdicação formal de D. Pedro e a separação definitiva do Brasil. Mudou, porque Wellington-Aberdeen folgavam, como a Áustria, com a supressão da CARTA, e tinham por oráculo para as questões portuguesas Beresford, o antigo procônsul que não perdoava ao liberalismo tê-lo expulsado de cá em 1820.

Tal era a situação da Inglaterra, quando aí foram aportar, pedindo socorro, contra o *usurpador* e o *monstro*, a rainha e os restos do seu exército, procedentes de pontos diversos. Repelidos pela Nação, apelavam para o estrangeiro, invocando os direitos da legitimidade; mas Wellington-Aberdeen, reconhecendo os factos consumados em Lisboa, por forma nenhuma admitiam a hipótese de condenar D. Miguel subscrevendo as reclamações dos brasileiros, cujo direito de intervenção nos negócios portugueses não reconheciam, e com

fundamento. Singular, com efeito, era a situação! Havia uma rainha com tutores brasileiros; havia os restos de um exército, dois milhares de homens desbaratados e rotos, mais pela incapacidade e pelas vergonhas, do que pelas batalhas e pelos trabalhos. Havia, do outro lado, a Nação inteira aclamando um rei que tinha sob seu domínio efectivo todo o Reino. Esse rei procedera revolucionariamente, mas em nome da legitimidade e do direito divino; e a rainha emigrada e os seus partidários invocavam os direitos legítimos, mas trazendo como bandeira a revolução liberal. Esta complicação de coisas amargurava os diplomatas que, nada querendo à CARTA e muito ao direito divino, não sabiam para onde voltar-se.

Havia uma solução única, mas essa era toda favorável a D. Miguel: a solução do casamento com D. Maria II, sem a CARTA. Os ingleses, de acordo com a Áustria, mandaram então Strangford ao Brasil exigir isto de D. Pedro; e a Barbacena que invocava os tratados de aliança anglo-lusitanos em longas notas recheadas de História. Aberdeen respondia que a única solução era o casamento, aconselhando-o a que decidisse D. Pedro a anuir. Essa triste correspondência em que o inglês debate com o enviado brasileiro a sorte de Portugal, demonstra bem a ausência de raízes nacionais do partido que implorava o auxílio.

As insistências de Barbacena, Aberdeen respondia (13 de Janeiro de 29, ap. Araújo, *Cron.*), estranhando o pedido de socorros, no momento em que a Inglaterra, a Áustria e as mais potências negociavam para obter uma reconciliação dos dois irmãos. Os tratados alegados nada significavam, dizia o inglês com razão: era uma questão de sucessão litigiosa e não uma invasão estrangeira. «Seria impossível, acrescentava, supor que uma nação independente tivesse a intenção de entregar a direcção e sindicância dos seus negócios internos às mãos de outra potência»; e dando esta bofetada sem mão, o inglês sabia, contudo, muito bem, que Portugal não era, havia muito, uma nação de facto independente. Beresford governara-a; e apenas um ano, se tanto, havia que a divisão Clinton regressara a Inglaterra. — Por isso o Governo inglês, concluía Aberdeen com um argumento *ad hominem*, não interviara quando D. Pedro usurpou o Brasil! A Constituição portuguesa fora jurada, dizia ainda, celebra-

dos os esponsais, tudo consumado, a partir da abdicação. E por que motivo, pois, com que direito, continuava S. M. I. (D. Pedro) a intervir nos negócios portugueses? Criara pares; promovera oficiais no exército e na marinha: influíra na nomeação dos ministros e em todos os arranjos internos da Nação portuguesa, para a qual já era ninguém. E a Nação achara-se enganada nas suas esperanças e nos *desejos de uma final separação do Brasil*, vendo detida a sua jovem rainha no Rio de Janeiro.

Mas essa rainha aqui está... retorquiu Barbacena apresentando-a: defendei-a, pois! E Wellington curvava-se todo perante a majestade, mas não podia intervir em litígios dinásticos de uma nação *livre*: apenas via uma solução no casamento, entregando a criança a D. Miguel, e a CARTA ao diabo.

Por fim Barbacena, dizendo mal dos seus pecados, convencido da inutilidade dos seus esforços, decidiu-se a regressar ao Brasil com a rainha¹; e partiu (31 de Agosto de 29), levando consigo a notícia de uma derrota formal em Inglaterra — e de uma brilhante vitória nas águas da Terceira, contra a esquadra do Governo de Lisboa.

Conhecida a sorte da rainha emigrada, resta-nos saber a do seu exército, núcleo de um partido, embrião de uma nação futura que venceria a antiga, aclamada neste momento e de facto reconhecida por toda a Europa. Os meses (Outubro de 28 a Agosto de 29) da estada da rainha em Inglaterra foram cheios de peripécias na história dos seus partidários. O encanto da menina e moça infeliz soberana, a sedução involuntária que as bandeiras, e as pessoas que adquirem esse carácter, inspiram, faziam crer aos emigrados em uma sincera adoração por D. Maria II: os tempos vindouros haviam de demonstrar quanto isto era ilusório. Mas agora, na tristeza de um desterro comum, a imaginação exaltava-se, e a pobre D. Maria II ouvia as tiradas sonoras do *Catão* de Garrett, representado em sua honra, com alusões antigas, de um

¹ «O marquês de Palma chegou a 19 de Agosto (1829), do Rio, com repetidas ordens para a Rainha partir... e negando subsídios aos emigrados e servidores da Rainha» (*Mem. em Ant. Viana, Silva Carvalho e o Seu Tempo*).

republicanismo clássico, *vintista*. Se os papéis estivessem invertidos, D. Maria II seria para os apostólicos uma Judite, cuja mão havia de decepar a cabeça do Holofernes D. Pedro, etc. Para os liberais, a encantadora figura da rainha era não sei que herói das velhas repúblicas de Roma ou da Grécia. De um lado copiava-se a Bíblia, do outro as frases rotundas de Tácito. Os emigrados deram à rainha, além do *Catão* um ceptro de ouro e um exemplar da CARTA encadernado a primor. (Soriano, *Revel*). Inocentes, simpáticas distrações, no meio da existência triste do exílio, da nostalgia, da miséria, da batalha vergonhosa de injúrias e doestos com que a família liberal respondia à união espontânea ou forçada, mas positiva, da família miguelista!

Ao chegarem da Galiza a Inglaterra os emigrados, a população de Plymouth viu-os desembarcar e estranhou. A gravidade inglesa parava diante desse bando de gente imunda, esfarrapada, faminta. Apenas o *quaker* compassivo lhes dispensou alguma caridade. (Soriano, *Revel*.) Palmela, de Londres, onde descansava da fadigosa viagem do *Belfast*, viu a necessidade de cuidar dessa pobre tropa, mas como lhe faltava o instinto revolucionário, por essência popular, cometeu desde logo o erro de manter no exílio uma hierarquia. Os emigrados foram divididos em seis classes, por categorias e patentes. Palmela criou junto de si uma corte; e ao mesmo tempo que, já desiludido da Inglaterra, já decidido a entregar-se francamente ao partido liberal, punha ao serviço da causa perdida e sem futuro o melhor da sua inteligência superior, ao mesmo tempo que ia ser o seu primeiro e mais hábil piloto, criava com o feitic aristocrático, seco, nada expansivo nem simpático do seu génio, uma frieza singular da parte dos soldados contra o chefe e seus ajudantes. A lembrança dos erros ou crimes anteriores, em vez de apagar-se, aumentou com a secura, a injustiça, a parcialidade, na distribuição dos favores e de um dinheiro (os subsídios do Brasil) que era da Nação, e não de Palmela e seus validos. — Por que o gastavam à barba-longa? Cândido José Xavier, criatura do marquês, arvorado em chefe do depósito de Plymouth, insultava com o seu desdém pretensioso os que viam nele o traidor do *Belfast*, o que já tinha traído a Pátria em 1809 vindo com o francês invadi-la, o que em 27 fora ministro do infante e adverso aos liberais. A administração que

tinha do cofre do depósito não ficou limpa de suspeita. (Soriano, *Revel.*)

Limpa de injustiça nunca ficará a maneira por que o dinheiro foi distribuído. Enquanto o subsídio chegava para uns viverem à larga, em *lodgings* e hotéis ricos, «gastando rasgadamente com madamas de espanto» (Soriano, *Revel.*), os da sexta classe levavam uma existência miserável, amontoados em pontões no porto e no *barracão* histórico, cujas *Noites* são o inverso das de Mileto. Essa pequenina rapsódia impressa revela o estado singular de anarquia moral dos espíritos, sem respeito, nem confiança dos seus chefes. Aí se acusa o luxo ostentoso da corte de Palmela em Londres, aí Aguiar é um impostor sanhudo, Rendufe um ladrão afamado. Os dias de exílio, em vez de unificarem num ardor comum, num amor de irmãos, os futuros ditadores da Pátria portuguesa, agravaram ainda mais as cisões anteriores com fundos ódios pessoais. Havia muitos, dos do *barracão* de Plymouth, que preferiam a Galiza com todos os seus males, e chegavam a querer mais à *tiranía do Miguel* do que à dos partidários de Palmela. (Soriano, *Revel.*) Com efeito, a existência desses infelizes era dura, e muito mais difícil de sofrer quando a comparavam com a sorte ditosa dos sócios da emigração. Recebiam catorze *shillings* (3\$150 rs.) por mês, para comerem, vestirem e satisfazerem as necessidades do temperamento amavioso, terno e sério do português. Os alferes, perdidos pelas inglesas loiras, gastavam tudo — não era muito! — com elas (*Ibid.*), e a triste figura que faziam mais lhes azejava ainda a crueldade da sorte. O *barracão* era um telheiro espaçoso, mal vedado, de chão térreo, lama coberta de palha podre. A imundície e os parasitas eram tantos que um académico fez do fato, com uma fogueira, um morticínio, e rapou-se à navalha, como quem arrasa um bosque para desaninhar os bichos. Vivia assim nu em pelo, rapado, impossibilitado de sair. Os ingleses, crendo-o doido, pretendiam levá-lo ao manicómio. Havia positiva fome, e dentro do *barracão* disputava-se o pão dos que morriam. (Soriano, *Revel.*) Por sobre tudo isto, havia a tristeza do céu inglês, a nostalgia... Quando embarcaram para a primeira aventura, preparada por Palmela, iam cantando.

*Carvão, cerveja, batatas...
Adeus, ó faces cor de gesso!*

O primeiro plano de Palmela, depois do completo abortamento da sedição de Lisboa, fora embarcar para o Brasil os dois mil e tantos restos do exército, inoportunamente chegados a Plymouth. O marquês não via que outro destino se lhes pudesse dar, por não ver futuro algum à *causa*. Acreditava que D. Pedro pensava da mesma forma, adiando para mais tarde a solução da questão portuguesa. (Gervinus, *Hist.*) Decidira pois remeter para o Brasil os soldados do Porto, e esta decisão era, obviamente, apoiada pela Inglaterra que lhe oferecia a escolta de um comboio. (*Relations*, etc.). Rodrigo de quem já falámos e José da Silva de Carvalho tinham sido enviados a Plymouth convencer os emigrados da necessidade de partir.

Beirão, como Rodrigo, Silva Carvalho nascera filho de lavradores humildes, em 1782, numa aldeia do distrito de Viseu (Vila Dianteira). Formara-se em Coimbra, entrando na magistratura em 1810. Na revolução de 1820 tomara parte importante, tendo de emigrar em 1823, pela *Vilafrancada*. Regressado ao Reino em 1826, abstém-se, porém, não confiando na estabilidade da CARTA, para reemigrar em 1828 quando se restaurou o absolutismo miguelista. Agora estava na força da vida (47 anos) e era homem firme, audaz, sobretudo hábil — uma das futuras colunas da ditadura de D. Pedro, contra os radicais saldanhistas à esquerda, contra os palmelistas aristocráticos à direita. (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*).

Na sua carta de 10 de Dezembro (1828) a Silva Carvalho, Palmela diz claramente o motivo real da urgência de remover para o Brasil o depósito de Plymouth: «único modo de nos tirar da posição falsa em que nos achamos, de cortar a *incontinúavel* despesa que fazemos». Com efeito, os ingleses tinham forçado o Brasil a suspender a entrega das prestações até então pagas. Por isso, as ordens de Palmela eram terminantes: «Nenhum indivíduo desse depósito (de Plymouth) receberá mais socorros pecuniários, depois de efectuado o embarque, senão os que receberem ordem positiva para ficarem em Inglaterra.» (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Muitos rebelaram-se. (José Liberato, *Mem.*) Silva Carvalho escrevia assim de Plymouth para Londres a Palmela (7 de Dez. 1828): «Vão daqui para Londres dois bacharéis Passos que pertencem a esse partido (do general Pizarro)

e foram aqui catecúmenos do célebre dr. Rocha, para aí solicitarem o bom resultado dos seus projectos. Tudo isto é indigno de atenção; nem os soldados, nem os voluntários, nem os oficiais recusam embarcar.» (Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Tinham pouco ou nenhum amor a D. Pedro que mutilara a Pátria e mandara varar, no Rio, os soldados portugueses: agora queria-os lá para servirem de janízaros contra os brasileiros. Nunca! — A resistência irritava os negociadores que afirmavam à boca-cheia serem os emigrados um tropeço às combinações, e que nada se poderia fazer, enquanto em Plymouth estivesse reunida tanta *canalha*. (José Liberato, *Mem.*) A Saldanha e Pizarro, que estavam em França, foi enviado José Balbino (barão de Tilheiras) com palavras mansas para os seduzir. A resposta foi a mesma. (*Ibid.*) A autoridade de Palmela era nenhuma, e só a comunidade da emigração mantinha a união aparente dos partidários, pela circunstância de ser o marquês a pessoa a quem os brasileiros davam o dinheiro e que, melhor ou pior, o distribuía pelos exilados. E compreende-se que Palmela e os seus não tivessem autoridade quando não tinham esperança nem confiança alguma no êxito da empresa. Silva Carvalho, agente do marquês em Plymouth, escrevia-lhe (6 de Dezembro de 1828): «Estou persuadido que em Portugal nada se faz... sem que vá uma forte esquadra (estrangeira? é claro) bloquear os portos, e que leve gente de desembarque, porque só assim o partido de dentro se pode levantar para se unir aos que vão de fora, vendo que tem onde se acolha com segurança em caso de algum revés; além de que o bloqueio, por si só, fará a sepultura dos usurpadores.» (*Silva Carvalho e o Seu Tempo*, por Ant. Viana.) Estas palavras demonstram claramente a confiança dos *palmelistas* na popularidade da causa, e explicam daí as hesitações e inconsequências do seu procedimento. E no meio de todas as intrigas e bulhas da emigração, a mesma língua confessa: «Oh! meu amigo, muito miseráveis são os portugueses! aqui para nós que ninguém nos ouve.» (Carta de Silva Carvalho a Abreu Lima, 8 de Set. 1830; em António Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Sem fé nos homens, nem nas coisas, como haviam de inspirar confiança os chefes e seus mandatários?

Entretanto, D. Pedro no Brasil não anuiu às propostas de Strangford, e afirmava-se decidido a defender com as armas

a legitimidade da filha esbulhada do trono. Recomendava, pois, para a Europa a resistência. (Gervinus, *Hist.*) E como havia na Terceira, sobre uma rocha dessa ilha do arquipélago, um único ponto do Reino que não aderira a D. Miguel, o brasileiro Itabaiana, residente em Londres, mandou para lá gente e armas (8 de Setembro de 28) mentindo a Wellington a quem dissera levarem o destino do Brasil. (*Ibid.*) Esta decisão do imperador e a recusa dos emigrados a irem para o Brasil, induziu depois Barbacena (com a rainha em Inglaterra) a pedir a Wellington o embarque dos portugueses de Plymouth para a Terceira. Por seu lado a Espanha exigia a dissolução desse depósito de tropas, invocando agora a doutrina invocada em 27 pela Inglaterra, quando fizera dissolver os depósitos apostólicos. (*Ibid.*) Singular situação do Reino liberal, sobre quem todos mandavam, de quem todos dispunham — a Espanha, o Brasil, a Inglaterra!

Esta, sob o Governo de Wellington, era, pela força das coisas e pela sua tradicional tutela em Portugal, o árbitro na intriga urdida. A Barbacena o ministro inglês respondia que a Inglaterra não podia ser asilo onde se organizassem expedições contra países amigos, e que os emigrados eram particulares, não soldados. (*Relations*, etc.) E a Palmela (20 de Novembro) ordenava a dissolução do depósito de Plymouth, indicando a série de pontos onde os emigrados deviam ser internados em grupos pouco numerosos. Contra os protestos do português, aproveitava habilmente da confusão das coisas, alegando (8 de Dezembro) que a Inglaterra estava em paz com o mundo inteiro, que em Portugal havia um Governo de facto e que o imperador do Brasil não declararia a guerra a Portugal. Dizia mais que, embora não estivesse contente com D. Miguel, não pensava declarar-lhe guerra; e que não lhe declarando tampouco o Brasil, ele, Wellington, não sabia em que qualidade Palmela falava, por não poder ver nele mais do que um particular que, por sua conta e risco, pretendia manter organizada uma ameaça contra Portugal ou suas colónias. A Inglaterra não podia consenti-lo: o depósito havia de ser dissolvido. (*Relations*, etc.)

Então Palmela socorre-se à mentira anterior de Itabaiana, e diz ao inglês que as tropas do depósito irão para o Brasil; recusando, porém, como é óbvio, o comboio de que anteriormente se falara para defesa de um ataque eventual da esqua-

dra miguelista. Wellington observa que fora enganado uma vez, e não o será segunda; não consentirá um desembarque na Terceira; recorda a analogia dos casos de 27 na Espanha, atestando a constância e a firmeza da política britânica. (*Relations*, etc. corr. de Dezembro de 28.)

Palmela provavelmente não acreditou que o inglês fosse às do cabo, impedindo o desembarque à viva força; e a expedição, equipada e pronta, partiu sob o comando de Saldanha. Mas de conserva partiu Walpode com uma divisão naval. E quando Saldanha tentou desembarcar, os navios ingleses fizeram fogo, obrigando-o a mudar de rumo (11 de Janeiro de 29). Nas águas da Terceira ficou até Março o cruzeiro inglês, para impedir os desembarques de emigrados. Um ano antes a Inglaterra de Canning obrigava a Áustria a subordinar-se à sua política: agora a Inglaterra de Wellington ia a reboque do império apostólico. O canhão de Walpole nos Açores repercutiu no Parlamento britânico, e o Ministério ficou abalado com os seus tiros. Já vagamente se sentia que não podia durar muito a liga reaccionária austro-franca-inglesa: a revolução do ano seguinte preparava-se.

Saldanha, em vez de regressar com a sua gente a Inglaterra, foi demandar Brest e internou-se em França, indo aliar-se aos homens que, sob o comando de Lafayette, batiam em brecha o trono de Carlos x. Porém, apesar do cruzeiro inglês e muito mais depois dele levantado (6 de Março), sucessivos grupos de emigrados foram indo engrossar a guarnição da Terceira. E perante este foco de resistência, núcleo de uma agressão futura, que fazia D. Miguel? Nada — durante o Inverno inteiro de 28-29, quando seria fácil apagar esse ponto negro. Parece que a esquadra tinha medo de se aventurar de Inverno nos mares dos Açores. Foi lá em Julho, tentou um desembarque (11 de Agosto); mas já era tarde: veio batida.

2. A TERCEIRA

A nossa história vai agora de viagem aos Açores contar o que se passou nesse ponto afastado, único, onde uns soldados esquecidos não quiseram submeter-se ao Governo de D. Miguel, que por lhes não dar importância, lhes não fez como à

Madeira. Aí, Valdez, futuro Bonfim, foi honrado com uma expedição, a ilha com uma Alçada, e breve as coisas entraram na ordem (6-22 de Agosto de 28). Tamanha atenção não mereceu a Terceira: ninguém olhou por ela. Quatro meses (Maio-Agosto de 28) a pequena guarnição, encerrada no seu baluarte, sem notícias do resto do mundo, esperou a chegada do inimigo, de arma ao ombro contra as populações ilhoas, cujo espírito era absolutista. (Soriano, *Revel.*)

Davam-se, entretanto, os acontecimentos que o leitor conhece: dava-se o episódio da Junta do Porto, a *Belfastada*; e emigrados em Inglaterra estavam a triste rainha e os míseros restos do seu exército, sem um palmo de terra portuguesa onde cravar a sua bandeira e formar os seus batalhões. Falta mais do que um povo, chegava a faltar o próprio lugar de combate, de acampamento. Tinha constando o que sucedia na Terceira, e os brasileiros mandaram lá a sua fragata *Isabel* com oficiais emigrados e munições (8 de Setembro de 28), a ver se se conseguia criar um núcleo de resistência, única, fugitiva, de uma causa abandonada por todos, Acreditando-se que a pendência havia de resolver-se diplomaticamente, ninguém ligava mais importância do que a de servir de argumento para o debate das condições do acordo, ao facto de haver um ponto, ao menos, onde D. Maria II fosse reconhecida como rainha.

Desembarcaram os oficiais em Angra e constituiu-se o primeiro embrião desse exército que, através das mais singulares peripécias, numa guerra de seis anos, derrubou o edifício miguelista, conquistando o campo onde assentaram arraiais a gente e as coisas novas. Desembarcara; e o seu primeiro passo foi bater as guerrilhas, em que a população miguelista se levantara. A acção do Pico do Celeiro (4 de Outubro de 28) tornou a legião liberal mais ou menos senhora de toda a ilha. Criou-se uma Junta provisória de Governo.

Durante o Inverno de 28-29 deu-se como o leitor sabe, o episódio da viagem de Saldanha frustrada pelo bloqueio inglês. Mas apesar dele, durante o primeiro trimestre de 29, a diligência de Palmela conseguiu mandar, pouco a pouco, em repetidas doses, soldados e munições que desembarcaram. Assim se ia vazando o depósito de Plymouth: em Abril só contava 450 homens que afinal passaram para Ostende e Bruges, na Bélgica. Os de Saldanha, a quem Palmela orde-

nara seguisse para o Brasil, caso não pudesse tomar terra na Terceira, tendo voltado para a Europa contra as ordens do marquês, estavam em França, na condição de rebeldes sem o subsídio concedido aos mais. Para o Rio tinham ido muitos, no *Cecrops*, no *Industrioso*, no *Philinto*; e o resto, com obra de cinquenta peças e quatro mil espingardas (Soriano, *Revel.*) para a Terceira, onde chegava em Junho (22), Vila Flor, nomeado por Palmela capitão-general dos domínios da rainha.

Mas esses pobres domínios eram coisa nenhuma: uma ilha que só à força de armas obedecia! Esses domínios eram um punhado de soldados; e a revolução, por não ter povo que a abraçasse, ia ser uma aventura, uma campanha tristemente comentada pelas cisões, e ódios dos *condottieri* agregados. Pobres domínios os da rainha que, sozinha em Londres, apenas possuía, além da Terceira, uns centos de emigrados em França, na Bélgica, em Inglaterra, mais afastados entre si do que todos de D. Miguel...

A chegada de Vila Flor deu ânimo; mas um mês depois dele chegou a esquadra miguelista, bloqueando a ilha (29 de Julho). Já não vinha a tempo. Esse Inverno de 28-9 fora consumido na defesa, a que Vila Flor agora punha o remate, porque todos contavam como infalível o assalto. O espectáculo da ilha nesse período é nobre e digno. A braços com uma penúria extrema, em um país limitado que não podia alimentá-los, recebiam munições de Inglaterra, mas Palmela não lhes mandava um ceitel. A Terceira valia apenas como argumento da campanha diplomática; e o grupo de soldados, de arma ao ombro nesse acampamento dos Açores, era uma peça, uma torre, na mesa do xadrez europeu-americano, onde os diplomatas esperavam que o *usurpador* viria a levar um xeque-mate. A braços com a penúria, a braços com a hostilidade das populações ilhoas, os soldados, ignorando e desdenhando, porém, as combinações da política, preparavam-se para os combates; e Vila Flor, um soldado, estóico e bravo, simples sem basólias, aparecia como o homem conveniente para desempenhar essa parte das operações.

Enquanto, porém, esquecida e só, a Junta provisória da ilha, com Cabreira à frente, fora um acampamento apenas, onde a política dos partidos ainda não tinha acesso, vira-se a unidade militar mantida por uma disciplina fera. Era um

bivaque de soldados, isolado, armado, no seio de um país inimigo. Recrutava-se, mas com prudência, aos grupos de 40 ou 50 homens, tirados da milícia, dentro dos limites de assimilação do pequeno exército. Havia um conselho de justiça militar inexorável. Castigavam-se à chibata os populares miguelistas e perseguiram-se a tiro as guerrilhas que, apesar da vitória do Pico do Celeiro, se tinham reorganizado. Algum dinheiro se sacou em letras sobre Palmela, mas pouco; lançou-se mão do que havia disponível na ilha. (Soriano, *Revel.*) Foi então que se fundiram os sinos das igrejas, moldando-se em areia (por não haver cunhos, nem máquinas) esses patacos a que se ficou chamando *malucos*, por o povo da ilha dar nome aos que acreditavam na moeda. (Hodges, *Expedition*, etc.)

Mas à medida que o exército crescia, como esse exército era o órgão, não o instrumento, do partido armado, como a revolução era uma sedição de tropas, sem povo e contra o povo; à medida que o exército crescia, surgiram as consequências naturais. Cada caserna era um clube, cada batalhão um partido. Rebelavam-se regimentos (Voluntários, Caçadores 5), e havia esperas, tentativas de assassinato contra os membros do Governo. (Soriano, *Revel.*) Foi neste momento que Vila Flor chegou, capitão-general por Palmela; e o prestígio do seu nome, os recursos que trazia, o respeito e confiança que inspirava, sossegaram os descontentes, obliterando as esperanças dos que sonhavam com Saldanha, banido em França por D. Miguel e por Palmela, e que de um dia para o outro havia de aparecer. Agora, o Inverno passara, a esquadra miguelista infalivelmente ia chegar, e perante o perigo comum esqueceram um momento os ódios.

A defesa da ilha, preparada pela Junta, rematada por Vila Flor, salvou a pobre gente, de outro modo destinada à força. Era essa trágica figura de traves, com a escada e os dois carascos, a aparição que se desenhava vagamente no espírito dos soldados, ao verem as vergas e mastros da esquadra miguelista, com tropas de desembarque a bordo. Alongava-se o mar coalhado de velas, e cascos alterosos picados de canhões. Vinha a nau e duas corvetas, com cinco charruas, dez brigues e escunas, mais seis canhoneiras: ao todo vinte e quatro navios, jogando trezentas e quarenta peças, com 3550 ho-

mens de desembarque, afora as guarnições. Era 11 de Agosto, com tempo nublado e aguaceiros. Na ilha, Vila Flor tinha 2800 homens bem distribuídos e defendidos pelas fortificações. A esquadra começou o bombardeio, tentou o desembarque, mas num lugar fechado, como um beco sem saída. Diz-se que varou a Praia com cinco mil tiros, mas tanta pólvora consumida deu pouco em resultado. Essa grande empresa, que levou meses a preparar, acabou em fumo, deixando 400 soldados prisioneiros.

Quaisquer que fossem as causas de tão ridículo sucesso, o facto é que as consequências dele eram graves, importantíssimas para a *causa*. Com poucas baixas, ganhava ela o poder anunciar aos quatro ventos da fama uma grande vitória contra a esquadra inteira do *usurpador*. Por pequeno preço, via afastado o perigo de um ataque sério que destroçaria tudo, porque a nobre esquadra, com as suas velas desfraldadas, depois de dar as suas salvas, atroando o ar com bulha e cegando a terra com fumo, virou gravemente de bordo, foi-se embora. Porquê? Vão lá sabê-lo!

D. Maria II, que no fim do mês se ia também embora para o Brasil, deixando Wellington atroado com as cinco mil bombas do protesto de Barbacena (29 de Agosto), levava consigo a notícia da vitória. Fumo de ambos os lados; fumo, a esquadra de D. Miguel; fumo, as reclamações de D. Maria: onde está a força? É o que não há; e toda a história posterior servirá a demonstrá-lo. Não a há no bando de tresvariados que imperam em Lisboa; não a há no grupo de exilados que imploram a Inglaterra; não a há no Reino epiléptico, nem na emigração roída de ódios e baixas invejas. É força a rivalidade miserável do almirante e do general, a bordo da frota miguelista? É força o acto de Vila Flor propondo ao chefe de esquadra Rosa vender-lhe a nau e a honra por quarenta contos? É tudo fumo...

Só uma série de acasos, e o concurso de causas gerais virão a decidir por fim a contenda, que já se encaminha para a sua última fase: uma guerra civil forçada a ser uma revolução social.

O caso de Vila da Praia, dando importância à Terceira, mudou até certo ponto a face das coisas. A capital do libera-

lismo passava de Londres para Angra, onde Palmela ia assentar os penates da Regência, agregando a si Vila Flor e Guerreiro (15 de Março de 30). Mas nem por isso um tal acto significava maior prosperidade: ao contrário. O Inverno de 29-30, com os seus tristes episódios, apagava as esperanças criadas pela vitória. No reino miguelista não bulia uma folha.

Em Londres e em Paris, Wellington e Polignac de acordo não deixavam esperar socorros de fora. (Gervinus, *Hist.*) O Brasil, onde a popularidade de D. Pedro baixara, desquitava-se da *causa*, demitindo Itabaiana; e suprimindo o pagamento das prestações, cortava os víveres que desde 28 vinham alimentando a sedição dos emigrados. Todo o estado-maior do liberalismo *fiel* estava agora com Palmela na Terceira; e por isso mesmo a ilha, antigo baluarte de soldados, via-se o baluarte das intrigas. Pululava o parasitismo petulante e todos queriam empregos: Lélío, blasonando de fidalgarrão, gritava esbaforido por um lugar e um ordenado. (Soriano, *Revel.*) Conspirava-se abertamente, em nome de Saldanha, contra Palmela que devia ser assassinado e Guerreiro expulso. (*Ibid.*) Porquê? Por ladrões, por traidores, por sanguessugas. O marquês era acusado de infiel no manejo dos dinheiros: não pagara aos emigrados de França, aos da Bélgica ficava devendo nove meses, e o dinheiro sumia-se sem se saber em quê, deixando-se protestar as letras que Vila Flor sacara da Terceira. (*Ibid.*) Por outro lado, era escandaloso o modo por que a Regência procedia. Enquanto a emigração esmolava, Palmela guardava para si, como presidente, o ordenado de 9.600\$000 rs. e dava a cada membro 7.200\$000. (José Liberato, *Mem.*) Mas, por cima de tudo isto, o mais grave era a traição encoberta com que o marquês procedia. Não abandonava o antigo plano de composição, e pouco ou nada lhe importava a liberdade, a CARTA. Escandalizava-se o maior número com o modo pérfido com que fora redigida a proclamação de 20 de Março, onde em vez de CARTA, se tinha escrito *instituições pátrias*, expressão vaga que autorizaria tudo. (Soriano, *Revel.*, etc.)

D. Pedro, por seu lado, já mal seguro no Brasil, era pouco para atender ao Império, quanto mais a Portugal. Resistira às instâncias de Strangford; mas quando Barbacena voltou da Europa com a rainha, e quando viu Polignac e Wellington

de braço dado defenderem terminantemente D. Miguel e exigirem o casamento, o imperador conformou-se. Os contemporâneos consideravam a causa *perdida* e nas suas queixas envolviam D. Pedro. Enfadava-o a questão portuguesa, à qual não achava saída. Mandava de lá respostas desabridas — e socorro nenhum! Nada queria saber de Portugal; estava cansado de gastar dinheiro. Os emigrados, que tinham preferido ir para o Brasil, queixavam-se amargamente do modo por que tinham sido recebidos. (Soriano, *Revel.*) O Império, hostil aos portugueses, já claramente se emancipava do imperador, cujas aventuras e escândalos acirravam a resistência contra o seu Governo pessoal e despótico¹. D. Pedro reconheceu a Regência; mas não para continuar uma guerra sem futuro, porque mandava ao mesmo tempo à Europa o marquês de Santo Amaro, encarregado de ultimar as negociações do casamento de D. Maria II, pondo de acordo Polignac-Wellington, o Governo de Lisboa, e essa Regência da Terceira, que todavia protestou contra a decisão imperial. (Soriano, *Revel.*)

Como se poderia confiar? Saldanha era temido, Vila Flor não tinha feito para chefe. Abreu Lima, que ficara em Londres, escrevia a Palmela, «se não conviria mandar-lhe um oficial de estado-maior como ajudante de Vila Flor; se a presença de Saldanha não iria levantar discórdias». A Inglaterra via-se na impossibilidade de fazer coisa alguma por eles. Lord Aberdeen dissera-lhe que não podia esperar mais²; que D. Pedro, cujo dever era restaurar o trono de sua filha, declarava oficialmente não ter tenção de fazer coisa alguma; que se limitava a reclamar a execução do casamento, fazendo exigências ridículas: que as potências lhe garantissem a boa conduta de D. Miguel para com a esposa! Ele, Abreu Lima, achava o imperador tão versátil nas ideias e tão inconstante

¹ V. *O Brasil e as Colónias Port.* (2.^a ed.) pp. 111-13.

² Perante as notícias, o Conselho da Regência, num silêncio desolado, abandonava-se ao desalento, quando um membro rompendo a calada perguntou: — Que fazer? Guerreiro, sereno e sorrindo, disse: «— O Governo inglês recusa-nos o título de beligerantes, porque não combatemos, o que é verdade. Que havemos de fazer? É simples: beligerar!» (Narr. do fal. marquês de Ficalho, secretário da Regência e testem. presencial ao a.). Assim foi decidida a primeira expedição às ilhas de Oeste.

nos actos, que entendia serem indignas de séria consideração as suas ordens. (C. da Carreira. *Corr, off.* Nov. 4.)

A tal ponto as coisas tinham chegado! Na Terceira esperava-se melancolicamente o fim, em Londres passavam-se cólicas por causa dos credores. As antigas letras sacadas por Vila Flor sobre Palmela — letras protestadas, pois os subsídios brasileiros tinham-se esgotado — essas letras andavam transformadas nos famosos *bonds de D. Tomás*, com os juro por pagar. Uma tentativa de empréstimo, ou antes subscrição entre os *liberais* do Reino, falhara, e muitos dos que depois se apresentaram a pedir indemnização de serviços, fecharam a bolsa aos rogos da pobre gente desamparada. De uma lista de 43 *liberais* solicitados, 34 negaram-se a responder ou a contribuir: entre eles Gomes de Castro, futuro conde liberal. José Fernandes Tomás «deu muitos conselhos»; outro diz «não tomar parte em matérias políticas»; outro oferece mil libras «como anónimo». Em suma, não se apuraram nove contos — tal era a importância do partido constitucional no Reino!

Fora dele, o nervo e acordo do partido vêem-se no proceder de D. Pedro, no modo como os palmelistas falavam das suas decisões, e como Saldanha e os emigrados em França e na Bélgica se declaravam rebeldes ao Governo legítimo da rebelião. A desordem, a cisão, a penúria, a anarquia, o ódio, atingiam na família liberal o acume — quando, por fortuna, a revolução de Paris em Julho (30) veio transtornar a face das coisas europeias. Luís Filipe e Casimiro Perier substituem Carlos x e Polignac; morre Jorge iv, e Palmerston, o defensor dos liberais no Parlamento inglês, vai substituir Wellington. A revolução de Paris é uma esperança, que provou ser um acaso decisivo para o partido. D. Miguel teve desde logo a hostilidade declarada da Europa Ocidental, em vez da protecção decidida anterior. Mas nem por isso acabava o silêncio do Brasil, o aborrecimento de D. Pedro, a penúria da Terceira, finalmente a dissidência dos de Saldanha que agora, depois de Julho, menos ainda queriam sujeitar-se à eventualidade de uma composição tímida, reconhecendo a autoridade da Regência. Recusando-se a jurar-lhe fidelidade, os saldanhistas, lembrando-se do *Belfast*, tratavam de se organizar independentemente. Queriam ir a Portugal, sem fazer escala pelos Açores; e temiam as maquina-

ções e acordos que D. Pedro claramente planeava e a que Palmela poderia aderir, se é que não aderiria já. D. Miguel é incompatível, diziam, e não devemos deixar-nos perder, agora que tudo há a esperar; não devemos deixar-nos *salvar* pelos moderados, que só querem salvar-se a si, *arranjando* as coisas. (Soriano, *Revel.*) Saldanha fora de Paris a Londres (Nov. de 1830) pedir ao Abreu Lima 8000 libras para levar a efeito a expedição combinada em Paris com os agentes de Mina, Piñero, Quadra e Rodriguez. Tratava-se de juntar na fronteira espanhola uma força de emigrados que entrariam em Portugal. Mas não havia emigrados bastantes e Mina já tinha sido destruído. Saldanha não desarmava: propunha novos planos, declarando «que o que queria é que ninguém fosse a Portugal *sem ele ir também*». (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo.*) Agora, com efeito, seria possível impor a D. Miguel a combinação dinástica anteriormente proposta e terminar a questão sem guerra, se não fosse o protesto dos portugueses de França, se não fosse a exaltação rábida do miguelismo, se não fosse, por fim, um acontecimento fortuito que veio dar um novo aspecto à questão. É a vinda de D. Pedro para a Europa.

Nestas hesitações tristes passou a segunda metade do ano de 30. O novo partido criou uma bandeira sua (Outubro), bipartida, azul e branca; mas a bandeira era uma fugitiva esperança no meio da sorte dolorosa e triste que o perseguia. Do Brasil não vinha um real, nem um só grito de adesão de parte alguma do Reino. No arquipélago nenhuma outra ilha fizera causa comum com a Terceira, baluarte isolado onde solitária e confrangida tremulava a bandeira bicolor. Em Dezembro o cofre público tinha cinquenta mil réis escassos; e em Londres protestavam-se as letras da Regência: não havia agiota que desse um real! (Soriano, *Revel.*) Palmela, taciturno, fumava com desespero, sem ver bem o resultado provável das coisas. Mais uns meses de inacção, e estaria terminado, ardido até ao fim, desmanchado em fumo, o charuto das suas combinações: que seria do resto, abandonado, cuspidito, cortado pelos dentes, nas horas da inquietação irritante?

A marcha que levavam os negócios da Terceira sob a direcção de Palmela, provocava queixumes até ao seu fiel lugar-tenente de Plymouth, Silva Carvalho, que de Londres

lhe pedia explicações (c. de 15 de Agosto 1830) em termos que não encobrem o ressentimento. (Ant. Viana, *Silva Carv. e o Seu Tempo*.) É então que, entre os estouvados saldanhistas de França (Rocha, Passos, José Liberato, Leonel Tavares, Pizarro, etc.) e os palmelistas desesperados pelo abandono universal, começa a formar-se o grupo de homens audazes e práticos ao mesmo tempo (Silva Carvalho, Freire, Xavier, Aguiar, etc.) que serão o braço direito de D. Pedro na sua futura campanha: *cartistas*, mas ditadores; doutrinários, mas impondo *per vim* ao País o que julgam ser a sua regeneração.

É este o momento de transcrevermos a sentença de Garrett, emigrado em Londres, contra a gente da Terceira. Essa célebre *Carta de Mucius Scevola* (4 de Outubro de 30, *ap. Amorim, Mem.*) é duplamente reveladora do carácter dos governantes e da insubordinação dos governados:

Para que fim se congregou essa Junta de foliculários arregimentada e assoldada pelos Palmelas e Balbins? E que bem os escolheu a torpe aristocracia para o torpe mister que lhe deram! Clérigos devassos e imorais, cujo envilecido nome figura na lista da espionagem de Paris e de Lisboa; desertores e denunciantes; demagogos sediciosos e ignorantes: um que da sua obscuridade saíra por fingido liberalismo e a quem a perda de *certos baús* e o servilismo com que lambeu os tijolos de South-Andley-Street deram vergonhosa celebridade; outros... Mas não enxovalharei mais a minha pena em tanta imundície e torpezas.

Mas impugnem o despotismo. Sim, o despotismo que os não empregar. Invectivam contra D. Miguel. Porque D. Miguel os não quis comprar: fácil se venderia a um déspota coroado, quem tão barato se vendeu a déspotas emigrados...

Miseráveis enganadores! Pois é D. Miguel, porventura, a *causa* das nossas desgraças? Não será ele somente *efeito*, mero *efeito*, um dos muitos *efeitos* que produziu a causa que vós defendeis? Foi D. Miguel que assassinou Gomes Freire, que fez o tratado de 1810, que inutilizou a revolução de 20, que destruiu a liberdade em 23, que fez quebrar a palavra real em 24, que traiu o rei e o povo em 26? Seria D. Miguel quem da embaixada de Londres e das secretarias de Lisboa intrigou para se dar a Regência a D. Miguel? Foi D. Miguel que chamou lord Beresford a Lisboa para lhe entregar o exército e destruir a Carta? Foi D. Miguel que formou e dissolveu a Junta do Porto? Foi D. Miguel que, para insultar as veneráveis cãs do general

Pizarro, para insultar tantas mil vítimas da lealdade e da liberdade, entregou o comando do depósito de Plymouth a um tenente-coronel só conhecido no exército por haver combatido nas fileiras inimigas, por haver traído três vezes o soberano e a Pátria? Seria ele que de Londres ao imperador mandou uma deputação de imbecis e traidores para tratar os mais importantes negócios do País? E quem a todos os emigrados quis fazer embarcar como carga de escravatura para o Brasil, onde os poucos que se deixaram seduzir encontraram o abrigo que é notório? Quem desamparou a Madeira e a ilha Terceira — que só por milagre da Providência e pelo denodo do bravo Cabreira se salvou a última, não por nenhum esforço dos egoístas mandões? Seria D. Miguel ou a camarilha de South-Andley-Street, que tudo isto fez?

A póstuma e mentirosa e caluniosa representação da Junta do Porto ao Imperador do Brasil, as contas do Sr. Balbino, as nunca averiguadas contas de Plymouth, as nomeações dos Rendufes e D. Franciscos de Almeida, as conviências secretas com o príncipe de Polignac, a vergonhosa administração e injusta distribuição de fazenda, serão obra de D. Miguel?...

A defesa de Palmela, alvo desta diatribe cruel, resume-a ele nas palavras que escreve em resposta às queixas de Silva Carvalho (carta de 20 Set. 1830). «O pior é achar-me colocado pelo fado numa posição em que todos os estrangeiros me lançam a pedra e me carregam de todas as responsabilidades do que se deixa de fazer bem, sem saberem se era *humanamente possível fazer-se melhor*.» (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Este reconhecimento da reprovação universal, se demonstra a sinceridade crítica do homem, demonstra igualmente a impropriedade dos seus processos políticos no momento de crise agudamente mortal. Fora sempre um diplomata: os liberais queriam um herói. D. Pedro, Saldanha, com tinturas da espécie, satisfaziam até certo ponto as imaginações excitadas.

31 começara sem novidades, na mesma apatia. Entretanto era indispensável fazer alguma coisa. Já em Lisboa houvera (Fevereiro) uma sedição militar, sufocada: já Palmerston esbofeteara claramente D. Miguel; já a França hostil se preparava para o acto desabrido e decisivo que veio a ter lugar em Julho. A Terceira, espremida, deu quarenta contos

(7 Abril); e, nesse mesmo dia, D. Pedro era forçado a abdicar da Coroa brasileira¹. Esta data é memoranda: principia daí uma época nova.

A vinda de D. Pedro e a conquista do arquipélago são o começo de uma história. Com o produto do empréstimo saiu Vila Flor para as ilhas de Oeste: quatro dias antes (31) saía D. Pedro do Rio para a Europa. A rainha também vinha, em outro navio, direito a França. Nos seus barcos, Vila Flor nada fez a princípio, reaparecendo conforme partira de Angra: houve exclamações, conspirou-se ainda para depor a Regência, matar Palmela, chamar Saldanha. (Soriano, *Revel.*). D. Pedro velejava para a Europa. De caminho parou à vista do Faial donde escreveu à sua gente. Essas cartas alegraram os ânimos, avivando as esperanças. Palmela embarcou, e Vila Flor tornou à sua empresa. O marquês foi em nome da Regência convidar D. Pedro para o comando; e o conde submeteu sucessivamente (Maio-Agosto) todo o arquipélago ao Governo da Terceira. Ao mesmo tempo que aparecia um chefe, aumentavam os recursos. S. Miguel era rica: deu cento e vinte contos; e por sobre isto as guarnições e armamento das ilhas tomadas trouxeram dois mil soldados mais ou menos seguros, duzentas e cinquenta peças de artilharia, cinco mil e quinhentas espingardas, seiscentas arrobas de pólvora, duzentos mil cartuchos, etc. Era o tempo em que os franceses levavam de Lisboa a esquadra de D. Miguel.

A história da Terceira acaba aqui, a da aventura de D. Pedro vai começar; mas antes dela é mister que estudemos as impressões novas do partido liberal e as agonias delirantes do absolutista.

3. A MELHOR DAS REPÚBLICAS

O ano de 29 foi por muitos lados decisivo para a sorte da Europa Ocidental. Os ataques de Mackintosh, de Huskisson, de Brougham, de Palmerston, na Câmara dos Comuns, e de Clarincarde e Holland na dos Lordes abalaram a autoridade do torysismo inglês, preparando uma reacção liberal.

(Gervinus, *Hist.*) Por seu lado a França batia em brecha o Governo borbónico de Carlos x que não tinha o cepticismo de Luís XVIII, e cuja sinceridade atacava as ficções do liberalismo constitucional. Em defesa dele, porém, constituíra-se mais do que um partido — uma escola. Era uma combinação do espiritualismo que os livros de Chateaubriand tornavam popular, com a doutrina do equilíbrio dos poderes históricos: fórmula filosófica do direito público, expressão nova de uma liberdade política anteriormente definida à antiga pelos jacobinos. Como sentimentos, como doutrinas, a nova geração pregava a guerra ao espírito abstracto do século XVIII donde a Revolução tinha saído, refazendo a história desta: 89 era a legítima reivindicação liberal dos direitos sociais, 93 a aberração jacobina, democrata, *clássica*. Juntemos a isto a infiltração do inglesismo que a vitória de Waterloo consagrara e o poder da Inglaterra mantinha, a admiração pelas instituições inglesas, erradamente definidas por Montesquieu e Voltaire, mas que para todos, seguindo esses mestres, consistiam num sistema de garantias pactuais entre as forças vivas da sociedade, e teremos os elementos da novíssima ideia política, vitoriosa em 30 sob o nome de liberalismo, e destinada a varrer para sempre as ideias democráticas, velhas, jacobinas, clássicas, rés dos delírios do Terror. Lafayette, representante dessa geração transacta, mas convertido ao vergo novo, apresentava ao povo de Paris o rei Luís Filipe como a melhor das Repúblicas. (Luís Blanc, *Hist. dix ans.*)

Nós sabemos que diversas fisionomias tinham os emigrados portugueses. Eram, de um lado, os restos vivos dos jacobinos clássicos de 1820 seguidos pela geração de moços advogados, como os Passos, educados na escola de Bentham, o sucessor manso de João Jaques: Saldanha, por fas ou nefas, aparecia como chefe à frente deste grupo. Eram, do lado oposto, os homens que, sem outro princípio político mais do que a monarquia moderada, tinham cooperado na reacção de 23, como Vila Flor; eram os que tinham respirado os ares napoleónicos, com Cândido José Xavier, desnacionalizando-se, e dessa escola tinham trazido o desdém pela *ideologia*, o amor pela acção despótica das ditaduras militares: numa palavra, o cesarismo, que formaria o pensamento da ditadura de D. Pedro, quase Napoleão; eram por fim os palmelistas diplomatas, românticos da primeira forma, conserva-

dores liberais, não concebendo o Governo senão aristocraticamente, e não admitindo as CARTAS senão como a expressão prática da sensatez, da moderação, da *bondade* dos soberanos. Assim o tinham pensado D. João VI e Luís XVIII, com o imperador da Rússia e toda a parte liberal, não austríaco-apostólica, da Europa de 1815. Entre o partido dos políticos e o partido dos filósofos, entre monárquicos e democratas, não podia haver cordialidade nem união, porque não havia identidade de estados do espírito. Se não chegavam a compreender-se, como haviam de amar-se? Pondo agora de parte as causas accidentais e pessoais que temos indicado, é necessário ver nesta causa íntima o motivo mais geral das dissidências da família portuguesa emigrada, que levara para fora do Reino as cisões e ódios com que por anos o agitara; é necessário ver a razão de ser e a acção vitoriosa do cesarismo abraçado por D. Pedro, desde que tomou posse do governo e do comando.

A nova teoria política da França, cujo verdadeiro mestre foi Guizot, esse liberalismo com o qual se derrubou Carlos X, apareceu como uma fórmula adequada para congregar provisoriamente a família portuguesa emigrada. A Palmela e aos *políticos* dava uma consistência que o espírito prático por si só não possui; a Saldanha e aos jacobinos dava uma definição de democracia tornando-a já compatível com os tronos: era a melhor das Repúblicas! Mas, além dos emigrados por política, havia lá por fora um maior número de homens emigrados por medo, por força: pessoas que, sem opiniões, apenas pediam a paz e a pátria sob um regime compatível com a existência. Os lamentos e saudades desses náufragos das revoluções tiveram uma voz imorredoura na boca do homem que melhor definiu em Portugal a teoria *liberal*:

...Despedaçados

*Os afectos de irmão, de amante e filho,
Resta-nos na alma, qual buída frecha
Que no peito ao cravar-se estala e deixa,
Caindo, o ferro na ferida oculto...*

*Oh meu pai, oh meu pai! como a memória
Me reflecte alta noite a tua imagem
Por entre um véu de involuntário pranto!*

(Herculano, *Poesia*)

A esses infelizes arremessados pela tirania para fora da Pátria, homens em geral moços, ou sem educação, ou educados nas tradições portuguesas, dava o liberalismo uma fórmula para satisfazerem a necessidade que todo o homem tem de explicar intelectualmente um caso duro de que sofre. A tirania, pois, que tanto pode existir nos absolutismos como nas democracias, tanto nos regimes representativos como nos arbitrários: essa tirania de que os pobres sofriam, passou a tornar-se para eles essencial ao absolutismo, e incompatível com a ideia nova da representação política e do equilíbrio dos poderes, combinados numa construção complexa, subtil, sábia, munida de respostas para tudo — mas de soluções para coisa nenhuma! Em 1830 não se descrevia ainda, e, no entusiasmo de uma primeira impressão, ninguém via defeitos, todos pensavam ter achado a solução final, absoluta, indiscutível, do problema da política.

Uma grande sede de *liberdade* teórica e prática era o fundo dessa reacção a que se chamou Romantismo: reacção contra a tirania de Robespierre e de Napoleão, reacção contra a tirania das filosofias e do classicismo do século XVIII, reacção contra todas as abstracções tiranas, democráticas, morais, poéticas. Fez-se do homem individual o tipo absoluto, e, abraçando-se a crítica de Kant, não se achou origem de certeza fora da consciência, nem fundamento de justiça fora da liberdade individual. Mas como esta doutrina podia conduzir a um racionalismo, e por esse modo tornar-se uma forma nova do racionalismo clássico abstracto do século XVIII, a escola completou a doutrina com a História, compondo esta última *ad usum* próprio. Com a liberdade individual positiva e com um sistema de tradições mais ou menos genuínas, criou-se um corpo bastante consistente para convencer uma ou duas gerações.

Voltando-se para os jacobinos, os mestres diziam: a vossa liberdade é tirana, por ser abstracta; só a nossa é verdadeira, porque é a positiva liberdade de cada homem. E os jacobinos, não sabendo ainda que responder, no meio das ruínas das velhas filosofias, calavam-se ou rendiam-se. Voltando-se depois para os absolutistas, os mestres, que eram uma plêiade de sábios e tinham anteriormente renovado os estudos, diziam-lhes: a liberdade é velha, só o absolutismo é novo. Apontavam então em defesa da sua tese as lutas das comu-

nas, as antigas Cortes, e as traições dos monarcas. Diziam: o Evangelho é liberal, só o Papado ultramontano. E com sábias dissertações canônicas provavam o dito. Cristãos, pois, e monárquicos, mas ao mesmo tempo liberais, os neófitos portugueses escreviam para Lisboa: «Vinde cá, duque de Cadaval, bispo de Viseu, conde de Basto, e vós todos que sustentais em vossas espáduas o mais abjecto dos déspotas. Dizei, infames: ainda podeis asseverar que o intento dos liberais é arrasar o altar e o trono?...» (*Palínuro*, Londres.)

Os absolutistas, apoiados a uma tradição secular, não eram tão fáceis de convencer como os jacobinos. A *liberdade* do cristianismo parecia-lhes com razão uma singular extravagância, e por baixo da capa do orador viam o pé bipartido de Satanás, por baixo do maquinismo liberal viam também escondido o jacobinismo democrata. Dizer a revolução cristã e leal, religiosa e monárquica, era uma hipocrisia apenas, ou então uma singular aberração do pensamento. A revolução era a impiedade: e com acerto afirmavam que destruiria o altar e o trono, o direito divino de Deus e do Rei.

Sinceramente, os novos doutrinários não acreditavam que fosse tal a essência da sua teoria. Criam firmemente na solidez da sábia construção erguida, e na verdade das conclusões que tiravam da História. E a fé, reunida ao extraordinário merecimento pessoal dos apóstolos, chamava ao seio da doutrina, não só os democratas, como todos os que no mar revolto das agitações políticas tinham perdido o rumo. Assim, de todas as velhas escolas e partidos, parecia ficarem apenas de pé, frente a frente, o liberalismo e o espírito absolutista apostólico inconvertível, roído do vírus e da velhice, carregado dos crimes dos Bourbons, responsável por todas as loucuras religiosas, debatendo-se, nobre e desvairadamente, contra a Revolução que surgia agora unida e forte, vestindo uma capa de inocência ou de hipocrisia, às abas da qual se agarrava a turba dos homens fracos, a multidão das classes médias, desejosas de paz e riqueza. Era a melhor das Repúblicas!

Portugal católico mantinha-se inconvertível; mas os portugueses emigrados por anos, tinham desaprendido a educação nacional. Os costumes, os homens, e as ideias da Inglaterra e da França, operavam lentamente. «Estranhei, diz Carlos a Joaninha (Garrett, *Viagens*), aqueles hábitos de alta civiliza-

ção que me agradavam contudo; moldei-me facilmente por eles, afiz-me a vegetar docemente na branda atmosfera artificial daquela estufa (o lixo inglês), sem perder a minha natureza de planta estrangeira.» Como tudo isto era diverso da rudeza nativa, da violência bruta, do grossaria clássica dos costumes portugueses! Nem frades nem desembargadores, nem capitães-mores! E era bom, vivia-se bem. Por que não se havia de transformar também a casa? Os emigrados aprendiam as línguas, devoravam os livros recentes dos críticos e historiadores franceses, Guizot e Villemain, Cousin, Thiers, Mignet, enchendo-se de ciência histórica em Thierry, em Michaud, em Beugnot, aprendendo ao mesmo tempo em Walter-Scott uma literatura nova, com Addison um classicismo poético, com Vítor Hugo, Lamartine, Byron, o romantismo lírico, evangelho quase religioso da Liberdade!

Enquanto isto se passava na Europa, congregava-se nos Açores um exército e chegava D. Pedro do Brasil. O Portugal novo tinha já uma bandeira, o liberalismo; um exército, o de Vila Flor; um chefe, o duque de Bragança. Havia por fim homogeneidade (transitória) nos elementos, unidade no mando, importância nas forças. A França, a Inglaterra, apoiavam a tentativa, ao mesmo tempo que fulminavam desapiadadamente D. Miguel. Palmela estava com D. Pedro em Londres; Vila Flor na Terceira, e em Paris, Saldanha, filho adoptivo de Lafayette, companheiro dos homens do *National* na Imprensa, dos revolucionários de Julho nas barricadas. Os elementos da aventura achavam-se afinal congregados.

...Eia, partamos!
Ao mar!
(Herculano, *Poesias*)

Como recebia Portugal os *libertadores*! É o que não podemos saber, sem ter primeiro estudado o estado da Nação, nesse período que vai desde a revolução de 30 até o desembarque da expedição constitucional na praia do Mindelo.

IV

O PRINCÍPIO DO FIM

1. INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO DE JULHO

O ano de 1830 começara tristemente para o miguelismo com a morte de Carlota Joaquina (7 de Janeiro). O génio, a alma da demagogia católica morria, mas a sua obra, já consumada, podia existir sem chefe: o impulso dado bastava para manter o movimento.

Apesar da morte da rainha, nunca as esperanças miguelistas foram maiores, nem mais fundadas, do que na primeira metade do ano de 30. Os Governos da Inglaterra e da França, impelidos no sentido reaccionário, davam a mão a D. Miguel e estavam a ponto de reconhecer a sua legitimidade. D. Pedro, ou antes os que o invocavam, consideravam-se perdidos para sempre. O Governo de Lisboa negociara em Paris um empréstimo com o qual se resolveria a crise interna; e feito isso, o reconhecimento de D. Miguel terminaria a irregularidade da sua posição no concerto das piedosas monarquias europeias. No fim de Junho (28) o rei assinara o decreto autorizando o empréstimo; e em 30 o conde da Lousã subscrevia o contrato, ratificado em 2 de Julho. (J. Liberato, *Mem.*)¹ Carlos x dava protecção, dinheiro, tudo;

¹ O empréstimo era de 50 milhões de francos, ao juro de 5%, pagável em 25 anos, à razão de uma vigésima quinta parte por ano. O preço era de 52,50 francos, deduzindo-lhes 5 p. c. de comissão para Orr Goldsmid & C.^a sobre o valor nominal.

Seria distribuído em 100 séries de 500 obrigações de mil francos tirados à sorte, trimestralmente, e pagáveis ao par, em Paris.

O primeiro sorteio far-se-ia em Janeiro de 1831, contando-se os juros desde o primeiro de Outubro de 1830, e recebendo os banqueiros uma comissão de 1/2 p. c. quer sobre o pagamento das séries, quer sobre o pagamento dos juros.

e a Inglaterra de Wellington ia de acordo com a França. Não podia haver a mínima dúvida de um êxito completo!

Deus dispõe, diz o adágio: com efeito no próprio mês de Julho, o povo de Paris, sublevado, destronou Carlos x, proclamando, à voz de Lafayette, a «melhor das Repúblicas», isto é, a Monarquia Júnior, liberal, de Luís Filipe. As vivas esperanças da primeira metade do ano eram cuidados e receios sérios na segunda! Wellington cedia o lugar a Palmers-ton; a Áustria era demitida do comando político das nações ocidentais. Adeus empréstimo! adeus legitimidade reconhecida! As esperanças vagas de um apoio externo dissipavam-se; e só havia a contar com o entusiasmo antigo, com a fé, com a força, do velho Portugal — um baluarte a defender contra a onda da impiedade que invadia a Europa inteira! Por isso o ano de 31 é o reinado do Cacete, o governo puro do Terror: um misto de arrogância e crueldade, de insensatez e demagogia. A febre que atacara a Nação atingiu em 31 a mais alta temperatura, e a prova de quanto a doença era constitucional, está em que apesar disso, foram necessários dois anos de guerra, com dinheiro e soldados de fora, e afinal uma intervenção estrangeira, para desarmar e submeter um povo agonizante.

Começou o ano com uma tentativa abortada de revolução em Lisboa (7 de Fevereiro) dando à força sete infelizes (14 de Março), e meses depois a vinda dos franceses ao Tejo. Eram os sintomas da guerra que se aproximava. Contra ela, o Governo prevenia-se perseguido, prendendo, espionando, espancando. Tinha criado os tribunais marciais (9 de Fevereiro), pondo lá dentro a nata do miguelismo epiléptico: o Guião, o Belfort, o Maciel Monteiro. Tinha dado poderes amplos aos

A casa Thuret & C.^a de Paris encarregava-se dos pagamentos, recebia as obrigações, e fornecia o produto do empréstimo ao sr. D. Miguel, nuns determinados prazos. O Governo miguelista hipotecava ao pagamento do capital e juros todos os rendimentos livres de Portugal e especialmente os rendimentos da Alfândega do Porto, da Ilha da Madeira e o da Casa da Carne, na Alfândega das Sete Casas.

A finança, porém, já em 1830 enfeudada aos judeus, era *liberal*. As combinações de Mendizabal em Londres surtiriam melhores resultados. O empréstimo Goldsmid não chegou a realizar-se.

seus tiranos da plebe — o José Veríssimo, porta-bandeira da guarda real da Polícia, que mandava em Lisboa, e o Leonardo, ex-postilhão do rei, que mandava fora de portas, desde Belém até a barra. Os dois chefes, seguidos pelos seus bandos de caceteiros, eram sem comparação mais absolutos do que os pobres ministros, do que o próprio rei, idolatrado e nulo como um ídolo, no seu santuário de Queluz, entregue à caça, ao toureio, ao *sport* historicamente nacional. As notícias que vinham da Europa pelo pacote de Falmouth, unanimemente adversas à Causa, provocavam fúrias e os bandos corriam as ruas com a consciência de quem exerce uma santa missão!

*Chegou o pacote:
Trabalha o cacete!*

Havia a certeza de um mal que minava a sociedade e todos contavam com uma guerra inevitável. Oravam, preparavam-se: como? Soprando com furor a chama de todos os ódios, levando a excitação apostólica ao rubro, a loucura nacional à fúria. José Agostinho (Janeiro) desejava que a Pedreira fosse exterminada como os lobos o tinham sido em Inglaterra: por uma montaria geral! Ver-se-iam as balas dos caçadores deitar por terra nuvens e frimações que saciariam o apetite dos apostólicos — como sucedera aos judeus no deserto! Os pedreiros-livres são mais ímpios do que os egípcios, mais bárbaros do que os assírios! Fora o anjo Miguel quem matara os recém-nascidos do Egipto, e o que acudira a Jerusalém, durante o cerco, a dar cabo dos assírios. Esse arcanjo era o rei, era D. Miguel. Deus mandara-o, e conservava-o para grandes feitos. (*O Desengano.*)

Um laivo de sebastianismo aparecia nas palavras do velho inimigo dos sectários do messianismo português, e entretanto a crise miguelista não era outra coisa senão o último sintoma dessa velha doença nacional, o estertor de uma sociedade moribunda. Toda a clássica educação monástica aparecia agora no estilo e nos sentimentos bíblicos do orador, do literato, do poeta, do político José Agostinho, um dos mais fortes cérebros formados em Portugal, e o mais genuíno dos velhos portugueses de raça.

Igualmente genuínos e nacionais eram o Leonardo e o

Veríssimo, com os seus caceteiros; e não o era menos o foli-culário rábido que nas páginas da *Hipiátrica* armazenava sem talento os sentimentos brutais da demagogia tonsurada. Os liberais eram bestas, tudo *bestas!* Denunciando o *dragão maçónico*, Fr. Fortunato chamava-lhes *animálias do mato grosso do Porto*. Pedia também uma montaria. «O remédio não está nas boticas — está na honra, na fidelidade e no valor para pegar em armas, quando o rei o mandar e julgar necessária a *montaria*.» E aplaudia o que se ia fazendo: «Quem há que não aprove o nosso Miguel cá da terra, aferrolhando nos calabouços essas feras envenenadas pela patifaria bestial do vírus maçónico?» Confundindo vagamente o rei com o arcanjo, tributando-lhe essa intimidade familiar do meridional com os seus santos, denunciando um amor mais íntimo do que o amor político devido aos reis, o frade previa a hora da crise solene, da gigantesca montaria a que Alvito Buela (*Defesa de Portugal*) chamava as novas Vésperas Sicilianas: «Que de gentes não irão vê-las! Nem o povo corre aqui com mais avidez à corrida dos touros no Salitre, ou a ver passar os Pedreiros para a Forca!»

Era positiva a esperança e incontestada a urgência de uma depuração total. Portugal repetiria contra os liberais a antiga história dos judeus, se a Nação, tal qual se manifestava, não fosse já um arcaísmo ao lado da Europa, moderna e outra. Mas a loucura dos energúmenos não deixava de ser por vezes lúcida, quando atribuía ao liberalismo a responsabilidade da ruína nacional, levada a cabo pela separação do Brasil, mostrando aos negociantes *liberais* os seus erros funestos: «O de Crespo, ficou sendo um revendilhão de trapos e contrabando do pacote... Casem-se lá com a besta, e verão os coices que levam!» (*Hipiátrica*.)

2. OS CONFLITOS INGLÊS E FRANCÊS

Os nacionais, perseguidos, não tinham mais remédio do que levar e sofrer, ou fugir; mas à fúria dos demagogos não bastavam os portugueses. Irritava-os a presença fria e impassível do inglês, réu de antigas culpas, espécie de judeu que sugava uma Nação de que escarnecia com desdém, agora cúmplice convicto do liberalismo e sectário da maçonaria

que plantara em Portugal. Desde 1828 que em Lisboa e no Porto, onde as colónias britânicas eram populosas e ricas, vinham repetindo-se casos graves; mas o Governo inglês decidido a favor de D. Miguel, fechava os olhos com uma certa benignidade, ao passo que o português fazia por seu lado tudo o necessário para minorar a gravidade dos actos, dando uma satisfação aos ofendidos.

Entre outros, Yung, e o extravagante Doyle que veio a servir com D. Pedro no Porto, tinham ficado implicados na revolução de Maio de 28; mas foram soltos e absolvidos pelo juiz comissário inglês. Em Julho do mesmo ano, em Lisboa, às portas de Arroios, sir Augustus Wet, voltando a cavalo de passeio, cruza-se com duas cavalarias e é acutilado, com uma costela partida. Em Agosto, um rapaz do comércio, Reeves, é preso de noite, levado da cama para a cadeia. Preso era também no Porto o filho do negociante Noble; preso o maltês britânico Ascoli, e vários outros. Em Janeiro de 29 o escocês de Lisboa Mac-Kinna queixava-se ao duque do Cadaval (comandante dos voluntários realistas) do que lhe tinham feito: tomava o fresco, mais dois amigos, à tardinha, no Terreiro do Paço; foram atacados por seis voluntários; combateram: Mac-Kinna ficou com um lanho na face, outro com um ombro deslocado. A guarda acudiu, os voluntários fugiram impunes. E este caso não fora único, senão um entre muitos. (*Cor. rel. to the british demands, 1831.*)

Os casos do segundo semestre de 30, alterando as disposições da Europa para com D. Miguel, agravavam a situação dos ingleses de Lisboa e Porto. Já não havia da parte do Governo britânico a antiga boa-vontade, antes, em vez dela, um propósito decidido de hostilizar Portugal. Em Julho e Agosto de 30, o cruzeiro português — da esquadra que fora aos Açores salvar à Terceira — apresara vários navios ingleses por suposto ou verdadeiro contrabando de guerra. A *Galathea* viera ao Tejo reclamá-los, e levava-os; mas Palmerston tinha na carteira as contas das indemnizações para torturar D. Miguel, quando os casos do princípio de 31 vieram encher as medidas e justificar as exigências formais da nota de 15 de Abril. (*Correspond., etc.*) Enumeravam-se os desacatos antigos, agora renovados e mais graves; exigia-se o pagamento imediato das indemnizações, com termos duros e condições humilhantes; reclamava-se contra os novos direi-

tos aduaneiros, em contravenção dos tratados de 1810. O'Neil fora arbitrariamente preso em Lisboa (Fevereiro) pelo José Veríssimo: demitido o porta-bandeira da Polícia! O Leonardo invadira a cordoaria de Caffary em Pedrouços, cometera toda a espécie de tropelias, espancara os empregados, devassara os livros, saqueara os armazéns, derrubara o feitor com uma coronhada na cabeça, prendendo-o, pondo-lhe anjinhos nas mãos, obrigando-o a dar vivas a D. Miguel e levando-o de rastos para S. Julião: demitido o ex-postilhão! A polícia assaltara alta noite (22 de Março) a casa do inglês Roberts em Vale de Pereiro: demitido o Belfort! E, além dele, o comandante Everard, que aprisionara nas águas dos Açores os navios ingleses. (*Ibid.*)

O pobre Governo, vítima do zelo dos seus sequazes, já a braços com a questão francesa, pensou que dando tudo — dinheiro e honra — à sua fiel aliada, obteria dela um auxílio contra a tempestade que se armava por outro lado. Graciosamente anuiu, e a *Gazeta* publicou as demissões do Belfort e do Leonardo, do Everard e do José Veríssimo, dando todas as satisfações, pagando todas as quantias pedidas.

Trabalho perdido. Palmerston tinha outras vistas; e, humilhando D. Miguel, preparava a queda do último baluarte da Europa austríaca e apostólica.

A Inglaterra *whig* caminhava perfeitamente de acordo com a França de Luís Filipe, já francamente decidida a apoiar as pretensões de D. Pedro e sua filha. Com a conspiração de Fevereiro vieram incidentes que obrigaram os liberais franceses a intervir à mão armada. Os casos foram estes: Vivia ensinando línguas em Lisboa um francês, Bonhomme, que em 28 cursava as aulas da Universidade. Foi acusado de um sacrilégio, pelos fins de 30: na Quinta-feira Santa do ano de 28, em Coimbra, de parceria com outros estudantes, ter-se-ia escondido na capela do Sacramento da Sé, e aí, com mulheres de má vida, houvera uma orgia, despindo-se todos e dormindo nos degraus do altar. Verdade ou calúnia, o facto é que a sentença de Dezembro (11) dava o crime por provado, e condenava o réu a açoites nas ruas de Lisboa e degredo por dez anos para Angola. Preso, Bonhomme foi açoitado em Fevereiro, e voltara para a cadeia a esperar o degredo.

Além deste episódio, em que a política por nada entrava, surgiu outro directamente da conspiração de Fevereiro. As devassas tinham prendido de 70 a 80 pessoas, e a sentença, em Março (14), condenava sete ao patíbulo, cinco a degredo, e um, Dinis do Couto, a expulsão do Reino. Entre os da segunda categoria achava-se um francês também, Sauvinet, cervejeiro, com fábrica a Vale de Pereiro e loja no Arco de Bandeira, acusado de aliciar parciais, dando bebidas aos soldados e maruja.

No fim de Março os dois franceses estavam presos à espera de cumprir a sentença, e os sete condenados tinham já acabado no Cais do Sodré. O cônsul inglês avisava para Londres que a corveta *Urânia* e os brigues *D. Pedro* e *D. Sebastião* eram, de toda a esquadra portuguesa, os únicos em estado de sair a barra, e que se preparavam para comboiar a *Maia Cardoso*, charrua que sairia no princípio de Abril com uma leva de 400 presos para Angola (*Papers, relat. to Port.*, etc.). Por seu lado o cônsul francês reclamava contra a condenação dos dois patrióticos, protestando. O visconde de Santarém redarguia negando-lhe o carácter de representante, a ver se tal modo forçava a França a nomear embaixador para Lisboa, segundo alguns dizem. Sauvinet, Bonhomme, não partiram; mas saiu de Lisboa o cônsul, rompendo-se inteiramente as relações entre as cortes de Paris e de Lisboa. Era uma positiva declaração de guerra. E no meado de Maio apareceu na costa a esquadra francesa bloqueando o Tejo, enviando ao Governo o seu *ultimatum*. Os dois franceses seriam soltos, anuladas as sentenças, e indemnizados com sessenta e cinco mil francos; os juizes signatários das sentenças seriam demitidos; e os franceses residentes em Portugal colocados sob a protecção do juiz conservador britânico.

O pobre Governo que fez? Que podia ele fazer? Estender a face esquerda para as bofetadas da França, depois de esbofetado pela Inglaterra? Talvez o desejasse, mas não o podia. Nas crises, os governos são mandados, não mandam: o espírito público, acirrado e cego, achava tudo possível; e a dura basófia portuguesa sentia fôlego para vencer a terra, o mar e o mundo! Só à força de estocadas profundas e repetidas viria a vazar-se o grosso tumor da cólera epiléptica. Santarém, aflito, recusou as condições do almirante francês, e mandou a Asseca, em Londres, que se rojasse aos pés de Palmerston,

pedindo um bocadinho de auxílio para quem ainda na véspera fora tão bom, tão condescendente com ele. (*Papers*, etc.)

Para satisfazer os ânimos, o Governo ordenou medidas militares, mandou aparelhar a esquadra, ainda considerável. As fragatas *Diana* (54 p.) e *Pérola* (44), com os brighes *D. Pedro* (18), *D. Sebastião* (10), *Memória* (6), estavam equipados. Mais quatro navios, *D. João I* (26) *Lealdade* (26), *22 de Fevereiro* (10), e *Glória* (10), ficariam prontos em poucos dias; e dentro de um mês a nau *D. João VI* (74) e a fragata *Amazona* (52). Eram onze navios jogando 330 peças. Mas, enquanto na Praça se anunciava o bloqueio, Rabaudin na costa ia apresando os navios de comércio, à espera que chegassem as esquadras de Toulon e Brest com forças bastantes para entrar no Tejo. O Governo, apesar de ter chamado a milícia e fortificado a costa até à Figueira, não acreditava na vinda das forças navais francesas, esperando ainda na Inglaterra. (*Papers*, etc.)

Que importava, porém, a Palmerston que os franceses viessem ou não? Que motivo o levaria a intervir a favor do seu amigo aliado português? Que interesses o chamavam à Península? Nenhum. Consumada a separação do Brasil, a Inglaterra pouco ou nada mais tinha a tirar duma pobre Nação faminta, roída até aos ossos. E, por outro lado, Luís Filipe não era evidentemente um Napoleão, nem havia fundados receios de uma conquista. A França, inglesada, fazia uma expedição à inglesa, para castigar cruel e desprezivelmente o rei de Portugal, espécie de Túnis ou de Argel. Que tinha a Inglaterra com isso? De tal modo, mas por outras palavras, respondia Palmerston a Asseca em Londres (18 de Julho), dizendo-lhe que aceitassem as condições francesas. Já a esse tempo Roussin entrara no Tejo e apresara a esquadra e quando Asseca implorou Palmerston, o ministro mandou consultar o *King's advocate* que declarou boa a presa, e respondeu ao português com a resposta do procurador da Coroa. (*Papers*, etc.)

Foi a 6 de Julho, pela tarde, que os três primeiros navios da esquadra de Roussin vieram deitar ferro em Cascais. Na manhã do dia seguinte chegaram mais doze, e no dia 9, preparado tudo, a esquadra francesa estava alinhada desde Cas-

cais até S. Julião. Nas torres, na costa, havia artilharia corrida e morrões acesos; nas ruas, nos conventos, nas praças, declamações e preces; no Gabinete uma crise. Abalava-se o baluarte inteiro do miguelismo, e o visconde de Santarém exigia a entrega dos presos, e que se pusesse ponto na doidice temerária. Exigia-o, todavia, a quem? Aos próprios loucos. O almirante francês mandou como parlamentar a Lisboa o brigue *Dragon*, e D. Miguel veio a quatro soltas de Queluz: à noite houve Conselho. O dia 10 passou-se em correspondências inúteis; e a 11 de manhã, as seis naus, três fragatas, três corvetas e um brigue da esquadra de Roussin forçaram a barra do Tejo. O vento, a maré, traziam a pano largo os navios, e os tiros despedidos das fortalezas recocheteavam na água, inofensivos. Mas em frente de Lisboa estava a esquadra portuguesa que a sabedoria do Governo guardara dentro do porto, em frente da cidade, para uma batalha fluvial que seria o destroço dos barcos do rio e dos navios do quadro, e um bombardeamento de Lisboa pelos vasos franceses e portugueses. Tal fora a *ratoeira* concebida pelo conde de Basto que, de óculo em punho, observava de longe o entrar dos navios franceses, esfregando as mãos a cada nau que passava, dizendo satisfeito: «Já cá está mais uma!» (Sousa Monteiro, *Hist. de Port.*) Às 5 horas, toda a esquadra francesa ancorava dentro do Tejo, desde Belém até ao Terreiro do Paço, em linha, com as baterias corridas, as peças de goela aberta, prontas a bombardear Lisboa. E a portuguesa? Sumira-se, calara-se, se algum tiro chegou a disparar. Na triste *ratoeira* do conde só ele próprio caiu, com a pobre gente doida que na inépcia do ministro via a expressão do seu delírio. E D. Miguel? Ídolo e nada, tornou a Queluz, montear, tourear, como tipo que era desses príncipes absolutos, escravos de facto, embora escravos adorados, das facções que os aclamam.

O Governo cedeu, pagou, aviltou-se, perante a França cuja bandeira era saudada no castelo com uma salva, enquanto a *Gazeta* (16) publicava tudo o que o francês exigia. Além das suas primeiras reclamações, houve que dar-lhe 800 mil francos para despesas de guerra, houve que deixar-lhe levar a esquadra *tomada em combate*. Aos que acusavam de tíbio e burguês o seu Governo, Luís Filipe podia responder já com a façanha do Tejo; e os pintores traçavam quadros pardos, de fumarada listrada de imaginários tiros: uma batalha

naval segundo as regras da arte. (L. Blanc, *Hist. dix ans.*) Nelson-Roussin vingaria a reputação medíocre da marinha francesa — se de facto não fosse Roussin-Quixote!

Nós éramos, porém, o bando dos lanígeros que o montante do invasor repelia, e, encerrados, como num curral, devorávamo-nos num desespero de raiva. A bandeira francesa, erguida nos navios deles e nossos, provocava em terra um tal furor caceteiro, que o Governo mandava coibir por um edital os excessos de violências, «resultado do entusiasmo pela defesa do soberano e da Pátria». Lisboa era uma Jerusalém: a fúria desencadeada no dia 11 prolongou-se por todo o mês. As lojas fechavam e nas ruas só apareciam as quadrilhas de caceteiros ameaçadores. Matou-se alguma gente; muita outra se escondeu ou fugiu para bordo dessa esquadra francesa, onde, para cúmulo de ódio, chegara a correr que vinha D. Pedro. Aqueles a quem ficara ainda um resto de siso, apertavam a cabeça com ambas as mãos, chorando a desgraça da Pátria, condenada à loucura tirana para fugir à revolução ímpia. Esperavam-se transes dolorosos para quando os franceses levassem do Tejo a esquadra capturada.

Ninguém se recordava já das humilhações sofridas, e parece que os açoites repetidos enfureciam, à maneira do que as sucessivas bandarilhas fazem ao toiro no circo. No dia 14, um inglês, Milne, caíra com uma espadeirada de um voluntário realista. Na véspera, o Teles, capitão de milícias, ameaçara de morte, na Rua dos Fanqueiros, o caixeiro Miggs. O Solano, com mais dois, prendeu outro caixeiro do negociante James. Em 18, foi um homem espancado pelo simples facto de falar na rua com um francês. No mesmo dia os gaia-tos obrigavam o inglês Lowley, à força de pranchadas, a dar vivas a D. Miguel. Marcelli fora colhido a 16 pelo Teles, das milícias, no Cais do Sodré, e espancado a cacete a ponto de ficar exangue, quase morto, abandonado na rua. (*Apont.* etc.) Dois oficiais de marinha ingleses, que tinham ido passear a Bucelas, foram atacados, espancados, deixados por mortos. (*Papers*, etc.) O cônsul dizia para Londres, em 30, que em todas as paróquias de Lisboa havia listas formadas dos verdadeiros ou supostos inimigos do sistema, e que desde o dia 11 mais de 1000 pessoas tinham dado entrada nas cadeias. (*Ibid.*)

Foi a 13 de Agosto que finalmente a esquadra francesa

largou o Tejo, levando consigo todos os navios de guerra portugueses, salvo a nau *D. João vi* que por um escrúpulo foi restituída: o navio que nem estava equipado, não podia ser presa de uma batalha em que não podia ter tomado parte. Assim terminou o episódio francês que, para ser devidamente avaliado, é mister aproximar-se da circunstância de que ao mesmo tempo, em França, D. Maria II era recebida como rainha, D. Pedro como seu defensor. Luís Filipe, o autor do casamento de D. Isabel II, projectava dar um filho seu à rainha de Portugal.

3. O ARMAMENTO DA NAÇÃO

Perdera-se a esquadra, é verdade; ardia na face a vermelhidão do ultraje recebido, não há dúvida; mas a vergonha e a desgraça não faziam mais do que acirrar os crentes na sua fé: o povo de Deus sofreria cruéis provações, mas venceria por fim! Perante a temeridade com que Jerusalém desafiou Roma, não admira a audácia com que Lisboa esperava resistir à Europa. Grey-Palmerston em Inglaterra, Perier e o liberalismo todo em França, garantida a ordem das coisas em Espanha, queriam revolucionar Portugal. Neste país clássico dos pronunciamentos militares, que de ano para ano tinham mudado a forma de governo de um povo apático, uma sedição militar seria o modo de deitar por terra um rei, que, em vez de cair perante um açoite infamante de Roussin, era tando mais idolatrado quanto mais infeliz, mais cuspidado, mais condenado! A ilusão de que o grito de um regimento bastaria para sublevar a população era tão grande que, apesar das sucessivas lições, enchia ainda as cabeças dos companheiros de D. Pedro muito mais tarde, em 32. Antes, em 1830, Silva Carvalho (19 de Maio) escrevia de Londres para a Terceira a Palmela que, «em Portugal as tropas estavam prontas a bandear-se, animadas e prontas a secundar qualquer tentativa que se faça para acabar a usurpação... Se desembarcassem dois regimentos levariam tudo diante de si e seriam logo auxiliados por toda a soldadesca de dentro». (A. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*).

Agora, depois da vergonha do caso francês, o momento parecia azado para despertar uma população em que se su-

punha haver um sentimento forte e unânime de reprovação pelo tirano. Na noite de 21 para 22 de Agosto, Infantaria 4 saiu do seu quartel, com a música à frente, entoando o hino constitucional. Seriam onze horas: as famílias recolhiam-se, e um positivo sentimento de medo, uma consciência segura da tragédia lúgubre começada, obrigavam a aferrolhar as portas, apagar as luzes. Encerrada em suas casas, a população não dormia: rezava, mansinho, escutando o som da música e os raros tiros que estalavam pelo silêncio escuro das ruas... Diz-se que o regimento contava com a conivência de toda a guarnição; mas o facto é que, dirigindo-se ao quartel de Vale de Pereiro, foi recebido com uma descarga de fuzilaria. Recuou, pela noite calada, tocando o hino, que parecia assim, no meio do silêncio universal da cidade, uma marcha fúnebre. Recuou, vindo parar no Rossio, e os infelizes, já certos da morte, não queriam morrer sem matar. Uma última esperança tinham ainda: quem sabe se o estalar da fuzilaria dentro da cidade não provaria melhor do que o som dos latões e o rufo dos tambores?

Pelas ruas que vão dar ao Rossio chegavam tropas, no escuro da noite. O 4 formava em quadrado; comandava-o o Bravo, depois general, então alferes, que saíra em fatos caseiros e à pressa afivelara a espada. O combate começou logo, nesse recinto limitado onde os cavalos mal podiam ganhar o galope das cargas impetuosas, onde as descargas da fuzilaria se davam como num duelo, com as bocas das espingardas quase coladas ao peito dos inimigos. Já não eram tiros soltos, era um cascalhar seguido de descargas, e o tropear de cavalos e o fuzilar rubro dos tiros. A luta durou até o amanhecer: avaliando-se em trezentos os mortos. Foi uma noite de carnagem; e o Rossio, já ensopado de matanças históricas, bebeu mais um trago de sangue humano... Por que levantaram sobre o seu chão a coluna insípida do *dador*? Por que não preferiram a memória das trezentas vítimas da batalha, pobres soldados que morriam defendendo, ou atacando, fórmulas que não compreendiam, ilusões que os desvairavam? No soco desse monumento deveria figurar o epílogo da tragédia — as carroças que até pela manhã conduziam os cadáveres, lixo das revoluções, do Rossio para as valas sepulcrais; e os quarenta soldados fuzilados depois (7, 22 de Setembro) em Campo de Ourique...

Essa violenta sangria do Verão de 31 não foi capaz de acalmar a febre: irritou-a mais. Veio o Papa e reconheceu (Setembro) D. Miguel rei legítimo, sagrou-o, ungiu-o, abençoando-o, fazendo do ídolo um messias e do cacete uma cruz — o lenho sagrado:

Dominus in *ligno* regnavit!

A literatura sagrada, traduzia assim plebeiramente, fazia dos textos o código da demagogia; e o povo, levado àquele estado de sensibilidade patológica donde saem os mitos nos tempos históricos, já confundia a realidade com a fantasia, vendo milagres por toda a parte. Era uma vida transfigurada: Carlota Joaquina uma Nossa Senhora, D. Miguel o arcanjo, um messias, o próprio Jesus vivo. (Monteiro, *Hist.*) Nem aos melhores já o delírio poupava; as metáforas adquiriam um valor de realidade só observável nos primeiros tempos, inventores das línguas. A inflamação produzida no corpo social pelo excesso circulatório tinha como sintoma a espontaneidade criadora, própria de um estado psicológico em que a fé chegava ao ponto de ver, sentir, falar directamente com o mundo superior do Céu. Respirava-se o milagre por toda a pele, e os espíritos, saturados de esperanças e sonhos transcendentais, tinham uma segurança inaudita na sua sorte e um desprezo violento pelas coisas da terra. Deus enlouquece.

Um dia pregava José Agostinho na Estrela: era o aniversário da chegada do infante a Lisboa. O padre ia desenrolando os períodos pomposos da sua oração, quando estalou uma trovada medonha. Ribombavam os trovões, mais fortes do que a voz do frade, e o chispar dos relâmpagos cegava, no âmbito da igreja alumiada pelas luzes dos altares. A Natureza, imprevisivelmente, cortava o sermão. Os ouvintes ouviam os ecos da voz do Senhor reboando na abóbada do templo: o frade parou. Havia medo, gemidos, lágrimas, bater nos peitos, pela massa compacta do povo ajoelhado. Estalou um trovão iminente: parecia que a igreja desabava, e todo o cadafalso de obras levantado para uma Babel, se despenhava, chocando-se, partindo-se, numa série de estampidos secos. Houve um imenso ai na basílica: um raio caíra no zimbório, outro sobre a nau *D. João VI* que estava no Tejo, caduca e

solitária, como o rei de que tomava o nome estivera no seu Reino, sombra vacilante de um passado extinto.

A mudez do pregador acabou. Esqueceu a retórica, varreu-se-lhe da memória o discurso, e por sobre o coro de ais do povo gritando Misericórdia! José Agostinho, ferido pelo sentimento comum, voltando-se para o trono, onde no alto de uma montanha de luzes estava a hóstia, falou-lhe assim: «Que é isto, Senhor? Que fazeis? Mandais trovões, tempestades, em um dia de tanto prazer! Estais acaso de inteligência com os malvados constitucionais, e quereis dar-lhes gosto perturbando o nosso festejo?» De tal forma os judeus usavam interpelar Jeová — positiva, directa, bruscamente.

E de novo, seguros da protecção divina, os judeus, quando viam o íris de paz no céu onde o manto plúbeo da cólera suprema se rasgara, voltavam a entregar-se ao gozo amargo dos seus ódios, lançando-se todos no delírio das vinganças. Outro tanto sucedia em Lisboa. Depois do medo, vinha a cólera; ao respeito por um Deus temido, sucedia o desprezo absoluto pelo homem, o nenhum respeito pela dignidade, pela liberdade do semelhante: nada há tão desumano como a religião positiva. Depois do medo, vinha a fúria; depois da oração, a blasfémia; depois da comunhão, a injúria; depois da cruz, o cacete, «maravilhoso instrumento com que se fustigam os cães atrelados e se apalpa o couro aos moleques». (*O Cacete.*) Era um ídolo, um ceptro, uma instituição, um brinco, um encanto! Havia-os nodosos e toscos, havia-os polidos, janotas. Faziam parte do traço de todo o português de lei e inspiravam odes e coplas.

*Baston medicinal en que señalo
Remedio a frenesis contra el rito,
Palo santo serás Muestras bendito
Que hay milagros en recipes de palo.*

(BUELA, *Defesa de Port.*)

A demagogia apostólica fazia a apoteose do terror com um estilo picaresco, reclamando uma tosa universal, cargas de arrocho ou de pau. (*Ibid.*) Os jornais pareciam escritos por arreeiros, na estalagem sobre os albardões dos machos em descanso. O frade e o arreeiro, a literatura e a brutalidade, vêem-se fundidas nessas folhas que a velha violência portu-

guesa inspira, com um sentimento que a nossa história já revelara no tempo da perseguição dos judeus. Os liberais eram os cristãos-novos de agora, e mais desprezíveis ainda do que os antigos.

Este pomo podre de discórdia que essa cáfila de onze ou doze bandoleiros do Porto lançou entre nós, foi quem gerou e tem nutrido a palhaçada de energúmenos sem cara, nem vergonha, nem emenda, que há muito estão em dívida do Cais do Tojo. (*O Cacete.*)

E, conforme também sucedera no tempo dos judeus, o furor da purificação não se saciava: por toda a parte os espíritos perseguidos pelas sobras errantes da loucura, viam inimigos, viam traidores.

Espreito os conventos: também lá! também lá! o malhadismo ou as trevas têm aparecido e vão aparecendo por toda a parte. O espírito de Satanás pôde já introduzir-se nas eleições dos seculares: uma abadessa malhada! — Pedreiros, constitucionais, malhados, nas igrejas, nos conventos, empolgando os maiores empregos! Toca a matraca! Trabalhe o cacete, a bem dirigida cacetada para curar o flato revolucionário: leve também a sua tosa o frade e o clérigo que seja apanhado na súcia caixeiral. — Muitas vezes, nem toda a Alçada, nem toda a polícia civil, nem todas as autoridades bastam — só o grande CACETE chega a toda a parte! (Buela, *Defesa de Port.*)

O apóstolo tem maior medo dos de casa do que dos de fora. Não crê na força dos emigrados, nem em D. Pedro, nem na *brasileira*. «Cada um de nós é melhor general do que o Sancho Pança do Saldanha, o Gil Brás de Vila Flor, o novo Quixote Palmela... ladrões; roubaram-nos tudo: hão-de-os levar o diabo se cá vierem!» Escarnece e insulta: Garrett é o garrano de D. Pedro, um ladrão debochado. O medo é Satanás que está em casa; são os generais «ovelhas cobardes que comandam um exército de leões»; são os Judas. «Judas há em todas as corporações: Judas nos conventos, Judas nas secretarias, Judas nos tribunais, Judas na Companhia, Judas em toda a parte, Judas até no c... de Judas!» (*Ibid.*)

As dores da purulência que se formava sob a pele irritada pela doença aparecem de tal modo nos espíritos, dando-lhes uma perspicácia superior. E a prova de que os tumores mór-

bidos começavam a manifestar-se ainda antes da hora decisiva, está na atitude do Governo, cada vez mais passivo; no papel do rei, cada vez menor. Trono, Governo, iam arrastados pela onda demagógica: se antes não fora possível parar, como o seria agora? Em vez de optar por uma resistência já decerto vã, o poder entregou-se nos braços dos energúmenos que o arrastavam. Fr. Fortunato, o autor da *Hipiátrica*, foi nomeado bispo de Évora.

Ceptro do rei, vara do juiz, báculo do pastor do rebanho católico — o cacete merecia e teve uma apoteose!

«É chegado o dia de juízo!», exclamava a *Defesa*, quando se confirmou a notícia do desembarque de D. Pedro — «aquela besta danada que vem do mar à terra, trazendo dez cornos e sete cabeças e sobre estas todas as blasfêmias contra Deus!»

Com as notícias positivas da expedição liberal saída já dos Açores para o Reino, os ânimos abatidos pela violenta sobre-excitação cobraram força, e a prova de quanta havia ainda está na duração da guerra, agora a ponto de começar. Congregou-se a Nação como um rebanho se une ao farejar os lobos distantes. Lisboa era um acampamento. Havia trinta mil voluntários. Lembrava o caso de 28, e todos contavam com uma vitória breve e fácil. Diz-se, porém, que os generais tinham o plano de não repetir o erro anterior: impediriam a emigração, *não escaparia nem um!* Por isso os teriam deixado desembarcar sem resistência. Era um laço onde todos viriam cair, amarrados de pés e mãos. Havia um entusiasmo unânime. Na hora do perigo mostravam-se as forças; o ataque era um derivativo para a febre intensa que até ali trabalhara sobre si, roendo, minando o corpo social. A penúria do erário, doença nacional crónica, era, porém, extrema. O empréstimo nacional votado em 1827 pelas Cortes nunca pudera acabar de subscrever-se apesar das prorrogações sucessivas do prazo de subscrição. O último (Agosto de 31) fora vão.

Perante a guerra, pois, foi urgente impor um empréstimo forçado (Nov. 12) de 1200 contos a 5 p. c. repartido entre as praças de Lisboa, Porto, Coimbra e Figueira. O barão de Quintela, Cresco de Lisboa, que se recusou a entrar com a

quota arbitrada, foi exautorado dos títulos, benefícios e vengeras (dec. de 20 de Março, 32). Meses depois (Julho, 16) veio o imposto das portas e janelas: no Porto e em Lisboa, cada vão, nas lojas, 240 réis; nos pavimentos superiores, um pinto; nas outras terras, metade. Logo em seguida (Julho, 28), a décima sobre os réditos das acções da Companhia do Alto Douro e do Banco de Lisboa. E com tudo isso, o contrato de 14 de Abril com os banqueiros de Paris, Outrequin & Jauge, para o empréstimo de 40 milhões de francos ficava secreto, ignorando-se o alcance desse *fiasco* financeiro, origem de futuras complicações, mas ignorando-se também a proveniência dos fundos que se podiam ir arrançando em Paris com a venda¹ de títulos aos *apostólicos* franceses.

De Março a Julho de 1832, desde a chegada de D. Pedro à Terceira, até o desembarque do Mindelo, as operações financeiras e os impostos bastam. O entusiasmo partidário e a esperança da vitória fácil fazem com que o empréstimo forçado não encontre resistências (salvo a do Quintela) e com que se aceite o imposto duro das portas e janelas. Mais tarde (Novembro), depois de meses de uma luta que acirrava os

¹ O capital do empréstimo com a casa Outrequin. & Jauge era do valor nominal de 40 milhões de francos. A realização das entregas do empréstimo devia de ser feita de mês em mês, por duodécimos. Depois do pagamento do primeiro duodécimo, o Governo entregaria as apólices; o empréstimo venceria o juro de 5 p. c., e o seu capital amortizável em 32 anos, a principiar em Agosto de 1833, sendo as apólices e cupões divididos em 32 séries.

O pagamento dos juros e a amortização das séries seriam feitos em Paris, por intermédio dos contratadores, recebendo por isto uma comissão de 1/4%. Os contratadores tinham, além disso, uma comissão de 5% sobre o valor nominal das apólices, retendo os banqueiros, sobre a soma de cada pagamento, a importância correspondente do juro de um ano sobre o mesmo pagamento. Retinham, também, um trinta e dois avos de capital nominal para fazer face ao embolso da primeira série.

O preço do empréstimo era fixado em sessenta e nove francos por cem francos nominal, e para a sua garantia obrigava, especialmente, o sr. D. Miguel o produto do subsídio militar da décima da cidade de Lisboa e seu termo, e da cidade do Porto, e, no caso, de insuficiência dela, *todas as rendas do Reino*, comprometendo-se ainda o Governo a não contratar outro qualquer empréstimo antes da inteira emissão deste. No caso da emissão ser retardada ou embargada por qualquer circunstância, o Governo não ficava responsável senão pelas somas representadas pelas apólices emitidas e cujo valor lhe tivesse sido efectivamente entregue.

Este empréstimo de 1832 era o resultado do malogro da operação contratada antes, em 1830, com a casa Orr. Goldsmid & C.^a também de Paris.

ânimos, à falta de dinheiro, reclamam-se os *donativos* em género. Extorsões ou dávidas? Ambas as coisas a um tempo, conforme as pessoas.

Os mercadores de lã tinham de *dar* (dec. 1832, Nov. 21) no prazo de vinte e quatro horas, cada qual, cem côvados de pano; e os de fazendas brancas e lençarias cento e cinquenta varas de pano de linho. Apareciam, porém, no erário, donativos espontâneos. A gente de Lamego dava todos os cavalos e muares para o exército; por todo o Reino os proprietários ofereciam madeiras das suas matas para os reparos da artilharia. Alguns davam camisas, sapatos, para a tropa. A nobre dedicação da nossa raça peninsular que se despe na hora de crise para acudir à Pátria em perigo, não falhava desta vez ainda. Os preparativos militares eram sérios; grandes as forças — e maiores porque o exército não estava só armado de espingardas: trazia ao pescoço rosários e bentinhos, isto é, uma fé obtusa na causa por que ia morrer: a defesa de Deus, do Rei, da Pátria. Maiores ainda porque atrás do exército combatente ficava por todo o Reino a reserva das populações — os velhos, as mulheres, as crianças, de joelhos, rezando à Nossa Senhora pregada na parede, com D. Miguel ao lado, uma lâmpada por baixo, sobre a cómoda, e ao canto do quarto um velho trabuco, um chuço, a faca de mateiro, o pau ferrado, a aguilhada de boieiro.

Como se esperava que a expedição dos Açores viesse directamente demandar o Tejo, era em Lisboa que todas as forças se tinham concentrado. A costa, de Lisboa à Vieira, e as duas margens do rio estavam erichadas de baterias bem guarnecidas; e o exército contava com um efectivo de oitenta mil homens: trinta para a guarnição das praças e fortalezas, e cinquenta para as operações, assim divididos e acontoados:

- | | | |
|-------------------------|-----------|--|
| 1. ^a divisão | 10 000 h. | em Lisboa, sob o comando do visconde do |
| | | Peso da Régua. |
| 2. ^a » | 9 000 » | de Leiria às Caldas — idem, Póvoas. |
| 3. ^a » | 8 000 » | de Torres a Sintra — idem, Morais Sarmento. |
| 4. ^a » | 13 000 » | da Figueira a Vila do Conde — idem, Santa Marta. |
| 5. ^a » | 6 000 » | no Algarve — idem, Molelos. |
| Col. móvel | 5 000 » | entre Almada e Setúbal — idem, Silveira. |

Desde Novembro (e só em Junho de 32 a expedição liberal partiu dos Açores) que o exército estava mobilizado e todo o sistema de defesa pronto, como para uma invasão estrangeira. Não o era, com efeito? Era; paga com dinheiro inglês, auxiliada por mercenários, composta de homens, mais do que estrangeiros, renegados: de homens que, segundo com razão dizia a *Gazeta*, vinham destruir as instituições de seis séculos, insultar a religião portuguesa, extinguir a nobreza, e além disso *usurpar os empregos* (antigo vício da Nação colonial!), «fazer pagar pela Nação os empréstimos que devem». Eram um bando de famintos!

LIVRO TERCEIRO

(1832-34)

A guerra civil

I

A AVENTURA

1. D. PEDRO REGENTE

De volta da América, depois de ter comunicado no Faial com a Regência dos Açores, o ex-imperador do Brasil chegou a Cherburgo no meado do ano de 31. Pouco depois entrou em Brest a rainha. Pai e filha partiram para Inglaterra, indo hospedar-se em Londres, como particulares, no *Clarendon Hotel*. Acompanhava-os um pequeno círculo de brasileiros fiéis, servos ou áulicos do imperador caído. Os portugueses da emigração, que não tinham aderido à Regência da Terceira e odiavam Palmela, mantinham-se friamente afastados com receio dos planos do príncipe, em quem viam um D. Miguel ao avesso. Doutrinários liberais, antipatizavam por instinto com a personalidade invasora do que, por não saber guardar a Constituição brasileira, fora deposto do império; e, rodeando Saldanha, partilhavam com ele os seus ódios a Palmela e à Regência. Corriam versões tendentes a justificar a frieza. José Balbino, apesar de ser o braço direito de Palmela, confessara que D. Pedro preferia ir para Inglaterra, para fugir a Luís Filipe, que queria dar um dos seus filhos à rainha: plano contrário ao do imperador, que esperava ser aclamado rei ao desembarcar em Portugal. (José Liberato, *Mem.*) Aos receios de uma segunda usurpação, juntava-se nos emigrados a queixa contra o modo por que a rainha era tratada.

No hotel de Londres, D. Pedro e a imperatriz, ocupando o andar nobre, tinham corte; e a rainha, uma pobre criança, mas linda e rainha, vivia só, nas sobrelojas. (*Ibid.*) Não é verdade que tudo parecia indicar o plano de uma segunda usurpação? E que vantagem haveria em ir derramar o próprio sangue em uma guerra, para trocar D. Miguel por D. Pedro? Era sabido que os áulicos lhe aconselhavam revogas-

se a abdicação declarando-se rei; e que sempre o tratavam como tal, chamando-lhe D. Pedro IV. Os ministros ingleses, Grey, Palmerston, e o embaixador francês em Londres, Talleyrand, que tinham em D. Pedro uma coisa sua, visitavam-no com frequência. Entretanto chegou Palmela da Terceira, e da França Xavier. Talleyrand corria, opinava por um processo sumário: desdizer tudo o que se fizera desde 1826; passar uma grande esponja sobre uma história de seis anos, e começar de novo. Foi o perspicaz Palmela que provavelmente deu aqui uma lição ao seu mestre, patenteando-lhe como essa nitidez desejada seria de facto uma confusão maior que viria retalhar ainda mais os partidos liberais, fazendo surgir um terceiro pretendente à Coroa. É inverosímil supor que ao espírito lúcido, prático, do diplomata português não fosse claro que D. Pedro, regente de uma filha e criança, equivaleria a D. Pedro rei. Para que ir bulir mais nas questões dinásticas? Para quê substituir a rainha, cuja inocência, cuja infância, cuja beleza, davam encanto à causa e calor aos soldados, por um príncipe, cujo passado seria para logo discutido em polémicas pessoais e jurídicas?

Como quer que tivesse sido, o facto é que ficou resolvido limitar o papel de D. Pedro ao de regente em nome de sua filha. E o príncipe, em pessoa? Difícil é dizer que intervenção teria tido nestes debates, a quem não assistiu a eles, nem privou com as personagens. Entretanto, os antecedentes autorizam a supor que, em tudo isto, D. Pedro teria intervindo tanto como em tudo o mais. Atribui-se, à partida do Brasil, o plano de vir para a Europa viver como particular em Munique; e não é inverosímil que assim pensasse quem, sendo caprichoso e arrebatado nas suas decisões, vaidoso nas suas ideias, se encontrava repellido de um país ao qual, de si para si, julgava ter dado a liberdade, a independência, a fortuna e tudo. Perante uma ingratidão dessas, que restava? Dizer dos seus talentos ao mundo, o que dos próprios ossos dissera Cípião a Roma.

Nos temperamentos espontâneos e expansivos, violentos e fracos, nas cabeças sem rumo seguro, nas vontades sem firmeza, as impressões governam mais do que os planos: a ocasião vale tudo, o pensamento nada. Um instinto, eis aí o único ponto de apoio constante, a única linha de conduta segura que dá unidade aos actos, e individualidade ao carác-

ter. O instinto de D. Pedro era a vaidade. Ela o tornou instrumento útil de muitas obras, ela o fazia instrumento dócil de planos alheios. Ela lhe dava a inconsequência, a fraqueza, a ruindade de muitas acções suas; mas também por vezes uma força, uma nobreza, um atrevimento corajoso e uma decisão que, vistas de fora, chegavam a parecer de herói. Ela o conduziria a adoptar para seu uso as frases pomposas de um racionalismo revolucionário, que nem por temperamento, nem por carácter, nem por educação, partilhava; e, desta circunstância, nasceriam as duras crises da sua vida atribulada, e as positivas contradições entre as suas palavras e os seus actos. *Dera a liberdade* ao Brasil, a Portugal; mas ficava pensando que quem dá pode tirar, sem se lembrar do adágio popular que indica o destino dos que dão e tiram. Esse destino teve no Brasil, e viria a tê-lo em Portugal, se não morresse a tempo! A vaidade fazia-o crer-se legislador e capitão, Sólon e Temístocles, um verdadeiro herói — o pobre, que, além de ignorante, não tinha talento no gabinete nem no campo, e era um instrumento dócil dos que o cercavam! A vaidade, porém, fazia com que escolhesse para junto de si os adúladores, por não ter génio para sofrer os conselheiros. Salvou-o a superioridade de Palmela que sabia aconselhar sem ferir, guiar sem impor, simular que obedecia mandando; salvou-o, por fim, a vaidade também, que, iludindo-o a ponto de o fazer crer-se um herói, o obrigou a portar-se nas horas de crise com a decisão, a coragem, a firmeza, próprias dos heróis.

Porém, o momento em que tais qualidades servirão não chegara ainda; e agora, indeciso nos planos, incerto nas resoluções, sem dúvida alguma passou noites cismando no que mais convinha fazer — àquela personagem nobre que ele decidira, na sua imaginação, ser. Confundindo a firmeza que assenta em deliberações maduras e reflectidas com a teima obstinada em resoluções precipitadas, dizem os que o trataram que carecia de ouvir palavras fortes para abalar o seu ânimo irresoluto, sem sequência nas ideias, sem constância nem firmeza nos planos; carecendo também de que se lhe pregasse generosidade por ser aferrado ao dinheiro e mesquinho em questões de interesse. (Carreira, *Corr. of.*) No momento em que o observamos agora, acudiam-lhe indecisões graves.

Tomaria a Coroa, seria rei? Um rei grande e liberal, cujo nome passasse à História, aureolado com a fama de Napoleão? Também o grande imperador usurpara: não era crime; e além disso a Coroa era de sua filha, à qual a legaria maior, melhor — quem sabe?, talvez acrescentada com a da Espanha! (Maia, *Mem.*) Vir-lhe-iam à lembrança os convites e promessas de Saldanha? Mas, por outro lado, o papel de quem dá a liberdade a duas nações, de quem abdica duas Coroas, com uma inaudita abnegação, maior do que a de todos os Cincinatos; o papel de quem, por fim, em vez de tomar a rabiça do arado, tomava a espada para libertar a Pátria de um jugo opressor e coroar a filha, uma criança linda! esse segundo papel mais romântico, menos clássico; dizia melhor com os vagos sentimentos poéticos do tempo; prestava-se a excelentes odes, a artigos inspirados, em que a memória do príncipe ficaria aureolada por um clarão quase celestial!

Provavelmente, o marquês de Palmela disse-lhe tudo isto; e levou-o a adoptar a sensatez, embalando-o com quimeras. Assim é tantas vezes necessário fazer aos que a sorte manda conduzir os homens!

Como quer que fosse, é facto que D. Pedro optou pelo modesto papel de regente; e, apesar da insistência com que os saldanhistas o acusaram de continuar a planear uma usurpação, não se vêem factos que o justifiquem, nem há no carácter do príncipe feições que autorizem a supô-lo. A vaidade constitucional e ingénua é incompatível com a astúcia. D. Pedro era um carácter leal, embora fosse por vezes mau, odiento, vingativo. Se a manha estivesse no fundo do seu génio, não teria cometido os erros que praticara: teria ficado no trono do Brasil, teria casado a filha com D. Miguel. Desde que se resolveu a desempenhar o romântico papel de regente, defensor da filha, libertador de Portugal, preferindo a espada a dois ceptros que abandonara, etc. — parece-nos que pôs de parte por uma vez a outra forma que a sua vaidade podia ter preferido. O sangue espanhol da mãe girava-lhe nas veias; e esse sangue não dá italianos astutos, como era Palmela, dá guerrilheiros, como era Saldanha: dá Quixotes — e isso foi D. Pedro, com um nada de *pícaro*, sedutor de mulheres, vicioso sem malícia.

O português duro e ingénuo, amassado com idílios e desconfianças, com reservas e teorias, *liberal* a sério, crente, ferido por muitos sofrimentos, desiludido por traições sucessivas, abandonado, exilado, era incapaz de compreender o tipo singular de D. Pedro, mal recomendado pelos precedentes. Para o patriota, fora quem roubara o Brasil; para o liberal, quem tentara escravizá-lo. Via-o cercado de miseráveis adutores ambiciosos, e acreditava positivamente nos planos de uma segunda usurpação, contra a liberdade, a favor de intrigantes famélicos. Recordava-se das histórias recentes: do *Belfast*, dos maus tratos do Xavier em Plymouth, dos esbanjamentos, das misérias; e encontrando em volta do príncipe todos réus desses crimes, condenava-os a todos: aos cortesãos e a D. Pedro. Foi esse o sentimento que se tornou público, ao saber-se a decisão de D. Pedro tomar para si a Regência, invocando a CARTA. Saiu à luz o folheto de Pizarro, saldanhista de agora que fora dos da Poeira de 23, chegando a atribuir-se o texto da proclamação de 3 de Junho assinada pelo ministro Gomes de Oliveira. (Amorim, *Garrett*.) À *Norma das Regências* seguiu-se um sem número de panfletos, dos Passos, de Ferreira Borges, de Leonel Tavares, de José Liberato: o partido da tradição de 20, congado com a CARTA pela novíssima teoria da *melhor das Repúblicas*, e que, terminada a guerra, viria declarar a revolução em Setembro de 36.

O acto de Rodrigo Pizarro (depois Ribeira de Sabrosa) foi a primeira estocada que a vaidade de D. Pedro recebeu em cheio. Vieram mais, muitas, ao depois, mas nenhuma lhe doeu tanto, por isso jamais perdoou. O ajuste dessas contas na sessão de 34, fez-se quando o príncipe agonizava: morreu, coitado! sem ser forçado a ver o seu inimigo laureado pela revolução triunfante...

A oposição à Regência deu de si uma literatura triste, que é mais um documento autêntico do infeliz estado de abatimento a que chegara a família portuguesa emigrada. Enquanto a Nação, no Reino, se estorcia febricitante num positivo delírio, a emigração revolvía-se num atoleiro de misérias. Portugal, em casa e fora, dava à Europa um eloquente exemplo da sua caquexia, e à História um documento de como as nações podem terminar.

Essa literatura, que principia em 31, protrai-se até 34, até

a morte de D. Pedro, vindo acabar nas discussões do Parlamento; mas a partir do começo da guerra a sua importância é secundária. O momento que lhe cabe na História é este, e por isso agora nós a observaremos rapidamente, para não embarçarmos o fio da narrativa ulterior com um elemento ao depois quase sem importância.

Logo que a Regência se criara na Terceira, boa parte dos emigrados — os saldanhistas — tinha recusado obediência a um poder que lhe não merecia confiança; e daí começou a guerra de panfletos, acirrada em 32 com a decisão de D. Pedro. Fiéis ao seu dogmatismo liberal, os dissidentes reprovavam a forma ditatorial que a Regência tomava; e a desconfiança tornou-se em um positivo medo de verem consumir-se uma segunda usurpação, quando D. Pedro tomou para si os poderes de ditador, sob o título de regente. Se é necessário reconhecer o fundamento dos receios, e o mais que razoável motivo dos sentimentos profundos, é também mister concordar em que a dissidência demonstrava uma triste falta de senso. Quem, senão uma ditadura, poderia levar a fim a empresa? Quem, senão D. Pedro, podia ser o ditador? Não era uma quimera a ideia de uma regência de Isabel Maria? Não era uma doidice a ideia de pôr em execução as fórmulas liberais, quando a Nação se resumia num exército apenas, microscópico, acantonado sobre uma rocha perdida no largo oceano?

A dissidência mostra-nos, pois, o fraco espírito ou o fraco civismo dos que, na sua nobreza ingênita, não sabiam esquecer, na hora do perigo, os erros, os crimes até, daqueles a quem a força das coisas dava o mando. E o estilo desses papéis revela o miserável estado de anarquia, a dilaceração profunda da família portuguesa emigrada. A educação histórica produzia no Reino uma literatura apocalíptica; e em Inglaterra e França dava lugar a uma triste literatura grosseira de doestos e injúrias, mais baixa moralmente, por não vir inspirada pelo calor de uma exaltação religiosa.

Em 1831 (Março) os Passos tinham publicado um *Memorial* que demonstra o estado de espírito, as opiniões da parte da emigração dissidente. É um papel eloquente, repassado de clássicas recordações republicanas, mas destituído

de senso prático. Regenerar, restaurar a gloriosa revolução de 20, eis aí o programa do partido cujo propósito era «continuar o terramoto de 1755». Os terramotos e as revoluções vinham da mão do Senhor. Faça-se uma expedição ao Reino, diziam, sem indicarem com quê, nem como. «Derrubado o Calígula, nem por isso teremos pátria nem liberdade, se não fizermos por as ganhar. Se Roma estiver destinada a ser escrava, embora proscreveréis Mário, e Sila abdicará, embora Catalina será condenado ou assassinado por Cícero, e César apunhalado pelo último Bruto.» Palavras, palavras! Melhor fora alistarem-se no exército que batalhava na Terceira. Por que não iam? Porque «há uma barbaridade que antecede e outra que segue a civilização; e tal é a dos chamados doutrinários, ou homens da resistência. Somos partidistas obstinados do princípio da soberania popular e velhos democratas incorrigíveis».

Com efeito, a escola de 30 levada ao trono de França só em parte convertera o antigo jacobinismo, que já admitia um rei, um trono, mas que no fundo não mudara. A história, preocupação profunda que invadia tudo e todos, como uma aurora de futuras compreensões mais reais da natureza das coisas, era para o jacobinismo português um composto singular de extravagâncias. D. Afonso Henriques aparecia como um Danton; e as actas apócrifas de Lamego como os textos de uma Convenção. A soberania popular, diziam os Passos, é «o princípio, grande, generoso e protector que a nossos pais guiou, como uma estrela, no campo de Ourique e na sala de Almacave». E formulando assim as origens históricas da revolução queriam a Guarda Nacional, a liberdade de Imprensa, o júri, e câmaras municipais electivas e anuais. Seria excelente: mas não é verdade que força era também, antes disso, decretá-lo e impô-lo, com uma guerra e uma vitória? Eles não admitiam ditaduras, sonhavam Constituintes, onde tudo fosse debatido liberal, democraticamente. Viviam no seio de uma nuvem de ilusões, que só se rompeu, para o melhor dos irmãos, depois que — outro Júpiter! — desceu à terra da realidade armado do raio que lhe deu a revolução de Setembro.

A Regência, diziam, é um Quixote colectivo. Faz em nome do Direito o mesmo que D. Miguel faz tiranicamente. Promulga doutrinas, não reforma os abusos. A sua política é menos dirigida por ódio à tirania e a D. Miguel, do que pelo

ódio que professa a um grande cidadão (Saldanha) Catilina suposto que para muitos é Robespierre. «O que em poucas palavras pedimos, terminam, é o trono de D. Maria II com os princípios de 91; e que da primeira Revolução Francesa copiem tudo, menos a República e a guilhotina; da segunda nada, menos os três dias (de Julho) e os estilos da casa real.»

Em Novembro, os Passos imprimem um segundo *Memorial*, comentando o primeiro, acentuando-o, defendendo-se, retorquindo aos ataques. Democratas foram os *repúblicos de Almacave*. Portugal era República e Nação antes de ter reis, e as suas Cortes, mais velhas do que o trono. A D. Pedro deviam muito, mas a rainha era D. Maria. Como se pagariam os serviços do príncipe, já ao tempo chegado à Europa, destronado no Brasil? Com o principado dos Algarves!

Enredado na teia das suas quimeras, o jacobinismo perdia o siso; e na cândida figura de Manuel Passos, a sua boca virtuosa e ingénua abria-se para despejar contra os que, escarnecendo-o, o insultavam. — «Queremos *varão*, dizeis vós, *chamorros*? Servis! o que vós quereis é canga.» — «Patriotas da Terceira! exclamavam (*Breve Razoamento*, Jan. 32). Aqui da rainha! Acudi à mal-aventurada pupila do povo lusitano!» Era tal a paixão e o desatino da gente danada que tudo havia a temer dela: D. Pedro, um usurpador *in herba*; Palmela, sabe-se; Vila Flor, sem carácter político, nem educação literária, e sem talento de espécie alguma, militar ou administrativo. (*Rep. aux accusat.*)

Do lado oposto, a gente de D. Pedro, sem escrúpulos, usava de todas as armas; e depois de ter querido reduzir pela fome os dissidentes, batia-os agora por todos os meios: a perseguição, a calúnia, o escárnio. Saldanha era apodado no *Times* de miguelista e traidor; e os panfletos reveladores da miséria nacional não se imprimiam só em português, circulavam em francês, em inglês, para que a Europa não ignorasse as nossas podridões. Rodrigo, íntimo e fiel a Palmela, com a sua veia cáustica, respondia aos Passos no *Diálogo dos mortos*. «Comparam-se a si com Tácito e a jovem rainha com Marco Aurélio; chamam-nos alvitristas, desertores, apóstatas.» E ferindo o fraco do estilo de Almeno Damoeta, o árcade, que escrevia *pera* em vez de *para*, chama aos dois irmãos, as *Peras da ignorância presunçosa*. E tomando a proposta do principado dos Algarves, açoita cruelmente essa tresvariada decisão

«que está, como de razão, envolta em textos latinos, dinastias de Bragança, Beauharnais, e do Porto, em doutrinários franceses, em *leis draconianas dos hotentotes da Terceira*, cuja Regência se demonstra ser menos liberal do que D. Miguel». O interlocutor responde assim: «Ó bestas humanas!»

Em outro papel, em verso, os pobres Passos, *donatos* do doutor João Poer (Bernardo da Rocha que, também arcaico, escrevia *poer* por *pôr*), levam uma *Giribanda* em verso chulo

*...Sois dois pepinos
Da pepineira
Do doutor pingueira:
Ora tal pepinal
Posto que doutoral
Só produz asneira
E indecência...*

Os dois moços apóstolos do jacobinismo arcaico eram fustigados sem piedade pelos homens práticos, sem quimeras, já *modernos*, que lhes chamavam

*Pigmeus insolentes
Estúpidos e pedantes,*

retratando-os desta forma:

*Somos dois bacharéis
Formados em leis;
Borramos papéis
E queremos ser reis:*

e concluindo:

*...Em minha opinião, vós não valeis
Nem sequer o produto daquilo que comeis
Depois de passadas horas seis.*

Se as tradições clássicas e jacobinas se perdiam no ânimo dos modernos, não é verdade que o génio soez donde saía toda a literatura política miguelista aparecia também entre os liberais?

Infelizmente, as acusações trocadas entre estes revelavam mais do que grosseria: falavam de positivas misérias e torpe-

zas. E, consideração grave para quem, despido de espírito partidário, estuda os documentos autênticos: nem entre os miguelistas, embora se acusem, nem dos liberais para os miguelistas, se encontram libelos difamatórios como os que os constitucionais trocam entre si. Há doidos sanguinários no Reino: não há chatins, não há ladrões. O ódio é perspicaz: não os descobriria, se existissem?... Como é diverso o que se passa por fora! Repetem-se as acusações, citam-se os factos, apresentam-se as provas; e o tom desses papéis traduz mais do que ódio, exprime um aviltamento. Palmela era o alvo principal de todos os tiros, por ser o chefe da tropa inteira. A Regência era ele e mais ninguém: Vila Flor, Guerreiro, criaturas nulas. E Palmela em pessoa quem era? *O Memorandum para a Terceira* (Paris, Fevereiro de 31) diz que não merece confiança política, nem moral. É o *cunctator* de velha data, o homem do *Belfast*, o réu do barracão; foi quem cindiu a emigração, quem impediu os saldanhistas de irem tomar armas na Terceira. Repelisses-no os liberais daí! Infelizmente não sucedia assim, porque o dinheiro comprava tudo. «A um argumento de terrina quantos têm resistido?» São vampiros, histriões de todos os palácios, diplomatas em casca, jacotots políticos, tartufos constitucionais. A fazenda é «uma borbubilha; por pouco que a cecem, deita golfadas de sangue: essa hemorragia é que nos mata!» Palmela, dissipador e corruptor, necessita um conselheiro que o vigie, o corrija, o anule.

Quando D. Pedro, tutor nato da rainha, veio tomar a Regência das mãos do pró-tutor do trono liberal, desencadearam-se contra o príncipe todos os ódios acumulados. Saiu então a *Norma das Regências*, de Pizarro, conforme dissemos, que debatia a questão no terreno da legalidade. Negava o direito de D. Pedro, porque só às Cortes competia nomear regente. Era uma nova usurpação, diziam todos os futuros Setembristas — Pizarro e os Passos, Leonel e Ferreira Borges — tendente a excluir do trono D. Maria II, pondo no lugar dela um mau príncipe: «D. Pedro foi expulso do Brasil, e o Brasil folga».

No manifesto de 2 de Fevereiro (32), observava Pizarro depois (Maio, *Comp. do § 14*), D. Pedro só se propunha a reasumir a autoridade da regência. Era um facto apenas; mas já no decreto de 3 de Março (dos Açores) declara tomar posse do que lhe pertence em virtude do art. 92 da Carta. D. Pedro seria pois o filho, D. Maria II a mãe, singular inversão da

realidade! Por se levantar contra a infracção de direito, Pizarro sofria a «perseguição mesquinha e defeituosa de mirmidões sem pátria e sem fé política». Eram um «bando de daninhos»; e no fundo da questão jurídica havia uma questão moral, *auri sacra fames!*

O *Gerente e não regente*, impresso em Plymouth, pôs a questão, desde o título, nos termos em que os dissidentes a entendiam. Eles não negavam — seria absurdo — que a pessoa de D. Pedro fosse indispensável para ir como pendão à batalha; mas como eles, e todos, acreditavam ainda que essa batalha seria simulada, o seu olhar dirigia-se, não para o campo, mas para o poder. Cuidavam, não do necessário comando do exército, mas do governo da Nação, entregue a um príncipe mal reputado. Se pudessem então saber que essa Regência viria a ser uma missão cruel e dura, nos azares de uma guerra longa e por vezes desesperada, decerto não atacariam com tanto ardor um ponto a que os sucessos posteriores dão um valor secundário. O que agora nos parece uma tonta caturrice de jurista, não o era no princípio de 32, quando se cria que a expedição ia ser um passeio, o desembarque uma ovação, a entrada um triunfo. Ninguém pensava na guerra, todos no Governo. E em vez de uma rainha criança, tipo *ad hoc* do rei constitucional, viam pela frente um D. Miguel de feitio diverso, mas da mesma índole.

Queriam-no, pois, *gerente*, mas não *regente*. Queriam-no gerente da empresa, mas não dono ou árbitro do futuro estabelecimento. E os contrários, que punham no êxito a mesma confiança, queriam o inverso: queriam um príncipe de que eram validos, não queriam um soberano nulo que deixaria o poder à mercê das influências e dos partidos, segundo a regra do parlamentarismo liberal. Por isso a questão da Regência era mais do que uma questão doutrinária: era uma questão de pessoas e ambições. Por isso o panfleto acusava «a camarilha de estrangeiros (brasileiros) e portugueses que, por lucros e paixões próprias, conspiram contra os direitos da rainha e as liberdades pátrias». Comiam o dinheiro todo; e os emigrados dissidentes eram forçados a vender a camisa, indo de porta em porta esmolando. Forjavam a usurpação, «e os *aclamadores*, Silva Carvalho, Rendufe, etc., andavam juntando uma nação na Terceira, como a nação do Chicória, no Terreiro do Paço, a D. Miguel».

Com efeito, corria que, à sua chegada aos Açores, D. Pedro seria aclamado rei, e que a gente da Terceira preparara tudo para esse fim. Em França, na costa da Bretanha, já se armava a expedição.

2. A CORTE EM FRANÇA

Voltando com a rainha a França, D. Pedro fixou aí a sua residência (Agosto 31). Luís Filipe dera-lhes o seu palácio de Meudon e uma corte, como a reis. No segundo semestre desse ano trabalhava tudo para pôr a nado o barco liberal. D. Pedro regente, congregava os cabecilhas; Palmela, em Inglaterra, procurava dinheiro e gente; nos Açores, Vila Flor conquistava todo o arquipélago. Depois da expedição de Roussin ao Tejo, acendera-se o ciúme e o receio da Inglaterra: Palmerston instava pela brevidade da expedição: «se não aproveitam desta ocasião, não se pode deixar de reconhecer D. Miguel». (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*; 16 de Set. 1831.)

Quando vinha a Paris, D. Pedro hospedava-se no hotel da rua de Courcelles, onde recebia visitas e dava audiências com um ar presunçoso e impertinente. (Hodges, *Narrative*). Ladeavam-nos os seus fiéis brasileiros, Rocha Pinto, e Resende, que tinha grande influência no espírito da imperatriz querida do esposo. Por via de Resende entrara nas graças do príncipe o antipático Xavier, protegido da casa de Penalva, da qual o brasileiro era um filho segundo: Xavier, *o pernas de égua*, odiado pelo que em Plymouth maltratara os emigrados, quando era criatura de Palmela. Sem nobreza, sem distinção, espécie de fiel-de-feitos da corte, acólito do príncipe e seu ajudante-de-campo, Xavier tinha a astúcia e com ela a tenacidade dos ambiciosos e a impertinência própria dos caracteres subalternadamente dominadores. Vingava-se nos pequenos, das humilhações que os superiores lhe infligiam. Era militar, e por seguir os franceses fora condenado à morte, quando veio com a invasão de Massena. Perdoado, figurou na segunda época do governo de D. João VI. Emigrara; veio no *Belfast* e foi segunda vez condenado à morte. Essa importância dada à sua desagradável cabeça, fazia-o abaná-la com afectação, quando em sorrisos importantes, enterrado em

uma poltrona na antecâmara de D. Pedro em Paris, recebia os pretendentes, os visitantes, comentando as conversas. (*Ibid.*) Ao seu lado, de pé, rufando nos vidros da janela, anafado e bonacheirão, estava o padre Marcos, finório e subtil, espertalhão com afectada bonomia, sem *quimeras* nem escrúpulos, confessor de um príncipe libertino e nada beato, amante da boa mesa e das facécias livres de um cavaco íntimo. Era o Sancho Pança de seu amo.

Este entrava, empertigado, seco, com toda a consciência de grande personagem que figurava ser. Falava pouco, desabridamente, ofendendo os melindres dos que vinham oferecer-lhe o seu braço. (*Ibid.*) Não conciliava simpatias, sem poder fascinar com a rudeza. Esse mal provinha da sua vaidade, porque o fundo do seu génio, qual aparece nos momentos críticos, era lhano, bondoso, comunicativo, familiar de mais até. A sua *posição* obrigava-o, porém, a representar o papel condigno de um Napoleão em miniatura.

Como Napoleão, ou Júpiter num empíreo, desejava a paz entre os deuses — Palmela, Saldanha. E Lafayette, o patriarca protector que moribundo no leito acabava contente por ter feito do Orleães um rei, *dando a liberdade à França*; Lafayette que via em D. Pedro outro pupilo, e chamava a Saldanha seu filho, exigia do príncipe a mediação. (Hodges, *Narr.*) Saldanha, ao tempo, vivia em Paris uma honrada miséria. Recebia por mês noventa francos; vendera tudo, e para acudir a um parto da esposa, tivera de abrir subscrição entre os partidários. (Maia, *Mem.*). Para um carácter servil e baixo, o momento de vender-se era azado: para um homem como Saldanha, a fome era então má conselheira. A entrevista deu-se, mas somente para mais se afundarem os ódios. Em presença do príncipe, os rivais vazaram o saco das recriminações, insultando-se, jogando de parte a parte o rol de acusações que, em panfletos e jornais, os clientes de ambos vinham trocando. (Hodges, *Narr.*). D. Pedro optou por Palmela e excluiu Saldanha da expedição. Era um perigo denunciar um carácter jacobino na aventura, levando-o; e a Espanha, dizia D. Pedro ao soldado — como em 28 lho dissera Palmela —, só prometia neutralidade se o perigoso demagogo não fizesse parte da expedição. Saldanha, excluído, ficou, dizendo o porquê aos seus amigos. (D. Ant. da Costa, *Hist. de Sald. Manif. de 13 de Jan.*) D. Pedro, em vez de sarar a ferida, rasgava-a; e

a separação da família portuguesa emigrada era mais do que nunca formal. A exclusão de Saldanha, se provinha das influências da camarilha, mostra a que ponto chegara a dissidência dos liberais emigrados; se provinha, com efeito, das exigências do estrangeiro, mostra o grau de miséria e subserviência dessa gente que se pretendia órgão da vontade e da liberdade portuguesas. A segunda hipótese, sem excluir a primeira, antes socorrendo-a, parece ser a verdadeira. Os planos ibéricos de Saldanha assustavam Fernando VII, cujo embaixador teria, em companhia dos da Áustria e Inglaterra, com o general Sebastiani, ministro dos Estrangeiros em França, advertido D. Pedro de que a ida de Saldanha faria com que a Espanha pusesse quarenta mil homens às ordens de D. Miguel. O próprio Sebastiani teria contado isto a Saldanha. (Carnota, *Mem.*)

Mais felizes saíam as negociações em Londres, conseguindo que um grupo de agiotas emprestasse dinheiro, como quem compra um bilhete de lotaria. Portugal era — e foi! — a sorte grande. De Paris para Londres, da Corte para a Bolsa, em carreiras incessantes, Palmela buscava fazer reverter em proveito do próprio crédito o negócio tratado em Londres por Miranda e por Silva Carvalho, que conhecia a Finança: «Com estes judeus é necessário muita cautela, porque é gente desconfiadíssima: é necessário muito modo e procurar a ocasião e o tempo próprio para lhes sacar o carço.» (Carta de 1 de Nov. de 1831, a Rendufe; em Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo.*) Anónimo o dinheiro inglês, anónimos os soldados que ele contrataria, a aventura portuguesa poderia levar-se a cabo lisamente, sem se desmandar em revoluções perigosas, sem ir cair nas mãos da *canalha*, com os seus dogmas, as suas frases, os seus chefes temerários e insensatos.

Havia uma farragem de papéis antigos: contas, letras protestadas, títulos sem cotação, empréstimos levantados para acudir à Terceira. Ninguém dava por eles um real, e, comprando-os a peso, os agiotas viam engrossar o prémio eventual da lotaria a que se abalançavam. Era tentador. Havia sérias probabilidades de que os bilhetes não ficassem brancos; mas o que demonstra o grau de confiança na aventura, é a maneira por que o empréstimo foi ajustado e levado a efeito.

Na corte de D. Pedro já se viam os personagens clássicos: o condestável Vila Flor, e Xavier o grão-doutor — faltava o judeu, o conde do Tesouro, *comes thesaurorum*, que se descobriu em Londres na pessoa activa, insaciável, metedicha, do espanhol Mendizábal, um banqueiro que era ao mesmo tempo um político e um fanático liberal. Como bom judeu, contudo, sabia aliar o entusiasmo ao cálculo, sem comprometer a fortuna pelas ideias.

Silva Carvalho e Miranda, depois de muitas voltas, conseguiram ultimar o primeiro empréstimo com Mendizábal-Ardoin-Ricardo-Maberley, sob condição, porém, de os contratadores fiscalizarem directamente o emprego do dinheiro. Merecia pequena confiança ao capital quem de si dava provas tão tristes, como as davam os liberais emigrados. De Londres, Silva Carvalho escrevia (c. de 21 Out. 1831) para Paris ao seu futuro colega da ditadura de D. Pedro, Agostinho José Freire, que abandonassem a ideia de desfrutar do dinheiro, exclusivamente destinado ao armamento da expedição; e que apressassem a partida: «colocar o imperador na ilha Terceira é o fim único e urgente», desfizesse as ideias dilatórias de Funchal, Resende e outros *velhacos*. (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Em Setembro (31) estava tratado o negócio. Seriam dois milhões de libras, ou 9000 contos nominais, vencendo o juro de 5 por cento, ou 450 contos, ao ano. Os prestamistas pagavam os títulos a 48 por cento, vindo assim a receber-se menos de metade, e o juro a ser, pois, de mais de 10 por cento.

Mendizábal, pesaroso, mostrava não poder ser de outro modo: calculasse-se a vantagem de ficarem os fundos cotados no Stock Exchange! D. Pedro reconhecido rei pelos gabinetes bancários! E se não quisessem, deixassem... Ele, como liberal, lamentaria muito; mas não podia comprometer os seus amigos. Já talvez estivesse arrependido de ter feito tanto. — Aceitou-se; o liberalismo estava na situação de Esaú. Por um prato de lentilhas, dava tudo quem nada tinha. Mas essa venda foi a da primogenitura da Nação que, enfeudada dinasticamente à Inglaterra no velho regime, passou com o novo a viver sob uma suserania bancária. A antiga doença da fome, causa de tudo desde 1820, tomava agora um aspecto novo — que dará de si casos e episódios de uma futura história particular.

Em Paris a corte, em Londres o tesouro, a Nação dispersa, esfarrapada, era urgente empregar o dinheiro, para pôr a aventura a nado com os elementos congregados. Uma esquadra, eis a primeira necessidade; soldados, marinheiros, a segunda; pólvora, munições, a terceira. Com o produto do empréstimo compraram-se o *Congress* e a *Ásia*, da carreira das Índias, armaram-se em fragatas (*Rainha, D. Maria II*), alisaram-se guarnições.

Da corte de Paris, do erário de Londres, os elementos reunidos em Belle-Isle criaram sobre uma esquadra o núcleo da futura nação portuguesa — agora flutuante no mar, logo rolando sobre as vagas da anarquia constitucional... Mas ainda nas vésperas da partida e tendo banido da expedição os saldanhistas (4 Nov. 1831; carta de Silva Carvalho a Freire) se apunhalavam: «O caso é que os de cá e os daí ficaram levados do diabo por não poderem lançar a mão ao dinheiro.» Palmela estava *azoadíssimo*, por sentir que a direcção da empresa fugia das mãos da gente *fidalg*a. A ruptura era quase declarada entre ele e Silva Carvalho que, vendo invertidas as situações antigas, «lhe ia fazer sentir a necessidade de mudar de sistema». Noutra carta a Freire (5 Nov.) o valido do imperador diz: «O marquês e o Funchal não sabem nem o tempo em que vivem, nem o terreno que pisam.» (25 Nov.). «Nós estamos em cima, e sem dúvida o jogo é nosso.» (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*) — e era porque D. Pedro dera com motivo a sua confiança a quem lhe arranjava dinheiro, navios, armas, oficiais, e tudo. Dos mais, uns, os jacobinos, declamavam; outros, os diplomatas fidalgos, agitavam-se numa rede de *combinações* tão hábeis como estereis.

3. OS VOLUNTÁRIOS

A paz de 1815 deixara sem ocupação muita gente, mal ou bem educada nas guerras napoleónicas. Em França, durante o governo da Restauração, numerosos militares viviam na inactividade, por liberalismo, conspirando; e como se sabe, foi esse um dos fermentos da Revolução de 1830. Na Itália, as revoluções parciais que preparavam a independência e a unidade da pátria com o estabelecimento de instituições li-

berais, mantinham, exilados ou sem colocação, muitos soldados. A separação da Bélgica era já um facto consumado, e os homens que tinham batalhado por ela estavam ociosos. Sem emprego se achavam também muitos ingleses, que as lembranças ainda vivas de uma guerra aturada impediam de tornar ao comércio.

A esteira de soldados inactivos que o desaparecimento de Napoleão e as suas guerras deixara, dava à Europa, no primeiro quartel do século, um aspecto semelhante ao que sucedera depois de Wallenstein. As pequenas nações, as pequenas guerras, iam ao campo da grande vinha vindimada rabiscar os restos. Com eles se tinham formado as legiões da independência da Grécia, com eles as da Bélgica, e com eles se formavam agora as de Portugal.

Não é, porém, só a esta circunstância que deve atribuir-se a organização dos nossos batalhões estrangeiros: nem só ela ocasionara a dos batalhões, na Grécia e na Bélgica. Napoleão fora o César do racionalismo francês e a revolução personalizada; os seus homens nunca deixaram de considerar-se propagandistas; e o esplendor das suas vitórias fez com que todas as imaginações aliassem a glória e a liberdade, a propaganda e a guerra, vendo na vida militar um prólogo natural da vida parlamentar, e nas batalhas a preparação para os debates. A mais pacífica, mais burguesa das doutrinas revestia feições românticas, dando lugar a frases pomposas e a actos de verdadeiro heroísmo. Napoleão e Bentham, de braço dado, pulavam nas cabeças excitadas. Esta disposição singular é mais uma das faces do romantismo novo e uma das formas da doença que as extravagâncias de Napoleão puseram nas imaginações. Viu-se um romântico Byron morrer de febres em Missolonghi, para que a Grécia obtivesse a faculdade de votar orçamentos errados em falsas câmaras burguesas.

Essa agitação estonteada durava ainda ao tempo em que surgiu a questão portuguesa. D. Miguel era um dragão, como os das lendas queridas dos povos célticos; e a imaginação pintava a guerra como um acto de nobre audácia heróica. D. Maria II, mulher, criança, formosa, reunia todo o necessário para exaltar a sensibilidade *céltica*. Inspirava verdadeiros fanatismos, chegando a haver quem se alistasse por se sentir enamorado. Junte-se a isto o espírito dos Governos em

Londres e Paris, a lembrança dos conflitos recentes com o de Lisboa, a repugnância do semicepticismo religioso pelo apostolismo português, bárbaro e fanático, a quantidade de emigrados *liberais*, italianos, polacos, espanhóis que em França e Inglaterra viviam «das desgraças da sua pátria», mas pobre e desagravelmente: e teremos a série de causas que favoreceram a formação dos batalhões mercenários, sem os quais teria sido impossível pôr a nado a aventura liberal portuguesa.

Sem dinheiro, contudo, nada também se faria; e por isso foi só quando se conseguiu obter em Londres, por 9000 contos a 5 por cento, a sexta parte, ou 1500, em sonante, que positivamente se tratou de alistar gente para guarnecer os navios e engrossar os batalhões de emigrados. Mendizábal, porém, seco e alto, vivo de olhar e incansável na mobilidade dos seus gestos, da sua fisionomia, da sua actividade; Mendizábal, que era um banqueiro e um patriota, propunha-se fazer um bom negócio duplo: libertar a Espanha com a liberdade portuguesa, engrossando os seus cabedais. Dava o dinheiro, mas para intervir no modo de o gastar, começando por guardar para si a escolha dos comandantes. Sartorius, capitão da marinha inglesa, foi contratado para almirante da portuguesa, que o era apenas na bandeira; as guarnições, inteiramente inglesas, regulavam-se pelos regimentos do Almirantado britânico. A bordo não se falava senão inglês.

Doyle, um excêntrico fanfarrão, com cara de padre (dark, pursy looking man, very like a priest. Shaw, *Mem.*), propunha-se a libertar *esses pobres indígenas* (those damn'd natives), dispondo a seu talante da terra de Portugal. Nomeara-se general ou coisa parecida, e contratara um ajudante a quem garantia 12 000 *acres* de terreno nas margens do Tejo. (*Ibid.*) Mendizábal não o pôde tomar a sério, quando viu o orçamento da expedição, em que o general se esquecera de calcular os capotes da tropa. (*Ibid.*)

Sartorius, porém, não era um estouvado, antes um rapaz sério e prático, sem grandes ilusões, mas muita prudência e um considerável amor inglês ao grosso soldo que lhe prometiam, ao bom negócio em que ia meter-se. Hodges, oficial do exército, a quem foi confiado o comando dos mercenários ingleses, era também um homem digno e bravo, bom disci-

plinador e calmo sectário da liberdade. Batalhara ao lado de Mina nas revoluções de Espanha; e com o cabecilha foi a Paris receber a bênção do patriarca Lafayette, antes de partir para Belle-Isle, onde a expedição se organizava. O velho general francês, no leito, apertou-lhe a mão, pôs-lhe a destra sobre a cabeça, desejando-lhe boa sorte — não para o benefício de ninguém, mas para a fortuna de toda a Península! (Hodges, *Narr.*)

O escocês Shaw, também contratado, teve a seu cargo o enrolamento dos mercenários em Londres. Era um Byron em miniatura, romântico e audaz, excêntrico e místico. Entrara na aventura por amor à liberdade e por necessidade de temperamento. «Positivamente, adoro o *sport* — escrevia à mãe, do meio das batalhas e fomes do Porto —, sinto o mesmo *excitment* que atirando aos veados ou aos galos do monte.» O celta, porém, estimulado pela acção, rezava piedosamente as suas orações puritanas, e sentia-se viver no ardor duma paixão: «Todas as ideias de criança romântica, respeito à liberdade, estão comigo na sua maior força.» (Shaw, *Letters*) E o *humour* insular, sem destruir o entusiasmo quente, fazia-o sorrir, notando o carácter dos defensores do trono de *Donni Marii*.

Conhecia-os de perto, porque, tendo alistado uma parte deles, vira-os antes de fardados.

Foi por Dezembro de 31, em Londres, quando com o dinheiro do empréstimo de Setembro já os navios estavam comprados e guarnecidos de ingleses, que se decidiu alistar mercenários para engrossar os batalhões do exército-libertador. Shaw alugou uma loja em *George Yard*, num lugar retirado, por causa das complicações da polícia e das ameaças da lei dos alistamentos estrangeiros: *foreign enlistment act*. O Governo fechava os olhos, mas não podia ser cúmplice. Na casa havia duas saídas e na sala, Shaw, de pé, chapéu na cabeça, pronto a escapar-se, tinha diante de si mesa, papel e tinta para os róis. A distância havia sentinelas vigiando a aproximação dos polícias. Na parede estava um cartaz:

WANTED

by a trading and colonial company some active intelligent men as settlers for Brazil ou elsewhere.

NECESSITA

uma companhia comercial e colonial alguns homens activos e inteligentes para colonos no Brasil ou outros pontos.

Seguiam-se as condições: tempo, um ano ou dois; soldada, duas libras por mês; passagens, grátis; prêmio, seis meses de soldo ao regresso.

A vadiagem corria a inscrever-se; e como o arrolador dava seis *pence* de sinal, para no dia seguinte os inscritos voltarem com atestados; Shaw reconheceu ter *libertadores* em demasia, que iam beber o cobre à taberna. Havia em Londres mais três estações de arrolamento, como a de *George Yard*, e os vadios, descoberta a mina, faziam dois *shillings* por dia, indo dar o nome às quatro casas. (Shaw, *Mem.*)

Deste modo se obtiveram uns trezentos *libertadores*, entusiastas de *Donni Marii*, que embarcaram no Tamisa, a bordo do transporte, a 15 de Dezembro. Da estação de *George Yard* tinham-se apurado estes:

35 veteranos	1 advogado
77 soldados	1 retratista
55 carpinteiros	1 moleiro
110 sapateiros	3 caixeiros
2 gravadores	2 alfaiates
3 criados de servir	4 sotas
9 lavradores	20 vadios
2 médicos	

Total 105, sendo 27 irlandeses e 78 ingleses. (*Ibid.*) Nos outros róis havia a mesma variedade de profissões. Eram tocadores das ruas, *ballad-singers*, limpa-chaminés, *prize fitters*, era o cabeleireiro de S.M. falecida, e amanuenses de tabelião, estudantes de medicina, gravadores, impressores, literatos, jardineiros. (Hodges, *Narr.*) 300 ao todo, dissemos: mas, além desses, havia a guarnição da esquadra; e assim como os dois milhões de Mendizábal foram um primeiro, modesto ensaio, assim também o foram os primitivos alistamentos. Milhões e soldados multiplicar-se-ão no decorrer da aventura, porque só à força de gente forasteira, para preencher as baixas, foi possível manter os quadros do exército encerrado no Porto, e ao depois ainda em Lisboa. Os trezentos mercenários do começo vieram a ser alguns milhares no fim.

Embarcaram, esfarrapados, com fome e frio. Era Dezembro, e mau tempo. Os *libertadores* pediam os dois meses de

avanço prometido, para poderem embebedar-se à vontade. «Money! money!» gritavam sublevados, enquanto outros, entoando gravemente o *Rule Britannia*, se deixavam ir descendo o Tamisa a bordo do navio que levantara ferro. Arribaram a Flessinga, onde compraram sapatos, circunstância que moderou o ardor das rixas. Já tinha havido mortes, e a muito custo os oficiais obtiveram que se não socassem à popa do navio. À proa era livre o murro, a navalhada, o tiro. Assim foram navegando, assim chegaram a Belle-Isle, onde estava a esquadra — *so we became liberators!* (Shaw, *Mem.*)

4. BELLE-ISLE-EN-MER

A antiga Vindilis dos Romanos, nas costas do Morbihan, a duas léguas de Quiberon, fora o ponto escolhido para equipar a expedição destinada a conquistar Portugal, indo primeiro aos Açores reforçar-se com os recursos militares aí reunidos. A Inglaterra, apesar de hostil, ligada ainda a Portugal pelos sérios interesses comerciais de uma colónia numerosa de residentes, não queria comprometer-se abertamente, consentindo em casa o equipamento de uma expedição invasora. Além disso, nem por governarem os *whigs*, na Inglaterra parlamentar, os *torys* deixavam de ter voz; ao passo que em França, onde todos os Governos são ditaduras, à vitória dos liberais correspondia o ostracismo dos partidos legitimistas vencidos pela Revolução de Julho. Mais livre o seu Governo, a França não tinha interesses a defender em uma nação com quem não comerciava, nem atenções a guardar para com o Governo que, meses antes, esbofeteara desabridamente.

A França era um bom porto de abrigo, e Belle-Isle oferecia um ancoradouro seguro, próximo do canal, por onde vinham de Londres soldados, navios, armas, fardamentos e tudo. Fazia-se contra nós o que dez anos antes se fizera contra os turcos na Grécia: com a diferença de em Portugal não haver turcos. Como estava longe o tempo em que Wellington dizia a Palmela que as nações não podiam entrar numa questão interna, e que os tratados só falavam do caso de invasões estrangeiras! Agora Palmerston escrevia bilhetes reservados a Palmela, dizendo-lhe assim: «Je vou conseil de faire partir vos vaisseaux sans le moindre delai, afin d'éviter de nou-

velles difficultés que les agents de D. Miguel pourraient vous susciter.» (26 Nov. 31, *ap.* Carnota, *Mem.*)

Belle-Isle, com os seus nove mil pescadores de sardinha de *Nantes*, era uma terra sossegada, pobre, primitiva. Os bretões estranhavam agora o bulício da cidade, o Palais, onde todos os dias chegavam forasteiros, mas recebiam-nos bem, porque nunca tinham lucrado tanto dinheiro. Observavam os armamentos, os navios, a variedade das fisionomias das gentes desvairadas, como diria Fernão Lopes, a multiplicidade e estranheza das línguas faladas: português e brasileiro, inglês, espanhol, francês. Era um sussurro discordante, uma bulha desusada, no meio da silenciosa vida habitual, apenas acordada, de maré a maré, com o trovão de *mer-sauvage*, açoitada pelo vento sudoeste. Bravio era o mar que os aventureiros iam lançar-se; mas a maré subia ainda, com mansidão, quieta: nem havia temporais de vento... Depois, horas depois, as rajadas e as ondas, e o despejar ruidoso da caverna que o mar encheria, produziriam os trovões medonhos das batalhas! E as vitórias esperadas seriam desilusões amargas! O triunfo, um duro cerco! A aclamação, um escárnio! Os abraços, tiros! Os beijos, punhaladas! Para uns, viria a morte em vez da fortuna; para outros, a vergonha em vez da glória; para a Pátria, uma anarquia em vez de uma libertação; a fome, a peste, em vez da abundância. Para o príncipe viria um morrer feliz, apedrejado e insultado, vomitando todo o sangue pela boca, no seu leito abandonado de Queluz...

No ancoradouro estava a frota bicolor, comprada com o dinheiro dos empréstimos, comandada por Sartorius, guardada por ingleses. Só o nome tinham de português os navios; e, para o terem, houvera disputas sérias, em três Conselhos sucessivos a que o imperador presidiu em Paris, em que a imperatriz e a rainha tomaram parte. Eram duas as fragatas, a *Congress*, almirante, e a *Ásia*. Uns queriam que a almirante se chamasse *Constituição* e a companheira *Maria II*. Outros achavam excessivo, radical, comprometedor, intitular assim a almirante. (Hodges, *Narr.*) Fábula? Talvez não seja: as graves cabeças *moderadas* tinham-se ocupado, e vieram a ocupar-se, de coisas mais fúteis. Verdade ou fábula, a versão é sintomática, porque esses homens levavam até o ri-

dículo o medo de se mancharem no lodo vil da *canalha* democrata. Até a própria Constituição já para alguns podia parecer perigosa; e, salvo Mouzinho (cujo papel estudaremos aparte) que isolado e só, por sua conta e risco, projectara derrubar a machado a floresta das instituições caducas, toda a gente *de bem* e prudente se limitava a querer readquirir o direito de viver em casa, limitando-se a defender uma questão dinástica, pondo na sombra a questão política. D. Pedro, Xavier e os seus futuros colegas da ditadura, já identificados com o príncipe, iam decididos a fazer vingar a causa por fas ou por nefas, com a decisão cesarista, sem escrúpulos doutrinários. Por isso, repetindo o que já dissemos, esses homens práticos preferiam os estrangeiros aos nacionais; e antes queriam dever a vitória aos mercenários do que aos democratas; antes quiseram ainda, ao depois, no Porto, chamar Solignac do que Saldanha. Franceses, ingleses, espanhóis, brasileiros com D. Pedro, e estrangeirados com Palmela, era o que se via em Belle-Isle; e Saldanha, português de lei, convertido, bem ou mal, mais ou menos, à nova religião liberal; Saldanha e os jacobinos representantes do idealismo nacional minhoto, com o que havia de mais *português* na emigração, fora tudo proibido de tomar parte na aventura, para a não comprometer com quimeras doutrinárias.

No ancoradouro de Belle-Isle estava a frota com a bandeira bicolor. Bertram comandava a *Rainha*, onde Sartorius, almirante, tinha erguido o pavilhão; Mins a *D. Maria*. Havia mais as escunas *Terceira* e *Amélia*, e um transporte. Fora o que dera o dinheiro de Mendizábal. Contratara-se o capitão Crosbie, bravo, *gallant*, companheiro de Cochrane na América, donde já D. Pedro o conhecia, e tinha-se-lhe conferido o comando da *divisão ligeira*, divisão naval que só existia nos papéis e havia de andar a corso nos mares trilhados pelos navios portugueses. (Hodges, *Narr.*)

A 3 de Janeiro chegaram de Londres os *libertadores*, depois de arribada a Flessinga, e foram recebidos pelos *cheers* das guarnições da esquerda. Sartorius embarcou a visitá-los e falou-lhes. Iam ver belas terras, o chão abençoado onde se criam os limões, as laranjas e os figos: um passeio ao paraíso! Mas Jack, mal disposto, algum veterano que se lembrava da guerra da península, perguntou pelas «pílulas de chumbo». Sartorius respondeu-lhe com a glória. E ele retorquiu,

achando excelente a glória, mas indispensáveis os dois meses de avanço. — Depois de amanhã, prometeu Sartorius. Era prático e agradável; *hurrah!* (Shaw, *Mem.*)

Pouco depois chegou D. Pedro, por mar, em um vapor. Vinha imperialmente de pé sobre a ponte, embrulhado numa capa, trazendo a seu lado Mendizábal, esguio e satisfeito, movendo-se contente ao observar a composição da frota que saíra da sua burra, com gestos e segredos que o imperador acolhia, superiormente, sorrindo, sem mover a cabeça. (Hodges, *Narr.*) O papel de D. Pedro principia, e as qualidades e os defeitos do seu carácter iam aparecer nesta última das suas aventuras, quais se tinham visto nas anteriores. Era chamado à faina, e na agitação da guerra a ponto de começar, vamos vê-lo, tal como no-lo pintam os companheiros insuspeitos. É indispensável este estudo porque, a partir de agora, a questão constitucional portuguesa é unicamente uma guerra; essa guerra uma aventura; e na aventura, o primeiro lugar é hoje o de D. Pedro. Já o não será depois do desembarque no Reino, no decurso da campanha...

Embuçado no seu capote, como um César que chegava para ver e vencer, D. Pedro passou à fragata-almirante, olhando tudo com ares de quem tinha em muito mais o prestígio do seu nome e o valor do génio que acreditava existir em si, do que essa expedição mal armada, a dedicação e o valor dos muitos que a seguiam, e os braços dos mercenários que o aclamavam, entoando o *Rule Britannia*, ou a *Marselhesa*, conforme a nacionalidade.

Sartorius veio ao portaló recebê-lo, com Palmela e Loulé, Cândido Xavier, Freire, o camarista Almeida, Mouzinho com a sua cabeça singular e enigmática, Tavares o poeta-médico, e Lasteyrie, neto de Lafayette, e o conde de S. Leger da Bemposta, e o capitão brasileiro Bastos, e o Sancho Pança de seu amo, o padre Marcos. Eram a cauda, a corte de D. Pedro, para quem todos os cómodos de quarto e mesa foram reservados a bordo da fragata-almirante. (Hodges, *Narr.*) No convés, uma guarda de honra de marinheiros ingleses, tocando o hino da CARTA, esperava-o. D. Pedro passou, grave, solene, embuçado. Era corpulento e robusto, e tinha então 34 anos, a plenitude da força. As duas alas de

cortesãos dobravam-se pela cintura, com a cabeça baixa, pedindo a esmola de lhe beijar a mão. Ele, sem os ver, passou brusca e rapidamente: meteu-se no seu beliche. No outro dia os íntimos desculparam a desatenção, alegando um mal-estar. (*Ibid.*) Depois, foi ver o batalhão inglês que ainda estava, conforme chegara, roto, descalço e bêbedo. Respondeu aos *cheers* com um claro gesto de enfado, voltando as costas. Sartorius, picado, mordida os beiços; e D. Pedro ao saber dos modos de vida dos soldados improvisados, perguntou-lhe para que prestava «esse bando de porcos». (*Ibid.*) Assim, em vez de reconhecer quanto se tinha feito com tão pouco, desdenhava de tudo, maldizia de todos, criando friezas em vez de simpatias. Prejudicava-o a vaidade que o fazia crer-se um grande homem, só porque o génio e a sorte lhe tinham dado uma existência aventureira. Pretendia saber de tudo, e em tudo ia intrometer-se, até no equipamento dos navios, nos pormenores técnicos da arte. Os simples e aduladores admiravam um génio tão universal; mas Sartorius, já picado com o modo por que ele tratara os ingleses, viu-se forçado a observar-lhe os seus erros e a exigir-lhe abstenção. D. Pedro ficou surpreso: a sua vaidade era simples, e com esses modos não tinha em ideia ofender ninguém. Educado príncipe, achava natural tratar a todos de resto; e crendo-se génio, considerava os companheiros inferiores. Os episódios dessa guerra que tantas desilusões lhe traria, mostrar-lhe-iam que nem um chefe viria a ser, quanto mais, alma, espírito, estrela, Napoleão da aventura! Deu a Sartorius todas as desculpas, prometeu-lhe toda a liberdade.

Era sempre sincero; e os defeitos que tinha, tinha-os sem saber que fizessem mal. Era nobre, franco, aberto, no fundo do seu carácter: sem dissimulação, antes pecando por uma mínima franqueza. Tinha o coração ao pé da boca, e como no coração havia um monte de desilusões e bastante nobreza, a boca exprimia-se conforme as circunstâncias.

Possuía a forte qualidade de verdadeiro, como em geral sucede aos espíritos simples e pouco educados. O do príncipe ficara efectivamente mal amanhado. Não era dado a leituras: dos homens apenas conhecia os que tratara, e, como esses não eram dos melhores, a sua educação fraquejava muito, a sua vaidade crescia sempre.

Sóbrio e forte, não esquecia a antiga tradição portuguesa

da nobreza inerente aos dotes hercúleos. gabava-se do que podia, e levantava pesos maiores do que ninguém. Isto dava-lhe mais um motivo de consideração para consigo. Outro, eram os dotes literários de que se supunha prendado e que os áulicos exaltavam: um génio universal! Compusera o hino da CARTA; e, como do coração amava a imperatriz, fez-lhe este soneto que, porém, o não abona:

*Aquela que orna o Sólido Majestoso
É filha duma Vénus e dum Marte
Enleia nossas almas; e desta arte
É mimo do Brasil, glória do Esposo.*

*Não temeu o Oceano proceloso:
Cantando espalharei por toda a parte
Seus lares deixa Amélia por Amar-te
És mui feliz oh! Pedro, és mui Ditoso!*

*Amélia faz nascer a idade de ouro!
Amélia do Brasil é nova diva!
É Amélia de Pedro um grão Tesouro!*

*Amélia Augusta os corações cativa!
Amélia nos garante excelso agouro!
Viva a Imperatriz, Amélia, viva!
Viva a imperatriz, Amélia, viva!*

¹ «A sua poesia rebentava principalmente quando lhe morria uma mulher, e quando tomava outra. Quando faleceu a imperatriz D. Maria Leopoldina, carpiu-a desta arte:

*Deus eterno porque me arrebataste
A minha muito amada imperatriz:
Tua divina vontade assim o quis,
Sabe que o meu coração dilaceraste.*

*Tu, decerto, contra mim te iraste
Eu não sei o motivo, nem que fiz.
E por isso direi como o que diz
«Tu m'a deste, Senhor, tu m'a tiraste»*

*Ela me amava com o maior amor
Eu nela admirava a sua honestidade
Sinto meu coração por fim quebrar de dor*

*O mundo nunca mais verá em outra idade
Um modelo tão perfeito nem melhor
De honra, candura, bonhomia (sic) e caridade*

(Nota do sr. C. Castelo Branco, em carta ao a.)

A ingenuidade destes versos reprime o nosso riso, porque eram sentidos. A bordo, o imperador, só, com os retratos da esposa e da filha perante si, escrevia-lhes todas as noites com ternura. (*Ibid.*) Vê-se que, no fundo, era um bom rapaz, que o romantismo penetrara por todos os modos. O romantismo napoleónico levava-o a supor-se um César; o romantismo benthamista, um Sólon; o romantismo literário, com o temperamento que a natureza lhe dera, fazia que oscilasse entre a ternura das paixões lícitas e os arrebatamentos da libertinagem. De tudo isto saía um carácter quixotesco, mas bom: amava as crianças, o que é sempre um excelente sintoma. Podia ser cruel por cólera, e foi-o; mas era humano por génio. Odiava as imposturas todas: as ladroeirias, as mentiras e os peralvilhos, com fitas e arrebiques. Em soma total do que agora dizemos, do que temos dito, e do que diremos ainda, porque insistir assim, em diversas ocasiões, é o meio de fixar uma fisionomia, D. Pedro era um bom exemplar de homem, desse feito artificial, pouco consistente, que a educação romântica fez.

Era, por igual, um bom príncipe? Isso é diverso; porque a primeira qualidade do chefe de um povo é exactamente aquela que o romantismo não sabia — a consistência. Filosofia de ilusões, ele só criava tartufos políticos, como Luís Filipe ou o rei dos Belgas; ou só fazia infelizes como D. Pedro. Quem o tomava a sério, nos seus delírios sentimentais, na sua apologia do temperamento, na sua apoteose de personalidade, nos seus dogmas *liberais* — e pode dizer-se que D. Pedro era um desses — ia cair de encontro à realidade de um sistema prático, onde a personalidade é amesquinhada pelo império concedido à vontade colectiva no governo dos Estados; onde o sentimento não cabe, por afogado pela massa dos interesses que a intervenção do povo na máquina política faz antepor aos caprichos dos soberanos. Por isso tudo, e porque a isso tudo aliava D. Pedro um temperamento acentuadamente voluntarioso, o pobre príncipe parecia quixotesco aos homens práticos e modernos, e foi um infeliz.

Desigual, como dois homens num só corpo mal ligado, ia agora até a excessiva familiaridade, logo até uma exagerada frieza emproada. Umas vezes aparecia ingénuo, simples, bondoso; outras revelava-se brutal, agressivo e violento. Dava positivos *foguetes* aos seus ministros, e então acreditava-

-se um grande homem, porque esses ministros se curvavam humildes. Lembrava-se de que vinha de reis, sem recordar que era o chefe da revolução. De D. Miguel dizia sempre, com seriedade, *meu irmão*; e não consentia que em sua presença o denegríssem. (Hodges, *Narr.*) Imaginava, nesses momentos psicológicos, que apenas dirigia uma guerra dinástica, sem se lembrar de que essa guerra era no fundo uma revolução; e que se o não fosse, deixaria de ter razão de ser, como diziam, muito bem, os saldanhistas. Mas D. Pedro era em demasia curto para perceber tanto, e a CARTA parecia-lhe feita apenas para pôr mais uns raios na auréola da sua frente. Dizia que quando *ele* estabelecesse as Câmaras de Lisboa, obrigaria todos os seus membros a lavar a cabeça com água fria antes das discussões. (*Ibid.*)

E, de graças tão reveladoras que enchiam de admiração os ineptos cortesãos, que faziam abanar a bela cabeça de Mouzinho, D. Pedro, nos momentos de bom humor, deixava-se ir atrás do homem interior que era, passando à chalaça vulgar com uma intimidade chã, ditos picarescos e algum bocado de maledicência. Era por vezes cáustico. Distraía-se atirando às gaivotas e vendo os exercícios da marinhagem nas enxárcias. Uma ocasião, um grumete perdeu-se, vindo cair sobre a cabeça do general Azeredo, que não tinha fama de esperto. D. Pedro riu, e como o rapaz só quebrasse uma perna, gabou a *dureza* da cabeça do general que salvara a vida do grumete. (*Ibid.*) Assim feria, sem o querer, susceptibilidades, criando ressentimentos, já com a franqueza, já com a desigualdade do seu humor. Palmela, o mais forte, o mais hábil de toda a roda, sorria da suficiência balofa do príncipe, que com um ar pedagogo e impertinente, cheio de si, fazia perguntas abruptas, não raro tolices, com ar de quem examina meninos. Ora D. Pedro tinha agudeza bastante para perceber que, atrás da nuvem do fumo do seu charuto, Palmela, de lado, ria por dentro; e assim a antipatia natural de todos os vaidosos pela força verdadeira aparecia espontaneamente. A frieza proviria também da repugnância que os ingênuos e comunicativos têm pelos homens reservados e calculadores.

Os queridos do príncipe eram os que lhe obedeciam, sem manifestar opiniões que tivessem, ou não tivessem; mas os seus íntimos, não falando em Cândido Xavier, de uma intimidade política, eram os companheiros das suas noites de

bordo, passadas em conversas picarescas, em ditos cortesãmente melédicos; eram o Almeida, o Tavares, o padre Marcos, representante do velho tipo do capelão-bobo dos paços e solares portugueses.

A expedição largara de Belle-Isle para os Açores (10 de Fevereiro); os navios velejavam com brisa próspera. Cândido Xavier assegurava a D. Pedro que dali por três meses estariam todos em suas casas; no convés da fragata, Sartorius lia à guarnição o *serviço* protestante dos domingos; na câmara o padre Marcos dizia a missa católica. O navio era uma arca de ilusões e disparates, como nau a cujo bordo ia D. Quixote. O seu servo bonacheirão, às sextas-feiras — D. Pedro comia de magro por um escrúpulo — desertava da mesa do príncipe, onde se não bebia vinho porque ele o não bebia, e ia para a dos hereges fartar-se de carne, limpando os beiços papudos, sensuais, e prometendo aos ingleses uma boa *pinga* de Porto de 60 anos em Lisboa (Hodges, *Narr.*) — e a si, *in mente*, uma anafada mitra. Quando o próprio Sancho esposava as quimeras, que admira que fossem gerais as ilusões?

5. O EXÉRCITO LIBERTADOR

Na viagem a frota separou-se. D. Pedro foi aportar a S. Miguel (22 de Fevereiro), os outros navios à Terceira, que era o destino marcado em Belle-Isle. As primeiras impressões, nas duas ilhas, não foram agradáveis para os que esperavam. Em S. Miguel, D. Pedro não dera um só viva à CARTA (Soriano, *Cerco*), o que, lembrando os textos dos papéis da Regência, quando vagamente falavam das *instituições* pátrias, acrescentava o receio de que tudo viesse apenas a dar em uma substituição de D. Miguel por D. Pedro, da camarilha de Lisboa pela camarilha de Paris. Na Terceira, quando se soube da exclusão de Saldanha, de Stubbs, de Moura, de Correia de Melo, tantos militares bravos, tantos corações fiéis, tantos caracteres ligados à causa da liberdade, houve um *tolle* de imprecações, contra os áulicos sem caráter, os intrigantes sem popularidade, pérfidos, safados. (*Ibid.*) A triste decisão, ou indecisão, de D. Pedro em Paris começava a produzir os seus frutos naturais.

Se não vinham os melhores dos militares emigrados portu-

gueses, vinha e desembarcou a turba dos mercenários. A Terceira já era um acampamento; já lá houvera desordens e sangue: faltava a babel das línguas e das bebedeiras, vício triste do celta. Além da primeira leva, chegaram novos recrutas ingleses; e as tabernas não podiam dar vinho a tantas bocas, e as ruas não tinham espaço para tantos fardos de gente ressonando pelo chão, ou correndo em grupos, cantando, abraçando as mulheres, invadindo as casas, boxando-se, e pondo a cara no estado esfrangalhado dos seus trajos. (Shaw, *Mem.*) A instalação do *sistema* na Terceira prenunciava o que viria a ser em todo o Reino; depois de um longo acampamento esterilizador, uma anarquia desenfreada, uma ruína total das instituições e dos costumes. As freiras da ilha trocaram *liberalmente* os conventos pelas tendas dos soldados. (Soriano, *Revel.*) Os rapazes franceses e ingleses tinham apetites de provar o encanto desse requintado amor monástico, célebre, da Península, e as suas aventuras enchiam os claustros. (Shaw, *Mem.*) Era urgente disciplinar, organizar em tropa esses bandos de mercenários incorrigíveis; e Hodges, o comandante, levou-os de Angra para a praia, submetendo-os a um regime severo de açoites e prisões. Shaw, mais excêntrico, entendia-se melhor com eles. Jack é um bom diabo, violento e bruto, mas simples, de bom fundo. *Jolly fellow! Good boy!* O capitão dava-lhes duches de água do mar na prisão, quando aí dormiam bêbedos; e mandava-lhes rapar metade da cabeça e da cara: *great fun!* (Shaw, *Mem.*) Assim se transformaram em soldados os vadios de Londres, a ponto de D. Pedro os não reconhecer quando os foi ver à Praia.

O regente chegara à Terceira a 3 de Março, acolhido com uma frieza grave e vivas intencionais à CARTA. (Soriano, *Revel.*) Tomou logo posse do Governo que era o comando em chefe do exército, e a autoridade suprema de todas as coisas. Fez de Vila Flor general, de Agostinho José Freire ministro da Guerra; mas general e verdadeiro ministro era de facto Cândido José Xavier que, sob o título de ajudante-de-campo do regente, mandava, fazendo crer a D. Pedro que só lhe obedecia. As consequências desta intriga viram-se logo que entraram no Porto. Freire era um persunçoso (*puppet*, Shaw); D. Pedro um manequim dócil, onde Xavier pendurava as suas ideias; e Vila Flor o homem de palha, sobre quem se poderiam lançar todas as responsabilidades de desastres

eventuais. Assim aconteceu, com efeito. Sartorius tinha o Almirantado, Mouzinho, a Fazenda e a Justiça, Palmela o Interior, que não existia, e os Estrangeiros.

Não falando agora no que Mouzinho fez por sua conta e risco, mania extravagante de quem não era tido por assisado. e à qual se ligava pouca importância, tudo se reduzia a organizar um exército, para o levar não se sabia ainda bem para onde. Uns queriam que à Madeira primeiro, outros que directamente ao Reino; uns a Lisboa, outros ao Porto. D. Pedro, como um tirano, deixava os Conselhos debater, os papéis falar, as intrigas correr; e, incessante, activo na faina, preparava pessoalmente todas as coisas. As suas boas qualidades apareciam, e tinha actos dignos de um cádi soberano de aldeia. Foi às nove horas à Alfândega, e não encontrando viva alma, quando a abertura era às oito, pegou das chaves meteu-as no bolso e retirou para casa. (Shaw, *Mem.*) Imagine-se a aflicção das formigas plumitivas.

A 25 de Abril partiu para S. Miguel, onde as tropas deviam reunir-se, para virem desembarcar em Portugal: era já coisa decidida; e os dois meses de Maio e Junho foram de um trabalho improbo, a organizar e a disciplinar as forças libertadoras. Boa metade do exército, que ao todo contava os célebres 7500, consistia em soldados recrutados nos Açores depois da tomada das ilhas. Haveria coisa de 800 homens dos prisioneiros das guarnições legitimistas, gente de pequena confiança, que se alistara para voltar ao Reino e logo desertou do Porto. Os oficiais, mais ou menos velhos, eram tantos, os soldados tão poucos, que de oficiais se formou o batalhão sagrado, a que os Franceses chamavam *sacré bataillon*. (Hodges, *Narr.*) Havia umas quatro ou cinco centenas de mercenários. Com elementos tão heterogêneos era ridícula a força? Não; e todas as testemunhas gabam o aspecto da tropa na parada geral do dia 6 de Junho. A D. Pedro, mais do que a ninguém, se devia a disciplina que se notava.

No mar estavam 50 navios fundeados, navios de guerra e transportes onde o exército formado de retalhos alinhavados devia embarcar, e o aspecto geral era bélico. O dia lindo, os homens esperançados, as mulheres aplaudindo, os tambores rufando, os navios envolvidos no fumo das salvas, as velas

soltas como asas de águias brancas, as baionetas luzindo como fogos-fátuos de esperança, e as músicas entoando o hino da CARTA e o *Rule Britannia* e a *Marselhesa* — comoviam. Era um dia de esperanças, uma aurora de ilusões: a maré que subia, para depois, batida pelo sudoeste, soltar o rouco trovão da *mer-sauvage*, o agoureiro ruído de Belle-Isle... Os ingleses escreviam para casa, dando ordem para que as cartas viessem endereçadas para Lisboa. (Shaw, *Letters*.)

Lisboa ficava ainda excessivamente longe! Para além do mar, erichado de baionetas, estava Portugal de arma ao ombro, unânime na defesa; e por baixo das nuvens das salvas e dos gritos dos vivos, sussurava o murmúrio das contradições, de invejas, de vaidades, de mesquinhez, de torpeza, de basófias ineptas. O conde de Alva fora nomeado comandante da Divisão da Cavalaria, que contava três praças mal montandas; e o *flying squadron* de Crosbie consistia nele, com dois oficiais, mas nenhum navio. (Shaw, *Mem.*) Havia, porém, relatórios, frases, papel rabiscado, em abundância.

A esquadra era, como se sabe, inglesa em tudo; e Sartorius pusera como condição o mando absoluto, sem reconhecer ministros, nem conselheiros, nem ninguém: ele só, e acima dele D. Pedro. Receava a consequência das intrigas e das fórmulas, sabendo que os figurões (*big whigs*) não lhe queriam bem. Os comandos dos navios eram exclusivamente confiados a ingleses pelo contrato lavrado (ap. Mins, *Narr.*), cujas condições lhe garantiam o seguinte: a propriedade de todas as presas militares; o dízimo de todos os navios sequestrados; sete guinéus por dia para o almirante, e para todas as guarnições soldos iguais aos da marinha britânica; dois anos de indemnização aos que deixassem o serviço; quatro aos que se expusessem a perder as patentes em Inglaterra, e o valor delas caso fossem demitidos.

Entre as forças mercenárias e as forças nacionais havia uma frieza natural: um certo desdém de um lado, uma desconfiança formal do outro. Correria que uma esquadra inglesa impediria o desembarque da expedição no Reino; e o secretário do almirante escrevia ao comandante da *D. Maria II*: «não o cremos, mas convém que essa notícia ganhe força, porque os figurões, vendo tudo favorável, e seguro o auxílio da França e da Inglaterra, podem tratar com desprezo os nossos serviços, crendo-os desnecessários». (Mins, *Narr.*)

De 20 a 22 de Junho fez-se o embarque; a 27 largava a frota. As mulheres choravam, as músicas tocavam. Mas as lágrimas eram mais perspicazes do que as esperanças, porque boas três quartas partes dessa gente embarcada navegavam para uma cova.

Com dez dias de viagem de Primavera descobriram terra, na tarde do dia 7. Abriu-se a pasta das proclamações que vinham feitas: — Soldados! Vindes trazer a paz a uma nação inteira e a guerra somente a um Governo hipócrita, despótico, usurpador. A empresa é toda de glória, a causa justa e nobre, a vitória certa. Protecção aos inermes, generosidade aos vencidos!» — «Portugueses! Livrar a humanidade oprimida, restabelecer a ordem, restaurar o trono de minha filha e com ela a CARTA, são estas as minhas *únicas* vistas. Meu único interesse é a glória e o vosso bem! São hipócritas os que vos pintam o Governo constitucional como inimigo da nossa santa religião. Ninguém será privado, nem da sua vida, nem dos seus direitos civis, nem da sua propriedade. Ministros do altar, militares de todas as graduações, portugueses em geral, abandonai imediatamente o usurpador. Não me obrigueis a empregar a força para vos libertar! Reflecti e decidi-vos.» Sumariamente, as proclamações diziam isto, e a última frase é a mais significativa: — não me obrigueis a empregar a força para vos libertar. Eis aí, resumidas nestas palavras, se bem as meditarmos, a história da empresa, a filosofia do liberalismo, a suma de todas as contradições doutrinárias e morais: não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!

Pura expressão retórica, mas impensada revelação legada ao futuro! Nem o anafado padre Marcos, nem Freire, verboso e balofo, nem o cadavérico Xavier: ninguém esperava que a resistência fosse séria. Havia a certeza de estarem dentro de quinze dias em Lisboa. Só Palmela, calado mas visivelmente inquieto, fumando contra a amurada da fragata, cismava, olhava o mar, a terra, indagava, passeava, parava. (Shaw, *Mem.*) Era tão optimista? Decerto não era. Reconhecia os perigos, agravados pela falta de capacidade do chefe? Talvez reconhecesse. É incrível, mas é verdade, refere um dos comandantes dos navios (Mins, *Narr.*), que a esquadra e

quarenta transportes carregados de tropas viessem à toa, sem lugar apazado de reunião para o caso de um temporal, sem um plano qualquer de desembarque. Não tinha lembrado isso ao generalíssimo, apenas bom instrutor de regimentos. Pois não era uma aventura? uma sorte?

Tanto era que se não via no horizonte uma só vela da esquadra miguelista. Sartorius e Mouzinho de Albuquerque, ministro da Marinha, embarcaram na escuna para reconhecer a costa de mais perto. A esquadra pairava ao largo. Bernardo de Sá foi enviado parlamentar a Vila do Conde, do comando de Cardoso, intimar-lhe a submissão: o brigadeiro mandou-o embora, ameaçando fuzilá-lo se tornasse. A tarde ia caindo mansamente e sentia-se a dificuldade própria das coisas facílimas. Nem um inimigo! Nem um navio! Alguma cilada? Que fazer? Desembarcar, é evidente! Mas como? Só então bateram na testa: é verdade, como?

Pelas nove da noite houve Conselho a bordo da *Amélia*, onde vinha D. Pedro. Foi chamado Sartorius e Crosbie, o valente, com os mais oficiais entendidos. Palmela também foi. Discutiu-se, nada se resolveu essa noite; e cada qual se tornou aos seus navios. Na manhã seguinte voltaram todos a bordo da *Amélia*: Sartorius e Palmela conversavam agitadamente, contradizendo-se.

Aceitou-se por fim o plano de Rosenberg. Ia começar o desembarque, e como o excêntrico Shaw visse que ficava para trás, saltou num escaler e vogou. Do outro navio Hodges fazia o mesmo: os dois escaleres, à força de remos, corriam para terra; e D. Pedro via-os fugir, desesperado por serem ingleses os primeiros que pisavam a praia. Não era singular? Não o devemos nós achar sintomático? Hodges chegou primeiro, logo depois Shaw. *Hurrah!* por *Doni Marii!*

Esse primeiro dissabor passou. O pelotão inglês internava-se, farejava: nem um só miguelista! Viram bulir o que quer que fosse: atiraram — era um cão. Singular! Os barcos sossegadamente vogavam para terra, vazando gente; formavam-se os pelotões, reuniam-se os regimentos. E tanta era a confiança que tinham em ir de passeio até Lisboa; tanta segurança lhes dava o antigo medo, que já viam todo o Reino de joelhos, D. Miguel fugido, e comprometiam-se a não cortar as barbas até que entrassem na capital. Os áulicos diziam a D. Pedro que tudo isso era o prestígio do seu nome, o terror

que o seu génio infundia, acrisolada paixão que por ele tinham os portugueses. E D. Pedro, cheio de si, ingenuamente acreditava em tudo.

Insensatas eram as esperanças, mas candidamente espontâneo o fervor religioso com que os infelizes, guardados para uma sorte dura depois das longas provações do exílio, se deitavam de rastos no chão, beijando a terra da Pátria. (Hodges, *Narr.*)

Esse ósculo sagrava-os; e de um tal calor saído das dores cruciantes da emigração, nascia o pacto de vencer ou morrer. A emigração fora, como a seu tempo dissemos, a causa mais imediata da guerra. De rastos, beijando a terra com lágrimas de alegria, varriam-se as nuvens de tristezas passadas:

Oh meu pai, oh meu pai! como a memória
Me reflecte, alta noite, a tua imagem
Por entre um véu de involuntário pranto!

À tarde, o desembarque estava concluído.

II

AS ILUSÕES PERDIDAS

1. A RECEPÇÃO DO PORTO

Entre o Douro e o Ave a costa do Minho é aberta, sem ser inóspita. Passados os leixões do Leça, é um areal unido que de espaços a espaços se alarga em praias, onde assentam pequenos burgos de pescadores, onde vazam sucessivas ribeiras. As divisórias destes vales perpendiculares sobre a costa não são elevadas, e o terreno, ondulado sempre, é coberto de pinhais espessos. Foi em uma dessas pequenas praias, a de Labruge ou Arnosa do Pampelido, que o desembarque de D. Pedro se efectuou, e não no Mindelo, que fica mais de uma légua para o Norte. As tradições de pilhagem costeira aos navios em perigo, atrocidade antiga de muitas populações litorais, tinham dado ao lugar o nome triste de praia dos ladrões. Aí vaza no mar a ribeira de Modivas, que corre no vale seguinte ao do Leça, deixando de permeio a cumeada divisória, contraforte da serra interior da Lixa que vem até à costa. No planalto da colina assentam Moreira e Pedras Rubras; no declive marítimo, Parafita e Lavre, aldeias a que este episódio da História ilustrou o nome. Para o Norte da ribeira de Modivas o terreno litoral é chão até o Ave, e além dele.

Santa Marta comandava, como sabemos, a divisão a que fora confiada a guarda da costa do Norte; mas, se do lado dos invasores faltava capacidade, no Reino essa qualidade não existia. Por um acerto singular resolvera-se preferir para o desembarque o Porto a Lisboa, e o Minho, onde seria mais fácil obter rações, ao Algarve. (Soriano, *Cerco*.) Esta decisão bastou para transformar os planos militares do Governo, que esperava em Lisboa a chegada de D. Pedro. Nada estava preparado no Porto. A Serra do Pilar, a cavaleiro da cidade

que seria de quem segurasse esse ponto, não se fortificara; e pela costa não havia mais do que velhas fortalezas do conde de Lippe¹ (S. João da Foz, o Queijo, ao pé de Leça, Vila do Conde) mal equipadas. Ao saber da aproximação da esquadra, Santa Marta avançou do Porto até Lavre, destacando o brigadeiro Cardoso com algumas forças para Vila do Conde. Foi entre estes dois corpos de exército que o desembarque se realizou.

De parte a parte hesitava-se, nem se sabia que plano seguir: tal é a condição das guerras civis, em que os movimentos não obedecem apenas à estratégia militar, mas também à política; e em que por via de regra há sempre receio na firmeza das tropas. O facto é que, nem os miguelitas embarçaram o desembarque perseguindo os invasores, antes ao contrário lhes deixaram franca a estrada e o Porto; nem os liberais fizeram o que as regras parece mandarem, que seria principiar por bater a pequena força de Cardoso, para limpar a retaguarda, antes de se aventurarem à marcha sobre o Porto.

Várias razões se alegam para este proceder: a favor de Santa Marta, a insuficiência das forças (Soriano, *Cerco*) agravada pela escassa confiança em alguns regimentos, como o 19. (Hodges, *Narr.*) Outros querem que houvesse o plano premeditado de deixar as forças liberais internarem-se, para então as exterminarem todas, *não escapando um só*, a fim de corrigir o erro de 1828, em que se não tornaria a cair. (Monteiro, *Hist.*) A favor de D. Pedro, é mister lembrar que, no espírito geral, a empresa era política, mais ainda do que militar; e que o príncipe acreditava positivamente que seria recebido de braços abertos, como um bom salvador. Os áulicos diziam-lhe, como ao rei da Suécia, que bastaria uma das suas botas pisar o solo da Pátria para ser logo aclamado. (José Liberato, *Mem.*) A resposta de Cardoso a Bernardo de Sá, na véspera, contraditava isto; mas em verdade não se podia esperar outra coisa de militares: com o povo seria diverso! Começar por uma batalha, abrir um sulco de sangue e mortos no caminho, parecia um erro evidente, e só acertado o entrar no Porto, onde o triunfo começaria.

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), II, p. 201.

Assim o exército subiu cautelosamente até ao planalto de Pedras Rubras, onde passava a estrada. Viu o caminho franco. Da retaguarda nada bulia, e na frente não se divisava uma baioneta. Com efeito, Santa Marta decidira evacuar o Porto; a sua vanguarda retirara de Lavre; e toda a Divisão passara o Douro na noite de 8-9 cortando a ponte (de barcas) e fortificando-se na margem esquerda. Cardoso tivera ordem de retirar, a incorporar-se na Divisão, torneando o Porto por Norte: movimento que executou sem dificuldade por Amarante e Penafiel, passando o rio em Melres, e indo juntar-se ao general em Azeméis.

Com a evacuação militar do Porto deu-se a emigração das autoridades, de muitas corporações, e o abandono de vários conventos. D. Pedro achou a cidade limpa de resistências de qualquer espécie, o campo raso de uma população, sem chefes nem instituições.

De Pedras Rubras ao Porto são duas léguas, que o exército andou depressa na manhã do dia 9. O êxito excedia as esperanças: o medo era tal que o inimigo nem ousava encará-los! Por minutos estava a hora solene da ovação! Olhavam para a frente: ainda não chegavam do Porto as deputações, com ramos de louro e as chaves da cidade? Ninguém? É cedo ainda. — Não era, contudo, por ser cedo; era porque na cidade abandonada havia um pasmo de indecisão e medo. Os cidadãos miguelistas receavam-se dos cidadãos liberais; e estes, acreditando numa repetição de 28 e da sua *belfastada*, não queriam comprometer-se. Fechavam-se as casas, e, recolhidos, os habitantes, com susto, espreitavam, pelas fendas das janelas mal cerradas, a rua onde a população livre corria em tripúdio. Tinham aberto as cadeias e soltado os presos, matando o carrasco João Branco, odiado pela desumanidade e vileza com que cuspiu sobre os enforcados, insultando-os. (Monteiro, *Hist.*) Tinham-se arrasado as forcas da Praça Nova, e os magotes crescendo, animando-se, soltavam vivas, e já havia músicas tocando hinos, quando D. Pedro, inquieto e pensativo, entrava à frente do exército pela Rua de Cedofeita, continuação da estrada antiga do litoral do Norte. Já se abriam muitas janelas e apareciam laços, colchas e bandeiras azuis e brancas (Soriano, *Cerco*), havendo quem deitasse flo-

res sobre o libertador. (Hodges, *Narr.*) Mas era pouco, muito pouco: era bem diverso do acolhimento esperado, unânime, entusiástico. Era triste que, em vez dos próceres, aparecessem apenas os vadios e os gaiatos, ao meio-dia, quando o príncipe chegou à Praça Nova. D. Pedro cismava, olhando para os seus: e as botas de Carlos XII?

O pior foi que o princípio de calor do meio-dia caiu para a tarde. O primeiro medo passara, e a gente saía de suas casas; mas à medida que se informava das coisas, esfriava. Era tão pequeno o exército, meu Deus! Com isso esperavam bater o Miguel? (Soriano, *Cerco.*) E os burgueses, gente de bem que tinha de perder, recolhiam-se a casa, decididos a lavar daí as suas mãos, como Pilatos. Em vão lhes respondiam com falsas esperanças e mentiras positivas, que talvez já a essa hora tivesse «baqueado o déspota», que vinham muitas forças de França e Inglaterra, que D. Maria II fora reconhecida pelas duas nações e por todas: não vêm à barra a fragata inglesa (*Stag*, que acompanhara a expedição) e na Foz a bandeira bicolor? O burguês abanava a cabeça, voltava para casa: era muito pouca tropa! (*Ibid.*) Em vão se faziam intimações positivas: «a clemência tem um limite, além do qual está a inflexível justiça!» (*Cron. Const.*) Seria necessário que D. Pedro empregasse a força para os libertar? Lisboa e o Algarve, diziam em segredo, vão pronunciar-se; D. Pedro tem inteligências secretas com os generais: verá, verá! E o burguês perguntava por que motivo nem sequer se lbatera no Cardoso. Porquê? É boa! A nossa missão é de paz e liberdade!

Tudo era inútil. O Porto, como uma rocha, ficava indiferente, não se pronunciava. Mas entretanto o exército ia-se aquartelando e tomando posse efectiva da cidade; ao mesmo tempo que Santa Marta, do lado do Sul do Douro, acastelado desde Avintes até às alturas de Gaia, começava a saudar o Porto com surriadas de mosquetaria. Desde o Ouro até a Ribeira era impossível estar: todos fugiam.

Esses dias 8 e 9 devem ter sido cruéis para D. Pedro. Nenhuma das suas esperanças se confirmava. Vinham os agouros maus, os pressentimentos sinistros; vinham as estocadas frias, aceradas, no inchado tumor da sua vaidade. Pois nem um, nem um só regimento aparecia a entregar-se-lhe? Sin-

gular! Pois nem uma pessoa de vulto, nesse Porto que ocupava, o vinha cumprimentar, aderindo? Incrível! Quem era ele, Deus meu? O Bolívar do Brasil, que desdenhara duas Coroas, para dar a liberdade a duas nações! E não era um demagogo saldanhista, sabiam-no todos: era príncipe, do sangue dos Braganças, um imperador, um rei, e ser tratado assim! Nem uma só terra se pronunciava: donde vinha um tal silêncio hostil? — E voltando-se, irritado, para os seus áulicos, perguntar-lhes-ia pelas adesões, pelos triunfos espontâneos, calorosos, que lhe prometiam. — É cedo ainda: esperemos, diria o pernas de égua, Xavier.

O defeito do príncipe tornava-se em ocasiões tais uma virtude. A sua vaidade cristalizava em teima e, em vez de se abandonar à desesperança, decidia-se a brocar contra a adversidade. Foi isto o que o salvou, e com ele a todos os que se tinham embarcado na aventura. Decidido a teimar, acordou na manhã do dia 10. As quarenta e oito horas anteriores tinham modificado muito o seu pensamento: via já uma parte da realidade. Ai! Não a via ainda inteira e cruel!

O Porto era uma jaula, não um trono: caíra num laço; e os triunfos esperados eram um silêncio desolador, e as aclamações o estalar da fuzilaria de Santa Marta, dos lados de Gaia. O Porto fúnebre, na cor parda dos seus granitos, nas sombras verde-negras das suas encostas de pinheirais, no chapéu de nevoeiros que o cobre, aparecia com um aspecto tumular; lá no fundo, torvo e sombrio, corria o Douro, um Letes onde se afogavam esquecidas as ilusões doiradas!

Triste, mas decidido, acordou no dia 10. Havia uma esperança. Seria o terror, apenas, que impedia as manifestações? Talvez. Era indispensável uma vitória para convencer os tímidos. Uma vitória; e talvez não fosse mister mais sangue, nem empregar mais força para «libertar o Reino». Às armas, pois!

Sartorius entrou a barra e varreu com a artilharia dos navios as colunas de atiradores da margem esquerda; abrigo ao mesmo tempo Schwalback que passava o Douro, batendo as vanguardas miguelistas e conservando-se em Souto Redondo e Grijó. As alturas fronteiras ao Porto estavam limpas; e o êxito do primeiro ensaio fazia voltar as esperanças e crescer as desilusões. Vencera-se, não há dúvida; mas nem um só desertor! (Soriano, *Cerco*.) No Porto, porém,

o resultado do dia 10 fora benéfico. Já os habitantes começavam a perceber que o simples facto da vinda de D. Pedro os comprometia; e, observando agora que os invasores venciam, lembravam-se das tragédias da Alçada de 28. (*Ibid.*)

Mas com a vitória, e apesar de não ter havido desertores, voltaram as antigas esperanças, planos políticos que prejudicavam as operações militares. De arma ao ombro, as avançadas liberais nas eminências da margem esquerda do Douro (na Bandeira, em Santo Ovídio, nos Carvalhos) não se moviam. Perdia-se a ocasião e a consequências da primeira vitória: o desânimo dos vencidos, o entusiasmo dos vencedores. Entre a guerra e a política, vogava sem leme o barco liberal. Para a campanha não havia plano, para a política só havia quimeras.

Cair inopinadamente sobre Coimbra, romper audazmente numa guerra que era uma aventura: eis o parecer dos militares. Era sensato? Talvez; porque numa nação doente, o pá-nico daria acaso a vitória. Ainda que por outro lado, a resistência tenaz e passiva das populações, que durou até ao fim, e a positiva força numérica do exército inimigo seriam talvez causa de uma derrota total. Podia-se opinar, pois, entre uma guerra prudente e uma guerra audaz; mas era insensato, e foi terrível, subordinar a guerra às quimeras dos reformadores e às intrigas dos políticos.

Mouzinho, filósofo de quem um grande príncipe aproveitaria as ideias, sem lhe seguir os conselhos, concebia a empresa como uma propaganda, e pensava fazer a guerra a um exército e a um Governo, protegendo, salvando a Nação. Não consentia que se ferisse a liberdade dos indivíduos, nem que se lhes atacasse a propriedade: assim se opôs a que o famoso tesouro dos vinhos de Gaia fosse arrecadado; assim esperava tudo da publicação dos seus decretos reformadores: os povos se converteriam aos dogmas utilitários! Sem se lembrar, o grande e quimérico espírito, do valor superior dos dogmas religiosos que militavam do lado contrário.

Freire, em cujo sangue abundante, em cuja face jocunda e sã, habitava o génio dos velhos desembargadores, o génio da burocracia portuguesa incarnado em fórmulas jacobinas, exigia que antes do exército avançar se organizasse um comissariado revolucionário, se nomeassem os governadores das províncias de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes, se

recrutasse aí gente, se criasse uma Guarda Nacional numerosa no Porto, se desse tempo ao País para se pronunciar expulsando o Usurpador! Acreditava que em uma semana, o mais, o exército inimigo se declararia pela rainha, haveria uma revolução em Lisboa, e todos aí entrariam triunfantes (Hodges, *Narr.*)

D. Pedro, por seu lado, e provavelmente Palmela e Xavier, viam as coisas de mais alto. D. Miguel render-se-ia; porventura viria ainda a fazer-se o casamento desejado, congratando-se toda a família. (Soriano, *Cerco.*) Por isso os saldanhistas demagogos tinham sido repelidos: complicariam as combinações com teorias, e a pessoa de Saldanha arrastaria as coisas a uma verdadeira guerra, que não convinha.

A vitória devia ser um instrumento apenas; e quanto menos sangue derramado, melhor: mais fácil se tornaria a conciliação. Por isso as avançadas ficaram de arma ao ombro nas eminências da margem esquerda, à espera que o inimigo as varresse de lá. Por isso, em vez de se adoptar um plano de campanha, se optou por um plano de decretos. Já se vencera bastante no dia 10: só restava agora esperar que as tropas inimigas debandassem. Oferecia-se, pois, uma moeda de ouro a cada infante desertor, dez moedas a cada cavalaria montado, e os prés atrasados e a contagem do tempo de serviço com o inimigo. (*Cron. Const.*) Era singular; mas apenas uns raros milicianos apareceram; depois, nada, ninguém... Ameaçava-se. Suspendiam-se as garantias individuais; decretava-se a dissolução das milícias e dos corpos voluntários realistas em todo o Reino, declarando-se as penas dos rebeldes que se não recolhesse logo a suas casas (*Ibid.*); e caso, estranho! ninguém respondia, ninguém receava: nem milicianos, nem voluntários, rodeando o trono de D. Miguel, ninguém temia as ameaças desses homens que falavam do Porto ao Reino inteiro inimigo. — Declaravam-se ilegais os pagamentos que se fizessem, demitiam-se os empregados que não aderissem ao Porto (*Ibid.*), e o resultado era o mesmo! Amnistiavam-se todos os criminosos políticos desde Julho de 26, exceptuando apenas os ministros do usurpador, os promotores da sua aclamação e os juizes das alçadas (*Ibid.*), mas ninguém agradecia o favor!

Mouzinho reproduzia na *Crónica* os seus decretos da Terceira, e lançava um golpe maior e mais profundo com as leis

das sisas e dos dízimos (*Ibid.*); mas o Reino era uma pedra imóvel, inconvertível, impenitente: gigante mudo, contra o qual em vão se despediam ameaças, negações, seduções, convites. E que singular e poderoso motivo havia para tanto? Para uma tão grande unanimidade? Para uma tão crassa obcecção?

Acima de todas as causas secundárias, demoradamente estudadas antes, e que agora, no momento da crise, se congregavam dos dois lados, havia uma causa orgânica — em Portugal um catolicismo vivo; no Porto gente estrangeira ou estrangeirada que, abandonando a tradição portuguesa e católica, perdera a noção da força e da realidade do carácter nacional. Para os sectários do dogma da Utilidade, os católicos eram de uma doidice risível inconcebível; perante os princípios liberais, os absolutistas eram de uma aberração idiota. Vertigem de um lado, cegueira do outro: só a força podia vir a resolver a contenda, e só a fatalidade das coisas viria pôr termo a uma guerra que ia ser um triste exemplo das fraquezas dos homens.

2. PENAFIEL-VALONGO

Apesar de o dia 10 ter sublinhado as promessas e ameaças feitas, nada se movia; e uma vez que se não marchava do Porto, só restava arregimentar a gente útil da cidade. Foi o que se fez. Obtiveram-se de tal forma uns 1600 homens. (Soriano, *Cerco*.) Apesar de todo o Norte do Douro estar desguarnecido de tropas regulares pela retirada de Santa Marta para o Sul, nem um só lugar dessas províncias aclamava a CARTA; em vez disso, o visconde de Montalegre passeava impunemente, recrutando um exército de guerrilhas e milicianos, na retaguarda dos libertadores, de que o Reino, evidentemente, queria ver-se libertado.

Exterminar esses vândalos, esses bárbaros, esses famintos que vinham roubar-nos para pagarem as dívidas contraídas no estrangeiro: eis aí o que o púlpito pregava em altos brados, o que o confessorário murmurava em piedosos conselhos por todo o Reino. Declarara-se a guerra santa, e já os frades andavam em campo armados em guerrilhas. (Hodges, *Narr.*)

Já a Santa Marta, passado o primeiro pânico, ou restabelecida a moral das tropas pelo conhecimento exacto da fraqueza inimiga, se tinha incorporado Cardoso, cujo movimento pelo Nascente os liberais não souberam, não puderam, ou não quiseram embaraçar. Póvoas vinha do Sul a marchas forçadas, e Osório, que comandava na Figueira, estava já reunido ao exército de operações. Eram 20 000 homens ao todo, com os quais o general decidiu ganhar o perdido no dia 10. Da acção de 14 resultou que os liberais foram varridos da margem esquerda, e que o ataque dos miguelistas ao Porto foi rechaçado. A situação começava a desenhar-se militarmente: a guerra seria um cerco; o Porto um baluarte defendido pelas suas íngremes encostas, pelo fosso natural do rio, ligado ao mundo pelo cordão umbilical da Foz; um baluarte de gente perdidamente heróica, no meio de uma aluvião de soldados; um ponto, como uma ilha, no vasto pélagos do Reino inteiro miguelista! Essa condição extenuante levaria às últimas os invasores e o Reino; e, depois de muito batalhar, ver-se-ia que nem uns podiam sair da jaula onde os encerravam nem outros podiam levar de assalto o baluarte.

O ataque do dia 14 desenhou, como dissemos, a situação, mal definida até então. A força das coisas deu carácter a uma guerra, para a qual não havia plano seguro e certo. D. Pedro mandou desembarcar a artilharia dos navios para se fortificar, mandou reunir munições, preparando-se; ao mesmo tempo que Santa Marta destacava do Sul uma Divisão para ir passar o Douro a Nascente e picar a retaguarda dos liberais, isolando o Porto do Minho. (Soriano, *Cerco*.)

Não se varrera, porém, ainda inteiramente a esperança de mover o Norte do Reino; e para isso partiram (16) do Porto uns 400 homens com ordem de proclamar D. Maria II em Braga e Guimarães: evidente prova da desordem que reinava nos Conselhos do regente, indeciso entre uma campanha ofensiva, para a qual não havia audácia bastante, e uma guerra defensiva, dura e longa, sim, mas que a sorte impunha.

Essa expedição foi lastimosa: acossada em toda a parte, nada fez senão correr, esbaforida, do Porto a Braga, onde não entrou; daí a Guimarães com o mesmo resultado; de Guimarães a Vila do Conde sem melhor êxito; de Vila do

Conde ao Porto (21), fugindo, às carreiras, de Montalegre que com as suas guerrilhas a acossava, trazendo as avançadas até Leça, às portas da cidade. (Soriano, *Cerco*.)

Montalegre preparava o trabalho à Divisão que Santa Marta destacava do Sul e que vinha seguindo livremente a sua marcha. Decidiu-se então (17) no Porto embarçar-lhe o caminho, reconhecendo em força a natureza e o alcance de tal movimento. Hodges, com o batalhão inglês e outro português, foi mandado pela estrada de Penafiel.

Largaram do Porto, atravessando pelo meio das aldeias que se lhes fechavam à passagem; pelo meio dos campos, onde os lavradores monstavam indiferentes os seus milhos. Falavam-lhes: eles não respondiam. Perguntavam-lhes pelas tropas inimigas: elas abanavam a cabeça, fingindo ou ignorando. (Hodges, *Narr.*) A tropa ia às cegas, marchando. Em uma aldeia, um oficial deu dinheiro a uma mulher para vitoriar D. Pedro: ela foi-se, dando vivas a D. Miguel absoluto! Mau sintoma. Começaram, pela tarde, a aparecer guerrilhas. Vestiam um fardamento próprio e pitoresco: jaqueta e calças brancas, um cinturão com a patrona, pistolas e baioneta; navalha metida no peito, espingarda ou chuço ao ombro; e na cabeça um chapéu de abas largas com fitas azuis-vermelhas. Apareciam de súbito, nos altos destacando-se no azul triste do céu, disparando tiros incômodos. (*Ibid.*) Sumiam-se logo, para logo reaparecer, como as moscas, perseguindo a marcha. No dia seguinte (18), junto a Penafiel, os liberais acharam o inimigo, e deu-se uma acção. Havia um calor ardente que congestionava as cabeças dos ingleses ardendo em sede e sufocados. Mandados a tomar uma altura, subiram, caindo onze redondamente mortos de calor e sede. (Shaw, *Letters*.) Daí ordenaram-lhes a ocupação do convento de Bostelo, numa eminência fronteira. Os frades tinham-no abandonado, mas as adegas estavam turgidas de bons vinhos. A onda dos ingleses, dos portugueses, esgazeados, com a língua de fora pedindo água, rompeu o mosteiro, levando na ponta das baionetas o frade aflito que ficara a ver se a casa do Senhor poderia ser salva das mãos sacrílegas. Água! Água! E assim foram até à adega, onde se acharam vinho, e com as bocas nas torneiras das pipas beberam à

farta. Sobre a sede e o calor vinha a embriaguez, e a tropa doida devastou o convento. Rachavam às coronhadas o castanho das portas e despedaçavam tudo, saqueando. Shaw pedia misericórdia para as belas coisas destruídas: a livraria magnífica, e os relógios e instrumentos matemáticos, os belos atlas e esferas. Os voluntários portugueses diziam ser o dinheiro deles que os frades tinham gasto; os ingleses diziam nada, e cantavam, grunhiam, bebiam ainda, sempre, até ao fim! infeliz frade, guardião da casa abandonada, chorava, rogava, oferecia muito dinheiro por um pedaço de compaixão; mas, nem o frade, nem o comandante o conseguia. (Shaw, *Letters*.) Saqueado tudo, incendiou-se o convento.

A batalha, também, estava ganha; os miguelistas retiraram e com eles emigrava Penafiel inteiro. Os vencedores ocuparam a cidade deserta e abandonada. Este primeiro episódio da guerra não saíra de molde para convencer o Reino das belezas da Liberdade. Tornava-se cada vez mais indispensável empregar a força para o libertar, conforme D. Pedro ameaçara. As populações fugiam espavoridas, e a notícia do sacrilégio cometido espalhou-se como um trovão pelas consciências católicas. Felizes os mortos a quem estava ganho o céu, conquistado por um martírio, e pelas preces incessantes de todo o povo! Entre esses mortos já se viam frades, com estiletos à cinta, e a espingarda caída ao lado e os bolsos cheios de munições. Entre esses mortos viam-se mulheres, e eram elas quem agora pesquisava o campo, carregando os feridos, chorando. (Hodges, *Narr.*) E todos os cadáveres tinham ao peito bentinhos, no bolso um papel com a cruz, as indulgências concedidas aos soldados de Deus, e algumas relíquias sagradas. (Shaw, *Mem.*)

Moralmente negativo, o resultado militar da acção de 18 foi nenhum. Penafiel fugira toda; ficariam, se tanto, vinte pessoas. (Hodges, *Narr.*) E a Divisão miguelista, a que o ataque não impedia a marcha, era para a população o seio protector onde todos se abrigavam. Soldados defendendo o povo de um inimigo estrangeiro e ímpio, a coesão crescia: com ela o ardor, a consciência de pelejarem pelo solo da Pátria invadido, pelos lares maculados de sangue, pelos templos profanados sacrilegamente.

O resultado militar da acção foi nenhum, porque o inglês não tinha força bastante para avançar: logo no dia 20, o inimigo, reforçado, obrigou à evacuação de Penafiel e à retirada sobre o Porto. No próprio dia da acção, chegara do Sul Póvoas, fazendo-se a junção dos dois exércitos em Souto Redondo; e Santa Marta, deixando ao colega as posições que tinha, avançou sobre o Douro que passou (21), vindo fortificar-se em Ponte Ferreira. Montalegre pelo Norte, Póvoas pelo Sul, Santa Marta a Leste: o Porto e D. Pedro estavam encerrados num círculo de baionetas. (Soriano, *Cerco*.) Deixar-se-iam assim afogar sem ao menos tentar a sorte de um combate? Pois não tinham vencido em Grijó? Em Penafiel? Sempre que frente a frente se tinham achado com o inimigo? É verdade; mas a indecisão, a frieza, demonstram que todos sentiam o pequeno valor dessas escaramuças. A falta de cavalaria e o terror que o inimigo infundia, entravam por muito nos receios, e nas opiniões contrárias à hipótese de uma batalha campal, prólogo indispensável das operações agressivas.

À vaidade de D. Pedro não sorria, porém, com razão, perspectiva da empresa ridícula de entrar no Porto sem disparar um tiro, e aí se deixa encerrar sem combater. Já que o seu nome não bastava para converter as populações, convertê-las à força, com a sua espada. Disto veio o reconhecimento que se fez para Leste, contra as posições de Santa Marta. Combateu-se a 22 em Valongo; mas, batidos, os liberais tiveram de retirar sobre Rio Tinto, Como estavam já distantes a confiança e as esperanças de Belle-Isle, de S. Miguel! Recolher ao Porto depois de uma derrota, seria o mesmo que abdicar: uma batalha era pois absolutamente indispensável, e uma vitória — ou morrer!

3. PONTE FERREIRA

Com a vitória, assegurava-se, viriam as deserções numerosas, já que não vinham as adesões espontâneas. Mas tinha de ser uma vitória ruidosa, e uma batalha a valer, em que se empenhassem todas as forças. Do êxito dependia tudo.

Vila Flor saiu ao encontro da coluna que retirava de Valongo e uniu-se-lhe em Rio Tinto, onde parou, esperando por D. Pedro, que em pessoa, com o resto do exército, deixou

o Porto na noite de 22-23. Tinha-se cortado a ponte do Douro e desguarnecido a serra e a margem esquerda, subindo o rio as três escunas para proteger os movimentos do exército. A batalha inevitável, para onde toda a acção tonta do mês de Julho gravita, ei-la presente. Mas, dada no primeiro momento, tê-lo-ia sido com tropas entusiasmadas, contra um inimigo ainda pouco numeroso. Agora, os entusiasmos esfriaram, e os miguelistas concentraram já as suas forças em torno do Porto. De uma tão grave alteração de condições eram responsáveis a vaidade de D. Pedro, e mais ainda as quimeras dos seus conselheiros.

No dia 23, entre os dois exércitos, houve nove horas de activo fogo e o produto de mil mortos dentre ambos os lados. (Soriano, *Cerco*.) De tarde, quando cessara a luta e se via que nenhum dos contendores levara a melhor, via D. Pedro, sobretudo, enquanto jantava no campo, que nem um só regimento viera entregar-se-lhe. O infeliz príncipe, já certo da indiferença dos portugueses, e agora da firmeza do inimigo, dizia, mastigando tristemente: «Está visto que não sou mais que um simples general!» (*Ibid.*) Pobre vaidoso, a quem faltava ensinar ainda que nem simples general era! Melancólico espectáculo é o ver romper-se o balão das vaidades, quando elas são ingénuas, chegando por vezes a ser nobres!

Repugnante e não só melancólico é, porém, assistir ao rebentar dos tumores da vileza covarde. Ponte Ferreira não foi a vitória esperada, mas também não foi uma derrota. À tardinha, D. Pedro dera ordem de retirar; mas vendo-se que Santa Marta começava a fazê-lo, revogou-a, ficando o campo de batalha aos liberais (Soriano, *Cerco*.)

Os militares apontam numerosos erros de lado a lado, e à soma deles atribuem a indecisão do resultado. A verdade, porém, é que, de lado a lado, havia fraquezas semelhantes a uma incapacidade comum. A impossibilidade de reciprocamente se vencerem começa agora, e continuará até ao fim. Se no Porto havia um tumor de quimeras, o miguelismo era um desvario e uma febre, capaz de loucuras, incapaz de verdadeira força, apesar da unanimidade, e por causa da violência.

No exército liberal o comando flutuava indeciso entre D. Pedro, o general de parada, Xavier o astuto, Vila Flor o inocente bode emissário dos desastres, efectivo comandante

se se fôsse batido, nominal apenas se se vencesse. Comandava? Mas os boletins eram assinados por Xavier, ajudante-de-campo de D. Pedro. (Hodges, *Narr.*)

Além da falta de unidade no mando, havia um positivo medo nas fileiras do exército: esse vago terror que não exclui a bravura individual na luta, mas que impede o aproveitar as vitórias e torna os reveses em derrotas. (*Ibid.*)

Isto fez com que, perante a retirada do inimigo que assim se declarava vencido, não houvesse audácia para o perseguir; se não é verdade o facto alegado, de que pela tarde constara a D. Pedro que Póvoas, aproveitando o abandono do Porto, descera até Gaia e ia passar à margem direita. (Shaw, *Mem.*)

Um tal movimento era mais do que verosímil: e entretanto não era verdadeiro. Póvoas conservou-se imóvel todo o dia, ao Sul do Douro; nem caiu sobre o Porto, nem acudiu ao camarada ao ouvir o canhão de Ponte Ferreira. Qualquer das duas coisas que tivesse feito, e era seu dever fazê-lo, poria termo à guerra, com o mais que provável desbarato dos liberais. A unidade do comando faltava também ao lado oposto, e acusa-se de rivalidade, ou inveja, o procedimento do general miguelista que salvou D. Pedro. Talvez o mesmo vago terror houvesse nas fileiras absolutistas. Não é isso o que o seu proceder denuncia: Santa Marta, retirando sem ser batido; Póvoas, retirando também sobre Oliveira de Aze-meis, ao ouvir os repiques dos sinos do Porto, na noite de 23, cantando uma vitória não ganha? (Soriano, *Cerco.*)

Com efeito, à boca da noite de 23, corriam na cidade notícias positivas de um grande triunfo. Acabara a guerra, batiam-se palmas. D. Pedro já ia a caminho de Lisboa, numa estrada coalhada de flores. Os sinos, alegres, repicavam. (*Ibid.*)

Pela meia-noite mudou a cena. Perdera-se tudo. D. Pedro fora surpreendido na sua retirada: fugira a galope para Matosinhos, onde embarcara; estava a bordo já; e Póvoas, tendo passado o Douro em Avintes, vinha correndo sobre o Porto. Mandou-se ver; e quem foi, voltou dizendo ser verdade. Um medo inaudito invadiu toda a gente. Ouviam-se dobres de sinos como a finados, e nas trevas do céu plúmbeo apareciam espectros de patíbulos baloiçando cadáveres, avançando de braços abertos, para prender e enforcar a cidade perdida.

Corria-se espavorido pelas ruas em choros desabridos pedindo misericórdia, e cada qual supunha ver atrás de si a persegui-lo um negro juiz de alçada com o carrasco ao lado. Homens, crianças, mulheres, papéis, conselheiros, trouxas, ministros, secretários e cofres, famílias e bagagens, corriam para a Foz ou embarcavam nos navios do rio que eram levados para a barra a reboque.

Era outra vez a JUNTA; e o *Belfast* chamava-se agora *Berodino* — o transporte onde já estavam fora da barra os cofres e os empregados, com o intendente da polícia, o corregedor, o auditor do exército. (Soriano, *Cerco*.) Só os rapazes académicos se recusaram a embarcar sem ter visto a face ao inimigo; e de bordo da fragata inglesa *Stag*, onde o bulício da noite do medo aguçava a curiosidade dos tripulantes, perguntaram que era, que havia. — Lembrou então averiguar a verdade, antes de responder. Rompia a manhã, quando por fim se soube tudo — que era nada. Às sete horas desembarcavam corridos, os fugidos; e um triste silêncio de vergonha sucedeu ao susto. Restava agora descobrir o autor da perfídia. Foi D. Pedro, diziam uns, para preparar os ânimos. Foi a Inglaterra, diziam outros, a «pérfida Albion» que nos atraiçoa. (Soriano, *Cerco*.) O verdadeiro autor foi provavelmente ninguém: foi a consciência de todos na própria fraqueza: foi a desesperança universal pelo êxito da empresa; foi o vago sentimento de uma catástrofe fatal; foi o Medo espontâneo que subiu como a labareda sobe, devorando palha.

Pelas cinco horas da tarde de 24 regressaram D. Pedro, e o exército ao Porto. Tropas, cidade, affectavam uma alegria mais triste ainda do que as lágrimas. Os papéis e os ramos de louro dos soldados falavam de vitória; mas os factos accusavam o regresso forçado a essa jaula do Porto, donde não era lícito fugir. Se tinham vencido, por que voltavam? Se tinham vencido, onde estavam os despojos, os prisioneiros? Onde vi-nham os regimentos que deviam ter abandonado o usurpador, dando a mão aos liberais? Era a mesma gente que fora, menos os que tinham morrido. Eram os mesmos voluntários, os mesmos mercenários, recolhendo aos mesmos quartéis da véspera, com D. Pedro que também recolhia, pensativo e triste, ao seu Paço das Carrancas — um simples general! E os

brasileiros zumbiam por toda a parte que S. M. fora iludido por traidores. E a cidade, passado o medo, sentia-se invadida pela certeza de um fim trágico; entregue, pelas mãos de gente incapaz, a um príncipe balofo, já credor de uma positiva frieza não escondida. (Hodges, *Narr.*) Assim caiu lúgubre a noite do dia 24.

Quando a população adormecida sonhava pesadelos tristes, despertou-a o rebate dos sinos. Que era? O Póvoas? Que era? A alçada? A força?... E um novo ataque de medo tomou a cidade que fugiu para as ruas. Os sinos dobravam a rebate com frenesi, e, por epílogo da batalha, havia uma grande labareda rubra que iluminava o céu. O clarão cegava, os sinos ensurdeciam: chegara o juízo final, a esperada catástrofe. Mas que era?

O Convento de S. Francisco, no coração da cidade, debruçado sobre o rio, aquartelava o batalhão já célebre do 5 de Caçadores. Os frades tinham recebido a tropa, enchendo-a de mimos, despejando a adega para a restaurar das fadigas da batalha. Os soldados, ébrios e cansados, dormiam a sono solto quando o incêndio rebentou por muitos pontos e num momento o convento inteiro se tornou um fornalha. Sufoçada, chamuscada, a soldadesca fugia ao lume; quando nesse momento desabavam todos os tectos do convento, atirando para o ar uma golfada de faúlhas, de centelhas, de estilhaços de poeira negra e fumo espesso. Depois, a labareda solta e limpa continuou devorando tudo, erguida para os ares com um crepitar monótono e persistente. Três soldados tinham ficado mortos; três frades se sumiam vivos por entre a massa de gente nas ruas. A comunidade tinha fugido para Penafiel a dar notícia do incêndio, de que os frades eram acusados autores. Houvera, ao que se dizia, um plano de destruição geral: queimar todos os quartéis e assassinar D. Pedro. (Soriano, *Cerco.*)

Verdade ou mentira, o facto é que o incêndio de S. Francisco respondia cruelmente ao saque e ao incêndio de todos os conventos onde chegara a soldadesca liberal. Assim sucedera em Vale de Piedade, assim em Bostelo, assim em Santo António de Penafiel, assim em S. Martinho do Campo, no reconhecimento de Valongo. O frade, a quem a CARTA negava o direito de cidadão, apresentava-se à frente do exército inimigo; e a guerra, tomando cada vez mais o carácter reli-

gioso, cada vez prometia maior crueldade. À ferocidade dos mercenários de D. Pedro respondia a dos soldados de D. Miguel — um David combatendo os filisteus libertinos!

4. SOUTO REDONDO

Via-se apenas um simples general, D. Pedro; mas ficaria assim fechado no Porto, com a sua estrela engastada no anel de ferro dos exércitos miguelistas que a não deixavam brilhar? Pois o proceder tímido de Póvoas não estava afirmando claramente o grande medo que lhe infundiam as tropas liberais? Ou, em vez de medo, seria receio de que o seu exército desertasse no meio de um combate? De tais pensamentos nasciam esperanças, e segredavam-se positivas denúncias de regimentos miguelistas que se haviam de bandear. (Soriano, *Cerco*.) A teima em contar com a traição alheia parecia um vício incorrigível, apesar das repetidas lições anteriores.

Póvoas, aclarada a razão dos repiques do dia 23, tornava a avançar, readquirindo as posições abandonadas: Grijó, Souto Redondo, a Feira. Marchou-se contra ele do Porto, na noite de 26-27, havendo uma escaramuça de avançadas em Grijó. O miguelista retirou sobre o Vouga; mas ao Norte do Douro avançava, apertando o Porto; Santa Marta, que readquirira o terreno perdido antes, deixando positivamente inútil para os liberais a sangrenta acção de Ponte Ferreira. (*Ibid.*) Já pelo Norte se começava a esboçar o cerco; já o Porto estava positivamente isolado de todo o Minho e Trás-os-Montes, pelas estradas terrestres: só o mar da Foz lhe restava, para comunicar com o resto de um mundo hostil. Já os habitantes começavam a enceleirar, e as tropas a construir trincheiras e redutos para os ataques prováveis. Faltando provisões e artilharia, mandou-se um vapor buscar o que havia em Vila do Conde; mas o barco saiu sem aparelhos para carregar as peças: por isso apenas trouxe alguns homens feridos pelas guerrilhas do Montalegre que o receberam a tiro. (*Ibid.*) Já faltava dinheiro; e Mouzinho, incorrigível, não consentia que se bulisse na propriedade miguelista, arrecadando-se no Porto o tesouro precioso dos vinhos da Companhia, de um dia para o outro arriscados a cair nas mãos dos inimigos, assim que Póvoas se deliberasse a descer até o Douro.

(*Ibid.*) Já finalmente aparecia nas fileiras liberais essa praga da deserção: toda a esperança das adesões que tinham tido se transformava, ao mês de chegados, numa fuga de numerosas praças. A *Crônica* publicava leis draconianas contra os suspeitos, os espías, os desertores.

Começava a dismantelar-se tudo: a queda seria breve, se a acção não fosse audaz. Póvoas retirara sobre o Vouga; o ensaio de Grijó provara feliz; saqueara-se o convento principesco e mantivera-se o terreno ganho. O procedimento tímido do general fundamentava as promessas que chegava de entrega de regimentos. Vila Flor foi pois mandado, a 6 de Agosto, para o sul do rio atacar as avançadas inimigas. Houve uma acção, porém no melhor dela um medo terrível. À voz de um capitão assustado, debandou tudo: não retiravam, dispersavam, lançando fora as armas para galgarem mais leves. Assim vieram aos tombos, até o alto da Bandeira, Vila Flor na cauda, trotando melancolicamente no seu cavalo atrás da gente que fugia, como o pastor que segue na planície o rebanho de carneiros tresmalhado por um susto.

Quando, gravemente pálido, o belo marquês de Loulé deu notícia disto a D. Pedro, o príncipe levantou-se agitado, raivoso, mordendo os bigodes e chorando, como quem via por terra todas as suas ilusões desfeitas. Então Bernardo de Sá, o baiardo de 28, soltou a sua voz nobre e firme. A cavalaria de Póvoas já devia ter tomado a vanguarda dos fugitivos, e a essa hora a Divisão estaria decerto prisioneira: preparasse-se já a retirada, sob o fogo inimigo, com honra, embarcando nos navios, regressando aos Açores, que seriam reconquistados, e donde se poderia, ou capitular briosamente, ou tentar uma segunda expedição. — Loulé, ainda moço, e já frio como foi sempre, não pestanjava; Bernardo de Sá calara-se; e D. Pedro, o mais infeliz, por ser o mais fraco e ter-se julgado o mais forte, chorando apertou as mãos ao soldado que lhe dizia a verdade. (*Ibid.*)

Mas Póvoas não acreditou numa fortuna incrível. Temendo aventurar-se, parou em Grijó, enquanto Vila Flor conseguia na Bandeira congregar o rebanho tresmalhado. Houvera de lado a lado oitenta mortos.

Do seu Paço dos Carrancas, sobranceiro ao rio, e donde se descobrem todas as colinas do Sul, D. Pedro viu o que se passava na Bandeira. Nem tudo estava perdido. Afivelou o

cinturão e saiu a receber em Vila Nova o seu malfadado exército, que essa mesma tarde voltou, derreado da carreira, a descansar nos quartéis. Diz-se que então, no Conselho da noite de 7-8, o príncipe desesperado, num momento de cólera, decidira abandonar tudo, escondendo a sua vaidade amarrotada a bordo da fragata *Stag* que permanecia à foz do Douro; acrescentando-se que às admoestações do inglês deu-veu D. Pedro o não cometer esse crime.

Facto é que não partiu; e as coisas serenaram quando se dissiparam os medos de um ataque combinado dos dois generais, que por Norte e Sul ameaçavam o Porto. Rivaes, nenhum deles queria ceder ao émulo a honra da vitória final que pensava segura; e assim, por não se ajudarem reciprocamente, perderam a causa que defendiam. O Governo de Lisboa, vendo as consequências deste mal, mandou a comandar os dois exércitos o visconde do Peso da Régua. Já veremos que decisivos golpes resultaram desta solução oportuna.

Dentro do Porto, passada a crise, volta a teima e a última negaça feita a Portugal indifferente foi o decreto de 13 de Agosto, abolindo os bens da Coroa. Com ele terminou Mouzinho a sua obra; e desde que concluira, melhor fora que deixasse o Governo quem não nascera feito para pactuar com as violências e crimes indispensáveis nas angustiosas horas das crises. À insistência em esperar-se a conversão de um povo inconvertível, reunia-se a terrível doença do medo. A *Crónica* de 22 imprimia um artigo definindo-o, condenando-o; já a de 20 impusera multas a quem recusasse servir os cargos públicos; e a de 29 chamava à deserção um delito gravíssimo, e ameaçava com o castigo reservado para os desertores todos os soldados que fossem achados para além das avançadas¹. Tais disposições revelam bem o estado penoso do espírito geral.

¹ Para que o leitor possa apreciar o valor numérico das deserções, pomos aqui os dados de *Relatório* do ministro da Guerra às Câmaras de 34:

Do exército liberal desertaram:

Junho a Dezembro de 1832	541 h.
Em 1833	631 »

apresentando-se, desertores do inimigo:

Junho a Dezembro de 1832	551 »
Em 1833	329 »

Decididamente, não havia meio de sair do Porto; e era inevitável escolher entre uma fuga por mar e um cerco. A opinião mais comum preferia a solução que menos riscos de vida oferecia. Mas D. Pedro não partilhava. Dobrado o cabo da primeira angústia, parecia o homem tenaz, teimoso, e quase herói. Vila Flor tornara-se impossível depois de Souto Redondo; e D. Pedro, já resignado a não ser príncipe pegou da espada: serei um simples general! Pobre resto de vaidade que poucos meses dissipariam: nem sequer general tu eras, ó desditoso rapaz! Essa cauda das tuas rotas ilusões breve iria juntar-se esfarrapada aos farrapos das ilusões que já tinhas sucessivamente perdido!

Mas, se nem general saberia ser, D. Pedro foi o primeiro na coragem, o primeiro dos seus soldados, o primeiro dos seus faxinas. Pegou na enxada e caminhou para as trincheiras. Se esses fossos e redutos tinham de ser valas de sepulcro e túmulo, o príncipe era homem: não temia a morte. O seu infortúnio engrandecia-o, tornando-o como que o símbolo desses poucos, verdadeiramente heróis na sua humildade obscura, no ardor com que defendiam a vida e uma causa que julgavam santa:

*Morrer, morrer que importa?
Final suspiro ouvi-lo
Há-de a Pátria. Na terra
Irei dormir tranquilo!*

(Herculano, *Poesias*)

III

O CERCO DO PORTO

1. O TEATRO DA GUERRA

A unidade do comando de Gaspar Teixeira (Peso da Régua) que desde Agosto (16) substituíra os dois generais rivais, imprimiu o carácter decisivo de um cerco em regra às operações contra o Porto. O quartel-general dos sitiante avançou de Souto Redondo para os Carvalhos, já nas eminências directamente debruçadas sobre a margem esquerda do Douro. Nem as baixas de Vila Nova, nem a serra do Pilar estavam ocupadas ainda. Uma igual falta de providência fizera com que nenhum dos combatentes se apossasse desse último ponto, essencial para a defesa ou para o ataque do Porto. Numa curva, convexa sobre o Norte, o Douro banha de um lado todas as abas orientais da cidade, e do lado oposto corre na base de um muro a pique, montanha de granito em cujos altos se levanta o convento do Pilar. Esta construção assenta sobre um planalto breve que domina todo o terreno adjacente. Quem se debruça na aresta do precipício vê no fundo a onda escura do rio, apertado entre rochas, limitado por duas curvas em sentidos opostos. Em frente, em sucessivos planos inferiores, sobrepõem-se as casarias do Porto, a tiro de espingarda. Para um lado as baixas de Gaia, para o oposto as de Avintes, na retaguarda a depressão de um terreno ondulado, por onde apenas é acessível, fazem da serra o baluarte natural do Sul do Porto.

Quando o general miguelista, desenhando as linhas do cerco, viu a necessidade de ocupar a serra, já a achou fortificada pelo inimigo; e em vão tentou, com repetidos assaltos (8-11 de Setembro), desalojá-lo de lá. Não podia, pois, o Douro ser um fosso divisório entre os combatentes. Era o primeiro contratempo, a maior vantagem por este lado con-

cedida ao inimigo. A serra tinha de ficar também investida pelas linhas do cerco, e isto aumentava-lhes a extensão. Mas se a serra se perdera, restavam ainda os morros sucessivos que a jusante do rio dominam o Porto, nas suas abas ocidentais. Repetidas baterias eriçaram pois o terreno cortado da margem do Sul, donde, salvo o baluarte da serra, os liberais foram definitivamente expulsos. Começavam junto ao Douro¹, no esteio de Avintes, garantindo a passagem do rio a montante da cidade (Pedra Salgada, Baeta). Daí subiam (Oliveira, Campo Belo) até o forte de Castro, na eminência fronteira à da serra, destinado a conter e encerrar a guarnição dele, defendendo os acampamentos espalhados pelas colinas do Sul.

Uma linha de baterias cortava a estrada de Lisboa, ligando as fortificações do Castro ao Pinhal, sobranceiro aos armazéns de Vila Nova; e completando o cerco da serra, não houve eminência, ponto grave, que se não defendesse com redutos e pequenas obras destacadas (Reduto, Fonte Santa, Bateria Nova, Lavoura, Azenha, Barrosa). Sopeada a serra, que era como outro Porto levantado ao Sul do rio, novos redutos, descendo a margem, batiam de frente a cidade. Era o primeiro o castelo de Gaia, na eminência donde as abas ocidentais do Porto recebiam em cheio o bombardeio. Era depois a bateria de Santo António, debruçada sobre o rio; e mais abaixo a da Furada que, varejando os bairros inferiores, obrigaram ambas os liberais a fortificar a estrada, para não verem cortadas as suas comunicações com a Foz. Dominando as duas baterias marginais, a do Verdinho, no morro fronteiro a Lordelo, batia esse arrabalde do Porto.

A cidade assenta sobre duas colinas divididas por uma ravina profunda. De Oriente levanta-se o morro da Batalha que vai terminar pela contra-encosta nas baixas de Campanhã; e de Ocidente o de Cedofeita que desce por Vilar até o ribeiro de Lordelo. As duas vertentes sobre o vale apertado e íngreme, em cujo fundo sobre as Ruas de S. João e do Almada até o Campo de Santo Ovídio, origem do leito de um

¹ V. para toda a descrição do teatro da guerra a *Carta topográfica das linhas do Porto*, pub. pelo coronel Moreira.

velho córrego desviado pelas construções urbanas, são o coração do Porto. Abrigado pela Natureza, ele não sofria o que sofriam as encostas marginais da metade ocidental, expostas ao fogo das fortificações fronteiras. As vertentes orientais acolhiam-se à protecção da serra; e do lado norte um sistema de linhas fortificadas, de redutos e baterias, aproveitando todas as depressões de terreno, afastava para longe o inimigo.

O vale de Campanhã separava por leste os adversários, que das duas encostas fronteiras trocavam sobre si os tiros. O miguelista fortificara a lomba de Valbom que da margem direita do Douro cruzava o fogo com a bateria de Pedra Salgada, garantindo o passo do rio. Daí a sua linha seguia pelo Tim ao Sobral, com uma longa bateria que cortava a estrada de Valongo, para além de S. Roque da Lameira; e uma série interrompida de fortificações se estendia por Contomil, Regateira sobre a estrada de Guimarães (Lamas, Arreteia) até o forte de D. Miguel que, com o reduto da Telheira, cortavam a estrada de Braga em S. Mamede de Infesta. Neste ponto a linha curvava para o Norte, vindo passar no sopé do monte de S. Gens, depois de ter cortado também a estrada de Vila do Conde ao Padrão da Légua, e, desenvolvendo-se pelos campos, passava em Ramalde, terminando.

Se o desleixo do general miguelista fora causa de perder a serra, a sua inépcia mostra-se no nenhum caso que fez da Foz. Mais ou menos completamente encerrado por terra o Porto, o cerco jamais poderia ser efectivo enquanto as comunicações marítimas estivessem francas, e desde que o Reino era surdo aos convites e ameaças constitucionais, isolar o Porto do Reino valia nada; separá-lo do mar, por onde chegavam mantimentos, munições, dinheiro e mercenários, do mar que alimentava a guerra, valeria tudo.

No intervalo das duas linhas opostas — zona que medindo entre um quilómetro, ou menos ainda, no ponto mais apertado (Aguardente à Regateira) chegava a ter mais de dois sobre a estrada de Braga: no intervalo, havia cômodos destacados que por seu lado os liberais, tendo-os esquecido, foram obrigados a conquistar pelo preço de muitas vidas. Eram o cerco das Antas, ladeando a estrada de Valongo, e o do Co-

belo entre as de Braga e Guimarães, pontos que os miguelistas perderam na acção do dia 16 de Setembro.

Entregando por incúria a serra ao inimigo, expulsos dos dois pontos que dominam as entradas da cidade pelas estradas do Norte, e sem pensarem em fechar a barra do Douro a quem por aí vivia, os militares de D. Miguel demonstravam uma tão grande falta de tino que chegava a ser acusada de criminosa. Já o optarem pela solução mole de um cerco; já o terem perdido dois meses em rivalidades e indecisões, depunham, ou contra a capacidade dos chefes, ou contra a consistência das tropas; dando tempo a D. Pedro para sarjar o Porto de fossos, eriçar de peças todas as encostas, vestindo-se e à sua gente com uma armadura de fortes e trincheiras que viriam a ser intomáveis.

Enquanto iniciava tão mal as suas operações, enquanto se deixava bater em campo raso, e perdia, logo no começo, dois redutos essenciais, o general miguelista, preferindo o cerco a um assalto, optando pela acção lenta (sem para isso empregar os próprios meios, pois que o Douro ficava aberto) afrouxava o ardor das suas tropas, costumando-as à inactividade dos aquartelamentos abrigados pelas baterias, limitando-se a bombardear de longe a cidade inimiga.

Já na segunda metade de Setembro começavam sobre ela a chover os tiros; já o troar da artilharia se ouvia, batendo cruelmente como horas de um relógio fúnebre. A *Amélia*, que trouxera de S. Miguel D. Pedro, ia a pique, varada pelas bombas; o rio estava deserto; de margem para margem um lençol de balas ondeava. De noite sarjavam o céu traços de lume, e o burguês pacífico observava esses fenómenos de espécie nova, aerólitos que vinham, descrevendo uma curva, cair nas ruas e estoirar crivando as casas de estilhas de ferro; ou foguetes voando rápidos, como cometas, com a sua cauda luminosa. O bombardeio que enfraquecia os sitiantes, abatendo o moral do soldado, costumando-o a uma guerra sem perigos nem trabalhos, costumava pouco a pouco a população do Porto à ideia do cerco; levava-a, com a energia forte das coisas demoradas, a resignar-se a uma sorte dura; aguerindo ao mesmo tempo os batalhões de voluntários bisonhos de D. Pedro, e as levas de mercenários com que o exército, sem mais recrutas portugueses, preenchia as vagas e aumentava os quadros. De Setembro até Dezembro, a «comissão

dos aprestos», que geria em Londres os fundos da empresa, mandou 1400 homens, ingleses, belgas, alemães, com os armamentos respectivos, e perto de 300 cavalos. (Soriano, *Cerco*.) Deixar aberto o Douro, era não querer terminar a guerra.

Mas a «comissão dos aprestos» já em Setembro tinha chegado ao fundo do saco: estava mais do que esgotado o empréstimo no fim de um ano, e a guerra apenas começada. Os especuladores, que tinham calculado com uma entrada triunfal, fiados no que todos lhes diziam, viam-se iludidos e não davam um real mais. Era bastante o perdido, pois por perdido o tinham. Palmela foi mandado a Londres amansá-los, convencê-los, espremê-los. Deviam-se 130 000 libras a fornecedores, e os escrúpulos de Mouzinho não tinham consentido que se tomasse posse das 5000 pipas de vinho prometidas como garantia. O dinheiro é o nervo de todas as guerras; mas de nenhuma o era mais do que desta, sem recursos num país hostil, condenada a viver dos socorros de toda a espécie e de braços mercenários. A *causa* ameaçava ser uma positiva bancarrota. «Aquele dos dois partidos que tiver meios pecuniários para durar mais, dizia Palmela, há-de vencer o outro», e notava que Mendizábal e os do empréstimo iam *pingando algum dinheiro*. (*Desp. e corr.* 28 Agosto.) E pingou a ponto de chegar de Londres (22 de Setembro) com uma combinação por meio da qual a dívida se pagaria, deixando ainda umas sobras para o que fosse mister. Era um novo empréstimo de 600 000 libras, tão lesivo, tão usurário que não foi admitido à cotação de Londres. (Soriano, *Cerco*.)¹ Que mais podiam exigir os perdidos do Porto?

¹ Esse empréstimo só em parte foi emitido logo, ficando o resto em carteira. Veio a pagar as despesas da expedição do Algarve. O produto foi:

£	300 000 vendidas a 31	93 000	
	100 000 vendidas a 25	26 625	
	200 000 vendidas a 38	76 000	194 625
	Juros, comissões e despesas	42 697	
	Líquido, correspondente a 19,5 p 100 de juro, ...		£ 151 928

E dizemos perdidos, porque a si próprios se consideravam assim. Outros motivos tinham também determinado a ida de Palmela a Londres, além dos financeiros. Bernardo de Sá, na sua franqueza de soldado, opinara por uma retirada em forma sobre os Açores; Palmela levava D. Pedro a esperar ainda uma reconciliação política, imposta ou pelo menos aconselhada pelas potências.

A Espanha parecia inclinada a intervir por D. Miguel, e esse receio foi o que impediu com urgência a partida do embaixador e factótum liberal; mas à boca pequena dizia-se que o marquês fora a Londres com o fim de solicitar a mediação das potências liberais em uma capitulação reputada iminente. (Soriano, *Cerco*.) Assim era, como vamos ver; mas Palmela voltou sem por este lado nada ter conseguido, e o desmanchar das esperanças de fora, como o varrer das ilusões antigas, concorriam para impor a dura sorte de um cerco, já que D. Pedro, nobremente inspirado, mandara embora os transportes para destruir toda a esperança nos que pensavam em fugir por mar. Como o general de Plutarco, também incendiou os navios!

Foram-se os transportes, ficou a esquadra apenas, com Sartorius a bordo para defender o mar. Se já em terra a opinião considerava impraticável o plano de uma campanha ofensiva, o almirante desde o princípio entendera que a sua missão devia limitar-se à defesa. Não tinha bastante audácia para empenhar uma batalha com a frota miguelista; e disso o acusavam, não só no Porto, como a bordo dos próprios navios os oficiais desejosos de uma aventura boa e rendosa. A esquadra fora do Porto com ordem de bloquear Lisboa e Setúbal, e dias depois reaparecia (10 Agosto) nas águas do Norte. Porquê? Naturalmente fora batida pela frota miguelista. Mas vinha completa e sem avarias visíveis? A verdade é que se tinham visto junto ao cabo da Roca, encontrando-se saudando-se com alguns tiros, separando-se com pequenas avarias na mastreação e no maçame. (Soriano, *Cerco*.) A verdade é que Sartorius tinha deixado só, perante os miguelistas, uma das fragatas, escapando-se na almirante sem combater. (Mins, *Narr.*) A verdade é que a esquadra para nada servia, e tinha custado rios de dinheiro... Tais considerações tristes se faziam no Porto, esperando a toda a hora a chegada dos navios miguelistas — que não vieram, porque também para nada serviam.

«Está tudo perdido, escrevia com efeito D. Pedro para Palmela em Londres. Busquemos os meios de sair desta posição e de salvar um grande número de vítimas cujo sangue seria derramado sem vantagem para a causa. Antes de a esquadra (miguelista) aparecer, pensávamos em retirar para os Açores; agora esse plano é impraticável. Por força ou por fome seremos forçados a uma convenção. É o que eu quero evitar, para não ter de tratar com meu irmão (coisa que eu não farei), nem ver isto acabar numa cena de horrores. Penso numa suspensão de hostilidades para se aprovar a seguinte proposta: tréguas, até que as cinco grandes potências decidam definitivamente se a Coroa pertence a D. Maria ou a D. Miguel.» Acrescentava que a Inglaterra deveria fazer a proposta mediadora aos beligerantes; mas receava não haver tempo: se se desse a batalha e fossem vencidos, de pouco uso lhes servia a mediação, pois tudo teria acabado! (Carta de 15 de Agosto de 32.)

Foi em vão que Palmela implorou o inglês. Palmerston prestou-se a mandar ordens imediatas para que o almirante (Parker) desembarcasse tropas suas no Porto a fim de proteger D. Pedro no caso de «uma catástrofe completa»; o inglês iria até o ponto de propor uma suspensão de hostilidades: mais, nunca! A hipótese da mediação não lhe sorria. Porquê? Dupin em Paris dá a resposta ao embaixador liberal, D. Francisco de Almeida: «Tudo o que D. Pedro tem feito são erros: portanto, antes de pedir socorros de dinheiro e gente, devia pedir bom senso e juízo. O primeiro passo que deve dar é deitar fora do seu Conselho o Ministério que lhe aconselhou a extinção dos dízimos, o tribunal revolucionário e mil outros actos criminosos e estúpidos.» Diz o embaixador que a isto o francês juntara coisas impossíveis de confiar ao papel. (*Desp. e corr.* de Palmela, 2 de Setembro.)

Amarrotadas as vaidades, destruídas as ilusões, tudo aparecia, pois, desesperado e triste no princípio de Outono trágico de 32. Falhavam as esperanças todas: o povo não se bulia, o exército inimigo em vez de debandar crescia! E o liberal, armados três mil homens dos batalhões voluntários que o Porto dera, arregimentados mais mil mercenários que tinham vindo de fora, era em Setembro de onze mil homens apenas.

A correria feita no Minho para o sublevar, voltou corrida; e fr. Simão, padre ordenado à força, renegado, já desde 26 conhecido na Beira dos futuros Cacas e Brandões (Seco,

Mem.), quando perseguira com a sua guerrilha o marquês de Chaves: fr. Simão que prometia muito e saiu do Porto com trinta homens para ir levantar as populações na retaguarda do Póvoas, em vez de abraços achou tiros, nessa gente a quem falou. Dos trinta, apenas sete voltaram por milagre ao Porto. (Hodges, *Narr.*)

Limpara-se pois o teatro da guerra de todos os acessórios e episódios, e a situação definia-se com nitidez. Era uma guarinição inimiga, cercada em uma praça de guerra por um exército apoiado na adesão unânime do País. Era uma aventura militar, essa empresa que principiara em Belle-Isle, e agora no Porto parecia breve a concluir! Entretanto é mister observar, não esconder, o lado trágico da situação. Na guerra combate-se muitas vezes sem ódio; mas aqui havia, no fundo da cena, o sentimento e a cólera de um duelo mortal. «Esta guerra não é como as outras, escrevia Shaw a sua mãe: é tudo a valer, seriamente a valer (*all, right, downright serious work*). Se os não matamos, matam-nos eles: todos os velhos preconceitos da humanidade se evaporaram.» (Shaw, *Letters*.)

Como na peça, esgotados os episódios, se desenhavam os caracteres no calor da acção: assim D. Pedro, varridas as ilusões, as vaidades, as esperanças, aparecia qual era: pessoalmente forte, bravo soldado nas trincheiras, incansável artífice no campo: «É uma das criaturas mais activas que eu tenho visto. Não se poupa em nada. É, sem dúvida, a mola real de toda esta história: pois sem ele os portugueses deitaram-se a dormir.» (*Ibid.*)

Se até ao Porto o príncipe fora o instrumento das quimeras alheias e o servo das próprias vaidades, agora a crise mostrava o homem; e se foi um bem a vitória liberal — um caso inevitável foi decerto, e a fatalidade é sempre excelente! — a D. Pedro e à sua energia indomável, a D. Pedro e à sua incessante actividade, se deveu a resistência do baluarte do Porto. A guerra, concentrada nesse pequeno ponto do Reino; uma guerra demorada, lenta, mas dura, operou sobre o País delirante como um cáustico enérgico derivando para a chaga todo o exagero da circulação mórbida, deixando o corpo nacional abatido, semimorto. Foi o que se viu com a oportuna expedição do Algarve, no ano seguinte.

Sem génio para medir calculadamente as consequências do andamento das coisas, D. Pedro, obedecendo aos instintos de uma natureza pertinaz e dura, foi o instrumento, não já de planos alheios, não já da sua dissipada quimera, mas sim da fatalidade apenas. O baluarte inexpugnável que construiu, bateu o Reino como aríete, e despedaçou-o por fim. O Porto foi como um cancro, sorvendo todas as energias do corpo onde se formara.

Alaistrado sobre a margem norte do Douro, o baluarte do Porto, com o reduto fronteiro da serra, consistia em um corpo de baterias grosseiras, aglomeradas empiricamente, obedecendo à ocasião, e não a um plano sistemático e sábio, conforme a arte da guerra, segundo eram as linhas miguelistas. Quando o inimigo desmascarava uma bateria, levantava-se outra oposta para a bater. Quando uma posição parecia ameaçada, artilhava-se; quando era indispensável tomá-la, conquistava-se à baioneta. Assim acontecera com a serra, com as Antas, com o Cobelo; pontos que ninguém lembrou fortificar, senão quando já era urgente defendê-los. Sem talentos militares, D. Pedro não podia conceber um sistema de fortificações defensivas; mas a Natureza preparara-lhe o terreno, sempre escarpado, e às vezes abrupto como os muros dos baluartes; mas a inércia do inimigo dava-lhe tempo para ir remediando os erros, à medida que a experiência os denunciava. E tanto isto era assim que, como os miguelistas não cercavam, nem batiam o caminho da Foz pelo norte da cidade, o extremo ocidental das linhas do Porto estava também desguarnecido, esquecido. E assim esteve até a vinda de Saldanha.

Pouco a pouco, porém, lentamente, como um polipo que cresce por agregação, obedecendo a uma direcção imanente mas ignota, assim a força das coisas, tendo por instrumento o braço do príncipe, ia desenvolvendo, formando, rematando o sistema das obras defensivas do Porto. Dentro da própria cidade havia parapeitos, traveses, cortaduras nas ruas, com fornilhos e rastilhos nas estradas de acesso. (Soriano, *Cerco*.) Seria a última retirada. Mas antes que o inimigo a atacasse, havia de passar por cima da linha exterior de parapeitos e trincheiras, com os fossos guarnecidos de estacadas e abatesses, circunvalados nas alturas por baterias e redutos isolados.

Essa linha partia do rio flanqueado pelas baterias do Semi-

nário e da Quinta da China, seguindo a encosta do vale de Campanhã (Oliveiras, Lomba, Bonfim, Goelas de Pau), protegida, pelo forte avançado do mesmo nome, que respondia aos inimigos de Valbom e do Tim. Na retaguarda do Porto, entre as estradas de Vila do Conde e de Braga, a linha corria defendida por baterias (Cativo, Póvoa, Aguardente, D. Pedro, D. Maria II), flanqueada por fortes nas eminências interiores que a dominavam, e nos pontos destacados da zona de intervalo. Para dentro dela eram os Congregados, entre as estradas de Valongo e Guimarães; o forte de S. Brás, entre esta e a de Braga; o da Glória, no Monte Pedral; e os de S. Paulo e da Ramada Alta, dominando a estrada de Vila do Conde. Para fora da linha, eram os redutos das Antas e do Cabelo, já nossos conhecidos; e a poente da estrada de Braga, o chamado das Medalhas — pelo número das que aí se ganhavam à custa de vidas.

Da Ramada Alta, sobre a estrada de Vila do Conde, para o Sul, flanqueando a cidade pelo poente, descia do Bom Sucesso a linha, a terminar junto do rio em Lordelo com a bateria deste nome. Sobre o Douro, finalmente, para dos centros da cidade responder às fortalezas da margem fronteira, tinham-se artilhado todos os pontos dominantes; a Torre da Marca, as Virtudes, a Vitória, o Postigo do Sol e as Fontainhas. A comunicação marginal com a Foz estava livre ainda, porque as linhas miguelistas não a tinham cortado; mas por esse motivo os liberais a deixavam exposta a sê-lo, no dia em que o inimigo acordasse.

Tal era o teatro de guerra, contra a qual tinham sido vãos os ataques miguelistas. Havia de dentro onze mil homens, havia de fora trinta e cinco mil; mas não nos surpreenda a diferença numérica, porque vale muito menos do que as vantagens dos sitiados. Eis a opinião de uma testemunha insuspeita: «A cidade está (3 de Setembro) em tal estado de defesa que, a menos de contar com 30 000 homens, ninguém pensaria em a atacar. E se a guarnição se deixasse bater por tal força, mereceria o pior tratamento que D. Miguel, na sua vingança, pudesse inventar.» (Shaw, *Letters*.) Não nos surpreendia portanto o mau êxito do ataque geral de 29 de Setembro, dia de S. Miguel, escolhido para terminar o episódio do Porto.

2. O DIA DE S. MIGUEL

Perante o Porto, Gaspar Teixeira não se julgava bastante forte para dar um assalto; mas em Lisboa o Ministério, ou a cauda vermelha que o impelia, já o acusava de tíbio, exigindo positivamente que no dia 29 se desse um ataque geral às linhas. Forçoso foi obedecer.

Tanta era a cegueira, tão grande a confiança da gente miguelista, que houve prematuros *Te Deum* e visões positivas, em que os exércitos do Senhor apareciam entrando no baluarte da impiedade. Na Ajuda estava exposta a hóstia e D. Miguel passou o dia rezando. Em Braga, nas igrejas iluminadas, entoavam-se acções de graças pela vitória indiscutível. Nos Anjos, em Lisboa, pregava fr. Fortunato, o rábido, à gente apinhada piedosamente no templo; e num arrebatamento de êxtase, efeito retórico ou alucinação da febre, exclamava: «Vitória! Meus caríssimos irmãos, vitória! Entrámos no Porto! *Te Deum laudamus!*» — As mulheres batiam na face, conforme o rito; e entoava-se um largo cântico, uníssono, de acção de graças ao Altíssimo.

No dia seguinte o telégrafo disse: «Fogo até às oito horas; não há novidade.» D. Miguel, pasmado, respondeu: «Conservem as posições: eu vou.» Todas as esperanças estavam perdidas. Que sucedera? Houvera um assalto geral. A manhã tinha aparecido sombria de nuvens, e duas colunas fortes, de 5 000 homens cada uma, avançaram contra as defesas do lado oriental da cidade, ao abrigo do nevoeiro e das muitas casas que ainda embaraçavam o campo. A primeira, por Campanhã, galgou as linhas, chegando a entrar na cidade quase até o Poço das Patas: repeliu-a o conde S. Leger com os franceses. A segunda desmascarou-se contra o morro das Antas, levando diante de si o batalhão inglês. Seriam oito horas do dia; e este primeiro impulso era uma vitória parcial. Rechaçados um momento em Campanhã, voltaram em força, penetrando outra vez no interior das trincheiras, apesar das baterias (Bonfim, Cativo e Fojo) que os varejavam. O combate braço a braço dava-se já dentro do Porto, nessa antiga Rua do Prado, hoje chamada do Heroísmo. Para aí convergiam todas as forças; e o denodo, a bravura, a dedicação de toda a gente conseguiram a vitória, que o general inimigo consumou, mandando retirar, abandonando posições

ganhas, dando consciência da força própria aos liberais, e aos miguelistas uma fraqueza que nunca mais esconderam. A ideia de que o Porto era inexpugnável radicou-se; e se de um lado se tinha chegado a concluir pela impossibilidade de uma guerra ofensiva, agora o lado oposto firmava-se uma opinião igual. Frente a frente, artilhados, os baluartes liberais e miguelistas olharam-se desde então como dois campeões armados que não ousam romper a peleja. Houvera em ambos os campos 2 000 mortos, e o desalento dos sitiados foi tal que por três semanas o Porto viveu em paz livre das importunas visitas das bombardas. (Soriano, *Cerco*.)

Porém, o despacho recebido em Lisboa provocou sentimentos opostos: um recrudescimento de fúrias, em vez de um abatimento de desânimo. D. Miguel desceu do Castelo, onde estava o telégrafo, e Lisboa viu-o, durante os dias que medearam até a sua partida para o exército, correr as ruas como um louco, rebentando cavalos, jogando o cacete contra os cães que perseguiam as suas correrias desenfreadas. Tudo ladrava em coro, seguindo o rei na sua vertigem. Gaspar Teixeira, o *tio Gaspar*, era clamorosamente acusado de traição; a *Defesa* pedia contra os malhados aquelas vésperas sicilianas de que «não devem escapar as malhadas, ou velhas ou novas; ou desembaraçadas ou grávidas, e estas, não só em razão de si mesmas, como pelos fetos de iniquidade marcados já no ventre com o ferrete da malhadice». Basto andava furioso, Cadaval despeitado: não se viam, nem se falavam. A unanimidade desaparecia no baluarte ameaçado; e nas ruas de Lisboa, que de noite já ficavam às escuras por não se poder pagar ao fornecedor do azeite, corriam, uivavam, latiam as matilhas de caceteiros onipotentes.

Era Outono, o cair das folhas: no Porto e fora do Porto os prenúncios do Inverno indicavam uma temível estação de temporais desabridos. No meado (16) de Outubro partiu por fim o rei para o lugar onde o seu dever o chamava. Levava consigo Santa Marta para substituir no comando o *tio Gaspar*, desacreditado; levava também o célebre presente de João Paulo Cordeiro, o *mata-malhados*, o *chanhão-prechão* (*Paixhans*) que havia de arrasas o Porto, despedaçar os seus defensores. A ingénua imaginação do povo adorava a peça que ganhou

lenda, era cantada dos púlpitos como um ídolo (Soriano, *Cerco*).

Além do general e do canhão, iam com o rei as duas infantas, sobre as quais circulavam boatos desencontrados. Dizia-se que a ex-regente Isabel Maria andava presa por constitucional, e que D. Miguel positivamente lhe batia; dizia-se mais, que por vezes tentara fugir, celebrando-se ao mesmo tempo a fidelidade de D. Maria da Assunção que o irmão favorecia com o afecto particular. (Hodges, *Narr.*) A cavalo toda a viagem, o rei ia seguido pelas infantas em liteiras suspensas em machos, à moda do tempo, e os pajens e criados encerravam opréstito. Os conventos abriam-se festivos à passagem dos viajantes e as aldeias vinham aos caminhos saudar o precioso penhor dos destinos da Pátria. Idolatrado, como um arcanjo, D. Miguel encantava as mulheres, os velhos curvavam-se para lhe beijar a mão, e as crianças com a imaginação viva julgavam assistir à visita de um ser superior. Toda a antiga majestade, todo o velho amor pelos reis, se concentravam agora na cabeça do último deles.

Com quatro dias de jornada, a 20, estava em Coimbra, onde quis ver Afonso Henriques. Era o adeus do derradeiro monarca ao primeiro e fundador da monarquia. Essa entrevista é simbólica: o fim de uma história de séculos... A viagem seguia triste pelos campos amarelos do Outono. Apesar do entusiasmo das populações, sentia-se que as folhas caíam, e tudo se aproximava do fim. As próprias vozes que rugiam coléricas nos púlpitos, pareciam arrancos de moribundos epilépticos. Tanto se agoniza em paz, como em delírio!

O rei demorou-se nove dias em Coimbra e daí seguiu direito a Braga, onde o clero e o povo lhe prepararam uma entrada triunfal: os de Santo Tirso, cujo convento estava em galas para o receber, arrumaram tudo melancolicamente porque D. Miguel não parou lá. (Hodges, *Narr.*)

O furor de D. Miguel, ao saber o resultado do seu dia, passara, deixando nele e em todos um abatimento pesado. Estavam já distantes de Lisboa, próximos do Porto: a chaga do Reino que o devorava. A ruína era já formal, e Portugal, mendigo desde 20, via-se reduzido à última penúria. Os rendimentos do tabaco e da décima andavam desde

1823 hipotecados ao empréstimo da *Poeira*; as Sete Casas ao Bando de Lisboa; os direitos do chá e da urzela ao empréstimo de 30. Descontara-se por dois anos o rendimento livre da Alfândega de Lisboa (Soriano, *Cerco*) que só dava cem mil réis por dia. O Depósito Público vazara-se. Nos tribunais, tudo parado: havia desembargador que não tirava de emolumentos mais de um tostão por semana. Os funcionários não cobravam havia três anos, e no exército os soldos dos oficiais tinham o atraso de dez meses, o pré dos soldados de três a cinco. Os reformados e pensionistas desde 27 que nada recebiam do Tesouro. Os títulos da dívida pública ofereciam-se a cinco em papel, e ninguém os queria; os recibos andava a 9, os soldos a 10 por cento. Os padrões de juros valiam nada, e as apólices do empréstimo forçado tinham dois compradores apenas. (Monteiro, *Hist.*) Que importava contar oitenta mil homens o exército, se não havia com que lhe pagar? Os fornecimentos faziam-se por meio de embargos nos géneros, compelindo-se os donos a *dar* voluntariamente. Os fardamentos obtinham-se por derramas entre os alfaiates, fanqueiros e capelistas. (Soriano, *Cerco*.)

E pensa alguém que desta miséria, destes vexames, resultava a condenação do rei? Pelo contrário. Vinha daí a condenação de D. Pedro, o causador de todos esses males, o génio diabólico mandado por Deus para provar o seu povo. D. Miguel passava da condição de herói à de mártir: era um Job, a quem o Senhor perseguia. Erguiam-no sobre os altares, nas igrejas; cantavam-lhe missas, como no Bom Sucesso (*Gazeta*, Nov. 1), para que triunfasse dos inimigos contra que marchara; e párocos nas suas freguesias davam por bilhete de confissão um papelinho que dizia assim: «Isabel, rainha de Portugal, livra o teu Reino dos ímpios pedreiros, e conheça o mundo que o teu neto Miguel está sob a tua protecção.» (Monteiro, *Hist.*) Um grande dó, um imenso amor, envolviam a pessoa do rei, cuja triste sorte lamentavam todos, mais do que a própria. Trinta anos depois ainda perante o seu retrato havia quem chorasse de amorosa pena. O sentimento de encanto e esperança mística que o povo deu a D. Sebastião, reaparecia agora a favor de D. Miguel.

Mas já essa esperança perdera, conforme dissemos, o primitivo carácter de uma força: a consciência do fim aparecia vagamente nas acusações de traidores que o povo fazia aos chefes, e que os magnates jogavam entre si; aparecia nos multiformes sintomas de miséria e anarquia, no abatimento da cólera do Governo e do rei, que já prometiam amnistias, chamando a si os liberais e oferecendo-lhes o perdão (Soriano, *Cerco*) a exemplo do que D. Pedro viera fazendo desde o começo.

Esta força que fugia ao miguelismo não era, porém, ganha pelo inimigo, que apenas lucrava não ser desalojado do Porto. Os dias das maiores aflições liberais não tinham chegado ainda. O Reino começava a reconhecer infalível a morte; mas, resignado a ela, preferia-a a converter-se à impiedade. Se o resultado do dia de S. Miguel fora funesto para um dos exércitos, no outro, apesar da vitória, a fraqueza ou incapacidade eram tantas que deixaram perder de todo a ocasião, não aproveitando do torpor de que por duas semanas o inimigo pareceu atacado. Só a 11 recommençou o bombardeio, e a 13-14 deram-se duas investidas vãs contra a serra do Pilar. Nesse intervalo os cercados nada fizeram; apenas D. Pedro, ou o Governo, continuavam a imprimir proclamações, chamando os soldados miguelistas para «os seus braços de pai» (*Cron. Const.*). E entretanto, quanto mais não fosse, urgia limpar de inimigos a margem esquerda: era o meio de manter livre a estrada da Foz e de conquistar o tesouro dos vinhos, perdido pelos escrúpulos de Mouzinho: esse tesouro, garantia única e indispensável dos suprimentos de dinheiro obtidos em Londres. Já no fim do mês, quando o ardor miguelista renasceu, foi forçoso passar mais de uma vez o rio, sob o fogo das baterias inimigas, e pagar com sangue e vidas algumas centenas de pipas. (Soriano, *Cerco*.)

A substituição de Teixeira, desacreditado pelo resultado do dia 29 e cujo chefe de estado-maior era acusado de conivência com o inimigo (S. Pardoux, *Camp.*), e a vinda de Santa Marta, imprimiam um novo aspecto às operações. Abandonado o plano de um assalto geral, tratou-se de tornar efectivo o cerco, fechando a barra e fatigando os sitiados com assaltos parciais repetidos.

Quatro divisões compunham o exército sitiante. A primeira, do comando de Lemos, abrangia a margem esquerda

desde Avintes até à Foz; completando-se o sistema das baterias anteriores com as que varriam o rio e a barra, Furada, S. Paio, Pedra do Cão, e por fim o posto do Cabedelo, donde os navios eram varados a tiro de espingarda. Para defender o caminho marginal, batido assim em toda a sua extensão, D. Pedro levantou fronteiras, as baterias sucessivas do cônego Teixeira (Lordelo), do Bicalho, da Arrábida, do Ouro. A barra podia dizer-se fechada, mas isso não impedia que os desembarques se fizessem pelo Norte, na praia, ao abrigo da artilharia do castelo e do Forte da Luz. Ainda o inimigo não compreendera que, do lado oposto, pelos pinhais das encostas ocidentais do Porto, é que a cidade podia ser isolada do mar; e só no decurso do Inverno, já em 33, vieram a levantar-se as posições de Serralves, da Ervilha, do Crasto, destinadas a um fim serôdio, que deveria ter sido o primeiro acto do cerco.

Teles Jordão era o comandante da divisão que investia a cidade por ocidente, tendo seu quartel-general em Custóias, estendendo as suas forças desde Ramalho até à Infesta pela linha que já conhecemos. Morais Sarmiento mandava desde a estrada de Braga até à de Valongo; e por fim Guedes, daí até o rio, no teatro do assalto do dia de S. Miguel.

3. D. PEDRO, GENERAL DE INVERNO

Depois de Souto Redondo, Vila Flor ficara inteiramente posto de parte, desacreditado: fizeram-no pois duque (da Terceira), prometendo-lhes 100 contos que se obteriam da venda dos bens nacionais, e desonerando-o do comando que o regente chamou a si. Ninguém, contudo, confiava já nas capacidades militares do príncipe, aliás tão bom soldado depois da íntima convivência de quase meio ano de guerra. E ele em pessoa, D. Pedro, com a sua vaidade amarrotada, não se atrevia a impor-se: tomava o bastão de general só enquanto se não preenchesse o lugar vago. De toda a gente reunida não aparecia um único em termos. O Partido Liberal que era um exército, a empresa que era uma campanha, viam-se de tal modo decapitados? Não; para além dos conselhos de áulicos, já batidos nas esperanças egoístas, estava um homem cujo nome lembrava a todos — Saldanha.

Agora que se tratava da salvação e não já da vitória, o general que não serviria para com eles partilhar o despojo, convinha para livrar da situação dura em que se achavam. Houve quem tivesse a coragem de pronunciar o nome do proscrito pelos proscritos, e viu-se D. Pedro e Palmela anuírem ao convite: tanta era a miséria a que se achavam reduzidos! À vinda de Saldanha com os seus, D. Pedro pôs uma reserva apenas: a exclusão de Pizarro, seu inimigo pessoal (Soriano, *Cerco*).

Teria finalmente a causa um chefe popular e querido, uma espada recomendada pelo prestígio de muitas vitórias? Confessando os seus erros e fraquezas, os cortesãos entregavam-se com sinceridade àquele de quem, intimamente, só podiam esperar a salvação? Não; não havia decisão, nem coragem para tanto. Consentiam na volta de Saldanha: bastava isso. Quanto a entregar-lhe o comando, não, porque era perigoso. «Saldanha à frente da canalha é pior do que D. Miguel à frente dos Silveiras.»

Esse dito, já velho de quatro anos, exprimia ainda a verdade das opiniões? Sim. Mas a dureza da sorte obrigara a escrupulizar menos na escolha dos meios. Já se tolerava a ideia de que Saldanha viesse, mas não se concebia ainda que se lhe entregasse o comando, como veio a suceder. A reputação perigosa que o general ganhara no período de 28-29 tornava-o suspeito; e os planos que, exilado, urdia em Paris não o congraçavam com a gente do Porto. Tramava uma expedição *sua*, fiando-se num aventureiro francês que lhe prometia dez mil homens com os quais viria desembarcar na Figueira ou em Peniche. «Folgo de que tão extravagante plano não seja para temer», dizia para o Porto Abreu Lima (13 Out.), «pois não dispõem dos meios necessários para o executar.»

Iria pois confiar-se a Saldanha o comando? Não. Assim como os soldados mercenários tinham sido preferidos aos saldanhistas, assim também um general estrangeiro era mais cómodo do que o nosso temerário capitão: pagava-se-lhe e não havia a temer que transtornasse as combinações em que se teimava em esperar ainda.

Palmela voltou para Inglaterra a fim de ver se obtinha as três coisas de que se carecia: dinheiro, qualquer convénio e um general. Essa procura de um comandante durava já desde Agosto; tinha-se batido a várias portas: Excelmans,

Lallemand, Romarino, por fim Evans. Falharam todos; fálhou a legião polaca pedida ao príncipe Czartoryski. Deste montão de ruínas veio apenas a sair um farrapo estragado dos velhos exércitos napoleónicos — Solignac.

Quanto a dinheiro, falharam os projectos de empréstimos com Baring, com Goldsmith, com Ricardo, o banqueiro economista. A penúria crescia todos os dias: em Agosto, na sua viagem anterior, Palmela pedia à imperatriz que visse se podia obter uma esmola do rei de França; e escrevia a D. Francisco de Almeida para que instasse por um subsídio dos fundos secretos do Ministério francês. De volta ao Porto, escrevia para Londres a Abreu Lima que era já de todo impossível «obter um vintém por meio de letras» (C. Carreira, *Corr. of.* 14 Set), e acerca do empréstimo das seiscentas mil libras exprimia-se assim: «Ninguém pode negar que a lesão é enorme e Portugal fica carregado deste peso só para salvar a casa Carbonnel», rematando por confessar a necessidade de *ir às algibeiras* dos negociantes da praça. (*Ibid.*, 5 Nov.) Em tais apuros saíra para Londres, onde não obteve o êxito da comissão.

Não foi mais feliz o embaixador no outro objectivo da sua viagem de Novembro. Os gabinetes, já bem informados do estado de Portugal e da capacidade de D. Pedro, só admitiam a hipótese da intervenção sobre a base da saída do príncipe, criando-se uma regência confiada à infanta D. Isabel Maria durante a menoridade da rainha constitucional. Palmela e Mouzinho de Albuquerque, que o acompanhava, anuíram, vindo ao Porto Straford-Canning com as bases do acordo anglo-francês-espanhol. (Hodges, Soriano, *Cerco.*) Sobre D. Pedro, que se propusera a conquistar o trono da filha, e cuja exclusão era agora exigida para erguer esse trono! Uma a uma, no correr do ano, desde Janeiro até Dezembro, as esperanças tinham brotado primeiro com o florir das árvores, desde Belle-Isle até S. Miguel, até o Porto, para caírem mirradas num triste Outono, e agora num Inverno frio serem assim pisadas podres sobre o chão enlameado. Nem herói, nem rei, nem general, e já proscrito...

Se, como se diz (Hodges, *Narr.*), a viagem de Palmela, além de ter por motivo as necessidades urgentes, se fundava também no embaraço que a sua superioridade fria levantava nos Conselhos do regente, nada podia servir me-

lhor os desejos do que a combinação por ele feita: uma combinação que permitia chamar-se-lhe abertamente traidor e expulsá-lo do Governo. Com a recusa do seu plano, Palmela caiu numa positiva desgraça, e demitiu-se do Ministério (Janeiro 33).

Santa Marta, fechando a barra, levantando os fortes que iam bater a Foz, e o Inverno batendo a costa com os seus temporais, eram também motivo da crise. Decididamente os escrúpulos de Mouzinho da Silveira prejudicavam a causa; e as suas esperanças na acção das leis revolucionárias provavam ser quimeras. Não havia um real; o exército era pago com vales (Soriano, *Cerco*), e não se buliria na propriedade, quando se morria de fome? Mouzinho saiu, pois: era o fundo da carga de esperanças trazidas de fora que se alijava ao mar! Eram os conselhos da sabedoria prática vitoriosos. Dupin em Paris dissera-o claramente: «o primeiro passo que D. Pedro devia dar era deitar fora do seu Conselho o Ministério que extinguiu os dízimos e praticara mil outros actos criminosos, ou estúpidos». (*Desp. e Corr.* de Palm. 2 de Setem.) Para a Fazenda entrou em Dezembro José da Silva Carvalho, homem moderno sem escrúpulos nem quimeras, nosso conhecido já de Plymouth e da operação do primeiro empréstimo com que se armara a expedição. Era em tudo o contrário do predecessor. Afável, delicado, fácil, prometedor, em vez de excêntrico e rude; homem de negócios, em vez de filósofo; chefe de uma numerosa clientela de apaniguados (*Ontem, hoje e amanhã*, op. anón.), em vez de solitário e estóico architecto de sistemas.

Em vão se tinham aceitado as duras condições do empréstimo das seiscentas mil libras; em vão se baixavam os direitos, franqueando a cabotagem a todas as bandeiras: o trigo valia já a 1\$500 réis o alqueire e a carne a 200 réis o arrátel; já havia numerosos roubos e uma positiva anarquia dentro do Porto. (Soriano, *Cerco*.) Os comestíveis desembarcavam sob fogo das baterias da margem esquerda: batalhava-se pelo arroz, pela farinha, pelo bacalhau, qua ainda podiam vir de fora (*Ibid.*) Em tais condições, os escrúpulos do jurista eram, sem dúvida, erros, porque no sistema das suas ideias faltava a da salvação pública — primeira e eminente na hora da

crise ¹. O novo ministro inaugurou com franqueza a tirania fiscal. O depósito público deu 35 contos, 32 um empréstimo forçado. Ia-se indo às algibeiras dos negociantes, como dizia Palmela. De Lisboa o Quintela mandou 45 000 libras, das quais metade foi para Londres para a comissão dos aprestos:

¹ Testamento político e financeiro que me deixou Mouzinho (a Silva Carvalho):

«Porto, 2 de Dezembro de 1832.

Amigo — Começando por ti, a quem muito tenho amado, digo-te que se cuidas que popularidade é coisa diferente de justiça e moral austera te enganas.

Quanto à Fazenda tens na Companhia 2000 libras que realizei; mandei-as realizar a Londres; vê a portaria.

Tens no depósito vinte e seis contos e tanto, e mais coisa de nove, quase tudo em metal, e há em vinte e seis muitas peças e duros que renderão mais que o nominal; tens a receber mais de dezasseis contos de réis em três dias, é o terço da de Novembro; outro tanto de Dezembro, e outro tanto de Janeiro; isto é da comissão que deve continuar.

Podes contar com meios de pagar o pré e a prestação e mesmo de pagar a antiga.

A Companhia dava dinheiro, mas agora nada dará até 16 por ter pago 5000 libras que entraram na comissão de Londres, que é a desordem em pessoa: eu nunca estive em contacto com ela.

O empréstimo em Londres produziu 75 000 libras; 35 000 para Novembro, o resto a 10 000, nos meses seguintes: é a tua margem de saques para géneros; dinheiro por letras é raro.

O barão de Quintela deu 25 000 libras, este dinheiro não está gasto; o que saquei não foi pago, é contudo certo, se a comissão o não absorver.

Terás mais uns centos de réis que devem vir do contrato do tabaco; é o Auffdiener o que faz e pode fazer a correspondência.

Tudo da Fazenda o Parrela o sabe e tudo tens nos livros, e podes haver do depositário receita e despesa; ele sabe o que há de fazenda a respeito das ilhas, deve-se dinheiro do trigo e foram dois mil arráteis de rapé por conta, é preciso liquidar o custo com o contrato, porque não tendo consumo do Reino não é do seu monopólio e deve ser pago pelo custo; assim ajustei com o Maia.

Justiça — eu segui o sistema de pouca justiça e nenhuma injustiça e de forma alguma saber muito de polícia; tu faze o que quiseres.

Quanto ao exército, repeli quanto pude a ingerência: isto é honesto, mas a popularidade militar vai-se.

Em Fazenda esquecia-me dizer que a Alfândega deu em Novembro acima de trinta contos, e que se for arrematada se vai o rendimento possível do Reino; eu não quero dinheiro à custa do bem geral; tu faze o que quiseres; eu nem os quartos arrematava, porque é mal público. O administrador é Ernesto, é pouco prático; eu lá ia andando com ele; mas as tropas transtornam tudo, e, se as não reprimires, adeus trinta contos; eles querem dinheiro e dão cabo das fontes.

Tem saúde e se tiveres dúvidas escreve ao teu velho amigo — Mouzinho da Silveira (Em Ant. Viana, Silva Carvalho e o Seu Tempo).

a outra ficou. Venderam-se a 25, pela quarta parte, 100 000 libras dos *bonds* do empréstimo Palmela (Soriano, *Cerco*), e assim se ocorreu às urgências internas e ao clamor dos ingleses, credores por munições e soldados remetidos. A capacidade do novo ministro exprimia, no Governo, a absoluta penúria de toda a gente: arrancavam-se as lajes e sobrados, em busca de mealheiros escondidos. E por cima das aflições vinham os ódios declarados a Palmela, que nada fazia em Londres senão vender-nos: nem obtinha dinheiro, nem intervenção salvadora. (*Ibid.*)

E sem uma e outra coisa, era fora de dúvida que nada se conseguiria senão morrer, mais ou menos lentamente. O exército só crescia com os mercenários estrangeiros que a comissão de Londres enviava, e com o que dentro da cidade podia arrebatar-se. Tudo estava armado, até as crianças de 12 a 15 anos, e projectava-se formar um corpo de vivandeiras. Desse modo, em Novembro atingia-se um efectivo de 12 851 praças (Soriano, *Cerco*) das quais só três quartas partes seriam, talvez, seriamente combatentes¹. E com a fortificação da retaguarda da Foz pelo inimigo (Serralves, Ervilha, Crasto), a linha de defesa crescia quase outro tanto.

Os mercenários punham dentro do Porto mais um elemento de anarquia. Rebelavam-se por não serem pagos; e o vício atroz da embriaguez tomava proporções assustadoras, numa cidade cercada, onde só era abundante o vinho capitoso do Douro. Os soldados indisciplinados vendiam pelas ruas o correame, as armas e o fardamento, chegando as coisas a ponto de ser forçoso mandar embarcar mais de duzentos, depois de tumultos e desordens sérias. (Soriano, *Cerco*.) Os oficiais não podiam com eles; chamavam-lhes canalha; e os bêbados, regougando, respondiam: «É verdade, bem ver-

¹ Hodges (*Narr.*) avalia assim as forças combatentes em Novembro:

Regimentos de infantaria de linha e caçadores.....	4550 h.
Voluntários do Porto, Vila Nova e Foz.....	2200 »
Mercenários ingleses, franceses, etc.....	1350 »
Nos hospitais.....	986 »

dade, se o não fôssemos não estaríamos aqui!» (Hodges, *Narr.*) Era o refugio da corrupção das cidades, a espuma das ruas, vinda do Norte, para alimento do canhão miguelista.

Nos oficiais, os defeitos eram outros — espuma lançada pela vida boémia romântica e militar. Eram aventureiros, como Cochrane, Sadler, Doyler, Murat, que se propunham todos *salvar* a liberdade e D. Pedro, e vinham por sua conta e risco desembarcar ao Porto, exigindo comandos que se lhes davam, esperando embolsar bastante com o futuro saque inevitável do Reino. (Soriano, *Cerco.*) «O Cochrane e o Doyle, escrevia Palmela, foram dois demónios que nos vieram e que me têm feito endoidecer (*Desp. e Corr.*, 14 Set.). Hodges, Shaw, Burrell que morrera no dia de S. Miguel, Bacon, o organizador dos lanceiros, serviam com firmeza e seriedade; mas o número dos excêntricos era grande, e alguns deles conseguiam cativar os simples, contando façanhas, alegando talentos. Doyle, excêntrico inglês quixotesco, trouxera vinte homens, mas prometia milhares que nunca vinham; era favorito de D. Pedro, que o fizera seu ajudante; era uma espécie de bobo dos ingleses que se divertiam com a sua excentricidade, com o seu *humour*, a sua *drollery*: propunha-se comandar em chefe o exército, ou pelo menos a ser o imediato. (Hodges, *Narr.*) Aos franceses, Murat contava as façanhas do tio de Nápoles, e vestindo-se à moda de Napoleão, com o chapéu histórico, entusiasmava os soldados com a farsa. (*Ibid*)

O conjunto das coisas tristes era tal que a desesperança ganhava todos, conformando-se uns com a morte infalível, apelando os bravos, como Sá Nogueira, para outra aventura, acto novo e decisivo de audácia desesperada, uma expedição armada ao Sul do Reino, desembarcando em Sagres. Sem plano, desorientado, D. Pedro anuí-a a tudo. A esquadra serviria ao menos para isso. Fingira bater-se diante de Lisboa; batera-se mal em frente de Vigo (11 de Outubro), onde, recolhida, consumia o tempo a preparar-se para empresas que não desempenhava. Sá foi a Vigo, mas não pôde convencer Sartorius, porque a bordo havia tanta anarquia como em terra. Era uma completa desordem, uma irrisão, nas faces do almirante incapaz. Ele tinha mandado que os oficiais cortassem as barbas, e um tenente rapou, com as suíças, as sobrançelas. (Mins, *Narr.*) A maruja por pagar recusava-se ao tra-

balho; e os oficiais que desejavam aventuras, presas, lucros, queixavam-se abertamente da inércia do almirante, chamando-lhe covarde. Ele não o seria, mas talvez fosse prudente de mais. Derreara a esquadra miguelista, forçando-a a entrar em Lisboa e a deixar livres as águas do Porto pensando com isso ter feito o que devia. Arriscar os navios em temeridades, era jogar tudo numa carta; e se perdesse a vaza não tirava à sua gente o penhor que restava para o pagamento das soldadas em dívida?

Sá da Bandeira regressou ao Porto, aflito. A esperança de uma expedição tinha de pôr-se de lado. A esquadra para nada servia!

Entretanto, a crueza do cerco aumentava cada vez mais. Santa Marta encerrava sabiamente o Porto num cinto de baluartes eriçados de artilharia. O canhoneio era incessante; as noites, vigílias; os dias, angústias. Faltava tudo, porque por terra não havia comunicação possível, e por mar tratava-se no meio de surriadas de balas. As encostas abruptas do Douro, tão vizinhas que às vezes parece estrangularem o rio, outras vezes parece estarem a ponto de cair para o entulhar: essas vertentes rápidas e tão próximas, que de lado a lado nos vemos como que indo a abraçar-nos, levantavam-se criadas de sentinelas, mosqueadas de canhões e obuses. Troava a pólvora sem cessar, e o estalar rápido dos mosquetes misturava-se com o largo som da artilharia. Fronteiras, as sentinelas inimigas trocavam entre si chufas, de Vale de Piedade para Miragaia: «Ó carcundas! Ó caipiras!» E o miguelista respondia: «Ó malhado! O teu rei, numa cadeira, vê o reino inteiro!» «É certo, mas vocês andam à volta dele há nove meses sem chegar à capital!» «Desgraçados! Nem padres tendes que vos confessem!» «Padres não faltam: mandamos um boi, damos-te um padre!» (Soriano, *Cerco*.) Desde o meado de Outubro até o fim de Dezembro, o furor do bombardeio atingiu o máximo; e por várias vezes o Porto ardeu, na Alfândega, no Convento de S. Domingos. As noites seguiam tremendas, com o céu constelado de estrelas errantes portadoras de morte. Havia tifos, e a fome era já tanta que os soldados de Shaw saíam a caçar os cães que vinham cevar-se nos cadáveres, para os venderem a libra às casas de pasto.

Havia frio sem lenha: uma vidraça de janela vendia-se por 3\$000 réis. (Shaw, *Mem.*)

Era uma luta desesperada e terrível, a que a Natureza dava um aspecto fúnebre. Sem as vastas linhas de exércitos na planície, sitiando uma cidade chã, em operações complicadas de assaltos e surtidas; sem o carácter de uma luminosa tragédia, a guerra do Porto, dispersa pelas anfractuosidades de um terreno cortado, era uma série de pequenos duelos terríveis, desumanos, atormentados como o chão em que se feriam. E por sobre o melodrama pairava um céu invernoso, pardo de nuvens, molhado de aguaceiros: pairava a sombra de uma fatalidade, arrastando os dois inimigos para a cova de uma Nação.

Era Inverno e frio, na natureza e nos espíritos. A última folha que restava ainda da árvore das ilusões de D. Pedro, caiu. Tomara o bastão do comando; mas sem poder com ele, arrastava a sua gente a empresas tristes, em que nem o general, nem ninguém, punha a mínima esperança: só os que iam é que tinham a certeza de não voltarem todos... Assim em surtidas consumiu D. Pedro Novembro e Dezembro, sem ganhar um palmo de terreno, conseguindo apenas acabar de perder-se de todo.

Agora as esperanças voltaram-se para Solignac, para Saldanha, que vinham de viagem.

4. SALDANHA E A CÓLERA

O general francês encomendado chegou no primeiro dia do ano de 33. Era um velho de 62 anos. Trazia consigo 550 homens: belgas, franceses, escoceses; e da Terceira tinham chegado mais 200. Assim se iam preenchendo as vagas que as infelizes surtidas de D. Pedro tinham feito nos dois meses anteriores. Solignac opinou por uma campanha defensiva, condenando a um tempo as surtidas e o plano já discutido da expedição ao Sul do Reino. Mas, para que os liberais pudessem manter-se no Porto, era mister emendar um velho erro, fortificando as eminências que defendem o caminho da Foz e pondo esse pedaço de praia, onde se faziam os desembarques, ao abrigo da artilharia inimiga.

Tal foi o motivo da acção de 24 de Janeiro, que era o

exame de habilitação do general francês. A esquadra, por mar, devia bater e calar o Forte do Queijo, sobre a praia, a quase dois quilómetros, protegendo com a sua artilharia as operações do assalto ao morro do Crasto, fronteiro à Luz, a cavaleiro da praia. Ocupada essa posição essencial do flanco miguelista, varrer-se-ia de inimigos a costa, deixando livres as comunicações com o mar. Na manhã de 24 saiu, pois, do Porto, Solignac em pessoa, pela estrada de Lordelo, direito ao teatro da acção. Ordenara que outra coluna cooperasse com ele, atacando pela estrada de Matosinhos; pondo assim o inimigo entre dois fogos, e seguro do apoio da esquadra, contava com a vitória.

Em lugar de vencer, porém, retirou furioso, depois de perder o dia inteiro batendo-se e esperando em vão o êxito dos cooperadores. A esquadra, com efeito, em vez de calar os fortes, calou-se a si e amarrou. A coluna de Matosinhos não chegara a sair, porque D. Pedro assim o mandou. (Soriano, *Cerco*.) Logo que surgia um vislumbre de esperança, vinha com ele um rebento de vaidade no coração do príncipe, que só perante a desgraça formal podia ser forte.

O dia 24 assegurava os miguelistas nas suas posições do litoral, mostrando-lhes claramente o valor delas. O teatro da guerra, que inconsideradamente tinham posto a princípio na face oposta da cidade, transferia-se, neste último período do cerco, para onde sempre deveria ter estado. Para os liberais, o dia 24 foi um motivo novo de esperança: viam em D. Pedro um inoportuno que se metia onde o não chamavam, perdendo tudo com as suas pretensões. Sartorius era um poltrão, a esquadra coisa nenhuma, e por fim Solignac — última tábua de salvação! — afogava-se num clamor de chufas e condenações unânimes. O inimigo ficara-lhe chamando *o Batata*, os liberais chamavam-lhe *o Solinhas*. (J. Liberato, *Anais*.) Varrida esta esperança, que restava? Saldanha.

O general desembarcou a 28, quatro dias depois da acção, em pleno calor das queixas do francês contra D. Pedro, a quem publicamente acusava, em pleno descrédito do queixoso, em plena gritaria de Sartorius por dinheiro, em plena confusão e desnorteamento de uma gente que se via perdida, porque a todo o momento esperava que os miguelistas do

Crasto, da Ervilha, de Serralves, avançassem sobre o rio, cortassem de todo o caminho da Foz por onde o Porto respirava, afogando-o por uma vez. Os miguelistas, porém, em vez de o fazer, demoraram-se a fortificar-se: havia de ambos os lados a mesma falta de decisão. Quem se atrevia a atacar era batido; e assim, sem adiantarem um passo, os dois combatentes olhavam-se, olhar-se-iam, sem chegarem a resultado de espécie alguma.

Saldanha desembarcou a 28 e foi hospedar-se à Batalha, no Estanislau. Vinha com ele a sua gente: Cabreira, Stubbs, etc. A revolução penetrava no Porto, e o príncipe, que tanto fizera para a proscrever, era forçado a pedir-lhe socorro. Há maior prova do abatimento a que descera? O Ministério, entretanto, ou D. Pedro em pessoa, não queria que essa entrada fosse um triunfo: cuidadosamente proibiu todas as manifestações de regozijo. Nem um foguete, nem um viva! Que esses ruídos seriam outros tantos clamores de acusação, outros tantos gritos sediciosos. Já o Porto estava dividido em *pretorianos e demagogos* (Soriano, *Cerco*; Matos, *Mem. da Camp.*), e Solignac, pelo modo com que acolheu Saldanha, caiu de todo no conceito dos primeiros. Os pasquins diziam:

*Que tem feito Solignac?
Brigadeiro a Schwalbach!*

Os do Paço atiravam por escárnio aos opugnadores da Regência com o epíteto de sectários do *rei-mulher*, porque efectivamente não tinham um homem de sangue real para opor a D. Pedro, numa regência indispensável, pois D. Maria II era uma criança; nem tinham a opinião nem a coragem para prescindirem de príncipes. A confiança que punham nas fórmulas constitucionais impedia-os de serem republicanos. Saldanha chegava, assim, como inimigo, pela força das coisas, contra vontade dos que lá estavam e mandavam. D. Pedro recebeu-o com a máxima frieza e um despeito visível que não sabia encobrir. E, ou fosse medo, cálculo ou verdade, o facto é que o general dizia recear ser assassinado e tomava precauções. Sabia ou cuidava, que já em 29, em Paris, houvera ordens positivas de Palmela e seus amigos para impedir que ele partisse para a Terceira, *por qualquer modo que fosse*. (J. Liberato, *Mem.*)

Com a chegada do novo reforço *demagogo*, reconstituíram-se os comandos militares, criando-se três divisões confiadas a Terceira, a Stubbs e a Saldanha. A terceira, que coubera ao último, era justamente aquela para onde todos os olhares se voltavam agora: era o flanco ocidental da linha, fronteiro às posições de Serralves, da Ervilha e do Crasto, mal defendido, ameaçado de um ataque iminente, entre Lordelo e o castelo da Foz. O general viu, e remediou o erro com uma audácia corajosa, talvez salvadora. Em frente de Serralves, a meio tiro de espingarda, avançou a bateria do Pinheiro; em frente da Ervilha, o reduto do Pinhal; em frente do Crasto, já existia o Forte da Luz; e entre a Ervilha e Serralves, meteu nas barbas do inimigo o reduto do Pasteleiro, com a flexa avançada que se chamou dos Mortos, pois raros escapavam daí com vida. A estrada da Foz estava defendida por fim; e para além da antiga linha do Bom Sucesso a Lordelo, sobre o rio, havia um cordão de fortificações intomáveis, de Francos ao Forte da Luz, sobre a costa. Tão audaz como astuto, Saldanha aliava a uma bravura que enchia de ardor o soldado, uma arte que lhe dava confiança nos recursos do general. Artilhou num instante os seus fortes; e quando o inimigo avançou para destruir as obras que supunha apenas começadas, ele deixou-o vir, confiado; e assim que o teve à boca das peças mascaradas, varou-o, crivou-o de metralha. (Soriano, *Cerco*).

Absorvido pela defesa da zona essencial que lhe fora confiada, Saldanha raras vezes deixara o campo. «Fui ontem ao Porto, escrevia para Londres a Pizarro, a aviar coisas que aí tinha que fazer; passei pelo quartel imperial, mas não entrei; fui pedir de jantar aos Passos. São boa gente; com eles me quero eu, e não com os áulicos do quartel imperial.»

Já, com efeito, os Passos, com a cabeça cheia de ingenuidade e doutrinas, estavam no Porto mais toda a comitiva dissidente. Desde 23 que em Coimbra, no *Amigo do Povo*, defendiam a Constituição antiga; e sem cessar impugnaram depois as fórmulas preferidas por D. Pedro na sua CARTA: queriam uma só Câmara e negação do *vetto* ao rei, afastando-se nisto de muitos e velhos jacobinos, já conformados com as últimas novidades francezas.

Isso, contudo, era nada perante a onda de combinações e doutrinas que ferviam na caldeira do Porto, levada à bulição pela fome, pela guerra, pela anarquia, pela intriga, pela incapacidade dos chefes, pela desesperança e insubordinação dos soldados. A intriga, «essa é que é a verdadeira moléstia nacional, a peste portuguesa que nos há-de matar a todos», dizia Palmela. (*D. e Corr.*, 31 Março, 33.) Os sistemas, os planos eram tantos como as cabeças; e o frio Palmela tinha tido razão em não querer arregimentar os apóstolos. O Porto, um baluarte, era agora um clube. Faltava a praga da política para mais perder os desgraçados: vinha o último sintoma mórbido declarar-se. As doutrinas, as simpatias, os despeitos; os *príncípios* dinásticos, pessoais, militares, davam lugar a um oceano de combinações, a um dilúvio de extravagâncias. Uns queriam a CARTA com duas Câmaras, D. Pedro regente e um general português; outros não queriam Solignac, mas tampouco Pares; outros não os queriam, nem a D. Pedro como regente: nem Pedro, nem Pares! Uns eram pelo príncipe, outros por Saldanha. Havia o Governo, que praticamente queria tudo como estava, menos Solignac; e havia os partidários deste que chamavam tolos aos ministros. Havia os moderados que exigiam perdões e esperavam a protecção da Inglaterra; e havia ainda quem quisesse que a sobrinha casasse com o tio. Havia ultras que reclamavam chifres de café para toda a família real; havia ibéricos, sonhando uns uma federação republicana, e outros um império com D. Pedro por Napoleão. (Soriano, *Cerco*; Monteiro, *Hist.*; sup. ao *Pirilampo*, etc.)

E se ainda no meio desta babel de partidos houvesse alguém, alguma coisa digna de crédito e possuidora de força, a epidemia valeria pouco. Mas não. Cada vez mais, D. Pedro e o Governo baixavam; e os próprios que lhes obedeciam, faziam-no com frieza e unicamente por necessidade. O regente caía constantemente. Desde o dia em que tomara posse do cargo, sem terminar a dissidência dos liberais emigrados, fora o regente de uma facção em vez do chefe de um povo. Depois disso, de misérias em misérias, o infeliz, amarrotadas as vaidades, desmanchadas as quimeras, era já um tropeço; e os panfletos que vinham de fora, as cartas de Pizarro proscrito, achavam eco em numerosos espíritos. Reconstruíam a biografia do príncipe com traços análogos aos que tinham

servido para em 28 desenhar D. Miguel. Era um hipócrita. Traíra em 1821 o pai e a Pátria para depois querer roubar a Constituição aos Brasileiros. Mandara a CARTA a Portugal, porque não podia conservar as duas Coroas; e um ano depois atraçoara-a, entregando-no nas mãos de D. Miguel. Fora ignominiosamente expulso do Brasil. Em Cherburgo quisera tornar a ser rei de Portugal, mas as potências não o consentiram. Seduziu e corrompeu então alguns portugueses sem fé nem carácter: Mouzinho, Xavier, Palmela, Freire, Miranda, Carvalho, etc... Chegado à Terceira e falhando os planos de aclamação, empolgara a Regência e despedaçara a CARTA resolvido a «escamotear a sua filha a Coroa que lhe cedera». Palmela, «vampiro do tesouro português» e instrumento dócil de todos os governos absolutos, diplomata sem génio, militar sem coragem, administrador sem probidade, era o seu braço direito. (*Petite biogr. de Don Pedro.*) Isto imprimia-se em francês, para que a Europa soubesse, senão a verdade toda quanto aos factos, aos menos o estado de anarquia das opiniões; e depois disto estranhava-se que a Europa, apesar de odiar D. Miguel, não se decidisse a socorrer o Porto. Se ele por suas mãos se pintava com tais cores!

Em português e a respeito de D. Pedro corria muito mais do que o impresso em francês. Chamavam-lhe estrangeiro, capaz de mandar assassinar vilmente os inimigos, réu de catorze mortes no Brasil, envenenador de Malagueta no Rio; e aos seus ministros chamavam corja, ladrões, ineptos (*Processo de Pizarro*, em 34). O proscrito inimigo de D. Pedro não cansava, imprimindo cartas veementes, onde punha à luz do Sol, em termos desapiedadamente portugueses, a perseguição de que era vítima. «Os optimistas e pançudos têm a consciência vendida por consulados, lugares na Companhia, pastas de polpa.» (*Justiça de Mouros*, Londres, Março 33.) A carta de 5 de Junho ao imperador (*Apelação de Pizarro*) vem assinada: «Coronel proscrito sem culpa, sem processo e sem sentença, pelo gabinete constitucional de V. M.» E esta ironia final era precedida de severas expressões de um causticismo acre. «Carta, Direito, Justiça são nomes vãos na presença augusta de S. M. o imperador do Brasil. — Uma dúzia de perjuros puderam cevar-se na fazenda pública: são os Santilhanas no seu Gabinete e privança, os Falstaffs e Panurgos.» E sem dúvida alguma, um grande número dos que seguem o usur-

pador, alegava, teria abraçado a causa da rainha, se S. M. se não tivesse cercado dos homens mais corruptos, banais e infieis que achou na emigração. — Entre os miguelistas dizia-se também, e com maior motivo, que a não ser a corja que cercava D. Miguel a máxima parte dos liberais abandonaria o campo, reconheceria o legítimo Governo.

Assim, de lado a lado, as desgraças da Nação eram atribuídas aos dois irmãos rivais e aos áulicos de ambos; e a guerra, tomando um carácter pessoal, perdia o carácter de uma revolução. Pondo o dedo na ferida, Russel escrevia de Lisboa (26 de Junho de 1833) que não havia decisão nem força¹ de parte a parte. «Este país precisa mais de um Pom-bal do que uma Constituição.» (Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo.*)

Saldanha, contudo, no Porto, com a gente que o seguia, evitava bem ou mal que as coisas perdessem inteiramente a feição política. Pouco havia, preparando a defesa, D. Pedro tivera o seu mais belo momento. O de Saldanha chegava agora, que afastado do poder e absorvido pela guerra desenvolvia todas as suas qualidades de soldado peninsular, audaz e hábil, sem que a guerra lhe deixasse desenvolver a sua incapacidade de político, as suas fraquezas de Cid bandeando-se à mercê dos caprichos, dos interesses, das exigências do seu orgulho balofo. A sua vida demanda a pena de um Lope para ser contada: esse misto *castelhano* de nobreza arrogante e rom-pantes entumescidos de ostentação teatral e candura ingé-nua, de simplicidade na grandeza, de lhaneza chã no meio de instintos aristocráticos, de plebeísmo e fidalguia, de verdadeira força na acção e positiva fraqueza nas ideias: esse carácter tão vivo, tão natural, tão peninsular, nas suas inconsequências e nos seus contrastes, achava agora um momento para ser forte e grande no meio dos soldados que amava. Soldado por natureza e educação, logo que deixava o campo

¹ O ministro da Rússia dizia em Paris ao conde da Ponte, plenipotenciário miguelista «Faites sortir votre escadre, ou si vous ne pouvez pas, faites au moins quelque chose pour acheter Sartorius, mais en tout cas finissez, finissez» (off. de 21 de Maio). Para fazer alguma coisa, porém, era necessário que o Governo não estivesse atacado pelo vírus do desvairamento impotente.

para entrar no gabinete «tornava-se como uma criança, cometendo tolices que aos que o não conheciam pareciam iniquidades». (Shaw, *Mem.*). Tinha então 43 anos: estava na plenitude de uma vida já famosa por uma tradição de vitórias. Sedutor de aspecto, sincero sempre, mais que afável, era um camarada além de ser um chefe. Não se poupava, poupavam-no as balas; e a sua face erguida e risonha, que animava o soldado, desafiava o inimigo. De toda a gente constitucional era o único que o povo percebia; foi o único homem que conseguiu fazer vibrar no coração nacional um eco fugitivo de entusiasmos passados. Sem ideias nem génio, porém, era supersticioso, como devia ser. Beatamente católico, não percebia que o liberalismo fosse ímpio; da mesma forma que, sem uma forte noção da justiça, não chegava a distinguir bem a linha que separa a rectidão da iniquidade. Como o duque de Alba, teria levado Roma de assalto, para ir depois pedir perdão e beijar o pé do Papa. Como o Cid, não duvidaria — não duvidou! — pôr a sua espada a preço, combatendo sem distinção, pró ou contra, à mercê das circunstâncias.

Esses lances deploráveis da sua triste vida de guerrilheiro liberal vêm distantes ainda: agora, na brecha, é mais soldado do que político; mas isso durará pouco, e em breve o veremos, com a sua ambição irrequieta, tomar sobre si uma intriga para terminar a guerra e pacificar o Reino. Com Solignac viera para o Porto a cólera; e com Saldanha veio outra epidemia, a política: as duas moléstias tornaram o baluarte um clube-hospital de loucos e enfermos. Era então que, no rigor do assédio, os temporais do mar, fazendo o que Santa Marta não fizera, vinham pôr cúmulo à desgraça. Em Fevereiro, a costa tornou-se inacessível, e por um mês, ou mais, nem um grão entrou no Porto. A metralha estalava, as granadas listravam o céu, os hospitais enchiam-se de coléricos, as ruas de mendigos famintos, e ao longe o mar roncava ameaçador, quebrando em escarcéus de espuma vagas sobre vagas contra as penedias da praia. Os mercenários sublevavam-se. As rações do exército eram reduzidas a metade. O preço dos géneros duplicara. Disputavam-se as carnes mortas dos cavalos, os cães, os gatos, os ratos. Um casal de perus valia cinco moedas. Tiritava-se com frio, e não havia lenha; bocejava-se com fome, e não havia pão. Só arroz e açúcar, só

vinho que endoidecia as cabeças esvaídas. Derrubavam-se casas para lhes queimar as lenhas, e despejavam-se as frascas preciosas para iludir a fome. Organizou-se uma sopa económica do comércio, que distribuía de 1000 a 1500 rações de arroz diárias. E de noite, o rugir do mar, o troar das peças, os meteoros do céu, estonteavam a cidade, cujos habitantes recolhidos nos andares inferiores se defendiam das bombardas, casamatando os altos com os colchões dos leitos e camadas de couros crus, horrorosamente fétidos. (Soriano, *Cerco*.)

Tanta dureza da sorte azedava por fim o ânimo taciturno de D. Pedro. Aparecia a crueldade, que é a força dos fracos. Nas linhas, um artilheiro vendo entrar numeroso o inimigo, encravou a peça, recuou fugindo; mas envergonhado e arrependido voltou para morrer fazendo fogo com a espingarda. D. Pedro e Saldanha tinham visto o caso; e o primeiro deu logo sentença de fuzilamento, e o segundo, intervindo, revogou-a, dizendo depois pensativo aos seus: «Que homem nós temos para nos governar!» (J. Liberato, *An.*)

5. A EXPEDIÇÃO DO ALGARVE

No meado de Fevereiro, de parte a parte se chegara à conclusão da impossibilidade de vencer. De ambos os lados os generais propunham capitulações. Santa Marta, lutando com a insubordinação e o cansaço do exército, francamente o disse em Conselho e por isso foi substituído no comando pelo conde S. Lourenço (21). Outro tanto dizia Solignac, dentro do Porto no dia 14. Não tinha força bastante, com 10 ou 12 mil homens¹, para atacar os 24 mil que então guarneciam

¹ Forças liberais no Porto: Março 1833 (c. de Solignac a Baradère, em Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*):

Efectivo total	12 459 h.
Feridos, enfermos, inválidos, veteranos.....	1800
Guarda Nacional sedentária.....	1500
Artilheiros imobilizados	700
Guarnição da Serra	700
Id. da Foz	400
	5 100 h.

as linhas miguelistas. A situação era quase desesperada. Ao seu amigo Baradère, escrevia para França (Março 33): «Isto não pode durar muito.» (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*).

Saldanha opinava, pois, por uma investida contra a margem esquerda, onde agora o inimigo estava mais fraco; mas então o general em chefe confessou a verdade toda. Os dois meses de inverno tinham esgotado as munições. Só havia oitenta cartuchos para cada praça, e rações para seis dias. Do arsenal saíam barris de areia fingindo pólvora, para se não dar a conhecer a penúria. (Soriano, *Cerco*.)

De parte a parte se pedia a paz reconhecendo-se a impossibilidade de vencer; mas esta guerra era já um duelo de morte, em que nem os ódios religiosos nem os caprichos pessoais permitiam capitulações. Os que entibiavam eram banidos; e aos ingleses, que insistiam com D. Miguel por uma composição, mandava o rei uma negativa formal. De parte a parte havia a decisão de morrer ou de matar: e de tal modo conseguiram matar com efeito a Nação.

Em vez do convénio, os sitiantes, com o seu novo general, optaram por uma tentativa desesperada, para continuar o que os temporais tinham feito por dois meses, mas que terminaria com a Primavera: cortar o Porto da Foz. Já as linhas miguelistas tinham atingido o último grau de acabamento. As baterias do Cabedelo fuzilavam à queima-roupa todo aquele que tentasse forçar a barra; e novas baterias na praia de carreiros desciam, desde o temível morro do Crastro, até o mar, varejando a praia por onde se faziam os desembarques. Que faltava? Avançar de Serralves, destruir as fortificações

Disponíveis	7 359 »
Paisanos armados 2000 a.....	2 500 »
Extensão das linhas toesas.....	2 500 »
Extensão da Foz à extremidade das linhas	2 000 »
este espaço está defendido por quatro redutos cm 2000 homens; as linhas carecem de 5000.	

O inimigo tem ao sul do Douro 6000 a 7000 h., um campo entrincheirado e sete redutos cerrados. Ao norte, as suas forças são 16, 18 ou 20 000 homens.

Solignac diz: «j'ai à peine suffisamment de mond pour defendre les positions que je suis obligé d'occuper, et que pour sortir do Porto, dans une circonstance desesperée, je pourrais disposer tout au plus de 7000 h.».

de Saldanha, e descer sobre o rio, a dar a mão em Lordelo aos fortes da margem esquerda. Faltava o essencial, o que deveria ter sido a obra do primeiro dia, e que agora, nos últimos, já se não poderia levar a cabo. Com efeito, o assalto do dia 4 de Março foi repellido pela bravura, pela arte de Saldanha, que varejou as colunas inimigas com a metralha do Pasteleiro. (Soriano, *Cerco*.)

Depois deste novo episódio, as coisas continuavam como dantes: de arma ao ombro, os combatentes olhavam-se, sem poderem vencer. Como o inimigo não conseguia cortar o Porto, e como o tempo abonancara, apesar do tiroteio das baterias litorais, os desembarques efectuavam-se debaixo de fogo, e a cidade respirava, alimentando-se por esse cordão umbilical da Foz que a prendia à Europa. Os navios de comércio voltavam a pairar ao largo com mantimentos que vendiam por bom preço, e a comissão de Londres mandava munições e mercenários que preenchiavam as baixas dos combatentes. Fora-se a fome, mas ficava e crescia devoradora a cólera. Em 10 de Março chegavam 300 irlandeses; em Fevereiro, ainda tinham vindo 700 com o coronel Cotter. (Soriano, *Cerco*.) O Porto era uma segunda Missolonghi; e, se a incapacidade dos chefes impedia que os gabinetes liberais intervissem, as grossas quantias já empatadas pelos prestamistas forçavam-nos a prosseguir na luta: punham tudo sobre uma carta, e pediam também o prémio ou a bancarrota. Por outro lado, a própria incapacidade dos chefes e o seu infortúnio eram coisas que sensibilizavam a imaginação romântica, e os olhos da Europa estavam voltados para esse baluarte ocidental onde se representava um melodrama comovedor. Os agiotas davam pólvora e soldados, o romantismo dava oficiais voluntários. Disfarçado em lavrador, abordado a um cajado, com os olhos escondidos nos óculos, Mina, o guerrelheiro célebre da liberdade castelhana, veio jornadeando a pé até o Porto, onde tinha muitos amigos, observar. A polícia francesa e espanhola não o tinham podido colher, nem o pôde D. Pedro, que dera ordem para o prender. Viera desde Marselha a pé, ao longo da costa, só visitara Lisboa, e agora no Porto lamentava os erros, deplorava as tolices, chorando a sorte da LIBERDADE confiada a tão fracas mãos. Considerava tudo perdido! (Hodges, *Narr.*)

Pouca esperança podia haver, com efeito. Se em Braga D. Miguel nada fazia, D. Pedro no Porto não fazia mais. Se a esquadra miguelista, reunida em Lisboa, deixava francas as águas do Douro para que a cidade pudesse municiar-se e resistir: a esquadra de Sartorius, sumida em Vigo, em Baiona, seguia-lhe pontualmente o exemplo. Porquê? Porque lhe não pagavam e era toda inglesa, mercenária. Viera a defender a LIBERDADE, mas antes de combater necessitava ser paga, antes das balas queria libras. E reclamava-o de um modo inglês, prático, positivo. Já se lhe deviam em Março nove meses de soldadas; e o almirante, de Baiona, escrevia cruamente a D. Pedro que se ia embora com os navios, peñhor que venderia para se pagar e à sua gente. Houve grande balbúrdia no Conselho. Pagar-se, como? E o inglês faria o que dizia; e, perdida a esquadra, que era ao menos uma ameaça, viria por mar o miguelista, e acabar-se-ia tudo... Foi um momento de aflição cruel. Vasculhados os cofres, só se apurou a metade do que o almirante exigia, e com essa metade e um grave decreto demitindo-o, partiram para Vigo, num vapor, Doyle, o grotesco favorito do regente, Crosbie, que devia tomar o comando da esquadra, e o comissário Bressane Leite com o saco. Em Vigo, onde a esquadra esperava, houve uma cena singular a bordo da fragata-almirante, quando aí se apresentou Doyle, com o decreto. O comissário e o seu saco tinham ficado a bordo do *S. Bernardo*, já guarnecido por marinheiros da esquadra e ambos presos.

Sartorius, furioso, cercado dos seus marinheiros armados, perguntou se o vinham prender; Doyle, com a sua cara de padre, respondeu que «dependia». Então o almirante rompeu: «Você! Um inglês! Eu no seu caso rasgaria o decreto! Atirava-o à cara de D. Pedro!» E prendeu-o. E tudo isso sucedia em nome de Portugal, por conta de portugueses, em nome da Liberdade e por conta dos liberais. Sartorius prendeu-o; prendeu Crosbie, apesar dos protestos de Doyle, que cedia à força, etc. Mandou buscar o comissário e o saco. Viu que só havia metade; mas foi-a recebendo por conta, despedindo o vapor enviado, com cartas para D. Pedro: cartas em que Doyle contava o ocorrido, e Sartorius exigia a segunda metade, sob pena de sair para a costa, às presas, ou levar a esquadra para Flessinga e vendê-la. (Mins., *Narr.*)

Pobre D. Pedro, no Porto, quando o vapor chegou! E tudo

esgotado, não havia um real nos cofres: havia apenas uma cruel bofetada estampada na sua régia face por um capitão inglês! Pobre D. Pedro! Valeram-lhe as artes do seu tesoureiro, capaz de tirar dinheiro dos farrapos de um mendigo. O Porto, haurido já por 400 contos de empréstimos e por muitos meses de cerco, nada tinha? Tinha, tinha; e havia de o dar. Quem não entrasse com a quota da derrama seria preso, e cada dia de cadeia dobraria a quantia. Assim o Lobo da Reboleira, usurário célebre que se deixou prender para não dar, pagou, em vez de dois contos, oito. Por outro lado, Quintela, em Lisboa, a quem já se tinha prometido em paga do empréstimo que fizera antes, doze anos de contrato de tabaco; Quintela não daria mais para segurar o negócio? Daria, havia da dar; e deu com efeito noventa contos. (Sorianho, *Cerco*.) Para estas coisas não servia Mouzinho, já esquecido, no seu canto.

Entretanto D. Pedro, que, num ímpeto, em vez de pagar o que devia, demitira o almirante, abatido e humilde com a resposta dele, implorava compaixão, pedia-lhe que ficasse, afirmava-lhe que seria pago. Confiava e com motivo nas artes do seu ministro. De facto o dinheiro foi, a *Crónica* imprimiu o decreto restabelecendo Sartorius no seu posto, e Doyle voltou livre ao Porto. Quando aí chegou, o excêntrico quis acabar esta farsa lúgubre com um traço mais burlesco do que os anteriores. Escreveu a Sartorius: «Vossa excelência me fará o favor de supor que doi chicoteado pelo major-general Sir John Miller Doyle.» (Mins, *Narr.*) Já o almirante, reintegrado só pró-forma, partia de Vigo para a sua terra; voltando a esquadra ao Porto, a esperar o audaz Napier, futuro herói contratado em Inglaterra.

Em Vigo terminava assim a sua história o almirante. No Porto sucedia outro tanto a Solignac. Nem portugueses havia, nem estrangeiros serviam, para dirigir o barco da LIBERDADE. O francês era publicamente apupado no Porto; e Saldanha, que no momento de chegar supusera salvar tudo, não fazia mais do que os precedentes. Já lhe chamavam o general das archotadas; já lançavam em rosto ao velho Stubbs o ter fugido do marquês de Chaves em 27; e a Solignac não poupavam os nomes de fátuo, inepto, tolo, e até

ladrão. Era uma desordem positiva, a que D. Pedro, sem créditos nem força não podia pôr cobro. Os radicais declamavam em permanência contra o Ministério, acusando-o de todos os erros cometidos; erros a que chamavam traições e crimes. Positivamente se pedia a queda do Governo e a exaltação de Saldanha, que cada vez mais se desenhava como o rival do regente. (Soriano, *Cerco*.)

O general em tão pequena conta havia D. Pedro e os ministros, e em tanta se tinha a si, que não duvidava negociar uma paz com os generais miguelistas. Era uma traição? Não era, ou pelo menos nunca Saldanha pensou que o fosse. Era a consequência natural da opinião em que tinha o próximo: era o resultado da convicção de uma perda irremediável. Os miguelistas não podiam bastante, com os seus quarenta mil homens (mas de tropas bisonhas e indisciplinadas, em grande parte) para levar de assalto o Porto; mas tampouco os liberais dispunham de meios para romper as linhas sitiadas. Já o próprio *Times* dava a causa de D. Pedro como perdida; já apareciam as deserções, não de oficiais nem por política, mas de soldados e por fome.

Os ingleses, de fora, conhecedores das respectivas fraquezas dos combatentes, insistiam com ambos por uma composição que encontrava aderentes no pessoal dos dois partidos. Lemos e Saldanha, comandantes dos dois flancos ocidentais das linhas fronteiras das duas margens do Douro, dispuseram-se a negociar a bordo do *Nautilus*, brigue de guerra inglês fundeado no rio. (Soriano, *Cerco*.) Quando D. Pedro o soube, tomado por uma das fúrias — tão repetidas nestes tempos angustiados! — decidiu prender o general, exautorá-lo, fuzilá-lo, quem sabe? Mas que podia o príncipe, batido por todos os lados, tolerado mais do que amado: o príncipe que mantinha o seu lugar, já nulo, mais pela força das coisas, do que pela própria autoridade? Sucedeu pois o mesmo que sucedera com Sartorius. D. Pedro engoliu a afronta, curvou a cabeça e calou-se. Saldanha podia mais do que ele.

No meio de tão desesperada crise, surgiu de novo a antiga ideia de uma expedição ao Sul. D. Miguel deixara desguarnecido todo o Reino; inteiro, o exército estava congregado em volta do Porto; e a esquadra, fundeada no Tejo, no pró-

prio facto da sua inacção provava a sua fraqueza. Um excêntrico marinheiro inglês, Napier, atacado da paixão aventureira e romântica, propusera a Palmela, em Londres, um plano. Com doze vapores carregados de gente entraria uma noite no Tejo e desembarcaria no Terreiro do Paço. Esses ingleses, perspicazes na sua excentricidade, e além disso estranhos às nossas ideias nacionais, compreendiam-nos melhor do que nós. Viam no miguelismo um tumor volumoso, imponente no seu aspecto, mas por dentro cheio de pus; e, em lugar dos emplastos e cataplasmas clássicas, propunham um golpe decisivo de bisturi. O tumor português que viera crescendo muito, acaso não estaria maduro ainda em 31; mas agora, depois dos trabalhos do cerco, só pedia o ferro do operador. Napier sentia em si coragem para levar a cabo a operação.

A resposta às propostas do marinheiro foi darem-lhe o comando tirado a Sartorius e mandarem Rodrigo da Fonseca a Inglaterra para, de acordo com Palmela, fretar navios e preparar as coisas. (V. *Desp. e Corr.* de Palmela.) D. Pedro estava por tudo: e como não havia de estar? Limitava-se a observar que talvez fosse preferível ir desembarcar nas *belas praias do Algarve*. (Soriano, *Cerco*.) Era um resto de timidez — e de estilo nacional.

Faltava-lhe dinheiro. Já a comissão dos aprestos mandara os últimos restos: 160 marinheiros e 620 franceses com armamento e cólera. Pensava-se em obrigar Solignac a uma surtida final e decisiva, quando Rodrigo e Palmela mandaram dizer de Inglaterra que o negócio estava feito. Restavam as últimas 200 000 libras de *bonds* do segundo empréstimo; e, desde que Napier aceitava o comando, houve quem as tomasse, sob condição expressa, porém, de não serem consumidas no Porto. Os prestamistas impunham, assim, Napier como tutor a D. Pedro; e Napier impunha-lhe Palmela, a quem o regente não pudera perdorar o arranjo diplomático do ano anterior (V. *Desp. e Corr.*). Além de ambos, vinha Mendizábal em pessoa, ver como se gastaria o dinheiro dos seus amigos e o seu. (José Liberato, *Memórias*.) Com a expedição, Palmela, ofendido pelo segundo plano em que se via, esperava empunhar de novo a presidência dos partidos e o comando da política portuguesa. De Londres, Vanzeller escrevia a Silva Carvalho (24 de Maio de 1833):

«Afinal parte tudo. Marquês (Palmela) foi ontem; Mendizábal e Rodrigo (da Fonseca) vão hoje. Levam tudo: vapores, gente, comandantes, generais e Napier, e, de mais, me dizem, umas 18 000 libras em dinheiro!!! O homem (Palmela? Mendizábal?) é dos diabos!» (Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.)

Chegaram todos ao Porto no primeiro de Junho. Traziam cinco vapores com obra de 500 homens alistados entre marinheiros e soldados, ingleses e belgas. O pobre D. Pedro, em cujo nome já cada um fazia o que queria, forçado a suportar tudo, não podia encobrir o seu despeito. Recebeu Napier e Palmela à porta do seu quarto, com as mãos atrás das costas, e a mesma cara com que recebera Saldanha. (Napier, *Guerra da Suc.*) Via em todos, com razão, os usurpadores do seu poder. (Soriano, *Cerco*.) Houve um conselho para resolver o plano da expedição. Uns queriam que o desembarque se efectuasse no Minho, na retaguarda do exército inimigo, metendo-o entre dois fogos e aniquilando-o. Napier insistia pelo seu plano de um golpe sobre Lisboa. Esta opinião venceu no Conselho; e Solignac demitiu-se, deixando o lugar a Saldanha. Terceira foi nomeado para comandar a divisão que deveria contar cinco mil homens. (*Ibid.*) D. Pedro, porém, como teimoso, vencido mas não convencido, embaraçava tudo. Dois dias se iam perdendo em hesitações (9, 10), mas o inglês, que não queria desperdiçar o seu tempo, fazia sinais contínuos de bordo: vem a tropa, ou não vem? E a tropa não vinha. D. Pedro não desejava ficar abandonado e só, à mercê de um ataque inimigo. A 11, Napier declara positivamente que, se a tropa não embarcasse logo, arreava a bandeira e largava para Inglaterra. (Napier, *Guerra da Suc.*) Que remédio havia senão ceder? Começaram os homens a embarcar; mas quando a conta ia em meio, D. Pedro disse — alto! E ainda queria transtornar o plano, sendo forçado a ceder perante a opinião do Conselho, já unânime depois das recentes pazes de Palmela e Saldanha. (J. Liberato, *Mem.*; Carnota, *Mem. of Sald.*) Apenas conseguiu que só fossem dois mil e quinhentos homens, em vez de cinco mil prometidos; e por isso se mudou o destino da expedição, de Lisboa — para as belas praias do Algarve!

A 14 tudo estava pronto. Terceira ia como general, Pal-

mela como governador civil dos terrenos que se ganhassem. Napier, almirante, comandava a esquadra: 5 vapores, 3 fragatas, 1 corveta e 1 brigue: dez navios ao todo. Partiram a 21. Com eles, a guerra ia mudar de teatro e de aspecto, e o cerco do Porto, se não terminou logo, pouco mais durou.

IV

A VITÓRIA

I. O CABO DE S. VICENTE

Com três dias de viagem bonançosa, a 24, desembarcaram os expedicionários em Cacela, próximo a Tavira, que logo ocuparam sem disparar um tiro. Qual era o segredo de tamanha fortuna? Era o mesmo de Penafiel, no ano anterior. A gente fugira toda, abandonando a cidade, por considerar os invasores hereges e bandidos (Napier, *Guerra*), conforme desde muitos anos vinham dizendo o confessorário e o púlpito.

Palmela proclamou. Terceira fortificou-se, principiando a desenhar-se uma situação idêntica à do ano anterior no Porto. Ninguém aderiu, a semente não germinava: isolados, os expedicionários estavam nas belas praias do Algarve, como se tinham achado à entrada do Porto.

Xavier de Resende ficou em Tavira governador, enquanto os chefes iam instalar as repartições em Faro. Os papéis de Resende falam claro acerca da atitude do Algarve. (*Corr. autogr.* de 1833-46.) Um bando de mercenários franceses andavam esmolando rações e aclamando a rainha. Da Fuseta, o juiz pedia providências: os franceses vêm famintos, não há que lhes dar, e «temem algum insulto feito por eles ao povo». (*Carta* de 29 de Junho.) São esses famintos provavelmente os mesmos que quatro dias depois Melo Breyner avisa de Vila Real «terem entrado em Alcoutim, verificado a aclamação e deverem partir para Mértola». (*Carta* a Resende, 3 de Julho.) Como receberiam os povos tão singulares missionários?

«O espírito dos habitantes desta cidade, diz o governador de Tavira para Faro, continua a ser o pior possível: há entre os rebeldes três corpos pertencentes a esta cidade e as ordenanças ainda não entregaram as armas, como lhes foi orde-

nado.» (*Of. de Resende*, 5 de Julho.) «Tenho visto que estou em país inimigo.» (*Ibid.*, 7.)

Criar batalhões, armar *voluntários*, eis a suprema ambição: mas de que modo, se todos fugiam?

De Olhão, o juiz de fora diz que nada se obterá *sem se empregar alguma coacção*. (*Of. de 4 de Julho*.) Em Tavira passava outro tanto: só à força de promessas e razões «para ver se, como pobres e miseráveis que são, isto os anima» (*Of. de Resende*, para Faro, em 7), o governador obtinha — o quê? 45 homens! De que espécie? «Uma grande parte de empregados públicos a quem eu fiz ver que perderiam os seus lugares se não se alistassem, e outra de homens de idade ou incapazes de pertencerem aos batalhões.» (*Ibid.*) Eis aí o resultado de todos os esforços! Eis aí adesão do Sul do Reino!

Terceira avançou até Messines, à raiz da serra, perplexo, indeciso, sem plano formado, nem confiança segura ¹. (Soria-no, *Cerco*.) A guarnição miguelista da província, sob o comando de Molelos, batera em retirada perante a invasão, por não contar suficiente força para a impedir: todo o exército

¹ Eis uma carta de Palmela a Resende, que ficara em Tavira:

Ill.^{mo} Sr. João Xavier de Moraes Resende.

Faro, 1.^o de Julho de 1833.

«Tenho a satisfação de lhe participar que hoje recebi cartas do duque da Terceira escritas ontem às 7 horas (*sic*) da tarde de S. Bartolomeu de Messines donde os rebeldes se haviam retirado na véspera na direcção de St.^a Clara deixando a sua artilharia de campanha, muitas munições e homens dispersos. Já se apresentaram esta manhã 60 a 70 de todas as armas, e vários oficiais.

Agora o essencial, como V. S.^a vê, é armar-mos (*sic*) voluntários porque sem isso mal poderá o nosso pequeno exército continuar o seu movimento para diante. Desejo pois que os voluntários sejam divididos em duas classes móveis e fixos e que os da primeira classe sejam dirigidos com toda a possível celeridade para o depósito desta cidade de Faro a fim de serem aqui armados e fardados. Queira V. S.^a com a sua intellig.^a e actividad.^e auxiliarme nesta operação da qual depende a meu ver o successo da nossa campanha.

«Mandeí oficiais incumbidos d'este serviço dês d'aqui (*sic*) até Lagos e peço a V. S.^a que se encarregue de o desempenhar em Tavira, Olhão e nos pontos circunvizinhos à excepção de Vila Real e das margens do Guadiana que ficam às ordens do Cl. Dor.^o de Melo a quem se expediram as convenientes instruções. Resta portanto o praticar-se a mesma diligência no interior do Algarve, isto é, Loulé, Silves, Monchique e povos intermédios e lembrou-se nomear p.^a esta important.^e urgente comissão dois oficiais que V. S.^a lá tem ● col. e o cap. Trigueiros.

estava no Porto e na capital; e Molelos, nas vertentes do norte da serra, esperava os socorros que pedira a Lisboa, para depois cair sobre o inimigo.

Logo no dia seguinte ao desembarque, a notícia dele chegara à capital. O Governo, ao mesmo tempo destacava da guarnição de Lisboa tropas para acudir ao Alentejo, mandava sair a esquadra que esperava no Tejo a vinda dos oficiais contratados em Inglaterra. Desmantelados os navios, desanimadas as guarnições, incapazes os chefes — a esquadra que saía a barra a encontrar Napier, levava a consciência quase certa de uma perda que decidiria a contenda, por deixar franca a entrada da capital ao adversário. (Soriano, *Réplique a Um Folheto*.) O duque de Cadaval, generalíssimo em Lisboa, pintava assim a situação (c. 20 de Junho 1833): «O estado das tripulações é com efeito o mais triste possível: desertam marinheiros, desertam oficiais, e os comandantes estão como loucos, porque dizem que querem levá-los ao matadouro e à desonra. Deus permita que se possa temperar o negócio até que chegue Eliot» — contratado em Inglaterra para a armada miguelista, mas que já não veio a tempo. (Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.) Entretanto, que outra coisa havia a fazer senão dar batalha aos navios inimigos, a cuja sombra a expedição desceria sobre Setúbal e Lisboa, ao longo da costa? Que outra coisa senão destruir essa ameaça flutuante á entrada do Tejo? Já no ano anterior, saindo a esquadra limpava a costa dos navios de Sartorius; agora, porém, em vez do prudente almirante despedido, vinha a bordo Napier, um marinheiro excêntrico, audaz, cuja opinião era em tudo oposta à do seu antecessor.

A excentricidade de Napier tinha uma lucidez notável para perceber que só os meios extravagantes de audácia ser-

«Para esse fim lhe remeto hoje as comp.» nomeações deixando à discrição (*sic*) de V. S.^a o levá-las ou não a efeito conforme lhe parecer mais útil ao serviço mas desejaria muito que tivesse lugar quanto antes.

«Faro está-se fortificando e deve ser também depósito geral de munições e de armas e tudo se deve remeter p.^a aqui.

De V., etc.,
Palmela.»

Os extractos da *Corr.* de Resende no texto mostram como o Algarve respondeu aos desejos do governador civil.

viam para uma gente apática por génio, roída de um lepra histórica, e já extenuada por uma guerra de mais de um ano. Além disso o almirante era humorista, inglês, humanitário. Tinha em pequena conta os *poor slaves* de Byron, *natives* da extrema Europa; era indiferente aos seus ódios, interesses e paixões; entrara na guerra por um amor romântico da liberdade, e também pelo desejo humanitário de pôr termo a uma contenda deplorável, com que gente inepta de ambos os lados mantinha o país inteiro — um belo torrão! — em desoladoras condições. Seduzia-o decerto a glória de vencer e esperava consegui-lo; mas se fosse batido, conseguiria pelo menos acabar essa aventura singular e triste, que durava já tempo de mais.

Com tais espíritos se faz ao mar, de Lagos, no dia 2 de Julho, descendo a costa, a caminho de Lisboa. Em sentido oposto, navegava a esquadra de D. Miguel. No dia 3, com temporal desabrido, avistaram-se as duas armadas na altura do cabo de S. Vicente.

A esquadra de Napier, com bandeira bicolor mas inteiramente equipada por ingleses, compunha-se dos vapores, uma escuna e cinco navios de combate: a fragata *Dom Pedro*, 52 peças, comandante Goblet; a *Rainha*, 46 peças, Reeves; a *Maria II* 42 peças, Blakstone; e o *Vila Flor*, 16 peças, Ruxton. Somava ao todo 176 peças, contra 354 da esquadra inimiga, distribuídas por 10 navios: as naus *D. João VI* (76), *Rainha* (80); as fragatas *Princesa Real* (52), *Martim de Freitas* (48); as corvetas *Cibele* (26), *Princesa* (24), e mais três brigues e uma escuna.

Nem no dia em que se avistaram, nem no seguinte, consentiu o tempo que viessem às mãos; mas a 5 de manhã aboançou. Às nove horas havia uma calma que não deixava manobrar os navios. As velas, suspensas das vergas, batiam contra os mastros, com o balanço dos cascos rolados pelo mar banzeiro. O miguelista, nem podia atacar, nem que pudesse o faria, por hesitação e fraqueza (Soriano, *Cerco*); mas Napier, que já tinha resolvido preferir a abordagem à artilharia, aproveitando o denodo dos seus *bravi* e anulando a vantagem do inimigo, reclamou os vapores para rebocarem os navios até a borda dos navios inimigos. Os vapores, freta-

dos, com as suas guarnições mercenárias, recusaram e afastaram-se. (*Ibid.*) Força era pois esperar.

Pelo meio-dia levantou-se uma brisa que foi refrescando. Às duas horas estava formada a linha de batalha, e fixava-se o plano de ataque. As três fragatas abordariam a *Rainha* e a *Princesa Real*, que o inimigo pusera na sua frente de batalha. A *Portuense* e o *Vila Flor* investiriam com a *Martim de Freitas*; e, como não havia mais navios, deixar-se-iam abandonados a *D. João VI* e os cinco vasos menores do inimigo. O céu estava limpo, o mar bonança; a viração fresca levava de feição a esquadra de Napier contra a de Aboim, que esperava sem bulir. Eram quatro horas da tarde quando os navios, chegando a tiro de espingarda, receberam em cheio uma banda de artilharia miguelista. Começou a batalha.

Dissipado o fumo da primeira salva, Napier viu que pouco sofrera e prosseguiu resolutamente contra a nau *Rainha*, à qual atracou. Fragmentou-se então a luta, baralhando-se os navios confundidos, misturados, presos pelas âncoras de abordagem, enleados pelo maçame das vergas que se chocavam. A artilharia valia pouco ou nada nesses combates à arma branca, braço a braço, nas toldas dos navios. Assim era na nau *Rainha*, onde o almirante saltou em pessoa, varrendo a gente do convés e descendo a limpar as cobertas. Barreiros, o comandante, batia-se como um tigre; e o imediato atirava a Napier «uma tão boa cutilada que (o almirante) não teve coração para lhe fazer mal». (Napier, *Guerra*.) Tomada assim a *Rainha*, Napier, ferido, virou-se para a *D. João VI*, que arreou a bandeira sem combater. O mesmo fizera a *Princesa Real*; mas não a *Martim de Freitas*, onde houve muito sangue derramado antes da rendição.

Eram seis horas; os quatro vasos de linha estavam tomados, e além deles uma das corvetas: o resto dos navios miúdos debandou, indo um parar à Madeira, e dois trazer a Lisboa a notícia do desastre irreparável. Estrategicamente, a vitória do cabo de S. Vicente era a decisão da guerra. Sem navios, D. Miguel não poderia mais vencer os que os possuíam todos, num país que é uma faixa litoral. A excentricidade humorística do singular inglês feriu com precisão, porque, estranho e audaz, procedia de um modo inconcebível para os que, adversos ao Portugal histórico, padeciam dos vícios históricos portugueses. Um momento de audácia e

duas horas de combate bastaram ao inglês para destruir as forças marítimas do inimigo, pois Napier vira que essa força era apenas aparente. Enterrou-lhe o bisturi com desdém cirúrgico; e à maneira de árbitro na contenda mesquinha dos *natives* portugueses, pôs de parte a política e os partidos dessa gente inferior, olhando só ao mérito pessoal, à bravura incontestável de muitos dos inimigos. Assim, entregou o comando da nau *Rainha* ao valente comandante da *Martim de Freitas*, que tão bem soubera defender o seu navio.

Um momento de audácia, duas horas de combate, cem mortos e duzentos feridos, de ambos os lados: eis aí o que bastou para destruir a esquadra miguelista, deixar Lisboa franca à invasão e decidir incontestavelmente o pleito a favor dos liberais. Quem possuir Lisboa é dono de Portugal.

Molelos, como se disse, retirava perante o duque da Terceira no Algarve, porque só tinha consigo, para o defender, 4 batallhões realistas, as milícias de Lagos, 150 cavalos e 8 bocas de fogo (Soriano, *Cerco*); mas Terceira, em vez de cobrar ânimo com a retirada do inimigo, retirou também de Messines, à raiz da serra, para Loulé, mais próximo da costa, à sombra de Napier. Nesta situação o veio achar o inglês com a vitória. Os seus argumentos, o seu exemplo, as suas ordens forçavam a abandonar a timidez, a prosseguir uma campanha temerária: eram 1600 homens, com 16 ou 18 cavalos. (*Ibid.*). O Algarve aderiu só platonicamente, sem dar um soldado. Perdão! Tavira, que em 7 contava 45 voluntários, dava em 13, conhecia a vitória, 79! (*Mapa da força, etc.*, nos *Pap.* de Resende.) O governador, desesperado, queixava-se de lhe «mandarem uns poucos de franceses no número dos quais vêm alguns que eu aqui prendi por roubos que fizeram» (*Of.* de 11) — os aclamadores da semana anterior! E o juiz de fora, sabendo que o militar ia partir para se reunir ao exército, escrevia-lhe: «V. não ignora que o espírito dos habitantes desta cidade é péssimo e que não havendo aqui autoridades enérgicas é fácil haver uma sublevação... Se V. partisse, eu não poderia responder pela ordem e sossego público (*Of.* de 11 *ibid.*). Eis aí a explosão do entusiasmo pela vitória! Não haveria motivo para temer o resultado da aventura?

Mas por seu lado Molelos, que já reforçado começara a avançar, parou, ao saber da perda da esquadra; e, constando-lhe que Beja se pronunciara pelos liberais, supondo que Terceira se dirigiria para aí, marchou para lá, deixando franco o caminho de Lisboa pelo vale do Sado. De 16 a 19 o miguelista fez de Beja uma triste Cápuia; enquanto a 17 Terceira, já transposta a serra para aquém de Ourique e de Panoias, na Messejana, próximo de Aljustrel, hesitava sobre o que faria. Voltar ao Algarve? Ir bater Molelos a Beja? A primeira hipótese era uma retirada; a segunda seria quase uma derrota certa! Que fazer então? O que Napier fizera à esquadra: tomar de abordagem a capital. Mas eram poucos; muito poucos; as populações não buliam, e em Lisboa havia forças respeitáveis? Respeitável era a esquadra e fundira-se: outro tanto sucederia em Lisboa ao duque de Cadaval. Só a audácia os podia salvar, dando-lhes a vitória contra as regras, contra a razão: o juízo era uma loucura, pois se combatia contra gente esvaída: as regras, um desvario; a prudência, uma perdição. Isto diziam Loureiro e Mouzinho de Albuquerque, ao tímido general, nos Conselhos de Messejana, a 17. Partiram com efeito a marchas forçadas para Lisboa, ao mesmo tempo que por mar, Napier vinha com a esquadra. Molelos ficava para trás, em Beja. (Soriano, *Réplica a Uma Folha*)¹.

¹ A marcha sobre Lisboa é um dos episódios mais graves da guerra; parece-me, pois, interessante, extractar aqui a correspondência do quartel-general de Terceira com o ex-governador de Tavira, Resende, que seguia o exército na retaguarda à frente de um corpo de cavalaria. As cartas e ofícios são todos do punho de J. J. Loureiro, que os assina.

Loulé, 7 de Julho. «Com a notícia da tomada da esquadra do Miguel pela nossa mudam muito as circunstâncias: deves, portanto, demorar-te aí (Tavira) e está certo que logo que entremos em operações tu te reunirás.» *Carta part.*

Ibid. «O quartel-general parte hoje para Lagos... Hoje parte daqui para ocupar S. Bartolomeu de Mecines (*sic*) a brigada do general Schwalbach; a brigada do general Brito parte para Albufeira talvez para seguir para Lagos; o corpo académico fica nesta vila para guardar a estrada de Almodôvar; Domingo de Melo com duzentos e cinquenta franceses e alguns mellecianos (*sic*) de Beja deve ocupar Mértola.»

Ibid. 8 de Julho «...V. S.^a se ponha em marcha com os soldados dos regimentos portugueses que aí se acham... para Faro onde V. S.^a receberá novas ordens.»

«O quartel-general estabelece-se amanhã em S. Bartolomeu de Mecines.»

Em Lisboa, Cadaval, que sabia a esquadra perdida, perdia o tino e a esperança. Mandara uma divisão reforçar Molelos; e mandou (23) para Almada Teles Jordão com três mil homens defender esse ponto avançado da capital e cooperar com o general do Alentejo! Não sabia que, deixando-o para trás, a coluna liberal entrara em Setúbal, galgara, sem parar, a serra de Azeitão, descendo ao vale de Coina e marchando na praia do Tejo, pelo Seixal, pelo Alfeite, até à Piedade, com Lisboa à vista. Na Piedade, à tardinha de 23, os invasores, viram as avançadas de Teles Jordão. A praia, estreita, apertada entre o rio e as colinas da margem, não permite o desenvolver de manobras nem dá uma vantagem grande ao número. Os miguelistas, presente o inimigo, ignorantes dos antecedentes, julgaram Molelos derrotado: grande devia de ser o número! E escurecia. O imprevisto, o susto, a ignorância, começaram o combate, que foi logo uma derrota. De roldão, aos tombos, fugindo como uma carneira-

Messines, 12 de Julho. «Não se tendo V. S.^a ainda podido reunir ao exército e sendo necessário que este entre (quando?) antes em operações, S. E. o duque da Terceira determina que V. S.^a prossiga pela estrada de S. Marcos, Santa Clara e daí por diante em seguimento do exército...»

«O exército marcha na madrugada do dia 13 para S. Marcos e no dia 14 pernoitará em St.^a Clara.»

Gravão, 16 de Julho. «...em Santa Clara se dirija com o destacamento do seu comando sobre Odemira, daí sobre Santiago do Cacém por Grândola e Alcácer do Sal, tendo o cuidado de indagar sempre notícias do exército o qual... deve ali chegar no dia 20 do corrente».

Messejana, 17 de Julho. P. S. ao of. preced. «Em qualquer parte que V. S.^a receber este ofício, se dirigirá por Odemira ao lugar indicado procurando sempre notícias do inimigo e no caso de este seguir após o exército, sendo dificultosa a sua reunião, V. S.^a se conservará em S. Tiago de Cacém ou onde melhor convier. etc.»

(Esta recomendação depõe contra a versão de uma compra do chefe do estado-maior de Molelos. Se Loureiro tivesse comprado o inimigo, não recriaria que ele lhe picasse a retaguarda.)

Alcácer do Sal, 20 de Julho. «Hoje recebi o seu ofício datado de Odemira em 16... V. S.^a poderá talvez chegar aqui... dirija-se a Setúbal por Águas-de-Mouro... S. E. (Terceira) espera pernoitar amanhã em Setúbal.»

Setúbal, 22 de Julho, «Tendo S. E. recebido notícias de que o visconde de Molelos marchava sobre a nossa retaguarda... faz-se preciso que V. S.^a se dirija de Grândola sobre a Comporta e que embarcando ali V. S.^a venha a Setúbal com toda a brevidade, seguindo depois com a mesma até se incorporar ao exército que se dirige sobre Almada aonde provavelmente chegará amanhã 24 (lapso evidente) do corrente.»

O exército chegou com efeito à Piedade no dia seguinte, 23.

da assustada numa estreita azinhaga, assim vieram os miguelistas correndo pela estrada, vazar-se no Cais de Cacilhas, apelando panicamente para os barcos, invadindo-os para fugir.

Era noite: e o estalar dos tiros avisava Lisboa do combate. Chegavam por mar os voluntários de Sintra, mas já tarde; e vendo a desordem e o tropel no cais, mandavam os catraeiros voltar sem desembarcarem. Clamorosa, desesperada, a tropa fugitiva esconjurava-os, vingando-se a tiro nos desalmados. (*Apontamentos da Vida*, etc.) Nos barcos atracados, enterrados na água com o peso da gente, não cabia mais ninguém: catraeiros, largando as velas, alavam para o Tejo, escuro como a noite. O fragor era grande, mas por fortuna o rio estava manso. Vinha, porém, já na cauda dos fugitivos o inimigo, e no espaço breve do cais misturavam-se todos, envolvidos nas trevas da noite e do ódio. Matou-se muito nos degraus do molhe. As pequenas ondas do Tejo lambiam das pedras o sangue e os mortos. Brigando com o cavalo que montava, para entrar na falua, estava um oficial que foi reconhecido: era o Teles Jordão, o réu de tamanhas cruezas, o cérbere da Torre! Abateram-no com uma cutilada, arrastaram-no semimorto até à quina do castelo, contra a qual lhe racharam pelo meio o crânio.

A noite crescia, calava-se tudo, acabavam as agonias dos moribundos e os fugitivos velejavam tristemente sobre o rio, a caminho de Lisboa. E em torno do cadáver do general, à luz dos archotes com que o iam ver, os vencedores cantavam:

*Já morreu Teles Jordão:
Nas profundas do Inferno.
Os diabos lá disseram
Temos carne para o Inverno!*

O filho, o menino, escapara. Horrorizados, apavoridos, ele e os demais, chegaram a Lisboa encher de clamores o quartel-general do duque e a cidade inteira. A negra noite escondia para além do rio as legiões do Anticristo: o dia seguinte seria o do Juízo Final! Ainda a 23 morrera enforcado um homem no Cais do Sodré, quando já se ouviam os tiros na Outra Banda. O pobre, a caminho da forca, pedia em altos brados ao povo que o livrasse: um instante era a vida! E o povo calado e cabisbaixo não se movia — mas já também não

aclamava a força vingadora, sendo mister que os soldados da escolta abrissem caminho às cutiladas. (Monteiro, *Hist.*). Tinha passado os dias em que uma invasão ou uma revolta liberal teriam sido recebidas com uma condenação unânime. Sem se converter ao liberalismo ímpio, o povo da capital não podia mais respirar, de cansado por três anos de crise devoradora.

Esse desalento mórbido invadia todos; e a isso deveriam a vida os três condenados que jaziam no oratório para a força do dia seguinte. (*Ibid.*) Na madrugada de 24 o duque de Cadaval resolvera em Conselho evacuar Lisboa. Tinha, entretanto, dez ou doze mil homens e munições bastantes para meter no fundo os botes cacilheiros em que os liberais poderiam vir da Outra Banda. Mas o medo! E quem sabe? Talvez o *encoberto* Molelos viesse no encalço dos invasores, que mais tarde seriam colhidos entre dois fogos, no seio da capital. Destinando Lisboa a ser campo dessa batalha eventual, os militares davam a medida do seu juízo. Prudentemente retiraram, pois, todos, exército e frades, fugindo até Loures. De manhãzinha foram a Cacilhas avisar Terceira do ocorrido, e ele, não querendo acreditar, mandou ver: era verdade! (*Apontamentos, etc.*) O castelo de Almada entregou-se-lhe, e a coluna liberal passou o rio em faluas, desembarcando em Lisboa sem disparar um tiro. Napier, que se justificara na batalha ganha por suas mãos, tinha uma segunda prova da lucidez das suas vistas.

Assim que o exército miguelista abandonou Lisboa, viu-se rebentar o apostema de cóleras e vinganças comprimidas, e correu pelas ruas da cidade a baba podre dos maus instintos que se aclamavam vencedores com a vitória da Liberdade: um delírio de sevícias, de roubos, de assassinios — quase um saque. Os frades eram apunhalados nas ruas, e um desembargador foi levado de rastos puxado por um freio, com uma albarda nas costas, desde o Poço Novo até o Correio, onde expirou. Tinham-se aberto de par em par as cadeias, caindo sobre a cidade mais de cinco mil presos — toda a aristocracia do crime. Assaltavam-se casas, arrombavam-se portas a machado. Havia incêndios, e fogueiras nas ruas, com as mobílias dos miguelistas lançadas das janelas. (Monteiro, *Hist.*)

Pelo meio, soavam os clamores e vivas à Liberdade, que se identificavam com a soltura de todos os instintos e desejos.

Era Julho, um dia de calor sufocante, com uma brisa morna levantando nuvens de lixo na suja cidade onde os salteadores imperavam armados, fortificados. Os bandos corriam as ruas, e em vez de marcarem com giz um M (malhado) nas costas das vítimas do cacete, marcavam agora com um B (burro) os setenciados à mesma sorte. Nas portas das lojas condenadas, faziam cruces. O Alfaiate-coxo tomara o lugar de Miguel-alcaide. A casa do conde de Basto, entre muitas, foi saqueada. (*D. Miguel em Portugal.*) E, se na cidade o pavor e a desordem eram grandes, maior, mais triste, era ainda o espectáculo dos subúrbios, onde muita gente se escondera, onde se sumiam os ladrões soltos da cadeia: maior nas estradas pulverulentas coalhadas de gente espavorida, fugindo sem norte, ajoujada com as trouxas de roupa, os sacos ao ombro, as crianças pela mão, carpindo a sua sorte, dizendo mal à sua vida.

Um terror pânico invadira todas as cabeças. Era a invasão diabólica, era o susto dos facínoras desenfreados, soltos. O tumor português rebentava por fim; e a queda da velha Lisboa histórica, perante a audácia do excêntrico inglês que sondara e percebera Portugal, punha o remate a largos tempos, em verdade anacrónicos. Na apavorada imaginação dos perdidos, o caso surgia como condenação de um Deus que soltara o inferno para os castigar: um herege comandando a guerra e trazendo consigo a peste horrível que matava repentinamente! Os fiéis infelizes não cessavam de orar em lágrimas, pedindo misericórdia, cosendo contra o peito o *santo remédio contra a peste*, que a *Gazeta* anunciara e os cegos vendiam sob a arcada do Terreiro do Paço — enquanto houvera Lisboa! Era um papel bento, com uma cruz impressa, remédio para a cólera ¹:

¹ *Sist. dos Mitos Relig.* pp. 51 e 277.



Mas, ao lado de Lisboa desolada que se sumia pelas casas cerradas, com os velhos orando fervorosamente, pelas estradas por onde emigravam as famílias; ao lado dessa Lisboa caduca, surgia radiante de entusiasmo e desejos a nova Lisboa liberal, com ramos de perpétuas ao peito, laços nos chapéus, bandeiras constitucionais nas janelas (*D. Miguel em Port.*); a Lisboa azul e branca, saudada no Tejo pelas salvas dos navios de guerra ingleses e franceses à bandeira que se levantara já no Castelo de S. Jorge (*Monteiro, Hist.*). Às duas horas chegou *esta gente* em botes cacilheiros. Terceira não queria acreditar em tanta sorte; e o próprio Napier, que tudo preparara, e agora estava com a esquadra à barra, subindo o Tejo no escaler, achava que o êxito excedia as suas previsões. (*Soriano, Cerco.*)

No dia seguinte a esquadra bicolor, já única esquadra portuguesa, entrou no rio e veio fundear em frente da cidade. Que mais faltava? Nada, absolutamente nada. Ganha Lisboa, Portugal estava vencido, expulso D. Miguel, concluída a guerra, iniciada a folgança. Faltava apenas repartir o bolo conquistado com tanto trabalho. Os guerreiros, como vian-dantes fatigados da marcha, descobriam-se, punham de lado o chapéu, limpavam o suor da testa, parando à espera do jantar preparado na estalagem. A orgia continuava nas ruas, e agora como outrora dizia-se: deixem desabafar o povo!

O inglês, porém, tão audaz como providente, tão lúcido,

tão sabedor de como isto era, não partilhava a confiança geral. Entrara-se em Lisboa, é verdade; mas ao Sul estava o exército de Molelos, ao Norte o do duque de Cadaval, intactos ambos. A sorte e a inépcia dos dois abria as portas na cara dos vencedores! Napier tinha a esquadra como coisa sua; e, deixando os mais aclamarem-se, destacou os vapores Tejo acima, para Salvaterra, para Aldeia Galega, a impedir que Molelos, já em Setúbal, passasse para o Norte do rio. Isso fez com que o miguelista só em Valada pudesse passar, indo unir-se a Cadaval e retirando ambos sobre Coimbra, a esperar ordens de D. Miguel ainda no Porto.

2. OS ÚLTIMOS DIAS DO CERCO

No dia seguinte àquele em que Lisboa se rendia sem combater, D. Miguel no Porto assistia, do morro de S. Gens, ao assalto comandado pelo novo general, Bourmont, o legitimista expulso de França pela revolução de 30. A guerra portuguesa era um acontecimento europeu, e os dois irmãos rivais apareciam como representantes dos princípios políticos então debatidos na Europa latina. Contudo, a par desta fisionomia mais geral da guerra, havia a feição particularmente portuguesa: de um lado, a unanimidade no sentido da tradição histórica, o nacionalismo, o amor pelo príncipe; do outro, o carácter da excepção individual, do estrangeirismo, de pequena consideração por D. Pedro.

Natural é, pois, que os legitimistas franceses viessem combater por D. Miguel; mas esse facto, além de demonstrar o esfacelamento crescente do velho Portugal, já forçado também a confiar a estrangeiros o comando dos seus exércitos, fazia com que a guerra perdesse, ao declinar, aquela feição de nacionalismo que tanto a distinguira a princípio. Desolado pela incapacidade dos seus homens, o Governo de D. Miguel contratava para a esquadra ingleses que não vieram a tempo, dera os comandos aos franceses da Vendaia; mas quanto já aos exércitos, nada mais restava do que defender a honra na derrota.

Foi uma derrota o resultado do assalto dado às linhas do Porto no dia 25. O vencedor de Argel, Bourmont, recuou, retirou; e Saldanha inscreveu mais uma vitória brilhante no

seu vasto catálogo de batalhas. D. Miguel desanimou vendo-se batido, e, não já na pessoa dos generais que lhe não mereciam confiança, mas na pessoa do grande general francês. Do seu observatório de S. Gens, deitando fora o óculo revelador da sua perda, largou num galope solto, como homem desorientado. É de crer que, neste momento, o rapaz entrevisse o futuro inevitável, quando já o telégrafo anunciava a perda de Lisboa. Talvez se arrependesse do erro com que dera ouvidos aos aduladores, esquecendo os homens de são juízo; talvez reconhecesse nessa hora a sua incapacidade para a empresa a que a mãe o arrastara; talvez dissesse mal da sua vida, que podia ter sido fácil e cheia de gozos, se fosse menos honrada. Sem fanatismo religioso nem monárquico, desposada a sobrinha, dado o braço a Palmela, com astúcia e cepticismo: não é verdade que teria reinado numa paz gorda, vindo a acabar de velho, feito uma trouxa de carnes bragantinas, como sucedera a seu pai?

Não o quis assim a sorte, fazendo-o nobre e pouco inteligente; não o quis assim a mãe, que o dirigiu no sentido da guerra às coisas e à gente nova. Quem, despido de ódios e paixões políticas, pára a meditar neste instante, olhando o que vai seguir-se, é forçado a simpatizar com esse príncipe infeliz, tão odiado e tão digno, tão nobremente caído depois de lutar até ao fim, não raramente exilado numa penúria absoluta: a simpatizar, repetimos, com esse príncipe que, por uma excepção talvez única, não pôs dinheiro nos bancos para o caso da retirada forçada, e teve de viver das esmolas que de Portugal lhe mandaram os seus partidários e amigos. Se a dinastia de Avis terminou heroicamente, a de Bragança teve em D. Miguel um tipo de honradez simples. Os dois príncipes mais desditosos — acaso por isso os que o povo mais amou! — personalizaram as duas melhores faces do carácter nacional.

Batido Bourmont, perdida Lisboa, Cadaval-Molelos em Coimbra — que havia a fazer? Insistir em novos assaltos ao Porto era loucura; bastava deixar aí uma divisão que pusesse em respeito os sitiados, e impedisse o inimigo de se apossar do Norte do Reino. Todo o Sul, com a única excepção de Elvas, estava desguarnecido e por isso em poder do Governo

de Lisboa. Era sobre a capital que as forças, congregadas primeiro em Coimbra, deviam cair para a reconquistar. D. Miguel, Bourmont e o grosso do exército partiram pois para Coimbra (9 de Agosto).

Havia meses que o rei viera — com melhores esperanças, perspectivas mais alegres. Também as suas ilusões se tinham desmanchado!

Rapidamente as coisas se tinham ido desconjuntando. A febre dera em delírio; a loucura desorganizara tudo. Financeiramente, caía das mãos dos judeus-banqueiros para as dos judeus *chariváricos* (Drumont), entregando-se aos planos grotescos de um saltibanco. Ao conde da Lousã, ministro da Fazenda, escreviam de Paris (26 de Abril 1833) que o governo francês proibiu a cotação do empréstimo de 32 na Bolsa; mas, como salvador, vinha a Braga, apesar dos protestos de Santarém (Maio, c. a Lafões) o barão Haber, filho de um judeu banqueiro de Francfort que teve audiência de D. Miguel e charlatanesicamente lhe dispensava uma protecção que o rei aceitava. Escrevendo a Santarém, para Lisboa, diz (cc. 24, 27 Maio 1833): «Je promets à Votre Excellence que rien n'est impossible avec un pareil Roi, un pareil Peuple e un pareil Pays.»

Ao lado de D. Miguel, em Braga, intrometia-se no Governo, exigiu a demissão de empregados (cc. de 30 de Maio e 3 de Junho a Santarém), enquanto em Paris os agentes do Tesouro jogavam às cabeçadas entre si e com o Lousã, ministro da Fazenda. Era uma farsa completa, com Haber à frente, desenrolando a D. Miguel o seu plano fantástico de salvação financeira. Dar-se-lhe-ia o monopólio das exportações, o que tornaria para logo miguelistas os negociantes ingleses do Porto (c. a Santarém, 31 Maio 1833). Dinheiro não faltaria! Era homem para muito mais! «Il y a un grand avenir devant nous; le Portugal sera grand et prospère!» (c. 1 Junho). A realidade destes sonhos, alvitres funambulescos no meio da insânia mendicante e rábida, era uma falência total dentro e fora do Reino, nas legações.

O conde da Ponte, de Paris, escrevia a Santarém, *oficialmente* (10 Junho 33) que tudo lhes faltava: há dois anos que não recebem, «não tenho com que pagar a minha despesa mensal dos objectos de primeira necessidade; não posso pagar a casa onde moro, não me é possível continuar a fazer as

despesas de secretaria, etc.». E também por isto, cada qual, a seu belprazer, fazia política por sua conta: Oriola em Viena, Correia de Sá em Berlim, sem atenção para com o pobre ministro, visconde de Santarém, que se queixava ao duque de Lafões, lamentando o zelo indiscreto dos agentes nas cortes *apostólicas* do Norte. (cc. de Maio, 1883.) Acertadamente, Santarém observava que essas cortes iriam a reboque da Inglaterra, e Lafões, respondendo de Braga ao seu colega em Lisboa, dizia-lhe com lágrimas nas palavras: «Que interesse este! Bem comparado aos que dissessem a um desgraçado acometido por um bando de salteadores: defende-te, e se te salvares nós prenderemos os ladrões a quem damos armas para te atacar.» (c. 16 Maio; Ant. Viana, *Silva Carvalho e o Seu Tempo*.)

Toda a Europa virava de bordo: não havia que esperar. Não admira pois que D. Miguel, nas últimas, recebesse D. Carlos (que em Março de 33 viera para cá) de braços abertos em Coimbra. Esse apoio a D. Carlos provocava uma nota fulminante do ministro Córdova, a quem o pobre Santarém, apertando as mãos à cabeça respondia: «*Je suis désolé avec votre note et avec tout*» (c. 2 Junho, 33). Esta explosão de desespero nada valia ao pobre ministro: a Espanha *cristina* abandonou o miguelismo, e depois das intimações de Setembro para expulsar D. Carlos, entrou na quádrupla aliança.

Vitorioso um, vencido o outro, dos dois irmãos qual é mais invejável o Destino? Triste comédia a do mundo, para os homens, títeres da sorte! Também as ilusões de D. Miguel se desmanchavam, uma a uma, porém, não se abalava a sua fé, nem a decisão que tomara de lutar até o fim, de acabar digna, honrosamente. Tristes são os ódios políticos; para eles nada há sagrado. Por isso não se fez justiça à dignidade intemerata: por isso o infortúnio apenas provocou até hoje doestos, e não houve ainda olhos para ver a nobreza de quem redimia tão dolorosamente os erros e acaso dos crimes da sua primeira juventude.

Calado e triste, com a consciência do destino que o esperava, D. Miguel seguia a estrada de Coimbra, à frente do seu pobre exército. Ia a passo vagaroso o cavalo, e sobre ele o rei militarmente vestido, com a sobrecasaca azul abotoada até à garganta, na cabeça o chapéu à moda napoleónica, e sem

mais distinções do que a banda vermelha a tiracolo. A cada instante parava: eram os velhos, as mulheres com as criancinhas pela mão, que vinham saudá-lo com vivas tristes, rodeando-o, pedindo-lhe a bênção. D. Miguel chorava, e o povo aflito gemia, rogando a Deus que salvasse o rei e o Reino da mão dos ímpios. Ao lado ia, chouteando, uma mula carregada com a carga coberta por um xairol vermelho e as armas reais pintadas: ia ali a bagagem inteira de D. Miguel. Quando, no fim de tudo, partiu para o exílio, nem a carga da mula levou... Depois do rei e da mula vinha o exército, chouteando, coxeando também, ferido, esfarrapado, moído dos combates, e dos vômitos da cólera que trazia como despojos do Porto. Eram velhos soldados das guerras da Península, eram bisonhos milicianos, eram os dragões de Chaves que não mentiam ao nome, e os voluntários realistas, gente das cidades e dos campos, burgueses e plebeus, morgados e trabalhadores, que tinham deixado as suas vidas para acudir à guerra santa. Tudo se arrastava tristemente em farrapos de regimentos dizimados pelas balas e pela cólera, com firmeza decidida, lutando até morrer contra uma sorte adversa. Depois do exército vinha outro exército de mulheres e de crianças entre os carros, penduradas nas bagagens, chorando em coro as desgraças da orfandade e da viuvez...

Assim chegaram a Coimbra, onde as tropas do Sul se lhes reuniram. Contaram-se. Eram ainda muitos, e souberam ao certo que ninguém do Reino tomara uma espingarda para defender a gente que entrara por surpresa na capital. Voltaram logo as esperanças. Era possível, mais do que possível, provável, certo! que reaveriam Lisboa. Assim os moribundos, nas vésperas de acabar, têm um clarão de vida fugitiva! Ainda os soldados, já medrosos dos baluartes do Porto, se electrizaram esperando a mudança da sorte; mas esse entusiasmo fugaz duraria pouco. Apagado para sempre, ficaria apenas a coragem fria com que feriram as últimas batalhas, para morrer cumprindo o que deviam.

Foi de 13 para 14 de Agosto que, depois de uma demora imperdoável em Coimbra, as três divisões do exército marcharam para o Sul. A de Lemos iria ocupar Santarém; a de Larochejacquelin, Salvaterra; e D. Miguel e Bourmont, com a terceira, seguiriam para Leiria. Na Estremadura, que o rei agora pisava, não eram tão conhecidas, por serem mais dis-

tantes, as desgraças do Porto, e o ardor miguelista era maior ainda do que no Norte do Reino. Os soldados vinham alegres, animados, cheios de crenças. Tinham descansado e remendado os fardamentos em Coimbra: aparecia tudo remoçado; e acaso no espírito do próprio rei surgisse a esperança de um virar da roda funesta das desgraças. Mais vivo, esporeando o cavalo que trotava, D. Miguel atravessava as aldeias que o vinham esperar de joelhos, deitando-lhe flores e votos, bênçãos e aclamações.

Entretanto, a um e outro lado do Reino, para cujo centro vinha desenlaçar-se a tragédia, desenhavam-se apisódios fúnebres. Em Estremoz morriam a machado os presos no castelo; no Porto ardiam os vinhos numa fogueira gigantesca. Impenitente, o miguelismo acabava como principiara: com um punhal e um brandão aceso. Crise de um desespero histórico, devia concluir com incêndios e matanças. Esta era a sua natureza, a sua fatalidade, contra a qual protestaram, reagindo em vão, os espíritos rectos que a Nação por engano possuía.

O episódio trágico dera-se a 27 de Julho, como desforra da surpresa de Lisboa. Havia no castelo de Estremoz umas dezenas de presos políticos vindos de Vila Viçosa; e a plebe desenfreada, que debalde pedira forças, decidiu fazer justiça por suas mãos. Começaram os tumultos: os presos eram reféns e responsáveis. Assaltaram o castelo, e as autoridades da vila, frouxamente, enviaram a defendê-lo uma escolta de cavalaria que se bandeou com o povo. Começou o ataque, a tiros e pedradas. Os presos defendiam-se de dentro conforme podiam, principiando a matança por um que, ferido de bala, se deitou do alto da torre de menagem. Em baixo despedaçaram-no. O Alturas, estalajadeiro, comandava a plebe, na qual, como sempre, a ferocidade das mulheres excedia a fúria dos homens. Ficaram célebres o Franco, o José Pepe, o Félix e o filho da Chouriça, com o barbeiro Felizardo e o alfaiate Rafael; mais célebres ainda a Biscainha, a Antónia-aguadeira, a mulher do Lançarote e a terrível Bibi de má nota.

Num instante se arrombaram as portas e a turba rolou pela sala ladrilhada, onde o machado tinha tanto a derrubar.

Imagine-se o que as mulheres fariam, quando os homens deixavam 'por terra mutilados, com o crânio aberto, um depois de outro desgraçado. Num quarto separado, estava o coronel Silva com a esposa e a filha: quando os assassinos investiram, as mulheres defenderam o velho. Eles pararam obedecendo a um instinto; mas logo a rapariga ferida desmaiou, e o instinto cedeu à fúria, e o coronel foi trucidado com os demais. (*Relação autêntica do assas.* etc.) Assim acabaram a machado trinta e três pessoas; e ainda hoje quem visitar a sala do castelo de Estremoz, onde o trágico episódio se deu, verá sobre os tijolos os sulcos feitos pelos gumes dos machados. Não vê já, nem o sangue que alagou o chão, nem as lascas de osso, as pastas de medula, os farrapos de carne, que os machados levavam consigo e cravavam no tijolo, ao bate de cada golpe...

Ao sul do exército miguelista era a carnagem de Estremoz, ao Norte, no Porto, eram as chamas de um incêndio singular. A 18, Saldanha batera os sitiante da margem esquerda, libertando definitivamente a cidade: só na margem direita ficava ainda a divisão de D'Almer, que a 20 resolveu retirar. Antes de o fazer, porém, e para alumiar a sua marcha com uma fogueira sinistramente colossal, o miguelista ordenou a queima de todos os armazéns de Gaia. Havia de 10 a 15 000 pipas de vinho e 500 de aguardente (17 534 e 523 diz J. Liberato, *Memórias*) nos armazéns que estavam minados. Posto o fogo ao rastilho, começou breve a pirotecnia, alumizando a noite. Abriu por uma explosão tremenda, donde saíram labaredas e rolos de fumo rápido (Shaw, *Mem.*). O vento animado impelia a chama. E as pipas estalando troavam como canhões. Singular batalha! O vinho rolava em cachões, da praia sobre o rio, que ia tinto de vermelho como sangue. As labaredas subiam e a vasta seara de fogo batida pela aragem, ondeando, crescia, andava. Incendiados, como lavas de um vulcão, desciam ao Douro os líquidos espirituosos e chocando as águas, repeliam-nas, entrando nelas como um cabo. Parecia uma tempestade geológica. A água do rio fervia, fumava; e flutuando sobre a água vogava à mercê da corrente, direito à Foz, um lençol de chamas rubras. (J. Liberato, *Mem.*) Corriam perigo os navios, e, por interesse, por humanidade também, os ingleses surtos no Douro desembarcaram a atalhar o incêndio. Puderam limitá-lo, não puderam, era

impossível, salvar o que já ardia. Livres as chamas iluminavam o ar, e para além delas, nos lombos das colinas da margem, desenhavam-se no fundo do céu as sombras dos soldados miguelistas, retirando espectralmente...

No Porto, a fugir dessas sombras enchia os corações de alegrias. Era a liberdade que voltava, depois das angústias do cerco terrível. Respirava-se, vivia-se; e, com a ingénua satisfação que fica de se ter praticado um acto famoso, não lembravam os desesperos e maldições proferidas, enquanto se adquiria o direito ao orgulho posterior. Tudo esquecera; cada burguês da cidade se tinha na conta de um herói, quando na Praça Nova, curvado, com as mãos sobre os joelhos, mostrava à mulher o «canhão-pechão», o «mata-malhados», cujo trom se distinguia no fragor do bombardeio. Mudo, vencido, de rastos na praça, o miserável obus, outrora tão temido, era como o leão velho na fábula...

Trucidados os infelizes de Estremoz, queimados os vinhos de Gaia, destruída a riqueza por uma guerra longa e devoradora, rareada a gente pelos combates e pela peste, o Reino achava-se como devia. Conta-se que o conde de Basto dissera pitorescamente: «Se a pescada cair na mão dos malhados, tão moída será que mal a poderão comer.» Essa pescada era Portugal. Estava deveras moída. E sem dúvida ia cair na mão dos malhados. No que se enganava o conde, era na qualidade de apetite dos vencedores. Moída, bem moída, quase podre, ainda assim acharam muito onde cravar os dentes. Tinham uma fome!

3. D. PEDRO EM LISBOA

Dois dias depois de Terceira entrar na capital, saiu D. Pedro por mar do Porto, deixando o comando da praça, ainda cercada, a Saldanha, para acabar, como vimos que acabou, esse primeiro acto da guerra. Concentrava-se agora a acção na capital, e era aí o lugar do príncipe.

Com dois dias de viagem, a 28, desembarcou em Lisboa. Vinha outro. A fortuna que Napier e Terceira lhe tinham preparado enchia-o de orgulho, acordando vaidades antigas bem mortificadas no Porto. Seriam as derradeiras, antes da sua morte próxima: como também eram derradeiras as es-

peranças reverdecidas do irmão. Robusto ainda, com uma larga testa bem erguida, pálido e bexigoso, o olhar firme, *fierce eye*, seco e sem amor, nada insinuante, duro e bravio, *savage looking man*, assim pinta Napier (*Guerra da Suc.*) a D. Pedro à sua chegada a Lisboa. Era o mesmo, com efeito; era a antiga prosápia nossa conhecida, endurecida pelas provações, mas renascendo com a fortuna. Se Portugal se lhe tivesse entregue, é natural, mais do que possível, que procedesse com aquela longanimidade compatível com as outras faces do seu génio. Resistira? Ultrajara-o? Vinha, pois, como vencedor, decidido a destruir para todo o sempre a antiga Nação que o renegara.

Os oficiais da esquadra inglesa do Tejo, Palmela, Terceira, Napier, toda a gente foi a bordo cumprimentá-lo. D. Pedro em pessoa veio ao portaló do navio abraçar o excêntrico almirante, que lhe dera Lisboa. Ponza-Napier exultava, observando o êxito da sua aventura romântica. Desembarcaram todos, havendo no caminho do Paço as festas do costume. Subiram à Ajuda. D. Pedro voltava aos seus penates, depois de uma ausência de vinte e seis anos: saíra dali na célebre noite de 1807¹. Singulares deviam ser as impressões que teve. Assistia à missa ao lado de Napier, e dizia ao ouvido protestante: «Não é verdade que se pode ser bom católico e bom cristão, sem tantas cerimónias?» (Napier, *Guerra.*) E o excêntrico sorria, respondendo que sim. A banalidade do catolicismo liberal, sem fé, era a religião do príncipe, ia ser a da Nação nova. Seca fórmula sem ideal, deixava à solta os temperamentos, as paixões; deixava os espíritos nesse estado da anarquia moral, inevitável em épocas semelhantes, que então principiou para nós e não acabou ainda, nem acabará tão cedo para ninguém na Europa.

No dia seguinte foi a S. Vicente e no túmulo do pai escreveu: «Um filho te assassinou, outro te vingará.» (Monteiro, Soriano, etc.) O ódio aparecia, consagrando um dos boatos por onde esta história começou: o envenenamento de D. João vi pelos sectários da rainha. Assim D. Pedro, que viera como pacificador, aparecia, depois das desilusões de um ano, como tirano. «Uma espécie de tirania, diz Napier,

¹ *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), II, pp. 230-3.

foi substituída por outra. Havia mudança de homens, mas nenhuma mudança de medidas: governavam um partido, e não um Reino. Metade de Portugal tinha sido confiscada por D. Miguel, a outra metade ia sê-lo por D. Pedro.» A vitória não dava generosidade; e ainda antes de terem vencido, já os liberais começavam a vingar-se.

D. Pedro aceitou esse papel de tirano, completando a feição do Governo com o aspecto de quartel que deu ao Paço. Preferiu as Necessidades à Ajuda, e no hospício abandonado instalou a sua Corte, como a de um Napoleão em miniatura. A velha nobreza também se afastava dele, e no Paço formigavam entre os generais aventureiros, gente mais ou menos excêntrica. Mendizábal com a sua cauda de rafeiros era um rei. Ninguém tinha como ele o talento de sugar o dinheiro escondido: era um mestre em obras de empréstimos; mas o seu desleixo engordava uma nuvem de agentes, e a natureza da profissão exigia o emprego de charlatães e intrigantes que, sob o honroso nome de amigos da Causa, arriscavam muito e roubavam mais. (Napier, *Guerra*.) A autoridade que a eminência das funções que exercia dava ao espanhol, tornava-o importuno. Envolvia-se em tudo, dava sentenças aos ministros, conselhos aos generais, e até dispunha o tratamento do regente: era um factótum. D. Pedro, que sem ele não teria tido um real e que só de empréstimos podia viver, suportava-o com humor vário.

Fácil, sem-cerimónia, crendo que a liberdade consistia nas aparências, o príncipe, que fizera do seu Paço um quartel, suprimiu as etiquetas da Corte. (Soriano, *Cerco*.) Era uma tirania à antiga, semelhante à que fora a de D. Miguel, com a diferença que antes tinha uma cor demagógica, e agora uma cor militar-agiota. Com efeito, o regabofe começava, ainda durante a campanha, no segundo semestre de 33. Farrobo trespassara com boas luvas o contrato do tabaco, comprado a grosso risco nos dias de apuro. Foi o que provocou a primeira das célebres cartas rebeldes do conde da Taipa. Cada qual procurava um nicho para si, nas vagaturas deixadas pelos que tinham fugido para D. Miguel: o pessoal das secretarias renovava-se quase todo. Só as reclamações dos ingleses conseguiram que se parasse na venda, isto é, na queima dos bens miguelistas confiscados. (Napier, *Guerra*.)

Os ingleses (Russel que fora acreditado ministro junto da

Regência e Napier a quem ela devia a vitória) com Palmela, credor de D. Pedro por quase tudo, insitiam pela moderação; mas o Ministério, órgão implacável da vitória, e o príncipe, órgão fiel do Ministério, a ninguém atendiam. Entusiasmados todos, consideravam acabada a guerra, chegado o momento da vingança e do saque. Queriam-se os bens dos ricos, os empregos vagos, e um extermínio cruel dos inimigos. (*Ibid.*) Excitados pelas privações do cerco, doridos pelo muito que tinham sofrido, não tinham coragem nem cabeça para anteporem a si próprios, às suas paixões e interesses, os interesses sagrados da Pátria.

Tratava-se da execução de uma sentença, e não, nunca!, de uma composição entre litigantes. Em Lisboa cria-se que o litígio terminara: os que não eram sanguíneos como Aguiar, futuro *mata-frades*, eram sonâmbulos como o da marinha, Margiochi, mais atento às estrelas do que aos navios. (*Ibid.*) Margiochi, astrónomo, e Aguiar, legista, tinham tomado os lugares vagos pela morte de Xavier (15 de Outubro).

O ajuste de contas principiou pelo clero. Logo em Agosto se expulsaram os jesuítas e o Núncio, cortando-se relações com Roma, que reconhecera D. Miguel. Era o prólogo quase inocente de uma larga história futura. Homens práticos, sem fé nem escrúpulos, D. Pedro e os seus estavam decididos a romper de frente contra a religião, contra as instituições, já que ambas tinham recusado o abraço que se lhes oferecera. Ele bem o dissera ao chegar: não me obrigueis a empregar a força para vos libertar! Mas o fundo de educação histórica do príncipe e dos seus sequazes não lhe permitia ir até onde fora Robespierre: pararam no momento anterior da revolução da França. Tinham ali à mão o padre Marcos para bispo, patriarca, e tudo. Extintos os padroados eclesiásticos, vagas as Sés apresentadas pelo Usurpador, abolidos os conventos abandonados, havia a reorganizar toda a Igreja portuguesa, e isso tinha de ser feito contra Roma. Foi o padre Marcos o presidente da Junta da reforma eclesiástica (10 de Outubro): caso que provocou uma gargalhada uníssona, e grave escândalo em muita gente sincera. Taipa saiu com outra carta e foi preso *Papam habemus Marcum!* O padre era fustigado sem piedade: era o conselheiro *profanador*, por ser ele a quem competia profanar os conventos abandonados; era um arlequim de saturnal: convento profanado, era convento saqueado. A lim-

peza de mãos do padre e de muitos mais, chegava a ser francamente atacada. (J. Liberato, *Mem.*) Nas esquinas apareceu um pasquim dizendo: «Quem achasse os diamantes que o padre Marcos, Melo e Magalhães furtaram ao Sobral, e os queira restituir ao Macário, ganhará alvíssaras.»

Tal era, na Corte, a Finança, o Clero. E Nobreza? Não havia. Loulé fora mandado a Paris buscar a rainha. Taipa, sem emenda, era o pior dos cáusticos. Agora que se pensava em convocar breve as Câmaras, sentiam-se graves dificuldades para arranjar uma lista de pares que não fosse de todo ridícula. Circulava um DECRETO que dizia assim: «Sendo mister engendrar uma Câmara de *indignos* pares que... me confirmem no ofício de Regente... sou servido *abaixar à indignidade* de pares as *criaturas* seguintes, etc.». Na lista figuravam Freire, escariote; o padre Marques, vulgo o Sileno, etc.; e o papel terminava: «Lisboa, 25 de Agosto de 1833. PEDRO, ex-imperador, ex-rei, ex-duque, e ex-cidadão português.»

Nem vencedor lhe perdoavam na capital, nem sossegado o deixaram até que morreu. Entretanto, chegava um segundo momento em que, a não ser ele, tudo se perderia. A defesa de Lisboa chamava-o ao campo, da mesma forma que o chamara no Porto: a história repetia-se. Era o mesmo soldado valente, o mesmo operário incansável — sem génio, nem sequer talento, mas com uma teima de ferro que substituíra melhor ou pior a ausência de dotes de estadista e de general. (Napier, *Guerra.*) Lisboa ocupara-se, mas nem por isso o Reino bulia. Apenas Santarém se pronunciara pela rainha; e depois da passagem de Terceira, como um meteoro, todo o Sul do Tejo restaurara as autoridades miguelistas. (*Ibid.*) Os liberais tinham o terreno que pisavam armados: assim fora no Porto, assim no Algarve, assim era agora em Lisboa ¹. Supondo-se prematuramente vencedores, tinham começado o saque; e as medidas cruéis não faziam senão congregar os

¹ «Que queres que façamos com as autoridades civis? Têm medo, mas como evitar-lho quando se acham sós e entre gentes desconhecidas pois todas são novas» (Carta de Loureiro, do Sobralinho, 24 de Agosto, *Cort. de Resende*).

«Suponho que a vinda daquele magistrado (o juiz de fora de Alenquer) fosse causada por algum terror pânico ou por má disposição dos povos...» (*Of. id. ibid.*).

inimigos, pôr o Reino inteiro num estado de susto, semelhante ao de um rebanho quando ouve ao longe uivar uma alcateia de lobos. Absorvidos no devorar, os de Lisboa a nada queriam atender: nem as instâncias de Napier, nem o estalar das carabinas das guerrilhas que surgiam por toda a parte. O Algarve estava alagado em sangue; a decomposição universal da sociedade consumava-se; e sobre ela D. Pedro nas primeiras semanas, partilhando as ilusões gerais, pensava em convocar as câmaras — tanto pode a tirania das fórmulas! É verdade que a Inglaterra, pela pessoa de *lord Russel*, reconheceu o novo Governo; mas é também verdade que o exército inimigo não fora batido, embora já se tornassem mais frequentes as apresentações de desertores. (Soriano, *Cerco*.)

Esse exército que deveria ter caído rapidamente sobre Lisboa (já tivera a fraqueza de a desamparar) movia-se lentamente, dando tempo a que D. Pedro se fortificasse para o receber. Além disso dividia-se, querendo atacar Lisboa, sem abandonar o cerco do Porto, donde resultou ser batido por metades nos dois pontos.

Logo que Saldanha, afastados para longe os inimigos do Porto, viu que o teatro da guerra se mudara, não lhe consentiu o ânimo irrequieto ficar nesse posto subalterno que o regente lhe confiara. (Carnota, *Memoirs of the duke de Saldanha*.) Entregando o comando ao velho Stubbs, sem pedir nem esperar ordens de Lisboa, embarcou para a capital (23 de Agosto). Fazia como fizera Nuno Álvares com o mestre de Avis: combatia por sua conta e risco. D. Pedro, ao vê-lo chegar, agastou-se e quis puni-lo: mas como, com que forças? Por isso o abraçou contrafeito, mandando lavrar uma ordem antedatada, para salvar aparências que a ninguém iludiam. (Soriano, *Cerco*.) No fim de Agosto, pois, todo o pessoal superior estava reunido em Lisboa, já defendida por um sistema de fortificações. As linhas subiam do Tejo, pela ribeira de Alcântara, aos Arcos das Águas Livres: daí cortavam a S. Sebastião da Pedreira, seguindo pela Cruz do Tabuado, pelo Arco do Cego, por Arroios, ao Alto de S. João, a cair sobre o rio, a nascente da cidade, na Madre de Deus. Os navios fundeados, desde Vila Franca até Belém, formavam a

corda do arco das fortificações de terra. Alistara-se gente em Lisboa, criando-se com ela 36 000 homens de batalhões nacionais. Foi neste momento, com a aquisição da capital, que a relação numérica dos dois exércitos em campanha se inverteu. D. Miguel não trazia mais de 22 a 24 000 homens. Para ocorrer às despesas, já era, por outro lado, mais fácil obter dinheiro: em Londres tinham-se colocado duzentas mil libras de acções do Tesouro, e a capital contribuíra com 300 contos, entrado com 300 o Banco (*Ibid.*)

D. Miguel largara de Coimbra, como vimos, dividindo em três corpos o seu exército. Larochejacquelin devia atravessar o Tejo em Salvaterra para segurar o Alentejo e manter as comunicações com o Sul do Reino. Lemos, por Tomar, seguraria o ponto dominante de Santarém; e D. Miguel com Bourmont operariam de Leiria contra Lisboa. A 5 de Setembro atacaram com efeito as linhas, mas foram repelidos. Os episódios do Porto repetiam-se monotonamente; e, embora os papéis estivessem invertidos, embora fosse impossível cercar Lisboa, e impraticável ao efectivo escasso do exército miguelista levá-la de assalto, os sitiantes resolveram conservar-se e esperar. Corriam extravagantes esperanças, ou fundadas, ou forjadas, para levantar o moral dos soldados abatido por tantos reveses. Contra o apoio decidido da França e da Inglaterra a D. Pedro, contava-se com o socorro da Áustria, com a qual se dizia haver um tratado misterioso, e da Rússia, que ia mandar uma esquadra com tropas de desembarque. Os papéis invertiam-se; porque, se até então D. Pedro vivera com dinheiro de fora e com a transfusão constante de sangue estrangeiro no exército depauperado, era D. Miguel que agora, esgotadas as forças da Nação, pedia auxílios às reservas legitimistas da Europa, vencidas em toda a parte pela revolução de 30. Tinham vindo Bourmont, Clouet, D'Almer, restos da Vendeia; e da Inglaterra chegava agora Macdonell, para herdar o comando. Depois do Porto, depois de 5 de Setembro, Bourmont tivera, por seu turno, a sorte anterior de Solignac.

No fim de Setembro (22) chegou a Lisboa a rainha: o edificio constitucional consolidava-se; e a 10 de Outubro, Saldanha, numa surtida feliz, obrigou Macdonell a fazer a sua honrosa e sábia retirada para Santarém. Encerrados aí os miguelistas, a situação relativa dos contendores invertia-se

completamente. De sitiante, ficavam cercados. E para que os papéis respectivos se não alterassem, os liberais mostravam em torno de Santarém a mesma incapacidade que os miguelistas haviam mostrado em torno do Porto. A força das coisas precipitava o desfecho fatal; mas ainda agora, apesar de todas as vitórias, para prosseguir na guerra, era mister importar mais 3000 mercenários estrangeiros. (Soriano, *Cerco*). Esta situação singular provinha da singular condição do Reino. Extenuado, assolado, valia e podia pouco. Ao entusiasmo realista caído não sucedia uma adesão ao liberalismo, mas sim um sentimento de indiferença, agravado pelos desvarios dos vencedores em Lisboa. Palmela dizia: «Aqui fazem-se as maiores asneiras possíveis governativas.» (*Corr. do c. da Carreira*, 20 de Agosto.) Nem se trata de obter a confiança das potências, nem reconciliar os partidos. Logo que se melhorava um pouco inchavam, e só pediam triunfos e vinganças; o resultado era um número infinito de inimigos, mais ou menos secretos ou ousados: os frades trabalhavam, as guerrilhas cresciam, a guerra civil não terminara. (*Ibid.* 3 de Setembro.) Estavam por D. Pedro apenas Lisboa e Porto, porque os soldados liberais as pisavam; mas o Reino, apesar de ser por D. Miguel, não o era já bastante para se decidir a uma dessas guerras populares, como a que varrera os franceses de toda a Espanha. Assim, sobre a tábua de Portugal, a sorte das coisas mandava que os destinos da Nação, passiva e resignada, se jogassem entre dois exércitos. Já não era uma questão, nem social, nem política, nem dinástica. Era apenas um duelo militar. O tempo suprimira os diversos aspectos do problema, reduzindo-o a uma feição exclusiva, nitidamente acentuada. Quem tivesse mais força, e habilidade superior, ganharia Portugal.

Fora isto o que Napier compreendera desde logo; e, vendo o desânimo inimigo, sabia que só a audácia excêntrica terminaria a contenda. A batalha naval que ganhara, decidira a metade mais difícil: faltava o resto, e o inglês, desesperado com a timidez cruel da gente de Lisboa, a mal com os ministros, não conseguia que o deixassem pôr em execução os seus planos. Seguros da vitória em Lisboa, todos os rivais queriam para si a glória de rematar a guerra, e por isso reciprocamente se hostilizavam, impedindo os planos alheios.

Assim nebuloso e dúbio se apresentava o Outono de 33.

No Norte, D'Almer voltara a ameaçar o Porto, onde Stubbs, caduco e só, se achava em perigo. Todo o Minho se conservava por D. Miguel. Parava a acção depois do episódio de Lisboa. «O caso é que o entusiasmo está murcho em Lisboa e que as operações militares estão paradas porque a força dos dois exércitos se balança.» (*Ibid.* carta de Palmela, em 18 de Novembro.) Nem D. Pedro podia entrar em Santarém, nem D. Miguel sair de lá. Os pasquins diziam:

*D. Pedro vai,
D. Pedro vem;
mas não entra
em Santarém.*

Como no tempo de D. Fernando: *Exvollo vai, exvollo vem*, etc.¹ Entre Lisboa e o Cartaxo, Saldanha, como um Nun'Álvares, capitão no campo e chefe nos clubes, podia mais do que D. Pedro, sem poder também entrar no baluarte miguelista:

*Saldanha pra cima,
Saldanha pra baixo,
mas não passa
do Cartaxo.*

Repetidas vezes ferido no seu orgulho, cõscio do valor da sua espada que salvara o Porto, que o libertara do cerco, e depois repelira de Lisboa o inimigo, Saldanha crescia todos os dias. O conde da Taipa que em 27, nas *Archotadas*, inventara contra o novo Cid o nome de «canalhocracia», era agora quase demagogo e criatura entusiasta do único homem em que se podia pôr confiança e esperança. Com a pena que escrevia as cartas ao regente sobre o negócio do tabaco, compunha acres libelos, apresentando os liberais «dançando como doidos ao som da rabeca destes senhores» — os ministros. Por Saldanha era também Napier que lhe escrevia: «As coisas chegaram aqui a ponto que haverá tumultos e tudo irá por água abaixo (*to the dogs*) se não mudam os ministros. Aborreçam-me; e se me vou, vão-se comigo os oficiais, os marujos seguirão: e adeus esquadra! É duro que tudo o que

¹ V. *Hist. de Portugal* (3.^a ed.), I, p. 134.

foi ganho a bons tiros (*honest shot*) se perca por incapacidade.» (Carta de 10 de Dezembro; em Carnota, *Memoirs*, etc.) D. Pedro entregar-se-ia de todo nas mãos do seu condestável, se não fosse o fundado amor que tinha a José da Silva Carvalho, pessoa única para descobrir dinheiro. (Soriano, *Cerco*.) Por Saldanha era até Palmela, que lhe mandava dizer de Lisboa estar *pronto para o servir em tudo*. (Liberato, *Mem.*) Singulares voltas das coisas: melancólicas sequências de um carácter feito, como o de um Talleyrand, de inteligência apenas! Friamente olhado por D. Pedro, posto de parte pelo Ministério, Palmela não podia ver-se desviado por tal forma para os bastidores da cena. Oferecendo-se a Saldanha, dizia com sinceridade: «O que eu quero é que me não desprezem!» (*Ibid.*)

Por tal modo exaltado, outra vez único homem, como em 26, Saldanha, que sempre viu o Governo com olhos de soldado, não hesitou. Destacaria do Cartaxo uma coluna para vir a Lisboa depor o Ministério; depois, expulsos do Governo os parasitas do Paço, a guerra terminar-se-ia num instante. Pena foi que este episódio não chegasse a realizar-se, porque a história posterior teria começado ainda antes de acabar a guerra. Do Cartaxo, Saldanha escrevia aos seus amigos, preparando tudo: José Liberato ia para o Reino. (*Ibid.*)

Perante um risco tão grave e iminente, que fazer? Resistir? Como, com quê? Pobre D. Pedro, que, vencendo, era forçado a ir baixando, degrau a degrau, por uma escada fúnebre que terminaria na cova. Forçado a anuir a tudo, era forçado agora a montar a cavalo e picar esporas para o Cartaxo a propor a paz ao seu émulo. (Soriano, *Cerco*.) Saldanha não seria um Cid se tivesse resistido. «Lançaram-lhe o anzol com uma dessas iscas tentadoras com que depois o agarraram de veras.» (Liberato, *Mem.*) Dinheiro? É provável que não; lição apenas. Singular é contudo que o general, depois da feliz sortida de Outubro, notasse à esposa: «O imperador fez-me marechal e conselheiro de Estado, o que nos dará pouco mais ou menos trezentas libras por mês.» (V. a carta, em Carnota, *Mem.*) Mais singular ainda é que esse ministro da Guerra, de quem ele tão mal falava, lhe oferecesse (em Dezembro) pagar-lhe as dívidas em França, e que ele aceitasse: «O seu nome não pode ficar comprometido por grandes que sejam as somas de que necessite: o Tesouro dever-lhe-á sempre muito

mais.» (V. a carta, em Carnota, *Ibid.*) Trazer, assim o príncipe quase a seus pés; tirar uma tão grande desforra das humilhações anteriores, bastava talvez para um orgulho balofo, teatral; e era de mais para quem apesar de fazer de demagoggo, tinha no sangue, inconscientemente o velho instinto monárquico, forma de sentimento aristocrático peninsular, criado com a História e sempre aliável à índole e aos hábitos populares, soldadescos. Como quer que fosse, é facto que as entrevistas do Cartaxo são de um grande alcance para a história ulterior. Daí data a primeira mudança, a mais grave, de Saldanha. Braço e espada, sem direcção no pensamento, fora até aí o instrumento do radicalismo jacobino: agora principia a ser um instrumento da monarquia. Reconciliado com o Governo, volta-se mais tarde contra os seus antigos companheiros de trabalhos: em breve o veremos no campo, armado contra os setembristas. Com o carácter de Saldanha, essa devia ser a marcha da sua vida.

Desarmados os inimigos internos, causas de ordem externa concorriam no sentido de abreviar a solução da pendência: solução inevitável, mas que a fraqueza dos liberais e a teima dos miguelistas protraíam. Morreram em Espanha Fernando VII e a política da nação vizinha, forçada a optar entre Cristina e D. Carlos, pronunciou-se abertamente no sentido liberal. A guerra acalmara: «Hoje nada sei do inimigo e deveras não gosto deste silêncio, e é preciso estar alerta: parariam eles para combinarem os seus com os negócios de D. Carlos em Espanha, visto a morte de Fernando?» (Carta de J. J. Loureiro na *Corr. de Resende.*)

Em Santarém, com efeito, D. Carlos acolhido e D. Miguel que o acolhia, eram os dois ditos que ambos pretendiam esbulhar da Coroa as duas sobrinhas, moças, menores. Assim a Espanha se unia decisivamente à França, à Inglaterra, para pôr ponto à questão portuguesa, que era um perigo. Veio um exército, sob o comando de Rodil, observar as fronteiras de Portugal, pois que D. Carlos não obedecera às ordens formais para sair da Península; pois que se falava de um plano em que D. Miguel retiraria para Espanha, e com os carlistas ocuparia Madrid, desamparada, voltando-se depois sobre Portugal. (*Port. seus gov. e din.*) Ao mesmo tempo a Espanha e a Inglaterra, reunidamente, propunham a D. Miguel uma mediação que o príncipe recusou. A humanidade que os me-

diadores invocavam parecia uma desonra aos bravos encerrados em Santarém. Macdonell que apoiava a mediação foi substituído por Póvoas no comando do exército: e era melhor, com efeito, que a tragédia acabasse nas mãos dos portugueses. Por também inclinar à rendição, até o ponto de falar sobre tal assunto a Napier (Soriano, *Cerco*), fora Bourmont despedido. Esses estrangeiros, na sua humanidade, esqueciam os deveres de uma honra bravia; deveres sagrados quando se combate por uma fé, e não para um fim. Os franceses que de tal modo aconselhavam ao velho Portugal uma capitulação, eram os próprios que na Vendaia tinham combatido até à última. Como sentiriam um amor tão arraigado pela pátria alheia?

Foi neste momento, pois, que acabou a intervenção de generais estrangeiros, episódio que também desnacionalizaria o partido vencido se tivesse sido vencedor. O desfecho da tragédia, nas suas últimas batalhas, é unicamente português.

4. ALMOSTER-ASSEICEIRA

No princípio de 34 a situação era esta: o exército liberal, reforçado com mais 1500 recrutas belgas, irlandeses e ingleses contava um efectivo de 50 000 homens, dos quais dois quintos de primeira linha. O grosso destas forças concentrava-se perante Santarém. O Tejo era liberal, seguro pela esquadra até Salvaterra. Lisboa e Setúbal, e ao Norte o Porto, estavam pela rainha: fora disso, apenas Marvão isolado na raia de Leste, e alguns pontos do litoral do Algarve. Santarém era o baluarte miguelista; e o exército de Lemos, cruzando o Tejo com o seu quartel-general em Vendas Novas, segurava as comunicações com o Alentejo; da mesma forma que Leiria mantinha as relações com Coimbra e com todo o Centro e Norte do Reino. Afora pois o Porto, com que tratavam por mar, os liberais viam-se limitados às duas bocas do Tejo e Sado, que o miguelista rodeava, isolando-os do resto do Reino.

Em tal situação, era forçoso romper esse círculo de tropas: já para trazer o Reino ao novo regime, já para tirar ao inimigo a possibilidade de se abastecer. Todos concordavam nesta urgência evidente, mas as opiniões variavam quanto ao

modo. Uns, como Teixeira, opinavam por movimentos sobre o Norte para ganhar Coimbra; outros, como Napier, preferiam movimentos sobre o Sul para destacar o Alentejo. Freire opinava pela transacção, esperando muito mais dos seus agentes ingleses do que dos soldados. (D. Ant. da Costa, *Hist. de Sald.*) O imperador, general em chefe, era coisa nenhuma, sem voz, nem autoridade, um nome apenas.

Saldanha decidiu cortar as dúvidas, marchando. Mas a quem entregar o Cartaxo, fazendo frente a Santarém? Naturalmente a Terceira; porém, esse era o émulo, e não queria ficar na sombra, inactivo, para ter de aclamar depois o rival, D. Pedro, aflito, servia apenas para fazer as pazes, lubrificar os atritos. Escrevia a Saldanha de Lisboa: «Meu conde. Terceira não está longe de aceitar, segundo me disse o Sola... Veremos quais são as condições, e como ele aqui em nada me falou, é provável que nada me diga. Eu estou com bastante curiosidade: assim que souber quais são as condições, mande-me parte.» (Ap. Costa, *Hist. de Sald.*) Entretanto, D. Pedro continuava a ser nominalmente o general em chefe: mas não é verdade que a sua influência acabara, a sua autoridade descera a nada? Tal o veremos pois neste quase derradeiro momento da sua vida, entre Lisboa e o Cartaxo, entre Saldanha e Terceira, implorando paz, pedindo conciliação entre os dois capitães rivais. A tão pouco se reduzira o seu papel, outrora desenhado com proporções grandiosas!

Terceira aceitou por fim; e Saldanha foi numa carreira tomar Leiria, cortando aos inimigos a estrada de Coimbra (14 de Janeiro). Não se atreveu, porém, a seguir: parou. Entretanto o miguelista saía de Santarém a colher pela retaguarda o general, que teve de retrogradar para o bater em Pernes (30). Terceira, imóvel no Cartaxo, fazia o que Póvoas fizera perante o Porto: não intervinha; dando isso em resultado ficar a acção de Pernes inútil, podendo ter sido decisiva. O mesmo acontecera do lado oposto em Ponte Ferreira. Chegou a haver perigo, e D. Pedro teve de voltar ao Cartaxo. Para quê? Para nada. No 1.º de Fevereiro voltou Saldanha, inutilmente coberto de glória pela sua correria sem consequência. Acusava o rival de o não ter secundado; e Terceira acusava-o a ele de não ter seguido sobre Coimbra, em vez de parar em Leiria. (Soriano, *Cerco*). Desgostoso, Terceira entregou o comando a Saldanha, e veio para Lisboa amuado.

D. Pedro veio também, impotente, coxeando atrás do seu general. Lá ficava Saldanha, rebelde contra o Governo, onipotente no exército, mais do que general, quase imperador.

Apesar de batido, Póvoas, conseguira em Pernes o que desejava: inutilizar a corrida sobre Leiria, reduzir a nada a aventura de Saldanha. Inchados com isto, os miguelistas pretenderam lançar-se na ofensiva, contra o parecer do general que teve de largar o comando a Lemos, depois de batido na infeliz tentativa de Almoester (18 de Fevereiro). Foi uma batalha renhida que Saldanha soube ganhar; mas como a sua cabeça não dava para largos planos estratégicos, não o pôde tornar frutífera. O melhor resultado da acção veio do abatimento em que deixou o inimigo.

No final do mês era tal o estado das coisas, tão evidente a estagnação dos dois lados, que os ingleses davam Portugal por interdito; e insistindo na mediação, exigiam que as condições dela fossem deixadas ao árbitro da França e da Inglaterra. E já todos admitiam essa hipótese infamante. «Só com a espada, escrevia Palmela, não conseguiremos tão cedo terminar a guerra, porque as forças militares balançam-se, e o fanatismo dos povos das províncias e a desesperação dos chefes contrapesam a superioridade das nossas tropas e oficiais.» (*Corr. do c. da Carreira*, 19 de Março 34.) Em Março houve no Cartaxo entrevistas e debates entre Saldanha, Lemos e Parker, o medianeiro inglês. (Soriano, *Cerco*.) E ao mesmo tempo que D. Pedro não era ouvido nestas coisas, ao mesmo tempo que Saldanha parecia tudo, Nação e exército, Governo e comando, os ministros entretinham-se a imprimir relatórios infamantes para D. Miguel (18 de Março). O inglês exigia a saída temporária do infante; mas, apesar de batido e deprimido, o miguelismo teve ainda coragem para preferir acabar com honra, a assinar a condenação do seu ídolo.

Napier via a necessidade impreterível de intervir. Em vão quisera fazê-lo com o acordo do Governo, dos generais: mas «quanto a medidas ou planos militares nunca os tiveram». (Napier, *Guerra*.) O excêntrico inglês, dispunha, porém, dos navios e tripulações de marinheiros da sua raça para o seguirem. Com eles tomara a esquadra inimiga, abrindo as portas de Lisboa. Agora decidiu-se a ir operar *livremente*, por sua

conta e risco, para mostrar o que se devia fazer e se não fazia. Embarcou para Setúbal a 16 de Março; apareceu no cabo Mondego, sem poder tomar terra na Figueira, por causa da ressaca. Seguiu portanto para o Norte e desembarcou em Caminha. Foi um nada, um instante. «Habitantes de Caminha, libertei-vos. Apresentai-vos e armai-vos em defesa da vossa legítima soberana. Todo o homem se alistará debaixo das suas bandeiras ou sairá da vila. — Napier.» Mais nada, só isto: nem uma só frase! De Caminha seguiu por terra para Valença. Ia à frente dos seus marinheiros, a cavalo num burro, com a volta das meias caída sobre os sapatos, sem estribos, rindo com bom humor. «Ao governador de Valença: Senhor, tenho uma esquadra em Caminha e se vós não entregais à vossa legítima soberana, mandarei buscar cem peças de artilharia, cercarei a praça e a vossa guarnição será passada à espada. — Cabo de S. Vicente.» (*Ap. ibid.*) Valença entregou-se, como já se tinham entregue pelo mesmo processo Viana e Ponte de Lima. O Alto Minho conquistara-o a cavalo num burro, seguido por um pelotão de marujos ingleses. Depois internou-se, a ajudar Pico do Celeiro no combate da Lixa que lhe deu Braga. Assim estava definitivamente seguro o Porto; e desde o Douro, pelo Tâmega, até o Minho, não havia mais terras miguelistas.

No extremo oposto do Reino, Sá da Bandeira segurava o Algarve, onde até aí imperava o Remexido. (Soriano, *Cerco*). Das duas fronteiras a vitória caminhava para o centro: não achariam momento azado para se decidirem os homens que aí mandavam?

A singular campanha de Napier no Minho encheu de pasmo o ministro; que só então se convenceu da razão de ser da expedição havia tanto reclamada por Terceira. Mandaram-no, pois, por mar ao Porto; e o general seguiu logo para o Douro, reunindo as suas forças em Amarante e varrendo para as serras fronteiriças as guerrilhas de Trás-os-Montes.

Entretanto assinara-se o tratado da quádrupla aliança (22 de Abril), pelo qual a França, a Inglaterra, a Espanha e Portugal se obrigavam a manter as instituições parlamentares, fórmula genérica sob a qual se entendia a expulsão de D. Carlos e D. Miguel da Península. Em virtude das esti-

pulações do tratado, o exército espanhol de Rodil, que até aí se mantivera de observação além da fronteira, passou a cooperar com o de Terceira, na marcha através das Beiras, para colher e encerrar D. Miguel, forçando-o a pôr termo à resistência. Flanqueando nas suas duas vertentes a serra da Estrela, os exércitos aliados avançaram. O espanhol desceu por Castelo Branco a Abrantes, onde ficou. O português vinha a Coimbra, e depois de a ocupar, marchava sobre a Estremadura, parando em Tomar. Já todo o Norte do Tejo estava perdido para D. Miguel.

Em Tomar agregou-se Napier, que tomara Ourém, depois de trilhar a Estremadura litoral. A acção precipitava-se. Era meado de Maio. A guarnição miguelista de Tomar retirava sobre a Asseiceira, caminho de Santarém, a reunir-se ao grosso das forças; e Terceira, que por seu lado queria efectuar a junção com Saldanha, imóvel no Cartaxo, encontrou e destróçou o inimigo (16).

Os dois rivais contavam cada qual com a sua vitória. Entre os de Saldanha no Cartaxo, os de Napier em Torres Novas, os da Terceira na Golegã, D. Miguel via-se fechado por norte, por leste, por oeste. Só lhe restava o sul: passar o rio e internar-se no Alentejo.

5. A CONVENÇÃO DE ÉVORA MONTE

Assim se resolveu logo, no meio de uma aflicção desolada. A retirada de Santarém foi uma debandada, que Saldanha presenciou sem intervir. Podia ter acabado nesse instante a guerra, e não o fez (Soriano, *Cerco*). Os soldados miguelistas, de raiva e desespero, já se recusavam a novos combates (St. Pardoux, *Camp.*). Agora, sem dúvida nem remédio, estava tudo perdido por uma vez. Ainda quando pudessem vencer D. Pedro — e não tinham podido e não poderiam! — seria impossível resistir às forças aliadas das potências, ao exército espanhol, que de Abrantes ameaçava intervir, se necessário fosse. Ceder já não era desonra: insistir seria loucura. Eram ainda, apesar das deserções recentes, apesar da entrega da bela cavalaria depois de Asseiceira: eram ainda dezoito mil homens aguerridos e crentes. Este número, a raiva de ver que, depois de uma guerra alimen-

tada com sangue e dinheiro estrangeiro, vinham forças estranhas impor a rendição, desorientava as cabeças dando corpo aos planos mais extravagantes. Em ferir uma grande batalha ninguém pensava, observando o abatimento universal: opinava-se, porém, pela escolha de uma divisão firme, bater com ela Terceira que vinha por Estremoz, e ir abrigar-se em Elvas; outros propunham uma retirada para o Algarve, ou ainda sobre a Andaluzia, com D. Carlos que, varrido pelo Rodil, viera esconder-se em Santarém e acompanhava os fugitivos. Ocupados com tais romances e aventuras, ainda conseguiram de Saldanha, que os perseguia por oeste, uma suspensão de hostilidades. Terceira, porém, de leste, não anuiu, exigindo uma rendição pura e simples, repelindo quaisquer planos e convênios.

Aos dez dias depois de Asseiceira, em Évora Monte, entabulavam-se as negociações e no dia seguinte, a 27, assinava-se a Convenção. Os oficiais, chorando raivosos, quebravam as espadas nas quinas das ruas, para não terem de as entregar. O modo por que a guerra acabou absolve muitos dos seus crimes e misérias, porque de lado a lado foi honroso, digno do nome português tão rebaixado desde séculos. Apesar da fúria odienta dos vencedores, D. Pedro soube ser magnânimo, embora isso lhe custasse o resto de vida que ainda arrastava. Os vencidos, rendendo-se, souberam manter até o cabo as nobres tradições de honra e desinteresse que durante o seu breve reinado tinham mostrado. Os artigos da Convenção estatuíam que entregariam as armas, voltando livres a seus domicílios; que perderiam todos os empregos, bens reais, comendas e pensões de que tivessem fruído; mas que os postos militares lhes seriam garantidos, reconhecendo, é claro, o novo regime; que poderiam, querendo, emigrar livremente; que os crimes políticos, de qualquer natureza, ficavam amnistiados, e os miguelistas entrariam na posse dos seus bens, não podendo, contudo, aliená-los sem autorização das Cortes.

Se da parte dos vencidos havia lágrimas de raiva ardente nos bandos que, inermes, seguiam tristemente pelas estradas, da parte dos vencedores havia desesperos cruéis por verem escapar tão fácil uma ocasião de vingança atroz. Os ódios tinham fervido, a ebulição transbordava; e, despeitados, irritados, os que tanto haviam sofrido, sem admitirem

que vencer fosse esquecer, não concebiam na magnanimidade de D. Pedro, que era por eles acusado sem piedade. Com o instinto das vinganças cruas, exigiam mortes, confiscos: e sobretudo a morte do «Usurpador», esse homem a que as calúnias e as dores, a imaginação desvairada e os corações atribulados, tinham formado uma lenda de crimes, devassidões, torpezas: sanguinário como um tigre, imbecil como um porco, baixo e vulgar como um rafeiro. Sobre a cabeça de D. Miguel caíam todas as maldições: as mães pediam-lhe a vida dos filhos, os órfãos a dos pais; e um largo coro de vinganças desgrenhadas seguia-o bracejando e clamando em grita, quando ele, no dia 30, caminhava para Sines, a embarcar na *Stag* que o levaria ao exílio. Esse cortejo de imprecações acordar-lhe-ia decerto lembranças dos gritos de 28, quando desembarcava em Belém — o rei chegou! Então houvera vivas, agora zumbiam as pedradas e clamores de morte; clamores apenas, porque D. Pedro impediu que se levasse a cabo o plano de o assassinar no caminho (Soriano, *Cerco*).

O povo nasceu criança, e nada há mais feroz do que a infância. Não a movem raciocínios, apenas instintos. Não distingue, vê as coisas, grosseiramente, como parecem, não como são. O infeliz príncipe era um símbolo condenado a expiar as consequências da história de um povo, tristes consequências agravadas pela virtude rude e pela acanhada inteligência com que a Natureza o dotara. Era o símbolo da fome devoradora que vinha da separação do Brasil; da lepra que roía as velhas instituições; do fanatismo, com os seus ódios teológicos; da fidalguia, com a sua mendicidade cortesã, e da guerra sangrenta que nascera de todas essas causas e agora terminava. Assim caminhava D. Miguel para Sines, ajoujado com uma carga esmagadora de erros, espiando uma história antiga, réu dos crimes de uma Nação, votado em holocausto à cólera de um povo não menos exigente do que os velhos deuses da Ásia. Assim partia, assim acabava réprobo, o ídolo da véspera; e nem como ídolo, nem como réu, o pobre príncipe era digno dos ódios, nem fora merecedor das aclamações. Rude lápide onde outros escreveram um lema, tela grosseira com que se fez um pendão, D. Miguel, como homem — só o ódio que chega a cegar poderá negá-lo! — se na fortuna mostrara os vícios de um filho segundo português, brutal e toureiro, bronco e plebeu, na adversidade mostrava,

e mostrou até morrer, os dotes que não era raro encontrar na família dos filhos segundos a que pertencia: a resignação e a nobreza pundonorosa. Levou de Portugal a roupa que tinha vestida: entregou tudo, quando partiu para o desterro. A convenção expulsava-o, proibia-lhe voltar ao Reino, e dava-lhe a pensão anual de sessenta contos, cláusula que punha o cúmulo ao desespero dos liberais vencedores. Quando desembarcou em Génova e se achou livre dos deveres contraídos perante um exército vencido e solidário do seu destino, D. Miguel protestou contra o que fizera, recusou um dinheiro que seria como o de Judas, proclamou os seus direitos, contra a força a que tivera de submeter-se. Acusaram-no então de felonía, chamando-lhe nomes descarados na lei que as Cortes votaram. Pobre de quem não admitir que nenhum carácter nobre deixaria de proceder nesse momento como procedeu D. Miguel!

Nas Cortes, porém, onde já reinava o partido vencedor, era rara a gente capaz de ser magnânima. Uns tinham nascido avessos, a outros tornara-os assim o azedume das lutas e a crueldade dos sofrimentos. Não há outra atenuante: só isto desculpa os reis de Lisboa, e os sócios que reinavam, pelas várias terras do Reino, da rapina desaforada a que se lançaram, da crueldade sanguinária com que foram executando lentamente a sentença do extermínio que D. Pedro não consentira se lavrasse em Évora Monte; só isto desculpa a ingratidão pequena e baixa com que também atiraram para o leito, onde acabou, o príncipe a quem deviam uma parte considerável da vitória!

Essas Cortes que D. Pedro suspirava por convocar, adiadas por várias vezes no decurso de 33 — pois apesar das esperanças, a guerra teimava em não acabar —, abriram-se por fim a 15 de Agosto de 34. Logo em Maio, ao voltar do campo e quando ia a S. Carlos contando com um triunfo, o regente foi recebido com uma assuada. Circulavam no teatro os impressos da Convenção comentada com insultos, e o rumor crescia. A turba dos vencedores — presos soltos que queriam indemnizar-se da cadeia, voluntários licenciados, pedintes, mendigos, aderentes da última hora, parasitas, denotados atletas de frases que ninguém vira nas trincheiras do

campo — protestavam, clamando fórmulas jurídicas, palavras liberais aprendidos nos clubes. Jurava-se um «ódio eterno ao chefe que demorou a marcha triunfante dos bravos, e que por tal modo deu lugar a que o tirano não fosse punido». (*Apont. da vida*, etc.) O tumulto crescia, e conta-se que o regente, perdida a paciência, dissera da tribuna: «Fora, canalha!» Rompeu então uma explosão de cóleras que a tropa não quis reprimir. E D. Pedro, ao cabo de trabalhos, evadiu-se do teatro, correndo a toda a brida diante da turba que o apupava, apedrejando a carruagem. (*A dinastia e a revol. de Set. op. an.*) Tal foi o triunfo concedido ao vencedor!

D. Miguel embarcou: D. Pedro foi para Queluz vazar a última golfada de sangue para morrer. As Cortes estavam abertas e as vozes dos oradores chegavam de Lisboa a Queluz, como o contrário das orações que ajudam a bem morrer. Os ecos traziam-lhe as falas em que o seu poder — poder de um moribundo! — era atacado. Discutiam-se os direitos da Regência, levantavam toda a ruma dos folhetos de Paris, onde fora vituperado, escarnecido, infamado.

É que, também, ainda no leito e agonizante, o príncipe, obedecendo a um rancor antigo, mandara meter num cárcere o seu Mefisto: esse Pizarro de mau agouro, demagogo querido, inevitável pena, língua incansável! Trás-os-Montes elegera-o: ele viera, apesar da antiga proibição. Os debates da Regência, os debates da eleição Pizarro que enchem o mês da agonia, amarguraram de fel o passamento. Da sorte reservada aos dois irmãos que o acaso ou destino fez rivais, repetimos, qual é preferível? Aclamado nos papéis, condenado nos corações, como D. Pedro? Ou, como D. Miguel, fulminado pelas Cortes, pelas gazetas; mas adorado ainda e sempre, até o fim, por uma população infeliz, vencida e muda, caçada a tiro pelos desvios das serras? Desterrado e pobre? Ou rico, triunfante e morto?

Desgraçada foi a sorte de ambos; mais desgraçada ainda a da Nação expiando as consequências do duelo a que a sua história anterior a condenara... No dia 20, D. Pedro agonizante abandonava a Regência; a 24 morria de todo, quem pouco a pouco fora morrendo aos pedaços, com a perda das ilusões e vaidades que a sorte dura amarrotava e despedia como bolas de papel inútil. Morria a 24 de Setembro; e oito anos depois, um estrangeiro ilustre, meditando, dizia desse

quarto de Queluz onde o príncipe acabou: «É coisa singular que o aposento em que faleceu D. Pedro se denomine a sala de D. Quixote, e seja ornado com cenas tiradas das aventuras do Cavaleiro da Triste Figura!» (Licknowski, *Recordações*.)

A morte de D. Pedro desafogava os caudilhos liberais. D. Maria II era mulher e quase criança: um ser a propósito para essa ficção singular de monarquia sem autoridade, de rei que não governa, invenção que os tempos futuros hão-de considerar como prova do nosso neobizantinismo, visível em muitas coisas mais. A rainha jurou a CARTA, Palmela entrou no Governo, para constituir a *moderação*, atrás da qual o perspicaz diplomata vinha correndo e caindo desde o tempo de D. João VI. Parecia estar tudo feito, e agora apenas começava a história. A muito custo fora possível juntar dezasseis pares: toda a nobreza se abstinha. E, desses dezasseis, sete eram contra o Governo: era Loulé, que sempre teve o capricho de ser aristocrata e molemente radical; era Taipa, o incorrigível, autor mordaz das cartas ao regente, repetindo-as agora em discursos gaguejados. Nos Deputados, o Ministério tinha a oposição da direita e da esquerda: Júlio Gomes, com a sua voz de estentor, Leonel Diógenes e Passos Manuel reservado para nobres destinos.

Por entre todos, com um perfil agudo, com a ambição do mando, farejava Rodrigo. Os seus ditos e visagens, como um enigma, eram o vivo retrato da situação. Começava uma nova história — que nos obriga a parar por um pouco no decorrer da nossa narrativa. Dava-se o balanço à Nação, e achava-se uma ruína¹; palpava-se o Tesouro, e todas as artes

¹ Eis aqui os números respectivos ao exército liberal, segundo o Relatório do ministro da Guerra em 34. Os efectivos foram:

em Junho	de 32	8 219,	mercenários	1.062
em Janeiro	de 33	17 668		
em Setembro	de 33	37 847		
em Maio	de 34	60 119	} 2.ª linha	id. 5 000
				35 000

O número total de mercenários fornecidos para o exército (fora os marinhos da esquadra) foi:

do ministro eram incapazes de o encher; indagavam-se os campos, e sentia-se o estalar dos trabucos assassinando miguélistas; parava-se a escutar quem falava, e só se ouvia um clamor universal por empregos em pagamento dos serviços! Sobre este acervo de farrapos de uma Nação, Passos Manuel e os que ainda com ele esperavam, viam entre nuvens uma sonhada imagem, nebulosa, indecisa: uma quimera doutrinal vestida à antiga, mas vaporosamente romântica e moderna, um Deus novo, idolatrado — Liberdade!

A maioria da gente não via nada disto; apenas via satisfeita a ambição, ou aberta a arena para a satisfazer — o circo tapetado dos despojos dos vencidos, vasta seara onde havia muito que ceifar ainda!

Pela comissão de aprestos		Por R. e Carbonell Junho 33-34
Inglese	2 133	693
Escocese	570	647
Irlandese	400	585
Franceses	2 300	—
Belgas	203	1 513
	6 306	3 438

As baixas contam-se por este modo:

Mortos	{ em combate	1 218	4 355
	{ nos hospitais	3 137	
Feridos		5 101	
Desertores, extraviados		8 073	
Total		17 529	

O relatório calcula as despesas totais da guerra, de 32 a 34, em 6 059 contos; e, se considerarmos que este dinheiro foi tomado de empréstimo a um juro que não se afastará muito de 20 p. cento, teremos os encargos correspondentes — 1 200 contos por ano, para sempre.

MOUZINHO DA SILVEIRA

1. O MINISTRO DE D. PEDRO

O epílogo necessário da história dessa guerra que terminou é o estudo do sistema de leis consagradas pela vitória, e o esboço da fisionomia do autor delas. Não julgámos conveniente embaraçar a narrativa das campanhas com o exame das medidas reformadoras, já por amor da lucidez, já por obediência à boa razão. Os decretos de que alguns, incluindo o próprio autor, esperavam muito no sentido da conversão do Portugal velho; esses decretos, supostas armas de maior alcance do que a artilharia, nada conseguiram, durante a guerra, senão acirrar os ódios, profundar o fosso divisor da velha e da nova sociedade. Promulgados para um país não ocupado, eram antes programas, ou programações, do que leis; e só agora, conquistada a vitória, se podiam dizer outorgados. Mas quantos se não arrependiam já dos compromissos tomados nas horas em que se olhava para esses papéis com desdém ou indiferença! Assim se arrependerão da irrevogável abolição dos dizimos; assim se modificará a lei dos forais; assim se deixará sem remate o edifício do código concebido por Mouzinho.

Esse código, porém, embora incompleto, é o mais positivo resultado da luta de seis anos: é o fim do Portugal histórico, o intróito da vida nova portuguesa. Chegou pois o momento de o estudarmos.

À guerra da sucessão de D. Maria II sucedeu o mesmo que já em Portugal se tinha visto cinco séculos antes por ocasião da guerra que fundou a dinastia de Avis. Também o Mestre e os seus partidários se agitaram com vária fortuna, mas sem consciência decisiva do movimento que executavam, até que a espada de Nuno Álvares e o juízo do grão-doutor João das

Regras vieram dar inteligência e força à campanha e à revolução¹. A D. Pedro cabe decerto a herança do Mestre de Avis, cujos defeitos e qualidades herdou; Palmela parece-se bastante com Álvaro Pais; Saldanha pode sem grande esforço considerar-se o Nuno Álvares; e Mouzinho é, sem dúvida alguma, o grão-doutor da revolução dinástica do XIX século.

Quando o novo Mestre de Avis, regressando à Europa, escolheu em França para o Governo dos Estados que ia conquistar, Mouzinho não era já nem um rapaz, nem um homem novo, no sentido que os Romanos davam a esta expressão. Nascido em 1780 (12 de Julho), contava cinquenta anos; e antes da emigração fora ministro de D. João VI, tendo exercido outros importantes cargos públicos. Era sua pátria a vila de Castelo de Vide, no Alentejo; e seguindo a magistratura, serviu sucessivamente os lugares de juiz de fora em Marvão e Portalegre. A revolução de 1820 foi encontrá-lo aí provedor e trouxe-o do foro para a Fazenda, nomeando-o director da Alfândega de Lisboa. (Garrett, *Mem. hist.*) Observara o Reino, visitando as províncias e travando relações íntimas com os seus habitantes. Conhecia os vícios do antigo regime, sabia as podridões que a existência secular trouxera ao Portugal histórico.

Não tendo vivido, nem na Corte, nem nos acampamentos, era estranho às intrigas palacianas e militares; e, como tinha um espírito administrativamente prático (embora não tivesse génio político), dava pequena importância às escolas e princípios que a esse tempo dilaceravam o corpo do antigo Direito Público. Não era jacobino. A revolução, que o exame directo dos vícios do País lhe fazia considerar necessária, não consistia para ele uma mudança de formas governativas, mas sim uma alteração mais profunda, mais radical, das instituições sociais. Numerosos espíritos partilhavam esta opinião; e o carácter das reformas necessárias era patente aos próprios estrangeiros. (V. Porchester, *Last Days*, etc.)

Entretanto, sucedeu, como quase sempre, que essas reformas, mais ou menos conscientemente identificadas com as da política, só poderiam tornar-se um facto quando a revolução

(¹) *V. Hist. de Portugal* (3.^a ed.), I, pp. 153-5.

vencesse; e como, dos velhos homens de D. João VI que assim pensavam — desses era Mouzinho — só ele se inclinou depois para o lado de D. Pedro, foi a Mouzinho que coube a honra de dar à revolução um carácter social, mais profundo, mais grave, mais fecundo, do que o carácter de intriga pessoal, ou de quimera doutrinária, ou de questão dinástica. Tais significações, mais ou menos mesquinhas, tinha unicamente a obra de D. Pedro no espírito da quase universalidade dos seus sectários.

Trazido a Lisboa pela revolução de 20, Mouzinho passou da Alfândega para o Ministério da Fazenda, onde a reacção de 23 o achou. Que fez? Antepôs a realidade à doutrina, viu o Reino em crise e não o abandonou; porque para o seu grave espírito valiam mais as coisas do que os rótulos, e dava pouco pelas ideias partidárias; porque sabia como são vãs a política e suas agitações tontas, e só fecundas as reformas que modificam o viver positivo dos homens. Mouzinho ficou, e depois, ao entregar o Ministério ao partido vencedor em Vila Franca, dirigiu ao rei um *Memorial* em que lhe dizia: «Quanto a mim, servi com zelo nos tempos constitucionais, servirei com zelo nestes tempos, porque o homem de bem não cogita tanto da pessoa que governa, como do bem público, governe quem governar.» (Ap. Garrett. *Mem. hist.*) O estadista, cuja política era inspirada, não por uma doutrina partidária, mas sim por um sentimento humanitário, antepunha a tudo os interesses da Nação. O espírito doutrinariamente prático, nada abstracto, de Mouzinho, nem sequer ligara ainda ao plano das reformas sociais que já concebera, um plano de reformas políticas. Com ou sem Constituição, era igualmente possível melhorar a sorte do povo, destruindo as instituições caducas que arruinavam a Nação. Esperou sem dúvida que 1820 o tivesse feito; mas viu que, em vez disso, os revolucionários gastavam o tempo a discutir e aclamar direitos abstractos, embalados no desenrolar de frases pomposas, escutando-se nas belezas das imagens dos discursos, embevecidos nas seducções de quimeras azuis. Por isso em 23 Mouzinho não se afligiu demasiado com a volta das coisas; e, confessando até o erro de ter esperado alguma boa obra do jacobinismo, depositou nas mãos de um amigo (Gomes de Oli-

veira) as insígnias do grau da Maçonaria, abjurando. Este abandono da política doutrinária, que levou a uns para a reacção, a outros para a vida privada, e outros a esperar a salvação por meio de reformas moderadas sem carácter revolucionário, é comum nos melhores homens de 20.

Mouzinho voltou ao seu lugar da Alfândega, donde viu a morte de D. João vi e as deploráveis intrigas que medearam até a chegada de D. Miguel. O leitor conhece-as; também sabe o que a exaltação do infante ao trono significava, não uma questão de pessoas, mas a própria exaltação de todo esse sistema de vícios e podridões sociais; um protesto da Nação impenitente contra as pretensões reformadoras; um repto lançado pela tradição caduca a uma revolução já victoriosa, na própria monarquia ainda *legítima* da França, e principalmente com o império quase absoluto da Inglaterra sobre a Europa.

Não era uma questão de pessoas, era uma séria questão de coisas. D. Miguel, bandeira do partido histórico; D. Miguel, ser passivo, incapaz de confiscar para si o movimento que o exaltava, jamais podia tornar-se o executor dessa renovação indispensável do maquinismo social português. Mais lúcido do que todos os seus antigos amigos que, hostis ao jacobinismo, ainda teimavam em esperar no novo rei, como tinham esperado em vão no antigo; mais lúcido, Mouzinho percebeu a incompatibilidade, e emigrou.

Em Paris, onde o foi encontrar D. Pedro, o estadista renovava o seu pensamento. A reforma dos abusos tomara o carácter de uma revolução nas instituições. Filósofo e solitário, indiferente à ambição e à glória, inacessível às seducções das palavras e à tirania das fórmulas, se passou a ver o fundo das coisas, nem por isso inclinou para o lado dos que puerilmente criam que na substituição de princípios políticos estivesse a solução dos problemas sociais. Uma educação prática, uma observação profunda, representavam-lhe os factos sob os seus aspectos reais. Leu muito: Smith e todos os discípulos economistas, com a teoria da Utilidade, contraposta às antigas ideias que subalternizavam o bem-estar dos homens aos fins transcendentales do catolicismo. Os economistas, por um lado, Kant e o individualismo, pelo outro, de-

ram-lhe a chave do enigma político. A necessidade de reforma das instituições provinha de uma revolução das ideias: e por isso era quimérica a esperança de destruir o passado, mantendo os seus homens e as suas fórmulas. Nenhum poder jamais abdicou. Relendo as palavras que dirigira a D. João VI em 23, Mouzinho reconheceria agora o incompleto das suas opiniões antigas.

Ninguém o convencia, contudo, de que no aranzel de afirmações dogmáticas com que se compunham os novos catecismos de uma religião nova e singular — a idolatria da LIBERDADE: de que nesses amontoados de fórmulas, incessantemente cerzidas por Bentham e seus discípulos, fórmulas vazias com as quais os povos podiam igualmente ser bem ou mal governados, e a riqueza bem ou mal distribuída, e os direitos garantidos ou despedaçados; ninguém o convencia, dizemos, que estivesse aí a chave do enigma. Por isso se afastava dos *vinhistas* emigrados, cujo chefe era em França um ídolo aparatoso — Saldanha.

Não se inclinava tampouco para os rivais e inimigos desses: Palmela, que era um aristocrata romântico, formado nas doutrinas reaccionárias da *restauração* francesa, e os seus sequazes, para quem o problema estava em despeitos, interesses, ódios, ambições, vaidades; e que sob a capa de um lealismo dinástico, encobriam mal a absoluta carência de princípios, e o motivo positivo que os tinha no exílio: a intolerância do Governo miguelista.

Afastado dos demagogos e dos moderados, dos diplomatas e dos apóstolos, dos intrigantes e dos ingénuos, dos simples e dos hábeis, dos fidalgos e dos plebeus, Mouzinho era um excêntrico. Concorria também para o julgarem assim o seu aspecto, os seus modos singulares, extravagantes. A vasta fronte, sobre a qual branquejavam revolidos os cabelos, abanava com desdém ao ouvir as *tiradas* de uns e as habilidades dos outros. Passava por um visionário, e acrescia a isso o ser surdo. Não tinha partido, nem sequer discípulos. Era um indivíduo singular, no meio da turba dos emigrados. Tinha em si uma ideia fixa, própria, sua, o que, entre gente vazia, o tornava quase grotesco. Chegavam a rir desse homem solitário, misantropo, extravagante nos modos de dizer, e na maneira de apreciar as coisas. A *utilidade* da vitória que era para todos um desejado regabofe, era para ele um princípio; e a

liberdade, que para os saldanhistas consistia num sistema de fórmulas, era para ele uma coisa real e rígida, atributo da consciência do homem, descoberto nos livros de Kant. Ninguém o entendia, já pela estranheza das opiniões, já pela obscuridade e incorrecção de estilo. Ofendia as inteligências e os ouvidos; e ofendia com a sua rudeza simples, com os seus ditos despidados, sem intenção, a vaidade dos homens fofos, e os temores dos homens sujos, rasgando, sem dar por isso, as bolhas da basófica e os tumores da podridão. Despeitados, os sócios do exílio afastavam-se dele, rindo; uns amarelo, outros francamente: era um doido, um singular, um original! Nem sabia a essência das coisas, nem o modo de as levar por diante. A sabedoria enlouquecera-o — era «um homem de ideias»! E ele ficava, indiferente e só, ruminando o seu plano, preparando as suas baterias, à espera da Ocasão para a segurar pelos cabelos. Nem sequer dava pelos ódios, nem pelos desdéns compassivos dos consócios da emigração.

Apareceu D. Pedro em França. A *gente* não abundava. Na sua máxima parte os emigrados eram soldados obscuros, e escasseava matéria-prima para constituir uma Corte e um Governo. Mouzinho era um maluco? É verdade; mas tinha um nome, exercera elevados cargos, fora ministro, tinha uma reputação sem nódoa. Convinha.

O estadista, vendo em D. Pedro essa Ocasão das suas esperanças, deitou-se a ela com ambas as mãos. Daí dependia tudo: «O único ponto de que carecemos para ter pátria, é que S. M. queira, mas queira como queria Bonaparte e como querem os grandes homens: corno homem determinado a seguir a sorte da emigração, vivendo ou morrendo com ela.» (Carta de Mouzinho a Resende, em Londres, 30 de Agosto de 31: *ap.* Amorim, *Garrett*.) Não era de excêntrico esta exigência? Não era excêntrico o filósofo, nem democrata, nem cortesão? Como um soldado, com simplicidade, seguia: «Eu aqui estou, sem meios para viver, e sem utilidade para a causa: mas S. M. me mandou ficar e eu fiquei.» (*Ibid.*) Dir-se-ia um vassalo dos velhos tempos monárquicos, e era-o até certo ponto, como o era também o antigo estoicismo dos ministros que não hesitavam em confessar a verdade crua aos reis. A D. Pedro, em quem às vezes se observava um certo cálculo de

mercador, observava rudemente que «a política se não tratava como cifras.» (Carreira, *Corr. of*, 14 de Agosto.) De tal modo se achou, ao lado dos Palmelas e dos Freires, arrastado para a acção, o solitário pensador, sentado entre os homens hábeis e importantes que escarneciam dele quando o não odiavam.

Partiram todos para os Açores, e cada qual levava bem consigo a sua esperança. D. Pedro ia inchado e crente no êxito imediato da sua apresentação no Reino; Mouzinho certo do resultado das metralhas e obuses reunidos, em folhas rabiscadas, no ventre da sua pasta de ministro. Ser o reformador — ele que já era o libertador de Portugal! — seduzia muito o príncipe, a quem o estadista expusera seca e brevemente os seus planos. Apenas desembarcados, na Terceira primeiro, em Portugal depois, Mouzinho abria a pasta, imprimia decretos. Os companheiros, confiando mais no nome do príncipe ou na energia das espingardas, sorriam. Deixá-lo! Pois não era extravagante estar assim a legislar, para um Reino que se não tinha? Seria. Mouzinho, porém, sabia que tais leis jamais se fariam depois da vitória, quando todos submissos haviam de vir beijar, curvados, a mão do vencedor, para conservarem o usufruto das velhas, rendosas prebendas. E a vitória ficaria em fumo. Assim, não. Seria impossível desmanchar o que estivesse feito: renegar o programa, a bandeira, o pensamento de uma guerra, da qual a extravagância de Mouzinho fazia a revolução profunda de um país inteiro. Têm isto de poderoso as ideias quando habitam um cérebro servido por um temperamento excêntrico: dão uma teima que parece loucura, e vencem. Só os doidos fizeram na Terra coisas verdadeiramente grandes.

E a loucura de Mouzinho via-se no momento em que as coisas o obrigavam a descer da serena esfera dos princípios, à região dos factos simples. Ele acreditava que os seus decretos, os seus conselhos, tinham a virtude de homílias e convertiam a Nação impenitente. Por isso, usando da sua autoridade, impedia que a guerra, com as suas exigências duras, ferisse a rigidez cândida dos princípios. Não consentia que se atacasse, nem o direito sagrado de nenhum indivíduo, nem a propriedade de ninguém, por inimigo que fosse. Era a arca santa da religião nova que aprendera nos livros de Kant, o seu evangelho.

Publicara as leis e na *Crónica* explicava-as:

Até agora masmorras, espíões, pancadas, vitupérios: agora liberdade, franqueza, moderação. Até agora contribuições forçadas, roubos violentos, depradações; agora cessação de contribuições e pagamento à vista em numerário: o maior respeito pela propriedade do cidadão. Com a usurpação há tributos violentos, cadeias, ferros, alçadas e forcas: tudo é arbitrariedade, ninguém é dono do que é seu; com a legitimidade não há sisas, não há direitos de saída, não há impostos sobre o peixe, não há exclusivo do vinho e da aguardente, não há dízimos, nem forais, nem quartos, nem sextos, nem oitavos. (*Crôn. Const. do Porto, Julho.*)

E D. Pedro e os seus cortesãos, esperançados ainda no sonhado efeito mágico da aparição do *dador*, achavam bem que se auxiliasse a sedução com essas tentações positivas à bolsa e ao sossego.

Breve, porém, como sabemos, se desmancharam todas essas ilusões. Portugal não se convertia nem ao utilitarismo, nem à legitimidade do pretendente. A guerra era inevitável; e desde logo cresceram os clamores contra a doidice do excêntrico ministro que não permitia o sequestro dos bens inimigos, nem o arrecadar os vinhos de Gaia, recurso único para salariar os mercenários indispensáveis a combates infalíveis. Singular, doida maneira de levar por diante uma guerra, poupando o inimigo, para lhe morrer nas mãos. Os clamores cresceram à medida que as ilusões se varriam e que as circunstâncias apertavam. Por fim Mouzinho foi expulso do Governo. Bastava de loucuras; era necessário voltar à realidade.

Desde logo o papel do ministro acabou. Segurara, porém, com tamanha força a Ocasião, que a guerra foi condenada a revolucionar o País. Passou como passa rápido um aerolito, e apagou-se caindo. Foi um clarão de luz que rompeu num instante as trevas anteriores, deixando logo tudo entregue ao formigar obscuro dos homens cegos. Desse momento em que um estadista, com uma teima e uma pena, impôs a um exército a obrigação de consagrar a vitória com uma revolução; desse momento ficava tanto, quanto à França custara anos de anarquia e terrores, de ruínas, de guerras, tiranias, misérias, torpezas. As três leis de 16 de Maio, 30 de Julho e 13 de Agosto são o nosso 89.

A Ocasião passou breve, deixando a obra por terminar: restavam ainda os bens dos conventos, e os morgados, o resto

da mão-morta a libertar, e a última das instituições históricas a destruir.

Fez-se depois isso; pior do que Mouzinho o teria feito, se o tempo lho tivesse consentido; mas fez-se, porque ele preparou o terreno e consumou o mais difícil da obra.

Terminada a guerra, abertas as Câmaras em 34, Mouzinho veio sentar-se no seu banco de deputado. Pugnou aí contra o desacato à religião da propriedade, cometido pelo decreto das indemnizações; pugnou contra o desacato ao cânone da utilidade, cometido pela forma por que se delapidavam os bens nacionais. Vencedores, os soldados mais ou menos involuntários do programa que ele fizera, renegavam-no. Mal ouvido, desdenhado por todos os que atribuíam a si o merecimento da vitória, Mouzinho calou-se e sumiu-se. Em 36 quiseram fazê-lo Par do Reino, e recusou. (Garrett, *Mem. Hist.*) Voltou ainda mais tarde ao Parlamento, mas já era outro. Um homem é um instante: momento e homem tinham acabado. Solitário e triste, descrente e abandonado, Mouzinho foi o primeiro dos que sucessivamente hão-de ir caindo vítimas da própria obra. Que singular esfinge era Portugal? Que pertinaz veneno a doutrina nova, assim roer e matar os seus defensores? É o que o exame demorado do carácter da nova legislação nos mostrará. Os actos sobreviveram ao homem que acabava em Lisboa em 1849 (4 de Abril); e a Pátria, a quem ele dera a definição da sua vida nova, não teve gratidão bastante para contribuir com os cobres necessários ao monumento que alguns se lembraram de pedir para o ministro de D. Pedro ¹.

¹ Eis aqui alguns fragmentos do testamento do grande homem (12 de Março de 49), escrito nas vésperas da morte. Essas palavras acabarão de retratar a fisionomia original de Mouzinho.

«Quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da ilha do Corvo, a mais pequena das dos Açores, e se isto não puder ser por qualquer motivo, ou mesmo por não querer o meu testamenteiro carregar com esta trabalheira, quero que o meu corpo seja sepultado no cemitério da freguesia de Margem, pertencente ao concelho de Gavião; são gentes agradecidas e boas, e gosto agora da ideia de estar cercado, quando morto, de gente que na minha vida se atreveu a ser agradecida.

Desejo, sobre todas as coisas, que meu filho prefira sempre a boa moral à riqueza, e que no caso de vir a casar o não faça com mulher velha e nojenta, ainda que ela tenha o ouro da Califórnia; proferir a palavra — recebo a vós — para ser rico, é uma acção horrível e imoralíssima, e também desejo que

2. A LEGISLAÇÃO DA DITADURA

O que deixámos dito sobre a vida de Mouzinho preparou o espírito do leitor para avaliar o carácter das suas leis, que agora comentaremos brevemente. Dois princípios fundamentais servem de alicerce a esse notável corpo jurídico. É um a

ele encontre tão bons amigos como eu achei nas pessoas do desembargador dos agravos António Xavier da Costa Sameiro, no vigário de Santiago Marvão, José Carrilho de Vilhena, e no ministro e secretário de Estado, Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, e mais tarde em António Sampaio, que morreu em Paris, e em seu irmão Osborne Henriques de Sampaio, que vive em Londres: a estes devo não ter pedido esmola quando fui emigrado, todos estes amigos eram verdadeiros, e capazes de dizer a verdade em face, e nenhum cuidava que era preciso dizer coisas agradáveis a outrem para merecer o nome de amigo; coisas agradáveis dizem todos, desagradáveis só os amigos.

Vim ao mundo em época fertilíssima em reflexões e invenções, que devem mudar a face do mundo para grande melhora material e para melhor multiplicação do género humano; são incalculáveis os factos, e descobertas dos caminhos de ferro, e se for feito um que comunique as duas costas da América, será isto por si o maior facto da História da Humanidade, e nesse facto gozará muito Portugal, quando vierem novas gerações, que não souberem que havia monopólio de escravos no Brasil.

O grande é que o mundo moral acompanhe o desenvolvimento material, e para isto tudo depende de dar educação às mulheres, as quais têm muito maior importância do que se lhes tem dado — elas são o depósito do género humano, o princípio de toda a civilização e a base de todos os sentimentos benévolos e generosos, e antes de os filhos serem apreciados ou instruídos estão já por elas perdidos ou ganhos. Fui duas vezes ministro, mas nunca me expliquei a razão de nomearem ministro a um homem que nunca pôde saber alguma liturgia, e que tinha a força de impugnar a vontade dos príncipes e de lhes dizer a verdade: também fui por vezes deputado, sem conceber como era possível inculcar-se cada um para isso e como havia gente que fosse ministerial ou não; dizer que eu havia de votar por estes ou aqueles, sempre me pareceu absurdo e sempre votei como entendi, bem ou mal, em cada hipótese; nunca fui nem era capaz de ser faccioso, e estou convencido que o liberalismo é bom quando não é faccioso, e por isso, ou o acabarão, ou ele as acabará, e Deus queira que seja isto e não aquilo.

Servi o meu país em boa-fé em diferentes lugares, e por muitos anos, e Deus queira que o meu filho, ou a minha mulher, tirem deste serviço algum proveito. Saí dos empregos por ser fiel à Carta, e a Carta veio e eu fiquei pior que os infieis; os meus amigos foram aqueles que não querem a verdade e que preferem a tudo a fantasmagoria; e desgraçadamente o mundo nos meus dias requeria que não tivesse fé em nada, para poder fingir que a tinha em tudo. Cuido que depois de morto virá o tempo de me fazerem justiça, e que o meu nome não há-de envergonhar o meu filho. Deus me ajude em vida e me salve a alma.»

liberdade individual, concebida como um imperativo absoluto, inerente à natureza racional do homem, direito superior a qualquer outro, e inatacável, absolutamente soberano, em todas as suas manifestações jurídicas, intelectuais e económicas. Daí a reforma do Direito Penal, com o júri; a do Direito Civil, com a inviolabilidade, com a exclusiva individualização de uma propriedade, indiscutível e soberana. É o outro fundamento a utilidade positiva, subordinando tudo à produção da riqueza com um critério prático materialista que deixava subalternizados todos os anteriores critérios distributivos, sem propriamente os negar.

A concepção destes dois princípios que, reunidos, constituíam para Mouzinho o alicerce da sociedade, trazia consigo um respeito quase religioso pelo homem e pelos direitos que se consideravam inerentes à natureza do indivíduo-cidadão, importando ao mesmo tempo a condenação da História e do Estado. Os variados critérios a que anteriormente a legislação obedecera, eram erros consumados; e a máquina social não era somente defeituosa por estar construída com esses erros (religião, protecção, caridade, etc.), era-o pelo próprio facto de ser um maquinismo e por isso artificial. O homem, no pleno gozo dos seus direitos, no pleno exercício das suas forças: eis a sociedade, que não é mais do que a agregação dos homens. Onde e como quer que seja, isolado ou agregado, o homem tem em si o Mundo; e são falsas e quiméricas todas as doutrinas históricas que subalternizavam esta supremacia a supostos poderes absolutos, no Estado ou na Igreja. Não é mister proteger o Indivíduo, nem defendê-lo; não é mister bulir no que a Natureza fez; não é mister alterar aquela distribuição de riqueza que sai espontaneamente do trabalho de cada um, porque o Mundo é uma harmonia, e o homem o tipo absoluto e soberano, em cujo cérebro o deus kantista pôs uma Razão reveladora.

Este rápido esboço de uma doutrina que, por decadente, é melhor ainda percebida por nós do que o foi pelos seus defensores, bastará para que, na sucessão das medidas legislativas, o leitor possa ir descriminando o princípio a que obedece cada uma delas, e sondando as raízes do pensamento que as gerou. No pensamento de Mouzinho, como no de Herculano, os únicos filósofos individualistas portugueses, e como filósofos os únicos a que os princípios apreciam na sua nitidez, o

Estado era apenas uma fórmula a manter a agregação dos indivíduos: não por uma força própria e orgânica, mas apenas por virtude de um consenso, e em resultado de uma fatalidade. A essência da sociedade era uma anarquia, ou negação de qualquer autoridade superior ou estranha aos indivíduos.

O estabelecimento do governo militar liberal na Terceira, empresa laboriosa, diariamente ameaçada, forçara à promulgação de medidas tirânicas: os bens dos inimigos ardiam com os sequestros. Aboli-los, emendando o erro de um ataque à propriedade individual, foi o objectivo da primeira disposição de Mouzinho. (Dec. de 7 de Março.) Nem a divisão das opiniões políticas ou dinásticas, nem a própria guerra, eram motivo bastante para que se infringissem os princípios. O *salus populi* da Antiguidade era o mais perigoso dos sofismas.

Uma semana depois (Dec. de 16 de Março), voltando-se para a outra face do seu plano, o ministro reduzia os dízimos, nas ilhas, aos cereais, às frutas e ao vinho. Era apenas um ensaio, um anúncio, cujos intentos se não escondiam. «A Nação não pode ser rica no sistema actual das suas leis económicas... No tempo presente sabem todos que o dízimo não são dez por cento: mas sim 30, 40, 50 e mais por cento, segundo a maior ou menor fertilidade da terra... Os dízimos serão abolidos sem dúvida.» Smith ensinara-lhe a distinguir entre o produto bruto e o líquido da lavoura, condenando o imposto iníquo lançado ao primeiro.

Obedecendo ao impulso reformador que Mouzinho, sem ouvir o ruído do acampamento, pois que era surdo, dava à campanha, caracterizando-a, os seus colegas acompanhavam-no. Decretava-se a amnistia dos crimes políticos (16 de Março); franqueava-se a volta aos banidos por hostilidade ao Governo da Terceira (20); legislava-se a liberdade de ensino (29).

Prosseguindo, Mouzinho punha a estudo a questão das corporações religiosas, não por confessada impiedade, mas por utilidade económica: «A Nação não pode manter, depois da separação do Brasil, tão grande número de pessoas que directa ou indirectamente vivam do trabalho alheio.» (Dec. de 3 de Abril.) No dia seguinte voltava-se para os vínculos, abolindo os morgados e capelas de rendimento inferior a du-

zentos mil réis: «Os morgados têm-se feito odiosos aos povos, causando a imoralidade e costumes dissolutos e destruindo a circulação e os meios de indústria e de trabalho.» (Dec. de 4 de Abril.) Morram por *ello*. De um só golpe, condenava em princípio a instituição, libertando a propriedade, abolindo a antiga sanção que ideias já obliteradas lhe tinham dado; e, condenando também os costumes históricos, principiava a descobrir o seu modo de pensar sobre a tradição nacional portuguesa.

O decreto de 19 de Abril, abolindo a sisa, reduzindo-a a uma contribuição fixa do vigésimo do valor das transmissões de propriedade, vem levantar mais ainda o véu do pensamento do filósofo estadista, que acabava com as portagens, forais, posturas, leis e regimentos: toda a ferragem da legislação histórica, origem de embaraço «do comércio interior, ou seja, de terra para terra, ou de província para província, em todo o Reino». Livre a circulação dos produtos, desagravada a transmissão da propriedade, o ministro, como um filósofo que era, expõe sem reboço todo o seu pensamento.

Esta contribuição (a sisa) tem um espírito antimercantil, o qual devia formar, com o tempo, o génio português e o país menos mercantil da Europa. Portugal não pode continuar a ser nação independente, sem dar um grande impulso ao trabalho e indústria da sua população: coisas decerto incompatíveis com a sua legislação anticomercial e antieconómica. Desde muito tempo estou certo que as tristes comoções que desde muitos anos agitam o malfadado Reino, têm a sua sede, não tanto nas opiniões e exemplos do século, como no sentimento de um estado de doença que pede remédios prontos. (Dec. de 16 de Abril.)

Mouzinho sente-se o médico, e tem na pasta a fórmula do medicamento: «É preciso buscar na Economia, na Ordem, na Justiça, suplementos daquela renda de ouro com que Lisboa pagava suas comodidades (*commodities*) à indústria estrangeira, e tais suplementos existem na fertilidade da terra e na bondade do céu.» Não bastam, porém, os dons naturais. Para um economista como era Mouzinho, esses dons são gratuitos e sem valor. A riqueza provém, essencial, exclusivamente, do trabalho: teoria indispensável ao individualismo, para defender a propriedade, para negar a autoridade colectiva; porque, se a terra tivesse em si um valor, se a ocupação fosse uma origem da riqueza, a quem conferir o direito eminente sobre ela, senão ao Estado? E como negar a autoridade

real, positiva, desse Estado, proprietário do domínio colectivo?

Em Maio vieram do Corvo à Terceira os ilhéus mostrar ao filósofo o pão negro que comiam, e pedir protecção ao tirano. Era uma cena antiga: parecia uma das velhas Repúblicas da Grécia, e Mouzinho de facto um Licurgo, um Sólon, com doutrinas, porém, opostas às dos antigos. No pão negro dos ilotas do Corvo, escravizados pelas rendas do donatário da ilha, viu o ministro um verdadeiro crime e a teoria que o dominava embarcou-o em conclusões temerárias. Só reduzia a metade, não abolia o foro; mas acrescentava: «Vão passando os tempos em que se entendia que a terra tinha um valor antes de regada com o suor dos homens, nem é possível o contrário quando a broca da análise vai penetrando o Mundo.» (Dec. de 12 de Maio.) Penetrando fora, penetrando continuou a ir, essa broca da análise, como o filósofo dizia no seu estilo pitoresco, espontâneo e vivo: e, por penetrar, conclui que, se eram abusivos os modos com que o velho Estado monárquico distribuía o seu património, não é decerto exacto que do suor de quem trabalhou nasça exclusivamente o valor da propriedade. Duas jeiras, igualmente lavradas, produzem o mesmo? Nunca. A diferença, donde veio? De quem é?

Mais acertado, o filósofo dizia, lembrando-se do que vira e estudara: «Na situação de Portugal, parece-me que é o grande princípio da administração deixar trabalhar.» (*Ibid.*) Isto que nos soa como quase pueril, era então arrojado. Foi mister um decreto (20 de Abril) para frequentar a saída dos géneros por todos os portos do Reino.

Nos dois meses de Abril e Maio, enquanto D. Pedro congregava as forças e disciplinava o exército, o filósofo dera a medida dos seus planos, expusera a natureza do seu pensamento, esboçara os lineamentos da sua obra. Um, correndo os arsenais, os navios, os quartéis; o outro amarrado à sua banca de trabalho; surdos ambos às vozes da intriga que sussurrava em torno, prosseguiram nas suas obras, impelidos pela mola interior que os movia — um capricho, uma doutrina: não seriam duas vaidades de homens?

A expedição aprontava-se; não faltavam canhões, nem pólvora, nem soldados, nem navios; o dinheiro inglês dera

tudo. Havia a CARTA para bandeira; mas já o vento da desordem a tinha despedaçado em 28: que lhe sucederia agora? D. Pedro confiava em si, na sua pessoa, no seu prestígio. Outros confiavam na força. Mouzinho que assistira à história anterior, sabia que da falta de leis orgânicas proviera em grande parte a ruína da CARTA. Fora apenas um mapa-mundo; e para que o erro se não repetisse, propôs-se ele a poupar o trabalho — e a confusão! — às futuras Cortes, denominando aquilo que o código político apenas indicava, sem definir. Mouzinho foi a Constituinte cartista. Por uma contradição eminente, mas comum, o individualista, o liberal, preferia o processo da tirania, contra os democratas mais coerentes que, da doutrina da soberania dos indivíduos, inferiam o direito de o povo só obedecer àquilo que legislasse. Nesse momento, em que liberalismo e democracia se afastam, cada qual por seu modo dá ao crítico a prova objectiva da inconsistência da teoria. Da soberania do indivíduo faz uma soberania do povo, supondo achar-se expressa a ideia e a vontade nos seus comícios e tumultos. Da soberania do indivíduo faz o outro a base de um sistema de fórmulas que, negando a democracia, apenas se tornam realidades nas mãos de um tirano como foi Mouzinho. Tirano, dizemos, no sentido antigo, em que a tirania tanto pode ser excelente como perversa. Nos seus decretos de 13 e 18 de Abril tornara efectivas as garantias da propriedade individual; no de 17 eliminara o confisco de entre as penas judiciárias; e na famosa obra de 16 de Maio tomava a si a autoridade dos futuros legisladores parlamentares construindo o sistema das leis orgânicas destinadas à Nação que se ia conquistar. «Deitámos tudo abaixo!», confessava Herculano, depois, com um orgulho inconsequente nesse romântico que pretendeu reatar a tradição histórica, mas natural em Mouzinho, discípulo ainda, apesar de tudo, do século abstracto para o qual a sociedade fora um mecanismo puro, revolucionável: «A influência das instituições e das leis não é quimera: porque não é como a Grécia de Temístocles a Grécia do Turco; e todas as nações, sem mudarem de terreno e de clima, se levantam ou abaixam segundo é bom ou mau o seu Governo.» (Dec. de 17 de Maio.) Assim pensaram Sully, Colbert, Aranda, Choiseul, Pombal. Esta ideia da passividade da sociedade completa naturalmente o sistema das ideias abstractas do liberal

racionalista sobre o Indivíduo e sobre o Estado. A História não exprime para ele o desenvolver de um organismo: desconhecendo a ideia de uma evolução natural, procede doutrinariamente.

Para Mouzinho, a nova ideia era uma descoberta da verdade final. O imperativo kantista excluía as ideias de relação. Achava-se o absoluto, e o passado era uma mentira, a revolução uma mudança radical nas instituições. Deitava-se tudo abaixo, fazia-se tudo de novo: assim acontecera em França, cujo modo de proceder o liberal repetiria, salvo as ideias democráticas que eram para ele uma errada concepção da liberdade.

Tais pensamentos inspiraram os decretos de 16 de Maio, que organizavam a Justiça, a Fazenda, a Administração, sobre bases interiramente novas em Portugal, bases francesas principalmente. Começava-se por obedecer ao eminente princípio dos economistas, a divisão do trabalho, tornando independentes as funções, suprimindo a, muitas vezes, abusiva confusão de cargos militares, fiscais, judiciais. Delimitada, assim, a esfera de cada função, constituíam-se os órgãos respectivos, sob os modelos estrangeiros, com uma oposição sistemática a tudo o que viesse da História e fosse nacional. Na Justiça, substituíam-se às antigas Mesas, abolidas, e a toda a velha hierarquia suprimida, as duas instâncias de tribunais, com o Supremo no vértice e juizes de paz electivos na base. Reformava-se correspondentemente o processo e instituía-se o júri. Na Fazenda, abolia-se o Erário com os seus antigos *serventuários*, delimitava-se o Tesouro da Nação, criava-se a lista civil e o apanágio da Coroa; ao mesmo tempo que, obedecendo ao compasso e à esquadria da abstracção maçónica, se extinguia a Junta dos Juros, fazendo da nova Junta do Crédito Público uma dependência do Ministério, em vez do tribunal que era.

«A mais bela e útil descoberta moral do século passado, dizia Mouzinho no seu relatório, foi sem dúvida a diferença de administrar e julgar... Num caos achou a CARTA o mal-fadado Reino: nunca era bem sabido o que podia fazer um general e um juiz, um eclesiástico e uma capitão-mor.» Vimos como o ministro destacou independentemente a Justiça, pondo cobro, na sua organização, os antigos abusos: «Portugal era um povo de juizes, jurisdições e alçadas; e a Relação

do Porto chegou a contar 300 desembargadores.» Vejamos agora o que fez a Administração.

Entre as várias formas que essa soberania do indivíduo revestia, os discípulos de Kant punham em primeiro lugar a liberdade absoluta da consciência religiosa. Se o Estado não chegava a ter autoridade positiva, senão por um consenso de abdicação parcial dos direitos individuais políticos, como poderia ter autoridade moral ou religiosa? A ideia da religião de Estado era absurda, e a intolerância religiosa a máxima das iniquidades. Nem sequer pelo motivo de o poder civil reconhecer como forças e factos das instituições eclesiásticas, esta doutrina podia ser atacada. Estado e Igreja contrariam, pactuariam, *concordariam*, sem abdicar. O leitor sabe que o liberalismo nada inovava nesta doutrina, já corrente desde a Renascença, mas de facto esquecida pelas monarquias da Península na segunda metade do XVIII século e no princípio do seguinte:

Embora a CARTA de D. Pedro se filiasse na tradição, reconhecendo a religião católica, é verdade que (à custa de uma contradição flagrante) estabelecia o princípio da liberdade de consciência. De um tal princípio vem directamente, como consequência, a separação das funções e a secularização dos actos civis. Tal foi a doutrina de Mouzinho, que as reacções posteriores não permitiam, nem ainda até nossos dias, que inteiramente vingasse. Copiando as instituições da França napoleónica, o ministro escrevia: «O registo civil é a matrícula geral de todos os cidadãos, pela qual a autoridade pública atesta e legitima as épocas principais da vida civil dos indivíduos: nascimentos, casamentos, óbitos.» Aos provedores, e não mais aos párocos, ficariam competindo as atribuições do registo, e só as certidões deste poderiam ter fé em juízo.

Secularizada a Administração, veio com o esquadro e o compasso dividir o Reino. Essa divisão consistia na cópia literal da divisão francesa: províncias, com os seus prefeitos; comarcas, com os seus subperfeitos; concelhos, com os seus provedores. E ao lado do prefeito, delegado do Estado, a Junta Geral colectiva; ao lado do subprefeito, a Junta de Comarca; ao lado do provedor, a Câmara Municipal. De todas as obras do ministro era esta a mais perigosa e a menos prática. É na Administração que mais imediata e positivamente

se sente o carácter orgânico da sociedade: as fórmulas, as leis inadequadas ficam no papel, como quimeras que são; e não há tirania bastante para as impor.

Exige-se violentamente um tributo, mas não pode conseguir-se, por grande que seja a violência, a mudança repentina de um hábito. Assim aconteceu à nova obra ficar em nada; e, perante a destruição da antiga, o povo achou-se abandonado aos impulsos de uma anarquia positiva. Foi o que se viu em Portugal, e já por isto, já porque, sendo o sistema representativo, conforme o individualismo liberal o concebeu, um sistema de sofismas e mentiras, assente sobre as eleições, e sendo a máquina administrativa o primeiro dos vários instrumentos eleitorais, os partidos viram-se forçados a «deitar tudo abaixo», a criar tudo de novo, à medida que os acasos ou as revoltas lhes davam o poder.

Os três dias que se seguiram ao da publicação das leis constitucionais (17, 18 e 19) produziram três decretos novos: organizou-se o Supremo Tribunal de Justiça, criaram-se os conselhos de família nos juízos de órfãos, e reformaram-se por fim as ordens religiosas no arquipélago. A legislação da Terceira era um esboço: também a ilha era em esboço o futuro Reino, assolado, anarquizado. A sisa, os direitos senhoriais, os morgados, o dízimo, os forais, os conventos, haviam sido mais ou menos radicalmente abalados; e agora que a expedição já desembarcara e ocupava o Porto; agora que se esperava todos os dias — debalde! — a conversão do Reino, chegava o momento de generalizar a todo o Portugal a parte de legislação que só fora primeiro destinada aos Açores.

A *Crónica do Porto* reimprimia os decretos da Terceira, com esses relatórios onde o filósofo dizia todo o seu pensamento, fundamentando as reformas nos princípios da sua doutrina e nas conclusões da sua crítica sobre a História e sobre o carácter da Nação que lhe tinha sido entregue para revolucionar. Progredindo, começou por abolir o privilégio da Companhia do Alto Douro para a venda de vinho dentro do Porto. (Dec. de 14 de Julho.) Havia cinco dias apenas que tinham chegado. A Companhia dos vinhos era um inimigo: baluarte miguelista para o comum dos invasores, mas para Mouzinho baluarte do privilégio e do monopólio condenados pela sua

teoria: «O trabalho é a base de todas as virtudes e de todas as riquezas.» Com tais palavras atacara em 17 de Maio os conventos dos Açores, emitindo todas as suas opiniões:

Goze cada um da sua propriedade particular, e não consinta o Governo que vivam de contribuições senão os homens necessários para as coisas. Entre nós não há proporção alguma entre a capacidade de achar matéria contribuinte e a gente destinada a devorá-la... O clero tomado no sentido lato é um dos mais escandalosos exemplos desta desproporção: no Reino e nas ilhas absorve maior rendimento do que o da Nação e a priva de dois terços da sua faculdade contribuinte... Os interessados nos abusos buscam o seu ponto de apoio no céu para devorarem a terra.

Tais opiniões já tinham levado à abolição dos dízimos nos Açores, e agora, generalizando a medida a todo o Reino, acabava-se por uma vez com esse imposto antigo (Dec. de 30 de Julho), economicamente vicioso por carregar sobre o produto bruto, administrativamente mau por ser devorado na máxima parte pela fidalguia eclesiástica; socialmente péssimo, por ser a expressão de um regime teocrático, imitado da *Bíblia*, fazendo da contribuição, que é a forma objectiva da unidade social, o acto de uma religião, a ordem de um Deus, o cânone de um culto. A completa abolição dos conventos, anunciada no decreto de 17 de Maio, completaria por este lado o pensamento do ministro que, como economista, dizia: «A abolição dos dízimos duplica o valor da propriedade; e não havendo mais frades, esses bens nacionais pagam as dívidas.»

Por este lado, observámos nós: pois a reforma do passado não consistia apenas na ruína das instituições teocráticas. Havia também a demolir o passado feudal-monárquico, a generalizar a todo o Reino o que o ministro fizera aos pobres ilotas do Corvo, a pôr abertamente na lei o que já em 1828 *lord* Porchester considerava uma reforma urgente da organização social portuguesa. É tudo isto o decreto de 13 de Agosto que coroa o sistema legislativo de Mouzinho da Silveira. O relatório que o precede tem o encanto da sinceridade simples e da convicção teórica:

Tendo sido obrigado para manter o seu juramento de Fidelidade à Rainha e à Carta, a abandonar a minha Pátria, e tendo escolhido para residir a cidade de Paris, aprendi pela leitura de vários livros e periódicos, e ainda mais pelas conversações de todos os partidos e pela observação dos meios

empregados pelo Governo antes da semana de Julho, para enfraquecer e talvez extinguir a Carta de Luís XVIII, que ela tinha resistido a todos os seus inimigos por estar ancorada nas Leis de interesse material que a nação havia promulgado.

Os partidários do velho regime, saudosos de o restabelecer, olhavam para as leis que tinham livrado a terra da França de tudo quanto era feudal, e que tinha reduzido o Clero a ser pago pelo Governo, como para os baluartes mais difíceis de combater... Por muitos anos cogitei nestas matérias: reflecti sobre o estado de Portugal, e foi-me fácil descobrir que todos os inimigos da Carta que V.M. deu à Nação, não foram imediatamente ofendidos por ela, antes pelo contrário garantidos em suas pessoas, e que essa inimizade provinha somente do temor de que a Legislação semelhante à da França viesse invadir a sua faculdade de abusar dos homens e das coisas, para viver do que arrancavam à vontade mal dirigida dos príncipes.

A gente privilegiada vivia do suor alheio, estimava que os Reis dispusessem dos bens dos Povos, porque de facto dispunham desses bens a favor deles; perante aquela gente imoral, o amor do Altar e do Trono quer dizer amor de si...

É então necessário aproveitar os conhecimentos da Europa civilizada e arrancar das mãos dos inimigos o fruto dos trabalhos dos Povos... Consultando os princípios que tenho exposto, é fácil entender que a natureza dos bens da Coroa era o sacrifício de todo o bem possível a certo número de famílias. Por intervenção dos Forais algumas terras melhores foram aproveitadas; mas quando os jornais dos trabalhadores se fizeram caros, e quando novos tributos apareciam, a sua agricultura não podia continuar e muita da já concluída foi completamente abandonada.

Os litígios que eram consequência de uma natureza de bens cujas Leis eram particulares, se multiplicaram: quem podia saber nunca se os bens seriam um dia declarados da Coroa? e se appareceria a inovação da Lei Mental! Os Povos, pela sua parte, em lugar de amar os Príncipes, olhavam para eles como para pessoas destinadas a oprimi-los e mil vezes manifestaram sua cólera contra os bens da Coroa; eu conheci um indivíduo cuja propriedade era devastada anualmente porque era chamada — Souto de El-Rei.

Quando se estuda na História como é exacta a máxima de Locke, que dizia que nenhum Povo podia deixar de alterar as suas leis no espaço de cinquenta anos; acha-se admirável que por tantos séculos tenha durado aquela absurda natureza de bens.

Não é minha intenção arrancar a propriedade a pessoa alguma, e as leis de V.M.I. não consentem semelhante violência, por isso o Decreto que proponho tem duas grandes Setenças gerais: a 1.^a é aumentar a massa de bens alodiais; a 2.^a é acabar a natureza de bens destinados a tolher o nascimento da elevação moral... Aos Povos fica tudo quanto pagavam de tributos parciais impostos nos Forais; aos donatários ficam os bens como próprios, quando esses bens não provenham de contribuições dos Povos, dos quais nenhum indivíduo pode ser proprietário: a Nação tomada colectivamente não aumenta o seu património em terras, antes aliena a faculdade que tinha na Lei Mental para as recuperar, quando alienadas por Doações; e mesmo destina para indemnizações as que tinha em seu gozo immediato: mas a Nação tomada no ponto de vista dos interesses individuais, adquire muito...

Fundado portanto nestes princípios e na informação do longo desejo dos Povos já manifestado em 1820 e mesmo antes desse ano; fundado sobretudo

no quadro de horror que oferece um cidadão laborioso quando cheio de fadigas de um ano inteiro vê levantar sua colheita a mil agentes de avidez do Clero e dos Donatários e fica reduzido ao miserável resto que a avidez deixa à mendicidade laboriosa, para fazer à porta dos claustros e das cocheiras alarde daquelas esmolas com que se alimentam nas cidades os filhos mendicantes daqueles mesmo trabalhadores que sem Forais e Dízimos faziam deles Cidadãos industriais e de bons costumes; fundado finalmente no quadro em que se mostra como no Porto há gente edificando e outrem recebendo vinte e cinco por cento da venda da edificação; proponho a V.M.I. um Decreto de uma transcendência superior, enquanto às terras dos Forais, ao de 30 de Julho deste ano que extinguiu os Dízimos.

Dos extractos do relatório aí transcritos, vê o leitor o bastante acerca das disposições do Decreto que adiantava mais um passo no sentido da revolução portuguesa. A abolição dos dízimos consumou-se; mas não foi tão fácil a dos forais. O primeiro lesado fora o fisco apenas, agora feriam-se interesses particulares; e nem do lado dos miguelistas, nem do lado dos liberais, havia o patriotismo e abnegação com que os franceses da noite de 4 de Agosto tinha desistido dos seus privilégios feudais. O decreto de Mouzinho foi matéria de discórdias, discussões e leis repetidas, nos tempos parlamentares posteriores. Ferindo interesses, agravava as resistências já declaradas contra a sua rigidez económica-jurista, que nada atendia às urgências práticas da política. Condenaram-no, e caiu para sempre.

Da obra de destruição que planeava, inspirado pela sua teoria individualista e utilitária, ficava ainda muito por fazer. Ficavam os monopólios fiscais (tabaco, sabão, a barra do Douro); ficavam os morgados; ficavam, por fim, os frades. Em todas as instituições inimigas, o singular ministro não via os adversários políticos: via os adversários históricos, e os instrumentos de desordem económica. Teria abolido monopólios, morgados e conventos: mas tê-lo-ia feito em nome da doutrina, não em nome da vindita.

Foi desta forma que, dois anos depois, os conventos se aboliram, sendo os frades expropriados pelo decreto de 30 de Maio de 34. Foi em tempos mansos, recentes, que, outra vez em nome da economia se aboliram os monopólios restantes e os morgados. Essas medidas completaram a obra concebida, no seu gabinete do exílio de Paris, pelo ministro que, isolado e só, «aprendia pela leitura de vários livros e periódicos e ainda mais pelas conversações de todos os partidos».

3. CRÍTICA DO LIBERALISMO

Conhecido o homem, estudada a sua obra, solvido o preito de admiração pelo primeiro, de sincero estudo pela segunda; reconhecida a franqueza, a nobreza, a convicção eminente do apóstolo do liberalismo nacional, nem por isso temos concluído o nosso trabalho. Resta-nos apreciar agora o valor em si da teoria que inspirava o melhor dos portugueses de então. Nós dizemos o melhor, Herculano diz o único (salvo D. Pedro): «O resto não vale a pena da menção. São financeiros e barões, viscondes, condes, marqueses, de fresca e até velha data, comendadores, grão-cruzes, conselheiros: uma turba que grunhe, burburinha, fura, atropelando-se e acotovelando-se no afã de roer um magro osso chamado orçamento, e que grita aqui d'el-rei!, quando não pode tomar parte no regabofe.» (*M. da Silveira.*)

Em breve iremos assistir a esse regabofe; mas cumpre-nos antes apurar se a anarquia universal proveio apenas do vício dos homens, ou também da essência das coisas. Qualquer que seja o valor próprio das teorias, elas jamais puderam transformar o temperamento de um povo: esse temperamento que vem da Natureza e da História. E é incontestável que uma e outra faziam de Portugal, na primeira metade do século, um exemplo singular de desordem moral. De um lado vemos o caruncho das velhas instituições e o delírio de uma crise de fanatismo religioso; do lado oposto vemos as podridões do egoísmo e os defeitos próprios de aventureiros. Tais são os homens tomados em massa, e a fisionomia real da sociedade provém da natureza dos caracteres dos indivíduos. Estés factos são, porém, independentes do valor em si das doutrinas que cada metade da Nação defendia ou pregava; mas como as doutrinas têm uma incontestável influência sobre o moral dos homens e sobre a vida das nações, devemos agora, para concluir, estudar rapidamente a doutrina liberal.

Não é no facto da reforma ou abolição das instituições caducas que acharemos os traços convenientes para esse estudo, porque ninguém contesta a conveniência de derrubar o que está podre. Podre estava o princípio teocrático e até monárquico, mais a mão-morta e as farragens do feudalismo. «Deitar *muito* abaixo» era indispensável; e não faltava quem, no seio dos partidos históricos, o desejasse. Restava, porém,

saber se à derrocada se seguiria uma construção nova — e qual? Aí bate o ponto.

De toda a gente que seguia D. Pedro, só Mouzinho tinha propriamente ideias: as ideias da escola que, vingando pela Europa, consolidaram entre nós a legislação. Por isso a Mouzinho cabe o lugar eminente na mudança de *modus vivendi* imposta à Nação em 1834. Que ideias eram essas? Eram as da soberania do Indivíduo, da negação formal da Sociedade como coisa organicamente real. Eram as da individualização de toda a propriedade e da liberdade de toda a concorrência. Eram as da negação da autoridade, as da Anarquia: porque só no foro do indivíduo se dizia haver capacidade real e direitos positivos.

Temos estudado com a *broca da análise*, expressão de Mouzinho, a História nacional contemporânea bastante, para sabermos que desde largos tempos vinha lavrando no espírito de uma grande parte dos portugueses o reconhecimento da necessidade absoluta de uma vida nova, diversa da vida histórica subsidiada pelos proventos de colônias agora perdidas. Essa perda mostrara com eloquência maior ainda a urgência de reformar o corpo das instituições monárquico-teocrático-aristocráticas; e um tal sentimento achava nas doutrinas da Revolução Francesa, mais ou menos vagamente percebidas, um programa de instituições novas que deviam substituir as antigas, e na palavra Liberdade o lema que tomaria o lugar do precedente — Trono-Altar.

A palavra Liberdade, entretanto, servia igualmente bem para designar coisas diversas e até opostas; por isso, para o comum dos espíritos, não tem um valor crítico: é apenas um símbolo, quase que como ídolo. Contam testemunhas que o povo, durante a crise e ainda depois dela, confundia D. Maria II com a CARTA, e supunha tratar-se de um duelo pessoal entre D. Miguel e D. Constituição. Não vale mais do que o estado plástico da imaginação popular, capaz de criar mitos, o estado caótico dos espíritos médios incapazes de discernir ideias. O povo tem morrido por deuses, e os homens medíocres têm morrido e continuarão a morrer por palavras e abstrações. A Liberdade, que sinceramente arrastava às batalhas muitos entusiastas, que era afinal? Não tratamos

agora dos motivos pessoais de vingança ou defesa que tinham levado um grande número de pessoas a emigrar fugindo a uma tirania insuportável, e depois a combater para reconquistar a casa, a pátria e a fortuna. Factos dessa ordem nada têm que ver com as doutrinas políticas: são meros episódios da História, comuns a todos os sistemas, liberais ou não liberais, e a todos os tempos: são consequências de leis da Natureza.

Em que consistia, pois, a palavra Liberdade? Seria na intervenção do povo, representado por delegados seus, no Governo da Nação? Não podia ser; porque o facto da supressão dessa intervenção tinha sido um episódio apenas na História das monarquias, e, como dissera um publicista célebre, «liberdade era antiga, só moderno o absolutismo». Para se conquistar, pois, o direito de intervir no debate dos negócios públicos, não era mister apelar para uma doutrina nova, porque bastava recorrer à tradição histórica. Nem se diga que as formas de representação antiga eram caducas, pois a tradição não impedia que se reformassem, sem se sair dela. Assim aconteceu em nossos dias a toda a Alemanha, e assim sucedera e está sucedendo à Inglaterra.

Não consistindo nisto, não tendo pois uma razão no Direito Político, tê-la-ia em outro Direito, no Económico? Não parece; porque, sem também sair da tradição, a Europa germânica pôde resolver as questões de classe e abolir os restos do feudalismo. Dizer que a antiga ideia de Estado coarctava a liberdade do trabalho é um erro, porque só a coarctavam os abusos e as instituições caducas que lhe pervertiam a essência. Dizer que a ideia de Estado paralisava o fomento da riqueza, é outro absurdo, quando olhamos para a opulência que as monarquias deram a muitas nações, sem excluir a nossa. Pois esquecera tão breve Pombal que fora uma viva personalização do antigo Estado? Pois, apesar de não terem condenado a autoridade social, como fizeram a França e os seus discípulos, deixam de enriquecer os países germânicos? E não enriqueceu a França de Napoleão III? Pois como se recrutava a aristocracia, senão no Povo? Pois como se preenchia a magistratura? Pois não se abria a porta a todos os que verdadeiramente possuíam a capacidade de entrar? Em parte nenhuma o Estado chegou a ser uma coisa mais definida do que na velha Roma e nas modernas monarquias lati-

nas criadas à sua imagem, pouco eivadas de ideias aristocráticas; e em parte alguma, também, o Estado, república, império ou monarquia, teve um carácter mais democrático.

Dir-se-nos-á que no estado a que as coisas tinham chegado, nem já a opinião sancionava os privilégios aristocráticos, nem já de facto a aristocracia correspondia à sua genuína expressão: *aris toi*, os melhores. Assim era, com efeito. Franquear de par em par as portas de tudo a todos, como o fez a lei nova, seria, porém, a melhor solução? Tornar o concurso, à chinesa, o único metro da capacidade intelectual obtém-se (demos que se obtenha): mas obter-se-á a avaliação dos méritos correlativos indispensáveis, de carácter, de educação moral, de dignidade? A concorrência franca de todos a tudo, apenas regularizada pelo concurso, não deixará de parte tantos valores necessários para apreciar só o intelectual? E ignora porventura alguém que a subalternização do *carácter* vem com o tempo a influir na própria inteligência de uma nação?

Concluindo, pois, entendemos que era necessária a reforma das velhas instituições aristocráticas, sem aplaudirmos a lei nova que, derrubando tudo, fez do concurso um metro absoluto e único da capacidade.

Não é, portanto, nem no facto da necessidade de corrigir abusos, porque seria insuficiente; nem no desejo de intervir no governo da Nação, porque isso se incluía na tradição; nem na urgência de enriquecer, porque a riqueza aparece e cresce com variados regimes políticos: não é em nenhum destes três motivos, geralmente alegados, que podemos encontrar a definição da palavra Liberdade, bandeira de uma revolução radical.

Essa palavra, com efeito, é insusceptível de valor político, e portanto incapaz de definir um programa de reforma. É como as ideias de espaço e tempo na ordem filosófica: nem negativa, nem positiva, nem hostil, nem favorável às instituições e aos factos. Por isso, sob o nome de Liberdade, vamos ver formularem-se pensamentos os mais variados. Por isso vamos assistir à moderna escolástica liberal, oca de pensamento, inchada de fórmulas vãs, distinguindo com subtilezas *liberdade e licença*, esvaindo-se na crítica dos porquês e dos para quês, subordinando agora a liberdade ao *fim* moral ou útil, proclamando-lhe logo a independência absoluta,

moendo, remoendo, digerindo, ruminando, para afinal, depois de esterilizar duas gerações, legar à terceira o cepticismo utilitário e chato.

Fantasma, ídolo ou quimera doutrinária, a Liberdade era ao mesmo tempo duas coisas bem diversas: democracia e individualismo. Desse equívoco saíram as revoluções contemporâneas, portuguesa e estrangeiras. Mouzinho e 33 foram a liberdade individualista, Passos e 36 serão a liberdade democrática.

Em Portugal, a gravidade das reformas necessárias e a oposição delirante que os retrógados lhes faziam, precipitavam os espíritos na opinião espontânea de que era mister «deitar tudo abaixo»: renegar um sistema, e divorciar-se de uma História condenada. Uma tal opinião arraigada por motivos não científicos, é condenada por toda a ciência, a qual nega a suposta passividade do corpo social. Não se ataca impunemente o viver de um organismo: quando isso se faz, produzem-se mortes ou monstros, animais e sociais.

No mesmo temperamento racionalista que preparara à França crises análogas às que a revolução preparava, provinha a doutrina que dava uma consistência teórica ao arrebatamento demolidor das instituições. Essa doutrina de abstracção pecava de uma forma idêntica, julgando ter descoberto as fórmulas da verdade absoluta na concepção que supunha definitiva da natureza do homem. Ente racional, habitado por uma alma quase divina, era o soberano sobre a Terra que, com as suas riquezas e as suas forças, o tinha por dono absoluto e senhor predestinado. Nada havia senão o homem, e nada havia fora do homem — senão um *homem* enorme e misterioso chamado Deus.

Uma tal filosofia, cujos últimos estos de vida ainda ouvimos, não podia descobrir que soma de verdade natural e de necessidade orgânica havia nas instituições, embora os seus representantes disso não tivessem consciência. A broca da análise desviara-se: e é esse próprio instrumento que hoje nos mostra na História uma evolução, na sociedade um organismo, no homem um animal eminente que, por uma educação ou domesticação longa, chegou a ser alguém. Um tal corpo de ideias arrasta o espírito para as doutrinas da má-

xima conservação; e aí ficaria, se nesse momento não reconhecêssemos, também, que a educação do homem ensinou-lhe coisas absolutas, muitas das quais o liberalismo, sem dúvida, anunciava.

Daí resulta um estado ainda singular do espírito moderno, oscilando entre a conservação e a revolução; ao mesmo tempo ultrademocrático e ultraconservador: com a Igualdade por critério, a Evolução por norma. A todo o *liberal* se afigura paradoxo esta doutrina: paradoxos foram todas as opiniões, enquanto se não tornaram vulgares!

O absolutismo da doutrina individualista repelia a Igualdade, porque a broca da análise não tinha ainda chegado a distinguir entre um critério e um facto; repelindo por outro lado a ideia da evolução, por isso que era uma teoria abstratamente racionalista. Liberdade significava, pois, a autonomia do indivíduo; e, como nenhuma outra realidade se via, supunha-se com efeito residir na Liberdade a essência das duas coisas fundamentais da sociedade — o governo político e o regime económico.

Reduzida ao indivíduo a sociedade, baniam-se da economia todas as ideias de protecção que noutro tempo haviam criado as instituições beneficiárias, de vínculos e mais bens colectivos, mantidos na posse do Estado ou confiscados por ele a delegados seus. O Estado morreu, e com ele o seu domínio eminente, o seu papel de regulador da distribuição da riqueza, sob um critério moral que nas velhas monarquias era religioso, e nas futuras democracias será secular: que outrora se inspirava na Caridade, e de futuro se inspirará na Igualdade.

Condenadas todas as ideias morais na economia colectiva, que ficava para presidir ao jogo das forças criadoras e distribuidoras da riqueza? Nada. A fórmula da Liberdade era e é o debate anárquico de todas as individualidades — o livre-câmbio —, por isso que, na doutrina, a Natureza é uma harmonia, como produto consciente da inteligência de um Deus. A ciência diz-nos que a Natureza é uma luta cega de forças, onde se não descortina causa, nem fim; onde, portanto, não há moral, nem harmonia; dizendo-nos mais que a anarquia, expressão real da Liberdade, é a guerra de todos contra todos

e em tudo, guerra em que vence o mais forte esmagando os concorrentes.

Liberal, pois, Mouzinho que pulverizava todo o domínio colectivo histórico, não via outro destino a dar-lhe senão individualizar, tornar alodial ou livre, toda essa massa de propriedade comum. «Sem a terra livre, em vão se invoca a liberdade política.» (Dec. de 13 de Agosto.) Destruída a realidade do Estado, dispersado o seu domínio, tornada individual toda a riqueza, que pensamento podia restar para presidir à vida económica? Que fórmula para a fazer funcionar? Fórmula já a doutrina o dizia claramente, era a Concorrência entre os indivíduos. Pensamento, não o concebia ainda bem claramente, mas poucos anos bastaram para o definir: era a Utilidade prática, o materialismo grosseiro, o governo desaforado da agiotagem sedenta do ouro: a Anarquia económica, da qual, como das batalhas resultam cadáveres, nascia o pauperismo moderno; e, como das guerras nascem tiranos, nascia a plutocracia que veio a governar na Europa.

O Estado caíra às mãos dos Liberais; e as suas quimeras azuis e brancas, de ingénuos espiritualistas doutrinários, voaram para o mundo dos sonhos, levando consigo as esperanças murchas, folhas caídas dessa flor de nobreza donde nasceram para morrer antes da morte, azedados ou misantropos, um Mouzinho, um Passos, um Herculano!

Houvera outrora os Três Estados que representavam a Nação nas suas classes e eram, com a Monarquia, o ESTADO. O princípio da representação, apesar de antigo, não o condenava o liberalismo, embora radicais houvesse que só entendiam genuíno o governo do povo pelo povo; mas como atacou, embora só em parte (pois conservava uma Câmara de Pares), a constituição do povo em classes; como a sociedade não era para ele um organismo, vivo nas suas funções, mas sim um agregado de indivíduos: a representação nacional não podia consistir mais na delegação dos municípios, das corporações, dos estabelecimentos. Outra matéria havia a representar, outras formas a seguir.

Ao esquadro e ao compasso maçónicos veio juntar-se a aritmética economista. Os números governam o mundo, tinha dito Pitágoras; e os novos idealistas cortaram, riscaram,

círculos, números, votos, censos; e, depois de tudo bem regulamentado, esperaram que do processo somatório viesse a genuína expressão da vontade dos indivíduos soberanos. Mas como? Se já Carlos v não pudera regular a um tempo cinco relógios, como regulariam muitos milhares de cabeças? Não importa: basta a maioria. E a minoria? Pois não é absoluto e soberano o indivíduo? Pois não é, em regra, menos ilustre a massa? Que importam, porém, razões ao ideal construtor? O absolutismo das doutrinas perverte a inteligência. O governo da liberdade ficou sendo a tirania das maioria; e, como a maioria é por via de regra ignara, nem a eleição dava o pensamento do povo inteligente, nem dava pensamento nenhum, por ser apenas a máquina movida pelos ambiciosos, o realejo que toca a mesma ária aclamadora a todos os que lhe movem a manivela. Feitas a tiro, ou a cacete, ou a dinheiro, ou a empregos, as eleições liberais individualistas são o sofismo da representação; não por vício dos homens, embora os homens sejam viciosos, mas por essência do errado princípio que as dirige. Só quando outra vez se compreender (e agora conscientemente) que a sociedade é um corpo vivo, e não um agregado de indivíduos: só então tornará a haver representação verdadeira e ordem na democracia.

Enredados em intrigas e fórmulas, quais delas mais tirânicas; oscilando entre o sufrágio universal e o restrito; confiando agora ao censo a faculdade eleitora e elegível, logo dispensando-a a todos os indivíduos soberanos; passando dos Pares para Senadores, da eleição indirecta para a directa: os liberais não saíam, não podiam sair da teia de contradições, argúcias e subtilezas, no fundo das quais a realidade só vê os desvarios da inteligência e os interesses dos partidos. À maneira que a temperatura foi baixando nos peitos excitados pela guerra, a vida política foi amansando: mas vale mais comprar os votos a dinheiro, do que disputá-los a tiro?

Anarquia na economia, anarquia na política, eis, portanto, a definição positiva do liberalismo. Ele seria excelente, se a natureza consistisse num sistema de harmonias espontâneas: então a anarquia seria a exacta definição da ordem. Mas a filosofia que, partindo da ideia de uma construção intencional e consciente do Universo, defendeu essa opinião, passou

para não voltar mais. A ordem está nas ideias dos homens, criadoras da sociedade e suas leis, não nos movimentos espontâneos da Natureza.

Formuladas as nossas opiniões, convém agora, para clareza, dizer todo o nosso pensamento. É ocioso perguntar-nos se a revolução de 34 foi boa ou má, porque na ordem dos movimentos históricos não há para o filósofo bondade nem maldade: não há moral, há necessidade. As ilusões, os próprios erros, os crimes, as coisas mais indignas ou mais horríveis quando as olhamos moral ou esteticamente, aparecem-nos necessárias quando as vemos relacionadas no encadeamento fatal das causas e efeitos. Se nos perguntarem se era indispensável uma revolução radical para implantar a CARTA; se nos perguntarem se era possível reformar as instituições nacionais sem revolução, responderemos: o que foi tinha de ser. Porquê? Por necessidade própria da coisa em si? Não; isso de forma nenhuma. Tinha de ser, pelo nosso temperamento de latinos; tinha de ser também pelo miserável estado de abatimento da pátria portuguesa. Noutras terras, com outra gente, havendo melhor sangue, mais juízo e maior critério, as coisas antigas reformavam-se sem se destruírem: assim vai acontecendo na Europa germânica. E como esse processo exclui a idolatria liberal e as quimeras dissolventes do individualismo radical, o facto de não haver revolução é uma causa de progresso mais seguro. Neste sentido, pois, devemos lamentar, nós os não individualistas, que a reforma em Portugal tivesse exigido uma derrocada; devemos lamentá-lo duplamente, como documento da miséria anterior e como causa das desgraças, da desordem, da vileza, da mesquinhez, da história posterior que nos falta ainda contar...

Pusemos esta crítica ao lado do retrato do mais eminente apóstolo da doutrina do Individualismo, já como preito à sua memória, já porque, depois de a conhecer, o leitor poderá avaliar melhor a história que vai seguir-se. A anarquia nas ideias produzirá uma anarquia completa e real dos actos, nos costumes, na política e na moral. Singular sistema de governo, esse governo liberal, que, proclamando o individualismo, carece de uma ditadura para vir à luz da existência! Singular sistema o que é abandonado, posto de parte como coisa inútil, condenada, exactamente nos momentos em que a sociedade mais carece de um qualquer governo, isto é, nos

momentos de crise! Singular sistema que, depois de vinte anos de interrupções violentas, de violações constantes, assenta, afinal, quando os caracteres caem, quando os nervos afrouxam, quando o materialismo impera, e com ele a indiferença ressona satisfeita com quaisquer fórmulas! A sua história não podia ser outra: Anarquia em princípio, falhou, enquanto foi mister força no Estado. Só veio a servir, quando no Governo bastaram a astúcia para intrigar, a habilidade para torcer, o descaro para comprar, e no povo dominou a exclusiva ocupação do semear, colher, enceleirar. Dizem-se então as nações felizes e livres. Os apóstolos liberais portugueses — Mouzinho, Passos, Herculano — acharam todos a nossa envilecida, e acabaram condenando-a.

Não repitamos, porém, as jeremíadas, sem repetir, menos ainda, as ridículas opiniões do optimismo farto. Os liberais caíram com a queda das suas esperanças, e, vendo morrer o sistema, julgaram mortas as coisas. A um sistema sucede outro sistema, e, nos intervalos das doutrinas sucessivamente dominantes, há sempre pausas de materialismo obscuro...

ÍNDICE

Ao leitor (na terceira edição)	7
Explicações (na segunda edição)	17
Advertência (na primeira edição)	23

LIVRO PRIMEIRO (1826-28)

A CARTA CONSTITUCIONAL

CAP. I. <i>As esperanças jacobinas</i>	
1. A morte de D. João vi.	33
2. D. Pedro, o brasileiro	36
3. Saldanha, o herói	39
CAP. II. <i>A Santa Aliança</i>	
1. A guerra apostólica	49
2. Metternich e Canning	54
3. D. Miguel em Viena	58
4. A vinda do Messias	71
CAP. III. <i>O enfermo do Ocidente</i>	
1. A fome	74
2. Os partidos	79
3. As classes	84
CAP. IV. <i>Fuit homo missus a Deo</i>	
1. O rei chegou	93
2. Como a Constituição morreu	97
3. Sic itur ad astra!	102

LIVRO SEGUNDO

(1829-32)

O REINADO DE D. MIGUEL

CAP. I. *A sedição do Norte*

1. A Junta do Porto	111
2. Palmela	116
3. A Belfastada	119
4. A retirada para a Galiza	123

CAP. II. *O terror*

1. O rei enfermo	128
2. As forcas	133
3. As cadeias	143

CAP. III. *Portugal novo*

1. Os emigrados	151
2. A Terceira	160
3. A melhor das Repúblicas	176

CAP. IV. *O princípio do fim*

1. Influência da Revolução de Julho	177
2. Os conflitos inglês e francês	180
3. O armamento da Nação	187

LIVRO TERCEIRO

(1832-34)

A GUERRA CIVIL

CAP. I. *A aventura*

1. D. Pedro regente	199
2. A corte em França	210
3. Os voluntários	214
4. Belle-Isle-en-Mer	219
5. O exército libertador	227

CAP. II. *As ilusões perdidas*

1. A recepção do Porto	234
2. Penafiel-Valongo	241
3. Ponte Ferreira	245
4. Souto Redondo	250

CAP. III. *O cerco do Porto*

1. O teatro da guerra	254
-----------------------------	-----

2. O dia de S. Miguel	267
3. D. Pedro, general de Inverno	269
4. Saldanha e a cólera	277
5. A expedição do Algarve	285

CAP. IV. *A vitória*

1. O cabo de S. Vicente	294
2. Os últimos dias de cerco	306
3. D. Pedro em Lisboa	313
4. Almoester-Asseiceira	324
5. A convenção de Évora Monte	328

CAP. V. *Mouzinho da Silveira*

1. O ministro de D. Pedro	335
2. A legislação da ditadura	344
3. Crítica do liberalismo	356

A GERAÇÃO DE 70

Primeiro volume

«A Geração de 70»

por Álvaro Manuel Machado

Antero de Quental: *Textos Doutrinários e Correspondência*

Segundo volume

Antero de Quental: *Sonetos*

Terceiro volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal I*

Quarto volume

Teófilo Braga: *História do Romantismo
em Portugal II*

Quinto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo I*

Sexto volume

Oliveira Martins: *Portugal Contemporâneo II*

Sétimo volume

Oliveira Martins: *História da Civilização Ibérica*

Oitavo volume

Oliveira Martins: *Portugal nos Mares* (antologia)

Nono volume

Ramalho Ortigão: *Holanda*

Décimo volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas I* (antologia)

Décimo primeiro volume

Ramalho Ortigão: *As Farpas II* (antologia)

Décimo segundo volume

Gomes Leal: *Poemas Escolhidos* (antologia)

Décimo terceiro volume
Fialho de Almeida: *Contos*

Décimo quarto volume
Fialho de Almeida: *Os Gatos* (antologia)

Décimo quinto volume
Conde de Ficalho: *Uma Eleição Perdida*

Décimo sexto volume
Eça de Queirós: *Os Maias*

Décimo sétimo volume
Eça de Queirós: *Correspondência de Fradique Mendes*

Décimo oitavo volume
Eça de Queirós: *Notas Contemporâneas*

